CHÃO, PÓ, POEIRA:

A produção social do
espaço a partir de
ocupações recentes
na cidade de são paulo

Larissa de Alcantara Viana

Orientadora:
Prof(a) Dra. Karina Oliveira Leitão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
Programa de pós-graduação

2020

Larissa de Alcantara Viana

CHÃO, PÓ, POEIRA:

A produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Habitat

Linha de Pesquisa: Participação Social e Políticas Públicas a

Produção e Gestão do Habitat

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karina Oliveira Leitão

São Paulo, 2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTORA: larissa.aviana@gmail.com

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO
À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA
AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na
Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 11 de agosto de 2020

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Viana, Larissa de Alcantara

Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de
ocupações recentes na cidade de São Paulo / Larissa de
Alcantara Viana; orientadora Karina Oliveira Leitão. - São
Paulo, 2020.
276 p.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Produção Social do Espaço. 2. Luta Coletiva. 3.
Autoprovisão. 4. Autorreabilitação. I. Leitão, Karina
Oliveira, orient. II. Título.

CHÃO, PÓ, POEIRA:

A produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo

Nota sobre o título: “Chão, pó, poeira” é o título de uma música de composição de Gonzaguinha (1945-1991) a quem peço licença para usar. Gonzaguinha faz parte da minha vida, da minha história, da minha construção política. Músico, combativo politicamente, de postura crítica à ditadura militar, fundou, na década de 1970, juntamente com outros artistas e ativistas progressistas, o Movimento Artístico Universitário (MAU) e teve muitas de suas músicas censuradas à época. Gonzaguinha, presente!

Para Francisca (Chiquila), Olívia e Rosa, três mulheres de força e garra, mas que não perderam a ternura jamais. Que sorte a minha foi ter tido três avós. E que saudade delas

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi realizada com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), na modalidade bolsa de doutorado, de abril de 2018 até sua conclusão.

Muitas das leituras realizadas no decorrer dos quatros anos desta pesquisa foram feitas no ônibus 177H – Metrô Santana/Cidade Universitária, ao me deslocar da minha casa, no Centro, até o campus universitário, no Butantã. O transporte público integrado, rápido, confortável e – por que não – gratuito é também uma política de acesso e permanência à universidade. Por uma universidade pública, gratuita, inclusiva, de qualidade e amplamente irrigada pelo transporte público.

EU DEIXO E RECEBO UM TANTO

Tem muita gente aqui, porque sou cearense, e cearense é gente galerosa. Certamente devo estar cometendo o erro de não citar algumas pessoas fundamentais para a concretização desta pesquisa e dos “sonhos descendo ladeiras, varando cancelas, abrindo porteiras”, como canta o conterrâneo Ednardo. Mas a todas e todos dessa caminhada, meu muito obrigada, mais sincero carinho e máximo respeito.

Eu sou de Cedro, meu sertão no meu Ceará, e como se diz por lá, nascida e criada. Foi nessa cidade que vi e vivi muita seca, esse fenômeno não natural, mas sim político. Lá vi muita gente, especialmente mulheres e crianças, carregando lata d'água na cabeça, da cacimba até em casa. Tinha até um suporte pra isso, feito com cabo de vassoura para sustentar duas latas, uma em cada extremidade, que ia apoiado no ombro. Vi também muita carroça que abastecia as casas de quem tinha mais recursos financeiros. O som da cidade, lá nos anos 1980 e 1990, era o som dessas carroças de água se locomovendo para abastecer as casas. O som dos cascos dos burros batendo no paralelepípedo, do chocalho dos burros anunciando que estavam passando, da voz dos carroceiros avisando que a água chegou. Lembro de seu Chico, no portão da casa amarela, onde morei na primeira infância. Ele abastecia minha casa e depois levava meu irmão e eu para passear, sentadinhos na carroça, abastecendo a vizinhança. Esse momento era uma festa. Também eram dias de festa quando chovia, e quase toda a cidade ia tomando banho de chuva pelas ruas até a calçada da igreja matriz. Fazia-se fila para tomar banho na bica da igreja. Nos dias que sucediam a chuva, minha prima Candice e eu brincávamos nas ruas enlameadas, atolando os pés na lama e tentando andar sem cair. Também íamos ver o mato enverdecer. Lá no Cedro também vi muito pau de arara trazendo estudantes da zona rural para estudar na cidade. Lá vi seca, miséria, fome e muito esforço para estudar, mas não via ninguém sem casa. E não posso deixar de cantar Gonzagão, que sempre me faz chorar com esta música: “Já faz três noites que pro norte relampeia, a asa branca ouvindo o ronco do trovão, já bateu asas e voltou pro meu sertão, ai, ai, eu vou me embora, vou cuidar da plantação. [...] Rios correndo, as cachoeiras tão zoando, terra moiada, mato verde, que riqueza. E a asa branca tarde canta, que beleza. Ai, ai, o povo alegre, mais alegre a natureza”. Viva nosso Cedro, nosso sertão, e nosso povo.

Saída do sertão, fui recebida pelo mar de Fortaleza, a cidade grande que tanto queria desbravar. E desbravei. Foi lá que vi e conheci pessoas que não tinham casa e foi lá também que compreendi que não ter casa vai muito além de não ter chão, parede e teto. Entendi ainda que muitas vezes se tem casa e não se tem endereço. A cidade grande me mostrou muitas coisas, inclusive – ou principalmente –, a desigualdade socioespacial.

Saída da cidade grande, cheguei na megalópole, novamente ao som de Ednardo: “a sorte a estrada me seduz”. No concreto. Cheguei nesta São Paulo e no início a gente se estranhou um tanto, mas fomos nos entendendo ao longo dos últimos sete anos. E temos construído uma relação sólida e amorosa, por vezes conflituosas, como costumam ser as relações. Juntas, temos caminhado um tanto.

Caminhada essa que também se dá com destino a “casas com telhado quebrado, mas com gente morando dentro”, expressão que peço emprestada à Jared Arraes – escritora, cordelista e poeta da região do Cariri, no Ceará.

Foram longos deslocamentos no transporte público dessa megalópole até a ocupação Jardim da União. Portas de metrô que se abrem e fecham, fluxo intenso de pessoas, baldeações, trem e ônibus com número de vendedores ambulantes dos mais variados produtos e pessoas pedintes aumentando exponencialmente a cada vez que eu retornava. E quando lá chegava, a casa de uma grande mulher era minha morada. Ela me abriu a casa, a vida, o coração e me apresentou seu companheiro de longos anos e deslocamentos e suas filhas paulistanas. Esta pesquisa na ocupação Jardim da União também trouxe para a minha vida tantas outras e tantos outros companheiras e companheiros de luta, de alegrias e enfrentamentos, almoços, churrasquinhos e cervejas. Não cito seus nomes não por não saber todos, mas para preservar suas identidades.

Os deslocamentos desta pesquisa também foram feitos a pé até a ocupação São João-588. Uma caminhada pelo centro, onde, além dos vendedores e pedintes, também aumenta a passos largos o número de pessoas em situação de rua, muitas vezes famílias inteiras. Na São João-588 fui recebida na casa e na vida de duas grandes mulheres que também me trouxeram muitos companheiros e companheiras de luta, alegrias e enfrentamentos, acarajés, cervejas e almoços – até baião de

dois – em dias de festa. Seus nomes também não cito para preservar suas identidades.

Longe, muito longe de São Paulo, lá no nosso Cedro, onde meu cordão umbilical foi enterrado em um curral na zona rural e está também minha base, sustentação e também contradição (mas sem nunca deixar de ser certeza dessa vida): minha mãe e meu pai, que lá me tiveram e me criaram. Mainha e painho, de tanta sensibilidade na relação com o próximo.

E espalhados por esse Brasil, estão meus irmãos. Somos tão diferentes e tão iguais. Apesar da distância geográfica, a certeza de vocês sempre ao meu lado me apoiando é o que me proporciona desbravar essa vida nua. E, de novo, vou falar de mainha, professora da rede pública municipal, freiriana todo dia, o dia todo. Uma “Maria, Maria”, cantada por Milton e Elis, parece especialmente para ela, que “possui a estranha mania de ter fé na vida [...] larê! Ah hei”.

Quando iniciei o doutorado, quatro anos atrás, minha vida cruzou com a de Danilo, meu companheiro com quem divido as angústias e alegrias do cotidiano mais banal da vida, da ordem diária muitas vezes não assegurada, mas enfrentando de mãos dadas. Sua disposição para discutir minhas questões referentes à pesquisa e à vida, enquanto ele cozinha e nós bebemos um vinho em dias frios ou uma cerveja em dias quentes. Faltam-me as palavras para expressar. Os acertos dessa pesquisa não aconteceriam sem sua sensibilidade e sua calma, uma tranquilidade que muitas vezes me falta e que me complementa. Que felicidade é dividir com você a vida e a casa cheia de amor, leveza, plantas, livros, amigas e amigos queridos e disposição para pensarmos e lutarmos por dias melhores. Na nossa casa montamos a “clausurinha para estudos doutorais”, porque acreditamos na importância do espaço para a construção do pensamento. No final desta tese, quando o cansaço foi inevitável, seu olhar amoroso e detalhista foi fundamental. Obrigada por tantas revisões para o fechamento. Sigamos em parceria nessa caminhada na vida. Andamos nos construindo e desconstruindo juntos.

Contribuições, construção e desconstrução, trocas fundamentais ao longo desses anos também vieram de Camila D’Ottaviano, minha primeira e para sempre orientadora, juntamente com Karina Leitão, minha segunda e também para sempre

orientadora. Duas deusas, duas loucas, duas feiticeiras não autoritárias na condução de processos tão particulares e tão generosas nas trocas de conhecimento. Obrigada por incentivarem em mim a sensibilidade pelo espaço como produto social, pelo espaço como lugar de encontros e festas. Obrigada também pelas festas. Que feliz é festejar com vocês, as deusas do concreto paulista e das águas da Amazônia.

Beatriz Rufino é meu porto seguro do Ceará na FAUUSP, a quem agradeço desde o início da minha trajetória nesta casa pelas trocas sempre incentivadoras nos últimos anos, por estruturar meu pensamento muitas vezes com estrutura capenga, pela peça chave do resíduo, pelo acolhimento na sua própria casa.

Contribuíram de maneira essencial para esta tese Beatriz Tone e Caio Santo Amore, na banca de qualificação onde revolucionaram a pesquisa, me trouxeram o Jardim da União, a São João-588 e o método etnográfico. Trouxeram também um rigor ao falar e ao usar o método, não só na banca de qualificação como em tantas outras mesas que estivemos juntos, na universidade e no bar.

Os sete anos de FAUUSP, entre o mestrado e o doutorado, me trouxeram muitas pessoas companheiras e inspiração. Não citarei nomes para não cair no erro de esquecer alguém neste momento fim que o cansaço domina o corpo e a mente. A todas e todos desse percurso e dessa caminhada da FAU e do LabHab, meus mais sinceros agradecimentos e meu carinho, sigamos na luta por justiça socioespacial. Também às funcionárias e aos funcionários da FAUUSP, meus mais sinceros agradecimentos.

O Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPA-THIS), do qual fui assistente pedagógica, me trouxe gente jovem reunida na luta por uma atuação política da profissão. Vocês foram a alegria e a esperança de 2019. Começar esse ano tão duro com vocês ao lado foi fundamental para o fortalecimento. “Fazendo a velha cumeeira arriou, levanta povo, cativo acabou”.

As companheiras e companheiros da assessoria técnica Peabiru me abriram as portas, os arquivos, o coração. No decorrer desta pesquisa recorri muito às pessoas desse coletivo, que

sempre foram parceiras, com atenção e disposição para ajudar e contribuir.

Foram também espaços de discussão e contribuição desta pesquisa as disciplinas cursadas na FAUUSP e na Faculdade de Geografia da USP, especialmente o curso “Espaço, reprodução e cotidiano”, ministrado pela gigante professora Amélia Damiani, que juntou gente do Ceará a São Paulo e das mais diversas formações, da arquitetura e urbanismo, da comunicação, do direito, da psicologia e da geografia – a casa que nos recebeu. Gente formada na vida. Amélia é gigante no conhecimento e mais ainda na generosidade. Agradeço a ela pela “crítica da vida cotidiana” com o coração cheio de carinho. Agradeço ainda a Ricardo Baitz e Dario Vargas, que conduziram com Amélia esse curso de forma intensa, rigorosa e leve.

Às professoras e aos professores da FAUUSP, amigas e amigos, da sala de aula à mesa do bar – Bia, Caio, Camila, Estevam, Jorge, Karina, Luciana e Paula – minha admiração pela forma de abordar a profissão e dialogar sobre as trocas e formas de saberes. Quem dera se a academia fosse feita só por gente como vocês. Tê-los ao lado nessa caminhada representa o sentido da festa.

Pedro Testolino foi um parceiro que o CPPATHIS trouxe e que, na reta final, contribuiu com seu traço de arquiteto no croqui que me faltava. Marília Müller, Lila querida, parceira que a FAU e o CPPATHIS me trouxeram, de sensibilidade única e sempre disposta a ajudar, foi mega parceira no corre final – sempre é. E fez a diagramação. Agradeço também a Caio Dias. Foi o amigo querido que fez as fotos que faltavam da ocupação São João-588 e das ruas do centro. Nos conhecemos há tanto tempo, mas nos juntamos em São Paulo. Danilo Eric, meu sempre companheiro, também me trouxe seu traço de arquiteto nos croquis. Natália Marques é minha amiga-irmã, parceira, companheira desde a graduação. Chegamos juntas em São Paulo para dividir casa e sonhos. Muito aconteceu desde então e seguimos sempre juntas. Foi ela quem tratou as imagens e fez a capa. Marina Lima é minha amiga nerd que faz doutorado em Viena e fez a tradução do resumo para o inglês. Lauereta fez o corre final na ocupação para tirar uma foto que faltava. A vocês, compas, meu muito obrigada.

Camila, Carol, Laura, Natália, Marina e Thaísa, obrigada por

nossos almoços, risadas e amizade, por nossas trocas, do mais banal ao mais estrutural. Nem sei o que seria de mim sem vocês. São minhas pirigótycas, seis cearenses fora do Ceará e uma paulistana quase cearense que em dado momento se juntaram todas em São Paulo e depois se espalharam pelo mundo, porque cearense que é cearense é desprendida e voa, é gente que se espalha.

Adriana, Ícaro, Luiza, Tamires e de novo Danilo e Marina, reconquistamos juntos a leveza, nos fortalecemos, rimos, encaramos as contradições e seguimos juntos. Tem determinados lugares que têm funções específicas na vida e com vocês na minha vida a função foi cumprida.

Luiza Sassi, antropóloga amiga, também foi das maiores interlocutoras durante essa pesquisa. Ela me incentivou e fortaleceu quando a pesquisa estava travada e eu completamente perdida. Luiza me apresentou uma bibliografia que me motivou e me norteou, leu minha pesquisa em fases diversas e deu contribuições que me fizeram sempre avançar. Na reta final ainda revisou meu resumo. Muito obrigada, Lula.

São Paulo (re)colocou na minha vida tantas e tantos de lá, do nosso Ceará, que como eu estão ou passaram por aqui. André, Bia Jucá, Bia Rufino, Bruna, Caio, Camila, Claudinha, Dinne, Haroldo, Hulda, Magno, Pedro, Rafael, Régis, Rérisson, Sara, Sol, Thaís e Pedrinho-Pedrao, Valmir, Vitor, Vitoriano, Xandinha, Xavier... E deve faltar gente para citar, então peço desculpas desde já. Vocês são a minha Fortaleza nesse lugar.

Também de lá da nossa Fortaleza, André Drago, antropólogo sempre discutindo questões de método comigo na mesa de bar e a me socorrer nos momentos de angústia e desespero. Estivemos sempre juntos. E Beatriz Jucá, minha amiga de infância lá de Cedro. Passamos por Fortaleza e chegamos a São Paulo porque gostamos de desbravar o mundo. Uma jornalista posicionada na vida. Juntas, aqui, passamos por muitas coisas, inclusive quedas, tomografias e internações, mas também muita alegria e festejo. E tem mais de Bia nessa tese, na revisão das partes 1 e 5 e deste longo agradecimento. A filha de Plácido Filho tem muito orgulho e amor pela filha de Sávio e muito amor e orgulho desta amizade de pais para filhas.

Morando em São Paulo há sete anos e igualmente há sete anos na Santa Cecília, me apaixonei pelo bairro e pelas pessoas do bairro. Formamos o Comitê Popular Full Gás, nascido na disputa honesta de campanha na rua nas últimas eleições presidenciais e que segue como espaço de construção política a partir dos encontros no bairro, ocupando as praças e a rua como lugar político, de encontro e de festa. Beatrice, Jana, Marcola, Sarah e Sol, o que vale nessa vida nua é a gente se chamar e se fazer companheiras e companheiros. Sarah, lute como um ipê. E Robson, presente! Hoje e sempre.

Santa Cecília é uma festa e junta gente de todo lugar. Me trouxe, diretamente do Rio de Janeiro, Leandro. Um amigo amado com quem dividi casa, angústias, alegrias e garrafas de cerveja e vinho. Rafael, narrador em primeira pessoa do cotidiano do subúrbio carioca, amigo querido, ponta firme e parceiro do cotidiano que reivindica a Barra Funda e que em um fim de tarde, conversando na praça sobre esta tese e estes agradecimentos, me trouxe o título dos Novos Baianos. Roberta, que nem é carioca, mas me chegou por lá, vez por outra se aconchega na sala de casa e nos dá a graça de seu humor peculiar, ótimas conversas e dicas de maquiagem. Raquel é de Brasília, a pessoa mais engraçada do bairro, sem dúvidas, com quem adoro encontrar e rir até a barriga doer. Clara e Pato são vizinhos ponta firme, altas conversas no corredor fazendo análise de conjuntura e deixando o pão esfriar. E Gui sempre chegando em casa com suas peculiaridades de filho único para quem eu digo que a casa tem rigor e método. Laisa é a guria do Paraná e Gui o campineiro, vizinhos, amigos e colegas de profissão.

Uma cearense mundana, cujo lugar nesse mundo paulistano é o Al Jannah, bar e centro cultural de resistência palestina. Hasan e Marina, estamos juntos! Palestina Livre, do rio ao mar.

Lá do meu Ceará e entre Fortaleza e Rio de Janeiro, me acompanham desde sempre Amanda, Bia, Jajá, Lu, Rapha e Rully, nos somamos nas semelhanças e nas diferenças e dividimos o cotidiano, apesar da distância geográfica. Tem também minha amiga amor de infância Jullyana, vizinhas no Cedro e em Fortaleza, morro de saudade e amo quando bebemos vinho por vídeo. Lis é outra amiga amada de infância – a filha de tia Nem, minha primeira e amada professora – mais uma cedrense em Fortaleza com quem falo diariamente, de papo sério a resolu-

ções de equação de terceiro grau pelo telefone, literalmente. Lilibete, amiga amada da graduação, de quem morro de saudade e com quem amo conversar por vídeo. Cícera e Socorri-
nha, amigas de quando repetíamos “eu amo meu emprego”, que saudade de tomar banho de mar depois do trabalho com vocês e de correr na hora do almoço com os pombos da catedral como na novela Vamp. Como canta Gil: “Naquela ausência, de calor, de cor, de sal, de coração para sentir. Tanta saudade preservada num velho baú de prata dentro de mim”.

Também de Fortaleza e ancorada no Rio de Janeiro, minha amiga, companheira, parceira, jornalista e professora de luta, Mônica. Como diz em Cartaz: “Se você vem comigo eu não choro mais”. Mônica me apresentou ainda Renata Cidrack e Fernanda Meireles, que foram maravilhosas na revisão final do texto.

E nestes últimos quatro anos, novas vidas vieram para se somar nesse balançar. Alice, Arthur, Cadu, Carolina, Elis, Helena, Isa, Isabela, João, Joaquim, Lara, Levi, Lorena, Maria, Mariana, Nico, Zuca. E em 2019 Júlia fez 15 anos, tempo, tempo, tempo. E para completar a festa, Cauê, Constança, João, Lino e Marcela estão para chegar. Quanto amor e potência.

Com essa tese, também chegou na minha vida Vera, que me ajudou e me ajuda a entender e a elaborar muitas questões nos últimos quatro anos. Obrigada por ter me recebido e por continuar me recebendo com um valor que eu consigo arcar, fazendo a distribuição de renda a partir do consultório de psicanálise.

Por fim, eu, que nunca acreditei em equilíbrio, sigo sem acreditar, por isso vivo entre o yoga e a mesa do bar. Ambos me ajudam a me organizar e me mantêm nos extremos, que é onde eu gosto de estar. Quando Guimarães Rosa diz que “o que a vida quer da gente é coragem”, respondo dizendo que coragem eu tenho, o que eu não tenho é paciência. O método etnográfico e o yoga, ambos nos últimos quatro anos, me ensinaram a ter paciência, seja com os pés no campo de pesquisa ou com os pés no tapetinho. Eu não teria conseguido esses últimos quatro difíceis anos de pesquisa sem o bar, sem o yoga, sem a inquietação e o desejo de avançar na etnografia. Sem Belchior e Elis Regina cantando que “o novo sem-

pre vem”, sem Guimarães Rosa dizendo que “sertão é onde manda quem é forte com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado. O sertão é do tamanho do mundo. Sertão é dentro da gente. O sertão é sem lugar” e tantas outras e tantos outros. Fazer doutorado nos adoece, ainda mais em um país onde a pesquisa, o conhecimento, a educação e o pensamento são desvalorizados e perseguidos em um grau que nesse momento, depois de tantas palavras, me faltam palavras. Isso aqui é uma forma simples de agradecimento por um ciclo que se fecha. Obrigada a todas e todos que estiveram comigo no yoga, no campo, na sala de aula, nas casas, nas praças, nas ruas, no “bar, onde tantos iguais se reúnem contando mentiras pra poder suportar”, como canta João Bosco.

Obrigada, pessoas. Vocês são minha certeza do lado justo na vida. Nenhum passo atrás, nenhum direito a menos. E lembremos sempre do que canta meu conterrâneo Ednardo: “Eles são muitos, mas não podem voar”. Avante! Sigamos! Voemos!

CHÃO, PÓ, POEIRA:

A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO A PARTIR DE OCUPAÇÕES RECENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Este trabalho, ancorado em uma tríade formada pelas categorias de análise luta *coletiva-mulheres-ocupação*, aborda os nexos estabelecidos no processo de produção social do espaço contemporâneo entre a luta por moradia de fração precarizada da classe trabalhadora, a constituição do protagonismo feminino nessa luta e a conformação das estratégias de ação coletiva. Estabelece a hipótese de que esses nexos se configuram como mecanismo que dialeticamente constitui espaços de reprodução da vida, produz cidade em regime precário, funcional e associado à dinâmica global de produção capitalista do espaço, mas que em sua contradição - na forma particular das relações dialéticas de produção do espaço expressa por essa tríade - produz potências transformadoras. Parte-se de estudos de caso realizados nas ocupações Jardim da União e São João-588, respectivamente no extremo sul e no centro de São Paulo, enquanto processos de autoconstrução - aqui expressos por derivação conceitual pelos termos de autoprovisão e de autorreabilitação - que conformam parte expressiva da provisão de habitação da e para a classe trabalhadora. Da observação empírica desses espaços e dos processos e agentes de sua produção, busca-se elementos que contribuam para o entendimento da produção social do espaço urbano em sua interconexão com as lutas sociais. A estrutura que sustenta a tese é resultado da confrontação entre os dados de realidade que se depreendem do trabalho de campo com o referencial teórico inicial e o demandado pela própria interposição da realidade. Assim, à medida em que a tese se debruça em compreender as estratégias de luta de frações da classe trabalhadora, se desvela o protagonismo de lideranças mulheres. Ao investigar suas trajetórias de vida, trabalho e deslocamento no espaço, a dimensão de seu destino coletivo como encontro social em espaços precários se apresenta na conformação das lutas travadas nos interstícios do cotidiano, onde a produção residual do espaço - nos termos lefebvrianos - demonstra toda a potência transformadora em sua apropriação. Ao buscar apreender os nexos socioespaciais destes espaços, a máxima da dialética do espaço, de que os grupos sociais produzem o espaço e são por ele produzidos, se revela em sua especificidade.

Palavras-chave: 1.autoprovisão 2.autorreabilitação 3.deslocamento 4.luta coletiva 5.produção social do espaço

GROUND, DUST, DIRT:

THE SOCIAL PRODUCTION OF SPACE FROM RECENT SQUATS IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT

This work is based in the triad of collective struggle-women-occupy. The thesis addresses the connections established in the social process of production of contemporary space between the struggle of the most precarious fraction of the working class for housing, the arising of the female squatters as protagonists in this struggle and the composition of strategies of collective action. It establishes the hypothesis that these connections are configured as a mechanism that dialectically constitutes spaces of reproduction of life, produces cities in a precarious, functional regime associated to the global dynamic of capitalist production of space, but in contradiction produces transforming powers from the particular dialectic relations of production of space expressed by this triad. The work is based on case studies carried out in the squats Jardim da União and São João-588, respectively in the extreme south and downtown of the city of São Paulo, as examples of processes of self-construction. In this work self-construction is expressed as a conceptual derivation of the terms of self-provision and self-renovation, which form an expressive part of the provision of housing to and from the working class. From the empirical observation of these spaces, their processes and the agents of their production, elements are sought that contribute to the understanding of social production of urban space in its interconnection with social struggles. The structure of the thesis is the result of the confrontation between the inferred data of real facts from the field work with the initial theoretical reference and the demanded by the very interposition of reality. Thus, as the thesis focuses on understanding the strategies of struggle of fractions of the working class, the protagonist part of women leaders is revealed. When investigating their life, work and journeys in space, the dimension of their collective destiny as a social encounter in precarious spaces presents itself in the conformation of the struggles fought in the interstices of daily life, where the residual production of space - in Lefebvre's terms - demonstrates all the transforming power in its appropriation. In seeking to apprehend the socio-spatial nexus of these spaces, the maxim of the dialectics of space, that social groups produce the space and are produced by it, is revealed in its specificity.

Keywords: 1.self-provision 2.self-renovation 3.journeys 4.collective struggle 5.social production of space

SUMÁRIO

I. O PERCURSO DA PESQUISA: quando o descaminho se faz caminho	22
I.1. AS MULHERES DA PESQUISA	39
I.2. PERCURSO DE LEITURA	41
2. MULHERES PERCORREM ESPAÇO, ESPAÇO É MARCADO POR MULHERES	44
2.1. IVETE, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS	45
2.1.1. DE IPIRÁ PARA SÃO PAULO	46
2.1.2. DE SÃO PAULO PARA IPIRÁ E DE IPIRÁ PARA SÃO PAULO	54
2.2. APARECIDA, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS	64
2.2.1. DE IMPERATRIZ PARA SÃO PAULO	65
2.2.2. DO CORTIÇO NO CENTRO PARA A CASA NO BAIRRO	80
2.3. SÍLVIA, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS	85
2.3.1. DE ILHÉUS PARA SÃO PAULO	86
2.3.2. DE SÃO PAULO PARA ILHÉUS E DE ILHÉUS PARA SÃO PAULO	87

3. CHINELO BATIDO NO BARRO, SOBE E DESCE AS ESCADAS DOS MUTIRÕES E OCUPAÇÕES	94
3.1. IVETE BATE O CHINELO NO BARRO DA OCUPAÇÃO	95
3.2. APARECIDA SOBE E DESCE ESCADA DE MUTIRÃO E OCUPAÇÃO	107
3.3. SÍLVIA SOBE E DESCE ESCADA DE OCUPAÇÃO	131
4. ESPAÇO É PRODUTO SOCIAL	140
4.1. OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO	141
4.1.1. ESPAÇO E TEMPO DA FORMAÇÃO	141
4.1.2. A FORMAÇÃO DA OCUPAÇÃO E TRAJETÓRIAS	147
4.1.3. MULHERES PRODUZEM ESPAÇO, ESPAÇO PRODUZ MULHERES	156
4.2. OCUPAÇÃO SÃO JOÃO-588	200
4.2.1. ESPAÇO E TEMPO DA FORMAÇÃO	200
4.2.2. A FORMAÇÃO DA OCUPAÇÃO E TRAJETÓRIAS	209
4.2.3. MULHERES PRODUZEM ESPAÇO, ESPAÇO PRODUZ MULHERES	219
5. CHÃO, PÓ, POEIRA: considerações sobre a produção social do espaço contemporâneo na cidade de São Paulo	244
LISTA DE IMAGENS	252
LISTA DE QUADROS	254
LISTA DE SIGLAS	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
OUTRAS REFERÊNCIAS	270

[...] o que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será.
e a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter;
é nunca fazer nada que o mestre mandar.
sempre desobedecer.
nunca reverenciar.

(Como o diabo gosta - Belchior, presente)

I. O PERCURSO DA PESQUISA:

quando o descaminho se faz caminho

Escrevo em primeira pessoa. Não seria possível negar que bastante influenciada por anos de escrita sobre vivências, percursos, trajetórias, causos, sentimentos e sensações, inclusive muitas vezes como forma de elaborar minha própria experiência como pesquisadora, mulher, nordestina do sertão, habitando “a solidão destas capitais”, parafraseando meu conterrâneo Belchior na canção “Alucinação”. Mas também por opção enquanto pesquisadora, apoiada na proposição da professora Cibele Saliba Rizek, que ao falar e escrever sobre incursões etnográficas diz que “[...] o lugar do pesquisador pode e deve ser interrogado para além de um discurso em terceira pessoa, como sujeito indefinido, como se não estivesse na cena que descreve. [...] é preciso pensar quem vê e como vê [...]” (RIZEK, 2013, p. 22). Decisão esta que contou com o incentivo fundamental para que eu tomasse coragem em encarar este desafio epistemológico dado por minha orientadora, professora Karina Leitão. Apesar da escrita em primeira pessoa, a reflexão aqui apresentada é fruto de construção e caminhada coletiva, sem com isso deixar de me responsabilizar pelo ônus de qualquer inconsistência. Ainda por escrever em primeira pessoa e por me implicar em imersões etnográficas, na realização desta pesquisa atentei para a advertência de não “[...] cair no exercício – talvez excessivamente usual – do que se pode identificar como uma autoetnografia” (RIZEK, 2013, p. 20). Assim, no decorrer da pesquisa, o inevitável intercruza-

mento da minha própria vivência e trajetória com as trajetórias e vivências dos atores sociais aqui pesquisados foi tratado também como elaboração do olhar do pesquisador enquanto perspectiva teórico-metodológico particular. O reconhecimento da impossibilidade de neutralidade ou imparcialidade não impede o rigor científico e este não isola os afetos. Que fique claro:

‘Afeto’ não significa um sentimento de ternura ou amor. Significa, antes, nossa capacidade de interação, nossa capacidade de movimento e de sermos movidos em um fluxo interminável de trocas e encontros, que supostamente expandem nossos poderes e demonstram não apenas a infinita produtividade de nosso ser, mas também o caráter transformador – e, portanto, já político – da vida cotidiana (FEDERICI, 2019, p. 338).

Assim, afetada pela vida cotidiana, essa pesquisa percorreu um caminho não muito linear. A proposição inicial abordava, a partir de dois distintos movimentos de moradia – um oriundo das lutas pela redemocratização ainda na década de 1980 e outro formado no contexto das lutas contra a globalização na metade dos anos 1990 –, estratégias de luta por moradia, tanto no que se refere a práticas de ação direta, quanto a práticas de incidência na política pública através de canais institucionais.

O ano em que a pesquisa se iniciou foi 2016. O país enfrentava uma profunda crise econômica, social e política após as eleições de 2014, desencadeando um processo de redução de investimentos em políticas sociais que se agravou após o processo de impeachment decorrente de grave quebra da institucionalidade caracterizado como golpe de estado¹. A pesquisa tinha, então, o objetivo de registrar e compreender as diferentes estratégias de ação utilizadas pelos dois movimentos de moradia estudados e, a partir dessa compreensão, analisar criticamente como a utilização dessas estratégias de ação reverberava na produção do espaço urbano e na política pública correlata. Para isso, buscava compreender historicamente a transformação dessas estratégias utilizadas desde o surgimento desses movimentos, no contexto dos diferentes momentos políticos vivenciados pelo país e mais especificamente pela cidade de São Paulo. Dessa forma, para desenvolver o memorial de qualificação, além de uma ampla revisão histórica da

¹ “[...] golpe parlamentar, jurídico, midiático, disfarçado de impeachment” (BRAGA, 2017, p. 178).

trajetória desses movimentos e de revisão bibliográfica acerca da conformação e características das lutas sociais urbanas no Brasil, realizei algumas entrevistas com lideranças desses movimentos e utilizei, também, algumas entrevistas transcritas na íntegra por mim a partir de material bruto que um colega pesquisador havia coletado com outras lideranças desses mesmos movimentos durante sua pesquisa de mestrado. Bem, as linhas que se seguem não se mantiveram por esse caminho, apesar de alguns elementos permanecerem.

Quando iniciei o doutorado, ainda sem bolsa de pesquisa, trabalhava em outro lugar como arquiteta urbanista, uma assessoria técnica a movimentos sociais no campo habitacional, em regime de trabalho de mais de quarenta horas semanais. O que por um lado me permitiu, pelo trabalho direto com a questão da moradia, a constituição de uma perspectiva privilegiada de percepção acerca de movimentos de moradia de São Paulo, suas estratégias e incidência sobre a política pública. Mas que por outro lado, me impediu, nesse momento, um debruçar com a intensidade que um trabalho de pesquisa desse porte necessitava. O contexto social, político e econômico já dava o tom da precarização da pesquisa no país. Ainda assim, consegui dedicar algumas horas semanais durante os dois primeiros anos para assistir aulas de disciplinas que me ajudaram a construir um panorama teórico mais sólido acerca da produção do espaço urbano. Às vésperas da banca de qualificação, que aconteceu em abril de 2018, me afastei do trabalho como assessora técnica para me dedicar à escrita do memorial de qualificação. Por motivos outros me desliguei da assessoria técnica em que trabalhava e, na sequência da qualificação, consegui acessar a bolsa CAPES, o que me permitiu finalmente desenvolver com dedicação integral o trabalho de pesquisa.

Na ocasião da qualificação, trabalhava ainda com essa proposição inicial de pesquisa intrinsecamente ligada à política pública habitacional. No entanto, já há algum tempo, carregava comigo a percepção e a sensação de que esta proposição, ao menos para mim, já havia perdido bastante o sentido, dada as especificidades do momento de grave crise da política pública e dos sinais de esgotamento das energias sociais e políticas que as haviam engendrado. Em consonância com isso, a arguição da banca de qualificação produziu uma reconfi-

guração quase que por completo da pesquisa inicial, que é o que aqui se desenvolveu. Fui orientada a mudar o percurso que havia conduzido até então e incentivada a investigar a produção do espaço urbano contemporâneo a partir de uma “miríade” – conforme sugestão de Beatriz Tone na banca de qualificação – de ocupações na cidade de São Paulo. A qualificação converteu-se quase que numa estaca zero para a pesquisa. A partir daí, iniciei o trabalho de campo ainda tateando procedimentos do método etnográfico e com metade do prazo de realização da pesquisa já decorrido.

A perspectiva de compressão do espaço lido a partir das ações dos movimentos de luta por moradia e sua política desliza para a perspectiva de compreensão da produção do espaço a partir da concretude das ocupações e seu cotidiano. O contingenciamento temporal não permitiu propriamente a investigação de uma miríade de ocupações, mas o sentido da ideia de miríade permaneceu na escolha das duas ocupações que viria a investigar, a saber, uma ocupação de terra no extremo sul da cidade de São Paulo, a ocupação Jardim da União, sugerida durante a própria banca de qualificação pelo professor da FAUUSP Caio Santo Amore, também arquiteto e urbanista na assessoria técnica Peabiru e que no ano anterior havia desenvolvido, em parceria com a associação de moradores desta ocupação, um plano popular que definiu lotes e vias focado na futura regularização e que fora desenvolvido e executado com recursos financeiros dos próprios moradores. Já para a segunda investigação foi sugerida, também durante a banca, uma ocupação de edificação na área central da capital paulista, posteriormente definida a partir de conversas com uma liderança de um movimento ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM), a ocupação São João-588, com um histórico de resistência a diversos pedidos de reintegração de posse, barrando cada um deles e seguindo na consolidação de seu espaço na cidade.

Assim, a escolha das ocupações foi feita com o objetivo de ter, se não uma miríade, ao menos dois estudos de caso, duas situações em que o contexto socioespacial e seu cotidiano de produção fossem bastante distintos e que pudesse proporcionar uma leitura relativamente abrangente da produção social do espaço contemporâneo na cidade de São Paulo realizado por frações – das mais pauperizadas – da classe trabalhadora.

Martins (1973), ao defender o estudo de caso nos estudos sociológicos, afirma que “[...] seu uso se dá no corpo de um esquema de conhecimento voltado para apreensão dos fundamentos concretos, isto é, históricos, dos fenômenos sociais” (MARTINS, 1973, p. 36). Por isso, para qualificar a percepção do fenômeno espacial no cotidiano contido na relação dos moradores com a própria ocupação e seu entorno, se fez importante que uma fosse ocupação de edificação e outra ocupação de terra; uma na região central, outra na periferia, por compreender que é distinta a forma de se relacionar e de morar em casas e em prédios; em regiões centrais e em regiões periféricas. Não que eu buscasse seguir pelo debate da dicotomia da relação centro-periferia². Nesse sentido, o intuito de uma ocupação no centro e outra na periferia buscou avançar na compreensão das relações dos moradores desses locais com o entorno imediato onde se situam e da cidade como um todo. Procurei compreender essas relações a partir do cotidiano vivido dos moradores e suas lutas por permanência nesses locais.

A ocupação São João-588 se caracteriza por ser uma ocupação de área central, de uma edificação já existente, realizada na primeira década dos anos 2000, momento em que o país vivia uma euforia otimista e alcançava sucesso e fama política internacional, dado o alargamento do consumo e a implementação de distintas políticas públicas de caráter mais social. Já a ocupação Jardim da União se caracteriza por ser uma ocupação de terra organizada na periferia extrema da cidade de São Paulo, com uma configuração espacial e modos de organização específicos, oriunda de um espírito político presente nas manifestações de 2013, ano marco de uma explosiva energia social que colocou nas ruas uma possível evidência do saturamento daquele modelo de desenvolvimento e que reverberou também no número de ocupações realizadas na cidade de São Paulo e cujos desencadeamentos permanecem em disputa política que, inclusive, não são objeto de análise neste trabalho.

2 Tanaka (2006); Nery, Souza e Adorno (2019).

Imagem 1: Croqui de localização das ocupações Jardim da União e São João-588.
Elaboração: Danilo Eric (2020).

Para a realização do trabalho de campo, procurei me apropriar – conforme sugestão da banca de qualificação – da metodologia etnográfica. A bibliografia sobre pesquisa etnográfica foi fundamental nesse processo. Para Rizek (2013), a pesquisa etnográfica

*[...] busca compreender as práticas e a experiência da cidade em sua multiplicidade
[...] Dessa perspectiva, perscrutar as várias dimensões de um fazer, de um conjunto de práticas, de um conjunto de relações é muito mais do que compreender apenas (apenas?) representações. Ainda assim, é preciso também apreender, pesquisar, coletar e interpretar representações, dimensões simbólicas, expressões estéticas que possam*

apontar consensos e dissensos, dimensões que permitam entrever vínculos e relações entre estética (apreensão e percepção do mundo sensível) e política, entrever formas de disputa em torno das leituras do mundo, da cidade, da produção estética. Dessa perspectiva, é possível pensar a pesquisa etnográfica como um caminho fértil para compreender a produção – o fazer, relações, práticas, horizontes e modos de recepção – das dimensões urbanas e de seus sentidos (RIZEK, 2013, p. 19 e 20).

Com essa perspectiva, busquei apreender essa multiplicidade de experiências vividas no cotidiano. Em momento anterior à banca de qualificação e a essa imersão metodológica, já havia mobilizado um conjunto de referências bibliográficas que discute movimentos de moradia e suas estratégias de ação. Foi a partir dessas leituras teóricas e metodológicas que iniciei o campo, ou seja, parti das percepções produzidas na leitura dos referenciais bibliográficos, mas buscando no campo os elementos de realidade e as categorias de análise para retornar à reflexão apoiada nestes e em novos referenciais.

Iniciei a pesquisa de campo na ocupação Jardim da União³ já na semana seguinte à qualificação. Tentei contato com Solange, uma das lideranças locais, por meio de um número de celular que obtive com pessoas ligadas à assessoria técnica Peabiru. Não obtive êxito. Tentei novo caminho a partir de uma militante ligada a um movimento de moradia que também atua na ocupação Jardim da União. Consegui o mesmo número de celular. Falei que por ele não estava conseguindo contato, ao que ela respondeu com a informação de que no final daquela mesma semana, no sábado, os moradores estavam organizando um mutirão. Não tive escolha. Sem qualquer contato prévio, às 13h, rumei naquele dia chuvoso ao extremo sul da cidade de São Paulo, imaginando que com o mutirão acontecendo poderia me apresentar, entender um pouco do mutirão, conversar sobre ele e então falar sobre a pesquisa e que desejava frequentar a ocupação e ficar conversando com as pessoas.

Quando cheguei à ocupação – dois metrô, um trem, três ônibus e um tempo de caminhada a pé – às 15h30m, estava um tanto perdida, caminhando pela rua Antônio Burlini, que dá acesso à ocupação. Foi quando encontrei Nilma, uma das

³ A pesquisa etnográfica foi realizada na ocupação Jardim da União entre abril de 2018 e dezembro de 2019. Nos dois primeiros meses de 2020 algumas visitas mais esporádicas foram realizadas.

moradoras que havia aberto o portão de casa para se despedir de conhecidos. Logo que me viu, antes mesmo de eu me aproximar para me apresentar e perguntar qualquer coisa, fez um gesto para que eu esperasse ela se despedir daquelas pessoas. Estava visível: eu não era dali, mas queria alguma coisa de lá. Eles se despediram e logo ela me perguntou por quem eu estava procurando, ao que respondi que procurava por Solange, que tinha vindo através do contato com a Peabiru e queria ver o mutirão. Ela disse que o mutirão havia sido cancelado por conta da chuva e que Solange estava sem celular, mas ligaria para Ivete, vizinha de Solange, para que ela avisasse para Solange me receber. Indicou-me que eu deveria fazer o caminho de volta e que Ivete me receberia na primeira rua de acesso à ocupação, onde as duas moram. Retornei e fui recebida por Ivete e Solange na rua, em frente à casa de Ivete. Me apresentei, comentei sobre o mutirão e de seu cancelamento e assim, sem maiores mediações, fui obrigada pela situação a já adentrar no assunto de que tinha interesse em ficar e conversar com elas sobre a história da ocupação. A fisionomia delas era de nítido estranhamento. Expliquei que, embora eu tivesse ido a partir de contato com a Peabiru, com quem tenho relações próximas e com a qual já tinha feito trabalhos em parceria, nunca havia trabalhado na Peabiru. Levou um bom tempo para pararem de me apresentar na ocupação como “Larissa da Peabiru”, embora essa ideia nunca tenha se dissipado por completo.

Entramos na casa de Ivete. Ela, Solange e eu. Como o contato que haviam me passado inicialmente era o de Solange, iniciei com ela a conversa, na sala-cozinha da casa de Ivete, que estava realizando afazeres domésticos, mas atenta à nossa conversa. Novamente expliquei – ou tentei – sobre a proposta de pesquisa e que queria passar dois anos indo até lá para conversar com ela sobre a história da ocupação e entender as estratégias de luta. Neste momento, essa perspectiva ainda permeava meu pensamento. Sentei em um sofá ao lado do qual Solange havia sentado, o que me posicionava de frente para a cozinha. Retirei da mochila meu caderno de campo, páginas em branco, e pedi para ela me contar um pouco da história do movimento e da ocupação. Ela então começou a contar de sua vida: nasceu no Rio Grande do Norte e foi criada pelos avós maternos na zona rural. A mãe de Solange morreu após o nascimento de sua última filha,

quando foi agredida pelo marido após sair da maternidade. Solange e os irmãos nunca mais viram o pai. Fechei o caderno. Compreendi que aquele não era o momento de se registrar nada para além da memória. Era um momento de escuta. Solange seguiu falando livremente sobre sua vida, quando casou, quando nasceram os filhos, quando mudaram para São Paulo, quando se separou, da fome que passou morando com os avós na infância, no que trabalhou quando chegou em São Paulo, onde morava anteriormente, dentre outros assuntos. Ficamos ali conversando por aproximadamente uma hora até que veio um silêncio constrangedor. Solange e Ivete questionaram mais uma vez quem eu era e qual meu objetivo ali. Fiz nova explicação.

Apesar de chegar a campo a partir de indicações e de anteriormente ao início desta pesquisa já ter ido a uma festa junina na ocupação, em 2014, as primeiras idas a campo – agora como pesquisadora – foram difíceis e pouco fluidas. Cheguei ao campo, mas ainda não havia conseguido estabelecer o trabalho. A sensação de estar atrapalhando o cotidiano me era constante e a falta de cumplicidade fazia das primeiras idas algo superficial e que duravam menos tempo do que eu imaginava ou desejava. Foi fundamental compreender a necessidade de alguns procedimentos. O caderno de campo pode instaurar uma barreira, um impedimento à fluidez das conversas e das relações. O ideal é não usá-lo na presença das pessoas. Além disso, superar o incômodo interno e insistir na minha presença foi fundamental para a consolidação da relação e para que futuramente a conversa viesse a ser fluida e minha presença não fosse mais um estranhamento. Nesse sentido, bolo e café podem ser convertidos em procedimento relacional metodológico até que as relações se estreitem e as conversas e os silêncios passem a ser espontâneos.

Depois disso, os registros no caderno foram feitos sempre após a saída de campo, depois do dia a dia de imersão, ainda com a memória fresca. Exceto em casos de reuniões formais com o poder público ou em assembleias dos próprios moradores. Destaco este procedimento porque o registro sistemático da imersão é o que permite situar espacial e temporalmente o que nomeei de marcos de inflexão, de que me servi na construção da reflexão analítica das trajetórias de vida de minhas interlocutoras. Assim,

O diário de campo funciona como um anúncio de um texto futuro, ao qual só se chega, quando se chega, por esse retorno ao trabalho de campo. Esse trabalho de retorno é uma volta ao campo, uma dobra de tempo e de espaço sobre a pesquisa realizada, ainda inconclusa. Dessa perspectiva, a primeira pessoa não é sempre a mesma pessoa (RIZEK, 2013, p. 23)⁴.

Marco de inflexão é o que defino, a partir das conversas, como os momentos que caracterizam grandes mudanças de vida. Seja o deslocamento para outra cidade, a mudança de casa, um novo trabalho ou o engajamento na luta por moradia. Apesar de, no fio narrativo da construção do texto, o nascimento dos filhos estar em segundo plano, esse também é um marco que baliza os tempos e ajudaram a compreender melhor as trajetórias, além de marcar a intensificação da divisão desigual do trabalho doméstico e do cuidado. Situar esses marcos de inflexão pressupõe “[...] reter a cidade como plano de referência e recuperar algo da história urbana para bem situar os pontos de inflexão da experiência urbana recente” (TELLES, 2013, p. 359).

Ao fim daquela primeira conversa, que durou muito menos do que eu esperava, me despedi e combinamos de que eu voltaria na próxima semana. Como combinado, na semana seguinte, quando já estava no trem, mais ou menos na metade do caminho, falei com Solange. Ela havia conseguido um trabalho e não conseguiria conversar comigo, mas disse que Ivete me receberia. Quando imaginei ter estabelecido uma interlocução com quem realizaria a pesquisa, esta já parecia se diluir. Conversei com Ivete na busca de uma nova interlocução. A ela também perguntei sobre a história da ocupação e do movimento. Ao que também me respondeu contando sua trajetória de vida, onde tinha nascido, como tinha vivido, casado, mudado para São Paulo, tido as filhas, retornado novamente, voltado mais uma vez para São Paulo, mais uma filha, aluguel caro, dificuldade de trabalho e assim foi morar na ocupação. Como minha leitura estava focada nas estratégias dos movimentos de moradia, iniciei o campo insistindo nesse olhar. Então, eu tinha aquela pergunta sobre a história

4 Em diálogo com Rafael Alves, também arquiteto urbanista e pesquisador da FAUUSP, analisamos esta citação a partir do escritor russo Fiódor Dostoiévski que em sua clássica obra Crime e Castigo (1866) diz algo, mais ou menos, assim: “Também em minha casa, hoje, nenhuma cadeira continua como estava ontem, pois eu já não sou o mesmo”.

da ocupação que me era respondida com trajetórias de vida. Não havia, até pela própria história recente daquela ocupação, nenhum aparato discursivo a ser acionado. Levei ainda algum tempo até perceber que a escuta dessas trajetórias de vida não era um desvio que precisava percorrer para compreender a produção daquele espaço. As trajetórias daquelas mulheres conformavam os próprios fundamentos dialéticos dos processos que produziam aquele espaço. Percebi que o descaminho “trajetórias” se transmutava no caminho que a pesquisa precisava percorrer. O caminho que me levaria às questões que realmente me mobilizavam, mais próximos à realidade concreta do que das elaborações discursivas que costumam acompanhar o pensamento político. A escuta das trajetórias foi o primeiro elemento de trabalho que minha presença no campo, de alguma forma, impôs.

Ao fim do primeiro mês de imersão etnográfica, o estranhamento já não era mais impositivo e a minha presença foi se tornando algo natural àquelas pessoas e àquele espaço, para além da casa de Ivete. Casa esta que sempre foi meu primeiro ponto de entrada ao chegar ao Jardim da União, uma espécie de ponto de referência ao trabalho de campo. Durante o primeiro mês, conversamos muito caminhando pela ocupação. Geralmente, nos dias em que eu ia, Ivete me esperava para andar exercendo alguma atividade, como entregar panfletos convidando para a próxima assembleia ou resolver questões do cotidiano nas casas de outras pessoas ou em algum comércio local. Essas andanças iniciais me proporcionaram conhecer outras pessoas ali moradoras e ser conhecida por elas. Mesmo que eventualmente, passei a participar daquele cotidiano, o que significa, conforme compreendi, que o trabalho no campo havia se estabelecido. O cotidiano já era uma categoria de análise presente na bibliografia de referência, mas foi só em campo que pude compreender sua importância enquanto experiência vivida. Concretude que informa as elaborações abstratas da análise.

Ivete passou a ser a principal interlocutora da minha pesquisa no Jardim da União, mas não a única. Sempre tentei me manter atenta a outras pessoas e histórias. Também tentei interlocução com alguns homens moradores da ocupação, inclusive José, marido de Ivete, com quem eu encontrava com frequência. Consegui pouca abertura para que eles me con-

tassem suas histórias de vida e como chegaram à ocupação, ou mesmo falassem sobre suas vidas na atualidade. Nunca foi minha intenção realizar pesquisa com mulheres em especial, mas a disposição cotidiana das mulheres em interagir foi construindo uma relação de cumplicidade e confiança que não ocorreu com os homens. No entanto, menos que a facilidade de acesso, foi a percepção – em campo e pela escuta das trajetórias de vida – de que essas mulheres conformavam um protagonismo que era atinente à própria lógica social e de produção do espaço, muito presente em movimentos de moradia, que definiu essa outra marcação da pesquisa trazida pelo campo: a de que as interlocutoras seriam mulheres. Esses muitos detalhes a que me detive em relação a esse primeiro momento de idas à ocupação Jardim da União é porque foi de lá, dos elementos trazidos pelo campo lá realizado, que saíram marcadores e categorias que guiaram toda a pesquisa, inclusive a estruturação do campo na ocupação São João-588.

Três meses após o início do campo na ocupação Jardim da União, iniciei o segundo campo na ocupação São João-588⁵, localizada no centro, a 30 minutos de caminhada da minha casa por um caminho que, desde que moro em São Paulo, me é familiar e cotidiano. Cheguei lá pela primeira vez enquanto pesquisadora através do contato com uma liderança de um movimento de moradia que participa da mesma frente que o Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), movimento que organiza a ocupação São João-588. A experiência lá foi bastante diferente. Por ser uma ocupação no centro da cidade, que recebe visitantes e pesquisadores com mais frequência, além de ser uma ocupação organizada por um movimento de moradia de história mais antiga e articulado a uma rede que realiza diversas ocupações de edifícios abandonados, a recepção foi mais formal e menos espontânea. Já há no discurso das lideranças todo o histórico da ocupação, desde como foi o dia da ocupação até como tem sido a luta nos dias correntes, passando por todos os entraves com o poder público e a relação com os moradores. Neste sentido, se eu chegasse na ocupação São João-588 com a pergunta que cheguei à ocupação Jardim da União – quais as estratégias

5 A pesquisa etnográfica foi realizada na ocupação São João-588 entre julho de 2018 e dezembro de 2019. Nos dois primeiros meses de 2020 algumas visitas mais esporádicas foram realizadas.

de luta do movimento – teria sido imediatamente respondida pelas pessoas que me receberam naquela primeira ida: Aparecida, liderança da ocupação desde sua formação, e Maurício, liderança de destaque dentro da ocupação. Mas ao chegar lá, já com a experiência do campo no Jardim da União e com os marcadores e categorias lá estabelecidos, minha pergunta inicial foi outra. Disse para Aparecida que estava interessada em saber da sua vida, onde nasceu, como e quando chegou em São Paulo, como e quando chegou no movimento de moradia, como e quando se tornou liderança que organiza ocupação. Embora muito bem recebida também por Maurício, expliquei que se tratava de uma pesquisa com mulheres. Comecei então a interlocução com Aparecida. Na segunda ida a campo, ela não estava lá e Maurício me apresentou à Sílvia, que, assim como Aparecida, também se transformou em minha interlocutora.

Passei a ser pessoa frequentadora da casa de Sílvia. Ela me recebia sempre na sua casa, que se trata de um quarto grande, com uma pequena cozinha e um pequeno banheiro, uma vez que a ocupação São João-588 se estabelecera em um antigo hotel. No primeiro encontro com Sílvia, já conversamos longamente. Os assuntos banais fluíram muito, pois ela estava assistindo um famoso programa de televisão das tardes de sábado, o que nos proporcionou muito assunto. Algumas vezes descemos para conversar no salão de atividades coletivas do prédio e também passeamos pelo centro da cidade para tomar sorvete em dias muito quentes. Com Aparecida, as conversas sempre foram na sala de administração da ocupação. Muitas vezes fomos interrompidas nestes momentos para que ela resolvesse algo e depois retomávamos. Também nos encontramos em atos de rua e em atividades festivas da ocupação. Aqui a inserção no cotidiano ocorreu de forma mais rápida, e o trabalho de campo se constituiu como uma profícua aplicação dos elementos, marcadores e categorias construídas no campo do Jardim da União.

Para trabalhar com a questão das trajetórias, me debrucei sobre um método descrito por Alonso (2016) como “reconstrução de trajetórias individuais”. Para esta autora, a reconstrução das trajetórias individuais “consiste em acessar informações por meio da reconstrução das experiências dos indivíduos, seja a partir de seus próprios relatos, seja por outros meios” (ALONSO, 2016, p. 12) e ainda “a coleta de narrativas dos

membros da vida social sobre suas próprias experiências” (ALONSO, 2016, p. 12).

Ainda sobre o estudo de trajetórias de vida, Guérios (2011), afirma que:

Ao tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência [...] que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo (GUÉRIOS, 2011, p. 13).

Aqui, um novo elemento se destaca do campo. Trata-se da dimensão da luta coletiva. Esse elemento foi apreendido no esforço de estruturação metodológica do estudo de trajetórias de vida. Posto que, para tanto, foi preciso voltar o olhar para a conexão entre o meio social onde a trajetória individual se desenrola. É a partir dessa conexão que é possível compreender a trajetória dessas mulheres, ao colocar em perspectiva elementos que explicitam o movimento e suas condições de realização. As conexões de seus deslocamentos com os marcos temporais e espaciais – atravessados por marcos políticos, sociais e econômicos do país – delinearam os sentidos dessas trajetórias em evidências concretas. A partir da experiência individual dessas mulheres, o que se percebe é uma modulação da história e da produção social do espaço urbano e o destino coletivo subjacente aos que experienciam condições sociais similares. Bem como se percebe que, em suas trajetórias, nos seus deslocamentos pelo país ou pela cidade, eram indissociáveis da marcação trabalho e casa. Então, para a apreensão dessas trajetórias, montei uma primeira tríade analítica: casa-deslocamento-trabalho⁶.

Por isso a revisão bibliográfica incorporou autores que discorrem acerca da categoria trabalho, trazendo para a minha reflexão um diálogo com o debate no campo da sociologia do trabalho⁷. Essa categoria, cabe frisar, se apresentou de forma marcante em associação com a questão da moradia e do deslocamento. Um desdobramento que também foi trazido pelas imersões no campo foi a questão do trabalho doméstico. Cabe o adendo de que levei tempo para perceber e encarar

6 Tríade horizontal e não piramidal, escrita aqui em ordem alfabética e não por ordem de peso ou importância.

7 Braga (2012); Braga (2017); Cubas (2017); Nogueira (2007); Pochmann (2012).

o trabalho doméstico como categoria de análise fundamental para esta tese. Talvez pelo peso inicial que dei ao trabalho remunerado, questão que marca também a sociologia do trabalho. Mas não foi possível ignorar o campo que sempre me reafirmava a importância da categoria do trabalho doméstico. Para entrar neste debate, recorri a uma bibliografia feminista⁸ que enfrenta a questão do trabalho doméstico ainda ser encarado como improdutivo e no âmbito da reprodução e não da produção.

Aqui abro um parêntesis para tratar de uma questão terminológica. Ao me referir a essas mulheres, interlocutoras da pesquisa, optei em diversos momentos por utilizar o termo *sujeitas*, no feminino, ainda que esta palavra, no português, não seja considerada o feminino de sujeito, no masculino. Dois são os motivos: primeiro, em consideração à dimensão feminista que atravessa tanto a luta por moradia quanto o trabalho doméstico, presente no cotidiano das mulheres. Além disso, em consideração à bibliografia feminista que me permitiu discutir este último tópico (trabalho doméstico). Trata-se de compreender a importância política de demarcar uma luta feminista a partir do uso das palavras. Dessa forma, vou ao encontro de Federici (2019), que, ao falar sobre a política dos comuns a partir de uma perspectiva feminista, afirma que:

'feminista' se refere a um ponto de vista constituído pela luta contra a discriminação sexual e sobre o trabalho reprodutivo que [...] é a base sobre a qual a sociedade é construída e pela qual todos os modelos de organização social devem ser testados (FEDERICI, 2019, p. 306).

Já o segundo motivo se refere à necessidade de demarcar que não trato de sujeitos de ação genéricos ou abstratos, mas sim de sujeitos históricos específicos, que carregam em suas vidas a experiência concreta de serem mulheres no mundo e, portanto, as nomeio *sujeitas*. Quando essas sujeitas produzem espaço e o espaço as produz, uma dimensão feminina (condição de gênero social) dialeticamente se atravessa às categorias espaço e sujeito. Assim é importante destacar que não me parece acaso que sejam mulheres, em maior número, os participantes em muitos movimentos de moradia e que grande parte desses movimentos sejam liderados por mulheres. Os

8 Davis (2016); Federici (2019); Georges (2011); Saffioti (1979).

trabalhos de cuidado e proteção são historicamente destinados às mulheres, e a casa, em boa medida, representa o lugar onde se realiza o cuidado e a proteção. Acaso também não me parece que várias dessas mulheres, interlocutoras esporádicas ou permanentes em minha pesquisa, se deslocaram também quando familiarmente foram demandadas e em busca de cuidado familiar (leia-se cuidado feminino).

Fechado o parêntesis, retomo o curso de desenvolvimento da pesquisa.

A partir, então, dos elementos advindos dos trabalhos de campo conforme expus anteriormente (o encontro em espaços precarizados, o protagonismo feminino, e o destino coletivo), somados à apreensão das trajetórias de vida e à primeira tríade onde a casa e o trabalho conformavam o deslocamento, desdobrei uma segunda tríade analítica: lutas coletivas-mulheres-ocupação⁹. Ao se deslocarem e se encontrarem nesses espaços de ocupação, essas mulheres passam a se entender como mulheres trabalhadoras pobres, forjando trajetórias e lutas coletivas que reverberam na produção da cidade, que se desdobra, em sua multiplicidade, na dialética do espaço ser produzido por elas, ao mesmo tempo em que também produz essas sujeitas políticas.

Em suma, essa pesquisa foi realizada a partir de um intenso campo amparado na metodologia etnográfica, em que trabalhei com uma bibliografia em perspectiva, mas não tentei fazer a leitura desse espaço de forma a enquadrá-la na bibliografia. Observei aquela realidade, escutei o que aquelas mulheres me contavam, como elas contavam e como se elaboravam. Com esse procedimento, o campo me foi interpondo categorias de análises, organizadas na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação, que foram postas em diálogo com a exploração do debate teórico e conceitual em torno da produção social do espaço urbano, fundamentalmente pelas categorias cotidiano e resíduo, na acepção de Henri Lefebvre (1901-1991). Categorias estas que permaneceram porque me pareceram adequadas à análise demandada pela interação com o campo.

9 Tríade horizontal e não piramidal, escrita aqui em ordem alfabética e não por ordem de peso ou importância.

Dessa forma, a tríade luta coletiva-mulheres-ocupação se consolidou a partir de uma imersão em campo que “se vale do acompanhamento sistemático de todas as atividades do grupo estudado” (ALONSO, 2016, p. 10) e que foi realizada com permanência constante nas ocupações e em longos períodos de conversas das mais distintas maneiras: tomando café na cozinha, caminhando pela ocupação, tomando cerveja no bar da ocupação, tomando sorvete nos arredores, participando das assembleias de moradores, acompanhando representantes das ocupações a reuniões com o poder público, participando de suas atividades culturais e festivas. Inclusive, nas duas ocupações, diversas vezes levei bolo para criar um momento de café, especialmente no início da pesquisa de campo, quando, enquanto comíamos, íamos conversando e eu podia adentrar a vida daquelas pessoas e elas a minha vida.

Realizado esse percurso, a hipótese que estabeleci é a de que os nexos encontrados, no processo de produção social do espaço contemporâneo, entre a luta por moradia da fração precarizada da classe trabalhadora, a constituição do protagonismo feminino nessa luta e a conformação das estratégias de ação coletiva, se configuram como mecanismo que dialeticamente constituem espaços de reprodução da vida e da força de trabalho e produz cidade em regime precário, funcional e associado à dinâmica global de produção capitalista do espaço, mas que em sua contradição produz potências transformadoras. Potências estas produzidas na configuração particular das relações dialéticas de produção do espaço, expressa na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação, proposta para abordar o tema central desta pesquisa.

Assim, o objetivo desta pesquisa é – a partir do percurso teórico, metodológico e de campo –, desvelar aspectos da produção do espaço urbano contemporâneo realizados nas ocupações enquanto lutas coletivas cotidianas.

I.I. AS MULHERES DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como interlocutoras principais três mulheres: Ivete, Aparecida e Sílvia. Todas nasceram em estados do Nordeste e se mudaram para São Paulo na década de 1990. Ao longo de suas vidas na capital paulista, suas lutas cotidianas individuais, de mulheres pobres, se transformaram em lutas coletivas pelo direito à moradia digna. A tese que aqui se apresenta é fruto de uma intensa pesquisa de campo com essas sujeitas, cujas casas frequentei semanalmente por aproximadamente dois anos, conversando com elas, caminhando, comendo, participando da rotina de suas casas, indo ao bar e estando sempre presente quando solicitavam ou convidavam, para além da minha própria pesquisa. Com essas mulheres construí laços de afeto e solidariedade que extrapolam os limites desta pesquisa.

Como já mencionei, no início do meu trabalho de campo eu não tinha em perspectiva que as interlocutoras principais desta pesquisa fossem todas mulheres, tampouco que fossem todas elas mulheres nascidas em estados Nordeste. Mulheres vindas do Nordeste se configura como presença constante no campo. Destaco isso pelo fato de que eu ser também uma mulher do Nordeste residindo em São Paulo foi um primeiro ponto em comum que proporcionou algo fundamental para o trabalho de campo: um espaço de aproximação e cumplicidade.

Faço notar ainda que, ao me referir a essas mulheres, não utilizo o termo migrante, uma vez que elas não se identificam como tal e por não pretender reforçar um termo já bastante desgastado pela carga pejorativa e preconceituosa que adquiriu principalmente por ser utilizado majoritariamente – e assim pairar no imaginário social – quando se faz referência aos deslocamentos de pessoas pobres, das regiões menos ricas, para as regiões de maior concentração de riqueza no país¹⁰.

Ivete é uma mulher de pouco mais de quarenta anos que chegou em São Paulo nos anos 1990 vinda de Ipirá, interior da

10 Os termos migrantes e migração aparecem no texto em diálogo com autores ou em citação para análise do processo caracterizado como migratório.

Bahia. Saiu da cidade baiana já casada com José, seu marido até hoje. Em São Paulo nasceram as três filhas do casal. As duas mais velhas nasceram antes deles retornarem para Ipirá, onde permaneceram por aproximadamente dois anos. Já a terceira nasceu quando o casal retornou para São Paulo. Ivete, desde a primeira vinda a São Paulo, morou na zona sul da cidade, inicialmente com parentes, depois de aluguel. Depois morou na casa da irmã, quando novamente veio de Ipirá para São Paulo, ficando pouco tempo. Logo a família alugou outra casa para a qual se mudaram. Em 2013, Ivete conheceu a ocupação Jardim da União quando ainda era em outro terreno, no Jardim Itajaí. Desde então transformou sua luta cotidiana de mulher pobre em luta coletiva pelo direito à moradia. Desde 2014 mora com o marido e as três filhas na ocupação Jardim da União, onde é uma liderança reconhecida pelos moradores.

Aparecida é uma mulher de quase sessenta anos que chegou em São Paulo nos anos 1990 vinda de Imperatriz, interior do Maranhão. Casou em Imperatriz com Antônio, seu marido até os dias de hoje, e lá tiveram as duas filhas mais velhas do casal. Com o nascimento da segunda filha, Antônio mudou-se para São Paulo e um tempo depois mandou o dinheiro para que Aparecida viesse de ônibus com as duas filhas. Quando chegou em São Paulo, Aparecida morou com o marido e as filhas em dois cortiços na região central da cidade e posteriormente mudaram-se para uma casa alugada em São Mateus, zona leste da cidade. Foi morando nessa casa que nasceu o terceiro e último filho do casal, e onde Aparecida conheceu o movimento de moradia que lutava pelo direito à moradia digna a partir do processo de mutirão por autogestão. Inserida nessa luta, Aparecida conquistou o apartamento onde mora até os dias de hoje e, posteriormente, fundou outro movimento de moradia que luta pelo direito à moradia digna na área central da capital paulista.

Sílvia é uma mulher de cinquenta anos que se mudou de Ilhéus, cidade do interior da Bahia, para São Paulo nos anos de 1990. Solteira e sem filhos, chegou em São Paulo e foi morar na Mooca – bairro da zona leste de São Paulo – com parentes que já moravam lá. Posteriormente casou e teve seu único filho. Logo se separou do marido e, com dificuldades financeiras e de cuidar do filho sozinha, voltou para Ilhéus onde contava com o apoio da mãe. Ficou em Ilhéus por aproximadamente cinco anos, quando voltou para São Paulo,

deixando a criança com a mãe dela em Ilhéus para primeiro conseguir um emprego e alugar uma casa para então trazer o filho. Morando de aluguel, tempos depois, conheceu o movimento de luta pelo direito à moradia digna na área central a partir de uma reunião em uma igreja na Mooca. Se inseriu na luta coletiva por moradia digna e, tempos depois, perdeu emprego e foi despejada da casa em que morava com o filho. Os dois então foram morar em uma ocupação na área central de São Paulo e lá residem até hoje.

I.2. PERCURSO DE LEITURA

O texto está dividido em cinco partes, sendo este item a primeira delas. Todas as partes se amparam na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação e são atravessados pelas categorias casa, deslocamento, trabalho e trabalho doméstico. Esta é a primeira parte, onde apresentei o percurso bibliográfico, metodológico e de campo que a pesquisa foi realizada, as mulheres interlocutoras e traço este percurso de leitura para as próximas partes.

A segunda parte apresenta a mudança de Ivete, Aparecida e Sílvia das cidades onde nasceram e cresceram para São Paulo e aborda o cotidiano dessas mulheres, de maneira privada, na relação casa e trabalho. Narra ainda o retorno de Ivete para Ipirá e depois novamente para São Paulo, seus locais de moradia e de trabalho, nesses deslocamentos de cidade; a mudança de Aparecida do cortiço na região central para a casa alugada no bairro de São Mateus, zona leste da cidade; e a conjuntura privada que levou Sílvia de volta para Ilhéus e depois novamente para São Paulo.

A terceira parte traz o processo de inserção na luta coletiva por moradia digna das três mulheres, sujeitas principais desta pesquisa. Ivete tem a inserção na luta a partir da ocupação de terra no Jardim da União, extremo sul da cidade de São Paulo, já na década de 2010. Aparecida inicia sua luta coletiva no processo de mutirão por autogestão, uma luta histórica dos movimentos de moradia de São Paulo que nasceram no pro-

cesso de redemocratização do país no final da década de 1980 e, posteriormente, funda outro movimento – o Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana – juntamente com outras pessoas, cuja luta é por moradia digna na área central de São Paulo. Sílvia, que morava em uma casa alugada e após ficar desempregada não conseguiu mais manter o pagamento do aluguel, conheceu o movimento de luta por moradia digna na área central em uma reunião em uma igreja na zona leste da capital paulista, se engajou no movimento e após despejo foi morar na ocupação São João-588.

Na quarta parte, apresento uma reflexão acerca do histórico das duas ocupações aqui estudadas: Jardim da União (formada em 2013 no extremo sul da cidade de São Paulo) e São João-588 (formada em 2010, no centro da cidade de São Paulo, ao lado da famosa esquina das avenidas Ipiranga com São João). Analiso, a partir dessas duas ocupações, a produção do espaço urbano contemporâneo via processos de autoconstrução, aqui expressos na forma da autoprovisão e da autorreabilitação em ocupações de terra e edifícios, seu cotidiano e embates com o poder público.

Por fim, a quinta e última parte trabalha os nexos da ação coletiva na produção do espaço e a especificidade da configuração da dialética dessa produção nos marcos do contexto sócio histórico das ocupações investigadas, os sujeitos de ação com protagonismo de sujeitas mulheres. Conformados ainda pela apropriação que faço dos conceitos de *cotidiano* e de *resíduo* em sentido lefebvriano, como forma de debater a presença de potências de energia disruptiva contra os processos de controle e programação dos sentidos coletivos da produção e reprodução dos espaços cotidianos.

Cabem ainda dois adendos:

As mulheres, sujeitas interlocutoras da pesquisa, bem como os homens que de forma coadjuvante participaram da mesma, têm seus nomes verdadeiros preservados no intuito de resguardá-los e protegê-los de possíveis perseguições políticas. Por tempos me questioneei se deveria ou não preservar seus nomes, por compreender que trazer os nomes também é um fator importante de afirmação de suas lutas. Porém, afirmar seus nomes necessita um diálogo longo e ponderado que não foi possível de ser concluído antes da entrega desta tese. Assim, optei por

preservar suas identidades, já que esse foi nosso acordo desde o início. Já ao me referir aos técnicos que contribuíram para esta pesquisa, cito-os pelo nome próprio. O sobrenome é utilizado no que se refere às referências bibliográficas.

2. MULHERES PERCORREM ESPAÇO, ESPAÇO É MARCADO POR MULHERES

Esta segunda parte traz, a partir da narrativa das três sujeitas interlocutoras principais da pesquisa, o deslocamento familiar em torno da casa e do trabalho, que tem aqui como marco inicial a saída de suas cidades de origem, todas cidades da região Nordeste do país. As mulheres são protagonistas na luta coletiva por moradia e nesta pesquisa, porém, suas relações familiares também são aqui colocadas, uma vez que “[...] parece-nos impossível passar por cima do patamar da família, instituição e forma viva que representa a forma de base da existência social, o ponto de articulação inevitável com os espaços públicos” (CABANES, 2006, p. 390).

Com destino à cidade de São Paulo, esse deslocamento vai se constituir em espaço-tempo e luta cotidiana, num contexto em que essas mulheres se apropriam do espaço e da cidade a partir da luta diária que constroem e se inserem na produção do espaço urbano, produzindo e se apropriando do espaço – ao mesmo tempo que este espaço produz essas mulheres. É narrado aqui ainda a volta de duas sujeitas interlocutoras da pesquisa para suas cidades natal e seus posteriores retornos a São Paulo, além da mudança de casa e bairro da terceira sujeita. Inseridas nessa relação dialética de produzir o espaço e serem produzidas por ele, são, também, atravessadas por relações de gênero no imbricamento trabalho doméstico e cuidado, espaço privado e espaço público.

2.1. IVETE, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS

A vida familiar de Ivete é marcada por deslocamentos. Saiu com José, seu marido, no fim dos anos 1990, do povoado baiano de João Velho para São Paulo, onde moraram em uma casa com mais doze pessoas. Um ano depois, o casal se mudou para uma casa onde morou de aluguel por seis anos e formou, com o nascimento das duas primeiras filhas, sua família nuclear. Passados entre seis e sete anos, retornaram para João Velho por um período de dois anos, entre 2006 e 2008, onde moraram na casa da mãe de Ivete. No ano de 2008, retornaram para São Paulo, ficando na casa da irmã por um curto período até alugarem a casa para onde a família iria se mudar. Foi morando nessa casa, de 2008 a 2014, que nasceu a terceira e última filha do casal. Em 2013, Ivete se insere na luta pelo direito à moradia a partir de ocupação de terra e em 2014 se muda com a família para a ocupação Jardim da União.

Imagem 2: Croqui Ipirá – São Paulo. Elaboração: Danilo Eric (2020).

2.1.1. DE IPIRÁ PARA SÃO PAULO

Ivete saiu do povoado de João Velho, zona rural da cidade de Ipirá¹¹, na Bahia, com destino a São Paulo em 1999. Veio para a capital paulista, ainda vivendo sob a tradição do fluxo migratório de pessoas que para aqui se deslocavam, na busca de emprego e de “fugir das coisas difíceis de lá” (IVETE, informação verbal, 2018)¹², referindo-se à dificuldade de se conseguir emprego com carteira assinada na cidade natal.

1990 se caracteriza por ser uma década em que, de acordo com Telles (2006), os fluxos migratórios chegaram a apresentar saldos negativos. São Paulo encontrava-se em plena reestruturação produtiva, fruto da transgressão do neoliberalismo mundial, que passou a reorganizar o chão de fábrica e a repercutir diretamente na vida familiar ao inaugurar um novo tempo do mundo do trabalho e um bloqueio na mobilidade social (CABANES, 2006 e KOWARICK, 2000). A reestruturação produtiva, junto às reformas neoliberais que vão se consolidar nos anos 1990, já estavam em curso na burocracia estatal desde o final dos anos 1980, mas é nos anos 1990, de acordo com Braga (2017), que o desemprego tem um aumento expressivo, principalmente nos setores industriais, os quais intensificaram os processos de terceirização, flexibilizando e precarizando o trabalho. Nas palavras de Telles (2006, p. 45), uma “[...] desmontagem das mediações jurídicas, políticas e institucionais que conformavam o trabalho nas formas do emprego”.

[...] O decênio de 90 apresenta-se, em muitos aspectos, ainda mais tenebroso: desemprego de 16% na RMSP, queda do rendimento médio real de 35% entre 1989 e 1997, enquanto, no mesmo período, aumenta em 20% o número de empregados com jornada de trabalho acima da legal e a taxa de ocupação declina 25% [...] (KOWARICK, 2000, p. 45).

11 Ipirá dista 200 km da capital Salvador e possui 59.163 habitantes, de acordo com dados do IBGE de 2018.

12 Toda citação direta de Ivete foi obtida através de informação verbal fornecida por ela durante a pesquisa de campo a partir do método etnográfico, São Paulo, 2018 e 2019. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (IVETE, informação verbal, 2018 ou 2019).

Ao chegar em São Paulo, Ivete tinha 19 anos e veio da Bahia, casada com José, seu marido até hoje, em busca de melhores condições de vida, dando continuidade a um processo de migração dos estados do Nordeste para São Paulo, especialmente comum nas décadas de 1950 e 1960¹³. Em São Paulo, estabeleceram-se e tiveram três filhas. Sua irmã já morava em São Paulo há cinco anos, como seus dois irmãos, com variações de tempo, um há mais ou menos um ano e o outro há aproximadamente três anos.

De chegada, ficou com o marido em uma casa à qual ela se refere como a casa da irmã. Era uma casa alugada na Vila São José, no distrito do Grajaú, localizado na zona Sul de São Paulo, definida por Telles (2006) como porta de entrada de uma extensa periferia que chega às fronteiras urbanas, já que, como afirma Kowarick (2000), esse era um lugar, no auge da urbanização de São Paulo, desprezado pelo mercado imobiliário formal - uma vez que essa área se mescla às áreas de mananciais cuja lei de proteção de 1975 restringe a ocupação. Assim, o preço da terra era rebaixado, fato que contribuiu à consolidação da área como destino de moradia dos pobres que, sem opção, ocuparam a região com loteamentos chamados de irregulares¹⁴ ou clandestinos¹⁵.

A casa tinha dois cômodos mais o banheiro e a lavanderia, e nela moravam doze pessoas, entre adultos e crianças: a irmã, o marido, os dois filhos da irmã, o irmão, a mulher e mais primos e conterrâneos que haviam vindo também tentar a vida em São Paulo. Ivete recorda que o colchão em que ela e José dormiam ficava ao lado da geladeira e que eles acordavam bas-

13 O efeito migratório na cidade de São Paulo: “[...] no decênio 1940-1950, as taxas anuais de crescimento migratório atingiam valores de 4,14% ao ano, caindo para 3,76%, 3,17% e 1,78% nas décadas seguintes [...]” (ROLNIK et al., 1990, p. 32 e 33).

14 “Considera-se loteamento irregular o empreendimento que recebeu algum tipo de aprovação pelos órgãos competentes, em alguma das fases do processo de licenciamento, mas não o concluiu” (FERRARA, 2013, p. 151).

15 “Considera-se loteamento clandestino aquele que foi implantado totalmente sem ser dado o conhecimento aos poderes públicos” (FERRARA, 2013, p. 151). Cabe ainda destacar, em conformidade com a mesma autora, que do ponto de vista jurídico ambos são caracterizados como loteamentos clandestinos, mas do ponto de vista urbanístico essa caracterização é menos relevante, já que tanto loteamento irregular, quanto clandestino, são passíveis de regularização. Por isso, o termo normalmente empregado é loteamento irregular, que também será empregado nesta tese, no intuito de não contribuir com o estigma pejorativo que o termo clandestino carrega.

tante cedo, pois quando a primeira pessoa moradora da casa levantava e saía para trabalhar, precisava que eles levantassem para conseguir abrir a geladeira para pegar a marmita. O aluguel era dividido entre todos os adultos da casa. O objetivo, segundo Ivete, era que, dividindo o aluguel entre uma grande quantidade de pessoas, seria possível economizar para sair do aluguel. “A gente se juntava todo mundo, ajudava a pagar esse aluguel, para facilitar para gente, para a gente tentar sair do aluguel” (IVETE, informação verbal, 2019). Porém, a irmã já morava há cinco anos nessa situação.

Ivete e José ficaram um ano nessa casa e saíram para morar em uma casa alugada pelo casal, também na Vila São José, onde viveram entre 2000 e 2006 e nasceram duas de suas três filhas, Camila e Clara, hoje com 19 e 16 anos¹⁶, respectivamente. Não foi possível sair do aluguel, como era o desejo de Ivete. A casa alugada para onde o casal se mudou era um quarto-sala junto a uma cozinha, um banheiro e uma pequena lavanderia que ficava do lado fora da casa. Segundo ela mesma conta, era uma casa bastante precária, mas, como a negociação se dava diretamente com o proprietário, não haviam grandes burocracias exigidas para o aluguel.

Ivete e José conseguiram emprego antes de se mudarem para essa casa, ainda morando na casa de doze pessoas. Mesmo após se inserirem no mercado de trabalho, passaram ainda um tempo nessa casa, onde conseguiram guardar algum dinheiro necessário para comprar itens domésticos que equipariam a nova casa. Ivete trabalhava no que ela diz ser estoquista:

[...] era uma loja assim, uma loja fechada, como eu posso te falar? Fechada não, é que não ia muita gente. Pegava de uma fábrica. Estoquista, entendeu? Então eu trabalhava de estoquista. Ia colocando algum enfeitinho nas calças, fazia aquela sacolona e quando as clientes chegavam entregava as sacolas cheias, então meu trabalho era esse (IVETE, informação verbal, 2018).

Já no fim da década de 1990, a loja em que Ivete trabalhava se inseria em um conjunto de lojas que se caracterizavam por fazer a ponte entre a fábrica e as vendedoras, predominantemente mulheres, que combinavam suas profissões, ou a falta delas, com a revenda de produtos em seus bairros e locais de trabalho, para amigos e familiares, sendo indicadas no cha-

16 As idades referem-se a janeiro de 2019.

mado boca a boca e tendo como pagamento um percentual em cima da venda, sem nenhuma garantia de pagamento mínimo, no caso de que não conseguissem vender nada. Essa atividade se insere, ainda na década de 1990, no processo da reestruturação produtiva do mundo do trabalho, como um dos passos da terceirização, “[...] refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho” (ABÍLIO, 2017, Blog da Boitempo). O trabalho de revenda de roupas, assim como a revenda de produtos domésticos e estéticos, se caracteriza por ser um trabalho tipicamente feminino, aparentemente irrelevante e socialmente invisível, considerado por Abílio (2017) como símbolo dos primeiros passos, no Brasil, da uberização do trabalho¹⁷, testado primeiramente nas mulheres para então ser ampliado para o que hoje a autora considera como um trabalho sem forma trabalho, o que possibilita a permeabilidade com outras atividades. Por ser realizado na esfera privada a partir da exploração da mulher com sobretrabalho, percebido como complemento de renda e sem características formais de trabalho, é considerado um trabalho de reprodução social, não sendo compreendido público e politicamente como necessário à reprodução do capital.

José começou a trabalhar como pintor, contratado por uma firma onde permaneceu até retornar a Ipirá, como será visto mais adiante, e para onde voltou a trabalhar quando retornou de Ipirá para São Paulo. Ivete conta que, apesar de ele ter conseguido emprego só depois dela, ambos conseguiram emprego com certa rapidez e facilidade. José, instruído pelo irmão de Ivete que já morava em São Paulo e já trabalhava

17 “A uberização [...] refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresa. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecida e reguladas de trabalho.” ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em 04 out. 2019.

como pintor, saía para procurar emprego batendo nas portas de firmas já indicadas pelo cunhado: “[...] ele pegava e fazia a marmitinha dele, farofa e colocava na mochila e saía a pé mesmo, batendo nas empresas, perguntando, por isso que ele conseguiu logo [...]” (IVETE, informação verbal, 2018).

No ano de 1999, apesar da já mencionada reestruturação produtiva do mundo do trabalho, eles vieram com a ideia - que até então permeava a vida dos moradores dos estados da região do Nordeste - da possibilidade de encontrarem emprego batendo de porta em porta. Porém, é dessa época, segundo Hirata, Magalhães JR e Telles (2006), o surgimento das agências de emprego e de trabalho temporário que passaram a intermediar a contratação de funcionários por parte das empresas. Mas, é ainda com o pensamento de sair batendo nas portas atrás de trabalho, marco dos anos 1960 e 1970, que José se insere no mercado de trabalho.

A partir dos relatos de Ivete, observa-se certa velocidade com que ela e seu marido conseguiram adentrar o mercado formal de trabalho. Isso em uma década marcada por uma intensa crise econômica e social no país, crise essa que se iniciou ainda na década anterior, quando, ao mesmo tempo em que aumentava o crescimento demográfico do país, diminuía o número de empregos formais, aumentava o número de empregos informais e o salário, devido à crise instalada e à falta de oportunidades da população para adentrar o mercado formal, passava por uma redução no seu valor real.

Na década de 1990, estabeleceu-se no Brasil um novo padrão de trabalho, composto por um menor ritmo de geração de postos de trabalhos e um perfil de remuneração distinto. [...] Na faixa de renda de até 1,5 salário mínimo, houve a redução líquida de quase 300 mil postos de trabalho [...] (POCHMANN, 2012, p. 27).

Nesse cenário de alto índice de desemprego no decênio, para famílias como a de Ivete, que conseguiu adentrar o mercado de trabalho formal e manter-se empregada, apesar de existir certa seguridade, a realidade não era promissora, já que os salários tiveram queda significativa em todos os setores - um verdadeiro esgarçamento das condições de vida material da classe trabalhadora (D’ANDREA, 2013). De acordo com Pochmann (2012, p. 29): “em 1999, a composição dos rendimentos do trabalho registrou menor peso para os ocupados com até 1,5 salário mínimo mensal [...]”, ano em que Ivete e José chegaram a São Paulo.

O trabalho é um marco na fala de Ivete. Ela sempre destaca a questão do trabalho com carteira assinada como objetivo e realização - tanto dela quanto de José. Sua narrativa traz a construção do ideal em torno do trabalho estável que se deu durante os seis primeiros anos em que viveram em São Paulo e trabalharam com carteira assinada.

De acordo com Cabanes (2006), a construção desse ideal se dá durante todo o período da industrialização brasileira, até o fim da década de 1980, marco ainda da entrada massiva da mulher no mercado de trabalho - que vai se consolidar na década de 1990, quando, de acordo com Pochmann (2012, p. 32), “[...] o emprego feminino respondeu por dois terços do total dos postos de trabalho gerados, ao passo que, na década de 1980, eram as ocupações masculinas que predominavam”.

É importante destacar que, no Brasil, a entrada da mulher no mundo do trabalho tem ligação direta com a desindustrialização e a abertura de formas mais precárias de contratação, cujo tom foi dado pela flexibilização dos direitos trabalhistas e pela transferência de funções para as famílias de responsabilidade – como a previdência social - antes exercidas pelos contratantes ou pelo Estado. A mulher se insere no mundo do trabalho ao mesmo tempo em que as mediações sociais da classe trabalhadora estão sendo enfraquecidas e o setor terciário se instala em definitivo no Brasil e absorve a força de trabalho feminina, já que, por exigir mão-de-obra pouco qualificada, “[...] o terciário parece representar o lugar ideal para o desempenho de atividades dos trabalhadores autônomos e daqueles que exercem funções econômicas remuneradas sem manter vínculos empregatícios capitalistas” (SAFFIOTI, 1979, p. 24). Em épocas de pleno emprego e direitos socialmente garantidos, eram os homens que ocupavam maiores taxas no mundo do trabalho, no espaço público da produção, enquanto que para as mulheres era destinado o espaço da casa, considerado espaço privado de reprodução, não compreendido como essencial à reprodução do capital.

Para Cabanes (2006), o trabalho no contexto da industrialização até a década de 1980 foi a principal, estruturante, esfera mediadora da família nuclear, num contexto em que esta funciona “[...] como elemento articulador da cadeia que conduz do indivíduo à sociedade [...]” (2006, p. 396). Esse patamar de família recai sobre as mulheres que, ainda que trabalhando

fora de casa, mantêm a divisão sexual do trabalho no espaço privado da casa, cabendo a elas a responsabilidade com as tarefas domésticas e de cuidado dos filhos. Federici (2019) alega que o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista, que disciplina uma força de trabalho estável essencial aos estágios de seu desenvolvimento. Para Saffioti (1979), esse trabalho invisível realizado pelas mulheres na casa enquanto espaço privado é essencial para a geração de mais-valia, já que o homem proletário necessita dele para produzir mais-valia no espaço público da economia. Além disso, o trabalho doméstico contribui para a reprodução da força de trabalho, considerada pela autora como uma mercadoria especial e indispensável à reprodução do capital.

Para além da organização do cotidiano em torno do núcleo familiar e do trabalho com carteira assinada, não predomina na narrativa de Ivete o que Feltran (2008, p. 09) define como “[...] matrizes discursivas fundamentais no universo social das periferias urbanas, tais sejam, família, trabalho, religião e projeto de ascensão social [...]”. A religião nunca entra em sua narrativa. Mesmo tendo frequentado a casa e convivido com todo o núcleo familiar de Ivete e José continuamente por mais de dois anos, até hoje eu não sei se eles seguem os preceitos de alguma religião ou não e, caso sigam, de qual religião. Isso nunca apareceu, nem direta, nem indiretamente. Nunca foi verbalizado para além de um “vai com Deus” quando me despeço, nem mesmo a casa tem qualquer objeto, adereço, imagem que possa ser lida como característica a alguma religião; até mesmo as músicas que já ouvi na casa - José sempre liga o som quando está em casa - nunca são de cunho religioso. Já a matriz discursiva de projeto de ascensão social, pensado a partir do ideal da casa própria, aparece constantemente nas falas de Ivete, sempre destacando que seu objetivo é se livrar do aluguel.

Sobre o debate em torno das matrizes discursivas, Feltran (2008) atualiza o debate a partir de Sader (1988) que, ao interpretar as experiências do que ele chamou de novos personagens, “[...] atribuindo-lhes novos significados e fazendo de condições da vida cotidiana temas de novas posturas políticas” (SADER, 1988, p. 19), define três matrizes discursivas dos anos 1970 sobre as quais os movimentos sociais se constituíram: católica progressista, esquerda sindical e intelectual

marxista. Para Sader (1988), a nova reelaboração dessas matrizes, observadas por ele na década de 1980, acontece frente à condição de crise dessas três instituições que, a partir do deslocamento dos seus públicos, passam a buscar formas de reestabelecer relações.

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de 'novas formas de integração dos trabalhadores'. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um 'novo sindicalismo' (SADER, 1988, p. 144).

Feltran (2008 e 2011), ao atualizar esse debate já nos anos 2000, acrescenta ao que chama de “[...] matrizes fundadoras, tais sejam, família, trabalho, religião e projeto de ascensão social, ressignificação que nutre o que chamo de expansão do ‘mundo do crime’” (FELTRAN, 2008, p. 31). O autor defende que as matrizes discursivas fundadoras, apesar de ainda válidas, se modificaram enquanto conteúdos e relações internas, num contexto em que a integração trabalho - via carteira assinada - está cada vez mais ausente após a reestruturação do mundo do trabalho e a “expansão pentecostal sugere relação com a crise do projeto operário, de ascensão social paulatina e ao longo de gerações” (FELTRAN, 2011, p. 587).

O projeto de ascensão social enquanto desejo de sair do aluguel, latente desde a chegada a São Paulo em 1999, vai tomar mais força quando eles retornam novamente de Ipirá para São Paulo, em 2008. Isso remete novamente à desestruturação das possibilidades de trabalho - pilar que sustentava o sonho e a perspectiva da casa própria - nos anos de 1990. Ainda que o casal tivesse emprego com carteira assinada, o contexto de desvalorização do salário mínimo não os permitia manter a tão comumente sonhada vida estável, permeada pelas ideias de garantia do trabalho e de moradia própria. Inclusive porque, apesar de empregados, é dessa época que o Estado passa a transferir cada vez mais para as famílias funções como a previdência social, de responsabilidade do Estado em período de pleno emprego. Ou seja, na reconfiguração do mundo do trabalho, mesmo quem conseguiu se manter empregado acabou por se sobrecarregar frente às incertezas econômicas e às transferências de responsabilidades públicas para a esfera privada.

Diferentemente das famílias que se deslocaram para São Paulo nas décadas anteriores, a família de Ivete, ao chegar em São

Paulo no ano de 1999, ainda que tenha conseguido acessar o mercado formal de trabalho, estava inserida no contexto das transformações das relações sociais e da identidade política que se davam em torno do trabalho e da própria moradia. Ou seja, a família, de sua chegada, não estava inserida nas clássicas lutas sociais em torno do trabalho, da moradia e da organização do espaço da periferia, as lutas pelo chamado “direito a ter direitos”, na expressão de Arendt (2000)¹⁸. Só posteriormente, apenas nos anos 2010, como será visto mais à frente, que Ivete veio a se inserir em uma luta por moradia, luta essa já modificada quando comparada à autoconstrução individual das décadas de 1960 e 1970 e às clássicas lutas organizadas da década de 1980, cujo objetivo era sair do aluguel a partir de ocupações de terra organizadas de forma coletiva.

2.1.2. DE SÃO PAULO PARA IPIRÁ E DE IPIRÁ PARA SÃO PAULO

No ano de 2006, já com as duas primeiras filhas, Ivete voltou com a família para o povoado de João Velho. Seu pai havia falecido recentemente e sua mãe, Maria, ficou sozinha e deprimida, o que fez Ivete considerar necessário voltar para cuidar da mãe. De início, José não queria voltar:

Aí eu falei assim: não, eu não vou deixar minha mãe sozinha não, eu vou embora. Aí José: mas como é que você vai embora, vai viver de quê? Porque lá é meio crítico para as coisas, né? Aí eu falei assim: não, eu vou embora, vou cuidar da minha mãe. Aí José: e Camila e Clara? A gente vai com todo mundo, o que um comer o outro come. Aí fiquei alguns anos lá. Eu, a Camila, a Clara e ele. Aí depois voltamos (IVETE, informação verbal, 2018).

18 Em “Origens do totalitarismo” (2000), Hannah Arendt afirma que a igualdade política entre as pessoas requer o acesso ao espaço público. A autora conclui que a cidadania é o direito a ter direitos ao analisar a situação jurídica dos apátridas e das minorias entre a primeira e a segunda guerras mundiais, que antecedeu o holocausto nazista. ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

No Brasil, Dagnino (1994), Telles (1994), entre outros, realizaram reflexão do “direito a ter direitos” a partir das transformações de cidadania. DAGNINO, Evelina (org). Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Ficaram de 2006 a 2008 em João Velho, morando na casa da mãe, uma casa na zona rural, casa própria da família. A casa possuía sala, cozinha, dois quartos e banheiro. Por se tratar de área rural, possuía amplo quintal no fundo, onde criavam animais como galinhas e porcos, e um recuo de frente também utilizado para plantar verduras, hortaliças, frutas. Ivete destaca que quando voltou para lá no ano de 2006 a casa já contava com energia elétrica, água encanada e fossa.

São desse período os investimentos de esfera do governo federal voltados amplamente à região Nordeste do país a partir do tripé formado pelo Bolsa Família, pelo aumento real do salário mínimo e pela expansão do crédito, somados ainda a programas específicos destinados à zona rural, como o Luz para Todos e a construção de cisternas no semiárido. Singer (2012) destaca que no primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006) o salário mínimo teve aumento real de 24,25% e o Bolsa Família multiplicou em treze vezes seu orçamento, passando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais e atendendo, em 2006, a cerca de 11,4 milhões de famílias. Soma-se a isso a variação da cesta básica, no mesmo período, que em Porto Alegre e São Paulo foi de 8,5% e 10,4%, respectivamente, enquanto que em Fortaleza e Recife a variação foi de -3% e 4%, respectivamente (SINGER, 2012).

Ou seja, nos grotões do Nordeste, a combinação do aumento real do salário mínimo com o Bolsa Família - que se caracterizou por ser uma renda mínima para pessoas em situação de extrema pobreza -, além da ampliação do crédito, da pouca variação e em alguns casos diminuição do preço da cesta básica e ainda da atuação de programas específicos não só aumentou o poder de compra entre as camadas pobres, como dinamizou a economia nacional e local que sustenta os pequenos comércios, constituindo um cenário atrativo à volta de pessoas dos estados do Nordeste que haviam se deslocado em contexto de crise econômica.

Em 2011, o IBGE realizou uma análise sobre migração interna com base nos dados do Censo de 2000 e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2004 a 2009. Segundo essa análise, em nove anos houve uma migração de retorno, reflexo da reestruturação produtiva no país que esgotou o projeto de estado desenvolvimentista - cujo centro da geração de emprego era o desenvolvimento industrial. Com

isso, as principais correntes migratórias do passado perderam intensidade e gerou-se um movimento de retorno às regiões de origem.

[...] os estados das Regiões Nordeste e Sul apresentaram as maiores participações relativas da migração de retorno no total da imigração para seus estados nos três momentos analisados, destacando-se, no quinquênio 1999/2004, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, além do Paraná e Rio Grande do Sul como os estados que superaram os 20% de retornados no total de imigrantes (OLIVEIRA; ERVATTI e O'NEILL, 2011, p. 38).

A pesquisa revela ainda que, nesse período, a região Nordeste continuou a perder moradores, mas em um fluxo menos intenso, passando, ainda, a manter a população e a atrair a migração de retorno (IBGE, 2011). Assim, com a desconcentração da atividade econômica e as transformações, mencionadas anteriormente, que impactaram diretamente a lógica de vida do país, com destaque aqui para a região Nordeste, os movimentos internos do país foram modificados - o que reverberou na migração de retorno.

A infraestrutura da casa da mãe de Ivete se diferenciou bastante de quando Ivete morava lá - em sua infância e adolescência, antes de mudar para São Paulo. Nessa época, não havia energia elétrica: iluminação natural durante o dia e à base de lamparina e lampião durante a noite. Cozinhava-se com fogão a lenha e não havia eletrodomésticos hoje tidos como básicos, como geladeira. Essa ausência dificultava e ampliava o trabalho doméstico diário, já que não havia a possibilidade de se armazenar e conservar o alimento, então era preciso cozinhar diariamente, e as carnes, por exemplo, quando havia, precisavam ser salgadas para conservação, já que não havia a possibilidade de congelá-las. Esse era também um trabalho duplicado, já que era necessário salgar a carne e dessalgá-la quando se fosse cozinhar. Durante a infância e a adolescência de Ivete, além da ausência de energia elétrica, também não havia água encanada nem fossa, sendo a higiene doméstica - como lavar louças - feita a partir do uso de bacias d'água: uma bacia para lavar e outra para enxaguar; e a higiene pessoal feita com cuia, além de que as necessidades fisiológicas eram feitas no mato.

Então, quando Ivete lá voltou, no ano de 2006, com energia elétrica, água encanada, cisterna e fossa, claramente havia acontecido uma transformação radical na casa de sua mãe, o

que, inclusive, facilitava o trabalho doméstico diário, função que ela estava designada a executar. Nos dois anos que passaram morando lá, Ivete não trabalhava fora de casa. Ela conta que os motivos de ter voltado para lá era dar um suporte na luta diária com a casa e cuidar da mãe que havia ficado sozinha após a morte do pai, já que todos os filhos moravam em São Paulo. O dinheiro que mantinha Maria, mãe de Ivete, e possibilitava arcar financeiramente com Ivete e suas duas filhas, as duas ainda crianças e Ivete sem trabalhar fora, era oriundo de sua aposentadoria e de uma pensão deixada por seu marido, ambos de um salário mínimo. Por estarem na zona rural, José não conseguiu trabalho, fazia apenas pequenos bicos, possibilitados por sua rede familiar também moradora do povoado de João Velho. Mas os bicos não eram constantes e tampouco suficientes para ampliar o orçamento familiar, sobrecarregando o orçamento oriundo de Maria, já que Ivete, mesmo tendo direito a se cadastrar para receber o Bolsa Família, pois tinha duas crianças, afirma nunca ter recebido.

Aí eu fui fazer essa experiência de cuidar da minha mãe, mas não deu certo. Porque assim, eu não queria receber o dinheiro do meu pai, que era a aposentadoria do meu pai que ficou depois que ele morreu. Quando eu pegava aquele dinheiro eu não me sentia bem, eu achava que aquele dinheiro tinha que ser da minha mãe, a minha mãe que tinha que receber. E quando eu recebia tinha a Camila, a Clara. O José não conseguia emprego e aquela luta ali, só ali e a gente não conseguia mais nada. Aí eu via a minha mãe precisando dos remédios, precisando de uma coisa melhor. Aí eu falei: eu não quero isso para mim, eu quero voltar para São Paulo e tentar ajudá-la de lá, como até hoje eu ajudo (IVETE, informação verbal, 2019).

Assim, o retorno a Ipirá-BA foi, nas palavras de Ivete, um teste de dois anos não satisfatório às suas expectativas, pois ela não queria viver apenas da pensão deixada por seu pai somada à aposentadoria da sua mãe. Ao contrário, queria poder contribuir mais com a mãe e não estava conseguindo, já que ela não trabalhava fora de casa e as condições locais possibilitavam apenas pequenos e espaçados bicos para José, o que levava a uma sobrecarga financeira. Assim, organizaram o retorno a São Paulo.

Aí eu conversei com a minha cunhada, ela falou: eu estou pensando em ir embora. Eu falei: então se você vier, você cuida da minha mãe? Aí ela falou: cuido. Eu falei: então você vai fazer a faxina pesada, aí a gente vê uma pessoa que durma com a minha mãe e aí a gente te paga por mês. Aí o salário que eu pegava do meu pai a minha mãe faz isso, paga alguém para limpar a casa e aí tudo o que tem que resolver na casa é meu irmão que faz agora. Então deu uma estacionada e minha mãe vive melhor, tem a casa dela,

tem o dinheiro dela para ela manter os remédios, tem tudo. Eu vim e meu irmão foi. Ele foi com a mulher e as filhas deles ficaram aqui, trabalhando e formando as famílias. Hoje estão todas casadas (IVETE, informação verbal, 2019).

Ivete e sua família retornaram então para São Paulo, no ano de 2008, pouco mais de dois anos depois do deslocamento para Ipirá. Se deslocaram para lá em 2006; Ivete havia deixado seu emprego na loja onde trabalhava de estoquista, e José seu emprego na firma onde trabalhava como pintor, ambos com carteira assinada. No ano em que retornaram para Ipirá, já era vigente o primeiro governo do então presidente Lula, que desenhava um cenário de reversão ao que tinha sido a década anterior, apesar do “pacto com o capital financeiro, em nome da governabilidade” (RIZEK, 2017, p. 177), marcado pela “Carta ao povo brasileiro” (2002).

No cenário anterior ao ano de 2003, é possível identificar o crescimento importante da desigualdade, um conjunto significativo de privatizações que inauguraram e aprofundaram o desmanche neoliberal, a constituição de uma ordem pós-desmanche que radicalizou as relações entre regulação estatal e mercado. Esses elementos permitem perceber a reversão relativa e o estancamento de uma sangria que atingiu, sobretudo, as parcelas mais empobrecidas, o que acabou permitindo, nos anos dos governos petista e lulistas a formação de um consenso que, de certo modo, desnaturalizava a desigualdade brasileira (RIZEK, 2017, p. 177).

Observa-se que a relativa reversão ocorrida nos primeiros anos da década de 2000 impacta diretamente em famílias pobres como a de Ivete. Esse período também foi marcado pelo crescente número de empregos, como afirma Pochmann (2012, p. 20): “Durante a primeira década de 2000, entretanto, a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo voltou a crescer, aproximando-se de quase 59% de todos os postos de trabalho”. Ainda sobre essa primeira década dos anos 2000, Pochmann (2012) traz a porcentagem líquida de geração de postos de trabalho por rendimento do salário:

[...] apresentou uma alteração importante no padrão de trabalho da mão de obra brasileira, marcada por forte dinamismo nas ocupações geradas e no perfil remuneratório. Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal (POCHMANN, 2012, p. 27).

É nesse contexto de chamado pleno emprego, “[...] esse movimento de expansão dos empregos de baixa remuneração se mostrou compatível com a absorção do enorme excedente de força de trabalho gerado anteriormente pelo neoliberalismo”

(POCHMANN, 2012, p. 10), que Ivete e sua família retornam para São Paulo.

Ao chegarem em São Paulo, vindos novamente de Ipirá, em 2008, ficaram apenas poucos dias na casa da irmã, uma casa alugada e pequena na Vila São José, no Grajaú, mas não mais a primeira casa em que ficaram quando chegaram em 1999. Logo conseguiram alugar a casa para onde se mudariam, pois já vieram com o dinheiro necessário para o aluguel e para novamente comprar o básico de eletrodomésticos e mobília para a casa.

Ao pedir demissão para voltar para a Bahia, Ivete indicou sua irmã como sua substituta no seu antigo emprego, no qual ela se mantém empregada até os dias de hoje. Ao retornar para São Paulo, Ivete, já com casa alugada, mas ainda sem emprego fixo, começou a trabalhar como diarista – isso após o nascimento de Bruna, sua terceira filha, que nasceu prematura de seis meses e de quem Ivete engravidou logo que retornou para São Paulo. Passou então esses seis primeiros meses em que voltou para São Paulo e estava grávida de Bruna sem emprego, não tendo também licença maternidade remunerada. Dadas as condições financeiras da família, voltou a procurar emprego logo que Bruna completou três meses.

Apesar do aumento real no número de postos de trabalho nessa década, como já destacado anteriormente, o ano de 2008 foi marcado por uma intensa crise mundial, que no Brasil desencadeou uma política emergencial anticíclica de apoio ao setor privado para aquecer o mercado da construção civil, cujo símbolo maior foi o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Nesse contexto, Ivete não conseguiu adentrar o mercado formal de trabalho e, com uma filha recém-nascida, foi trabalhar como empregada doméstica, função essa frequentemente exercida por mulheres com baixa escolaridade e nessa mesma condição precária de vida, como opção à falta de opção; o trabalho doméstico, em um país de enorme concentração de renda, absorve, enquanto trabalho improdutivo¹⁹, a mão de obra feminina de trabalhadoras da base da

19 De acordo com Saffioti (1979, p. 40): “[...] O trabalho de trabalhadores produtivos caracteriza-se em mercadorias, em riqueza material destinada ao mercado, o que não se passa com o fruto do trabalho da empregada doméstica. Na medida em que esta produz

pirâmide social, que encontram nele a possibilidade de retornar ao mercado de trabalho após o nascimento dos filhos.

Saffioti (1979), ao se debruçar sobre a questão do trabalho doméstico exercido por terceiras, define-o enquanto um fenômeno dos grandes centros urbanos, que abrigam um exército de reserva feminino num cenário em que a estrutura capitalista organizada varia sua demanda de força de trabalho, e quando essa força de trabalho está excedente, o sistema a direciona para atividades não organizadas de forma capitalista, porém ainda vinculadas ao modo de produção capitalista e necessárias à expansão do capital; esse trabalho pode ainda ser mobilizável para o trabalho no setor capitalista da economia, quando há demanda.

Ainda que assalariada, determinação típica do sistema capitalista, esta força de trabalho atua de forma não-capitalista [sic] no seio das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. Organizadas, pois, de maneira não-capitalista, as atividades das empregadas domésticas têm lugar no interior de uma instituição não-capitalista – a família – que, contudo, mostra-se bastante adequada a auxiliar a reprodução ampliada do capital (SAFFIOTI, 1979, p. 40 e 41).

A autora se remete ainda a Rosa Luxemburgo ao defender que para a reprodução do capitalismo é necessário o meio não capitalista e que em países da periferia do capitalismo o meio não capitalista é mais preservado que em países do capitalismo homogêneo. É ainda nesse sentido que o capital absorve a mão-de-obra feminina de baixa escolaridade e mantém, para elas, salário inferior ao dos homens, não apenas por ser considerado um salário complementar ao orçamento familiar, mas que também “[...] deve ser inferior a fim de manter

bens e serviços para o consumo imediato da família empregadora, não produz mercadorias para serem comercializadas. Não se trata, pois, de produção simples de mercadorias, nem de trabalho improdutivo situado no interior do modo de produção capitalista [...]”. Para Georges (2011, p. 99): “O emprego doméstico, sendo considerado improdutivo, foi excluído da análise marxista do mercado de trabalho nos anos 1980. Saffioti foi uma das primeiras feministas marxistas a tentar romper esse cerco, atribuindo ao emprego doméstico uma função subordinada dentro do sistema capitalista de produção. Nos anos 1980, as pesquisas sobre o emprego doméstico desenvolveram-se na América Latina sob influência dos estudos feministas norte-americanos sobre o trabalho das mulheres. A construção do caráter pouco valorizado do trabalho doméstico está relacionada às formas de discriminação social, racial e sexual que essa categoria socioprofissional sofre, seja pela natureza do trabalho, seja pelas características da mão de obra”. Para Pochmann (2012, p. 48): “No trabalho improdutivo [...] a mão de obra alocada gera valor econômico insuficiente para a sua própria manutenção, o que impede a existência de excedente econômico a ser apropriado por outrem”.

a superioridade masculina no lar” (SAFFIOTI, 1979, p. 28).

O trabalho que Ivete conseguiu como empregada doméstica era na casa de uma mulher que, por sua vez, é proprietária de um buffet de festas voltado à realização de eventos. Nesse trabalho, Ivete acumulava funções relativas à casa com funções do buffet, como lavar e passar toalhas do buffet que eram levadas para a casa; acontecia até mesmo dela ter de ir até o buffet para trabalhar lá.

A amplitude das diferenças entre as trabalhadoras domésticas, que vai do auxílio mútuo entre vizinhas [...] ao salariado qualificado e profissionalizado [...], é tão grande que poderíamos duvidar que façam parte de um mesmo grupo profissional (GEORGES, 2011, p. 102).

Esse trecho destacado de Georges (2011) dialoga também com essa amplitude e essa mistura que envolvem o trabalho doméstico, como aconteceu com Ivete, que trabalhava de doméstica e acumulava funções relativas ao trabalho da patroa no buffet, exatamente pela informalidade desse trabalho e por ser Ivete símbolo do trabalho feminino popular, de baixa escolaridade, pouco qualificado e, em sua maioria, exercido por mulheres negras. Essa situação que mistura e confunde as relações de trabalho, muito comum no emprego doméstico, sempre sobrecarregando a empregada em prol do maior lucro da patroa, perdurou na vida de Ivete até 2013 – ano da promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, mais conhecida como PEC (Proposta de Emenda Constitucional) das Domésticas (PEC 66/2012)²⁰. Na verdade, como será visto mais à frente, o estigma dessa condição de sobrecarga de funções ainda está presente na vida de Ivete.

20 A Emenda Constitucional 72, conhecida como PEC das Domésticas (PEC 66/2012) regulamentou a jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, pagamento de hora extra, recebimento de multa por demissão sem justa causa, intervalo durante o expediente e incluiu novamente nas normas garantias já obrigatórias e previstas no conjunto de leis trabalhistas como salário mínimo, férias e décimo terceiro salário. A Lei Complementar 150/2015, regulamentou a Emenda Constitucional 72, e passou a garantir à trabalhadora doméstica o direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além do direito ao seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno, adicional de viagens. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm. Acesso em 27 de fev. 2019.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaomateria?id=109761>. Acesso em 27 de fev. 2019.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp150.htm. Acesso em 27 de fev. 2019.

Cabe destacar que anteriormente ao tardio reconhecimento dos direitos trabalhistas dessa ocupação, Saffioti (1979) destaca que as empregadas domésticas não tinham direito a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias de 30 dias e nem mesmo folga semanal remunerada, ficando a concessão desses direitos a critério das patroas. “Por lei, só tem direito a 20 dias de férias após 12 meses de serviços ininterruptos prestados a um mesmo patrão, aos serviços da Previdência Social e à aposentadoria” (SAFFIOTI, 1979, p. 21).

A PEC das Domésticas foi tema polêmico no ano de sua aprovação, justamente por subverter as características do emprego doméstico enquanto extensão do trabalho doméstico em casa. Não reconhecido como necessário à reprodução do capital, é estigmatizado por remeter, de acordo com Georges (2011, p. 95), “à sobrevivência das relações pater(mater)nalistas no trabalho”.

Anteriormente à aprovação da PEC das Domésticas, o trabalho doméstico era compreendido como “[...] uma atividade de caráter explorativo, observando-se a quantidade de trabalho a ser desempenhado pelo indivíduo, a carga horária extensa, a baixa remuneração salarial, a ausência ou insignificância de benefícios, dentre outros aspectos” (NASCIMENTO, 2015, p. 73). O autor destaca ainda que

Na repercussão da nomeação da PEC, o gênero feminino da expressão carrega consigo uma clara concepção de empregadas sendo escravas, aspecto socialmente motivado, por causa da maioria dos trabalhadores desta classe ser mulher, e historicamente motivado, pois as escravas eram as que desempenhavam os serviços nas casas. Há um contraponto sobre o aspecto da mudança social, em que muitas mulheres já não querem mais trabalhar como empregadas domésticas e se direcionam para outras frentes de trabalho, como a indústria ou o comércio (NASCIMENTO, 2015, p. 75).

As capas de jornais e revistas desse período deram o tom da polêmica marcada pelo posicionamento majoritário dos meios de comunicação que entrevistaram empregadores e empregadoras sobre como eles iriam manter o padrão de vida a partir dessa tardia regulamentação do trabalho doméstico, tirando dúvidas de como eles deveriam agir a partir de então e o que mudava com a aprovação da PEC.

Cabe fazer um adendo para destacar que, apesar da aprovação da PEC das Domésticas, em seis anos pouco se avançou no sentido da garantia de direitos dessa categoria, e o nível de

formalização do setor permanece baixo - chegando a diminuir nos últimos seis anos. Segundo dados do IBGE, no final de 2013 o emprego doméstico empregava 5,97 milhões de pessoas, com 31% de trabalhadores com carteira assinada. Já no final de 2018 o número de empregos domésticos aumentou para 6,27 milhões, com 28% de trabalhadores com carteira assinada. Ou seja, a formalidade diminuiu após a PEC. Segundo especialistas²¹, isso se deu pela dificuldade de fiscalização estatal, mas também pela chegada da crise econômica que se alastrou pelo país em 2015, ano em que a PEC foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 150/2015, e também ano em que houve corte em todos os postos de trabalho com carteira assinada.

Quando foi aprovada a PEC das Domésticas, Ivete foi contratada e formalizada, tendo sua carteira assinada - não como empregada doméstica, mas como funcionária do buffet, onde trabalhou por pouco mais de um ano, como será dito mais à frente.

Já José voltou a trabalhar como pintor na mesma firma onde trabalhava antes de voltar para Ipirá. Mantinha uma boa relação com o patrão e os colegas, então logo que retornou, ainda em um contexto de aquecimento no ramo da construção civil, procurou a firma onde trabalhava e imediatamente foi recontratado, com carteira assinada, e está nessa mesma firma até hoje. Em um contexto de crise global, a construção civil, juntamente com o setor terciário e as indústrias extrativistas, foram, no Brasil, os setores mais dinâmicos da economia no decênio de 2000, tendo sido a construção civil um dos setores de maiores investimentos no combate à crise mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008.

21 Seis anos após a PEC das Domésticas, 70% das empregadas estão informais. Doméstica legal, Rio de Janeiro, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/seis-anos-apos-pec-das-domesticas-70-das-empregadas-estao-informais/>. Acesso em 16 out. 2019. MARTINS, G. PEC das Domésticas completa cinco anos, mas informalidade ainda é alta. O globo, Rio de Janeiro, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pec-das-domesticas-completa-cinco-anos-mas-informalidade-ainda-alta-22553430>. Acesso em 16 out. 2019.

SCHWINGEL, S. Pouco mudou para as empregadas seis anos após a PEC das Domésticas. Correio Braziliense, Brasília, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/04/28/interna-trabalhoeformacao-2019,752049/apos-seis-anos-da-pec-das-domesticas-informalidade-so-cresce.shtml>. Acesso em 16 out. 2019.

A família morou nessa casa para onde se mudaram quando retornaram de Ipirá por seis anos, de 2008 até 2014, quando o proprietário da casa os comunicou que venderia o imóvel. Nesse momento, Ivete já estava participando da ocupação Jardim da União, pois, apesar de o aluguel não ter aumentado, ainda assim seu valor onerava muito o orçamento familiar, e eram poucas as possibilidades de sair do aluguel enquanto pagavam por ele. É nesse contexto que Ivete se insere na luta por moradia, como será visto mais à frente.

2.2. APARECIDA, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS

A vida familiar de Aparecida é marcada por deslocamentos. Antônio, seu marido, saiu de Imperatriz, a segunda maior cidade do estado do Maranhão, em 1992, quando Aparecida tinha acabado de ter a segunda filha do casal. Veio para São Paulo na perspectiva de trabalhar, juntar dinheiro para trazer o restante da família e construir a vida na capital paulista. Em 1993, conseguiu enviar o dinheiro necessário para a viagem de Aparecida com as duas crianças e a família reunida foi morar em um cortiço na área central de São Paulo, mudando-se em seguida para outro cortiço na mesma região, onde moraram até se mudarem para uma casa no bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista. Foi morando nesta casa que nasceu o terceiro e último filho do casal e onde Aparecida se inseriu na histórica luta dos mutirões por autogestão que construiu, coletivamente, o conjunto onde a família iria morar. Mesmo após a conquista da casa própria, Aparecida seguiu na luta pelo direito à moradia digna e se tornou uma grande liderança do movimento de moradia que realiza ocupações em prédios abandonados na área central de São Paulo.

Imagem 3: Croqui Imperatriz – São Paulo. Elaboração: Danilo Eric (2020).

2.2.1. DE IMPERATRIZ PARA SÃO PAULO

Nascida na cidade de Imperatriz²², no estado do Maranhão, Aparecida é a única mulher em uma família de seis filhos, tendo um dos seus irmãos falecido ainda quando criança. Uma família com muitas dificuldades que comprometiam a sobrevivência plena e digna, que, por conta da adversa situação econômica e social que vivia, teve de recorrer à atribuição de algum tipo de trabalho aos filhos desde que eles eram ainda crianças, com o objetivo de complementar a renda familiar.

22 Imperatriz é o segundo município mais populoso do estado maranhense, segundo dados do IBGE de 2018, ficando atrás somente da capital São Luís, da qual é distante 626 quilômetros.

Aparecida começou a trabalhar com dez anos de idade como empregada doméstica, inserida em uma cruel situação social de reprodução da pobreza e de relações precarizadas e informais de trabalho, que explora e nega direitos e expõe principalmente meninas negras a diversas situações de perigo.

A atividade realizada por Aparecida na infância não é denominada de trabalho doméstico nem por ela, que, durante nossas conversas, assim se refere a essa época: “trabalhava em casa de famílias, mas também brincava”. Essa prática perversa e bastante comum, por ser “[...] realizado por crianças e adolescentes no âmbito privado das residências, uma forma de trabalho ainda visto com naturalidade e socialmente aceito, envolto em um discurso de ‘ajuda’” (SANTOS, 2016, p. 160), é frequentemente romantizada na construção do discurso de que esse tipo de exploração é uma oportunidade para que crianças e adolescentes não se envolvam com infrações, drogas ou algo semelhante. Essas crianças e adolescentes, predominantemente meninas negras, de acordo com dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)²³, exercem atividades de cuidado doméstico e mesmo de cuidado de outras crianças, nas chamadas “casas de famílias” com mais recursos financeiros, não obrigatoriamente ricas. Esse trabalho frequentemente não é remunerado, mas trocado por abrigo, alimentação, roupas - geralmente já usadas -, produtos de higiene pessoal e, quando remunerado, o pagamento é ínfimo. É, ainda, difícil de ser contabilizado por ser um trabalho que

[...] é desenvolvido no âmbito privado dos domicílios, dificultando o conhecimento da realidade [...]; é socialmente aceito por ser praticado a título de ajuda; [e] em geral, não é caracterizado, quando realizado em casas de terceiros, como trabalho pela família empregadora, mas como forma de participação no núcleo familiar ou ainda como auxílio e caridade àquela criança ou adolescente, em troca de casa e alimentação (SANTOS, 2016, p. 165).

Esse trecho nos leva também a refletir quanto ao trabalho doméstico em si, que, por não ser tratado publicamente como trabalho socialmente necessário, mas apenas necessário em âmbito privado, encontra dificuldade em ser contabilizado. Há uma estimativa de que esse tipo de trabalho “consome, em

23 Disponível em: <https://fnpeti.org.br/>. Acesso em 26 jun. 2019.

média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa” (DAVIS, 2016, p. 225). Por se tratar de um trabalho cuja responsabilidade é individual e reservada às mulheres, as atividades domésticas não são reconhecidas enquanto trabalho e são invisibilizadas, o que leva à aceitação social da realização de tais atividades por meninas. “Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p. 230). Logo, com as heranças patriarcais e escravagistas do Brasil, os trabalhos menos especializados e/ou considerados não qualificados, entre os quais se insere o trabalho doméstico, são destinados às mulheres, crianças e pessoas negras.

O trabalho doméstico, compreendido como de pouca especialização, se amplia para os trabalhos de cuidado, os quais, além do cuidado com a casa, incluem também o trabalho de cuidado com pessoas doentes, homens, crianças e idosos. No caso destes, diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-capitalistas – nas quais os idosos eram reconhecidos por seu conhecimento acumulado ao longo dos anos e passado por gerações, além de socialmente vistos como “detentores da memória e da experiência coletiva” (FEDERICI, 2019, p. 255) –, na sociedade capitalista, esses idosos não são valorizados e são tidos como onerosos, e seus cuidados, bem como os cuidados com pessoas doentes, que deveriam ser de responsabilidade da esfera pública, com trabalho técnico especializado, são cada vez mais transferidos para a esfera privada, ou seja, para o espaço da casa; cuidados para os quais são incumbidas essas mulheres, sem conhecimento técnico. Como consequência dessa transferência,

[...] a casa foi transformada em uma indústria médica, onde, por exemplo, se fazem diálises: donas de casa e ajudantes precisam aprender a inserir cateteres e cuidar de feridas, e todo um novo tipo de equipamento médico foi fabricado para uso doméstico (FEDERICI, 2019, p. 258).

Observa-se que, por não ser mais considerado como produtivo, mas como um peso fiscal ao Estado, o cuidado com pessoas doentes e idosas é transferido para as famílias, inclusive financeiramente, e sobrecarrega, especificamente, as mulheres, pela imposição tida como natural da responsabilidade de trabalhos de cuidado como parte do trabalho doméstico. Essas mulheres sobre quem recaem os trabalhos de cuidado com os

mais velhos da família “[...] vivem à beira da exaustão física e nervosa, consumidas pelo trabalho e pela responsabilidade de ter que oferecer cuidado e muitas vezes realizar procedimentos para os quais elas normalmente não estão preparadas” (FEDERICI, 2019, p. 261).

As tarefas realizadas por mulheres - o trabalho doméstico, o cuidado com pessoas e com o espaço - se cruzam com a luta que as mulheres travam pela terra. Federici (2019) vai destacar a luta das mulheres pela terra a partir da agricultura de subsistência, historicamente uma atividade realizada por mulheres que lutam para que a terra, em diferentes cidades do planeta, não seja expropriada pelo agronegócio.

[...] em cidades por todo o mundo, pelo menos um quarto de seus habitantes dependem dos alimentos produzidos pelo trabalho de subsistência das mulheres. [...] Isso é confirmado pelo Fundo de População das Nações Unidas, que afirma que ‘cerca de duzentos milhões de habitantes da cidade estão cultivando alimentos, fornecendo a cerca de um bilhão de pessoas pelo menos parte de seu suprimento alimentar (FEDERICI, 2019, p. 300).

É também a partir da agricultura de subsistência que as mulheres asseguram um controle na qualidade dos alimentos, tanto no que se refere ao uso de agrotóxicos - responsáveis pelas altas taxas de doenças e mortalidade entre os camponeses do mundo, especialmente as mulheres -, quanto no que diz respeito à manipulação genética. É ainda, segundo Federici (2019), a agricultura de substância, que resiste a partir da luta das mulheres pela terra, a responsável por manter os preços acessíveis dos alimentos, em contrapartida à lógica do agronegócio, que eleva os preços e contribui para a fome no mundo.

Quanto ao trabalho infantil, cabe destacar que, ainda de acordo com os dados do FNPETI, no intervalo de vinte e um anos, entre os anos de 1992 e 2013, o trabalho infantil reduziu em 59% ou em 4,6 milhões de casos, passando de 7,8 milhões em 1992 para 3,2 milhões em 2013. No mesmo intervalo de tempo, o trabalho infantil doméstico também decresceu em 75,5% ou em 650 mil casos, passando de 870 mil em 1992 para aproximadamente 214 mil em 2013. Essa redução não desprezível é fruto da implementação de programas de combate ao trabalho infantil e de investimentos na educação continuada, atrelados a políticas públicas de transferência de renda e a políticas públicas de combate à fome, à miséria e à pobreza, concretizadas especialmente entre os anos de 2003 e

2016, nas gestões dos presidentes petistas Lula (2003 – 2006 / 2007 – 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2014 / 2015 – 2016). Apesar da redução considerável dessa condição exploratória em um intervalo de vinte e um anos, os números referentes ao trabalho infantil e ao trabalho infantil doméstico continuam alarmantes²⁴.

Ainda na adolescência, na segunda metade dos anos 1980, Aparecida começou a trabalhar como vendedora ambulante, atividade que exerceu até pouco depois de casar-se com Antônio, em 1989, aos vinte anos de idade. O comércio ambulante, caracterizado por ser um trabalho informal, funciona, através dos vendedores de rua distribuídos por diversos pontos nas cidades, como distribuição dos produtos cujas procedências são variadas. “O trabalho informal no comércio ambulante articula fluxos de mercadorias diversas em redes de escala global e, antes de ser um sinal do atraso, é um dos aspectos marcantes da globalização nas grandes metrópoles” (SILVA, 2011, p. 58).

Distantes das hierarquias do mundo formal do trabalho, os trabalhadores ambulantes se inserem na chamada “viração”²⁵

24 Cabe aqui destacar que, no processo de escrita dessa tese, no dia 30 de junho de 2019 o site G1, em parceria com o jornal dominical Fantástico, publicou uma matéria sobre a história de Solange, mulher de 36 anos que desde os 7 morava e trabalhava na casa de uma família na zona sul de São Paulo. Solange nunca estudou e não recebia salário. Ao sair da casa dos patrões, quase 30 anos depois, e denunciá-los, a justiça compreendeu que Solange vivia em condições análogas à escravidão e garantiu a ela o direito de ser indenizada pelos patrões no valor de R\$ 1 milhão. Ainda de acordo com a matéria, o advogado da família condenada afirmou que recorrerá à decisão judicial. MAGALHÃES, B. Mulher ganha na justiça direito a indenização de R\$ 1 milhão de família de SP que a criou: ‘Eu me sentia como uma escrava’. G1, São Paulo, 30 jun. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/30/mulher-ganha-na-justica-direito-a-indenizacao-de-r-1-milhao-de-familia-de-sp-que-a-criou-eu-me-sentia-como-uma-escrava.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_content=post&utm_campaign=g1&fbclid=IwAR37THoFDThbOYPWPsvj8H8jLGvEeadEcIqeAphTJpvK94NELkBs5mrJ2jE. Acesso em 02 jul. 2019.

25 Por “viração” entende-se o que Telles e Cabanes (2006, p. 21 e 22) definem como: “a conhecidíssima viração no mercado (e cidade) informal, na qual os agenciamentos da vida cotidiana se fazem sempre e a cada momento nos limiares do legal e ilegal; o trabalhador regular que foi pego em cheio pela dita reestruturação produtiva e que, perdendo os pilares do mundo, vai se ajeitando (e se desencontrando) na vida entre a família e ajuda de uns e outros; o trabalhador migrante recente (anos 90) que vê desmoronar, em ato e ao vivo, o sonho de uma vida estável entre o trabalho e a moradia ou, então, os que, em busca e na defesa de um lugar no mundo, se lançam em uma militância que, agora, mais do que nunca, parece operar num jogo de vida e de morte às voltas com máfias locais, grileiros e seus matadores e também

cotidiana (CABANES; SILVA; TELLES, 2011), cuja geração de renda não se baseia no assalariamento e o comércio realizado se caracteriza por sua ligação direta a uma dinâmica de produção e circulação da riqueza (SILVA, 2011).

A viração é entendida aqui como mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais. É um tipo de trabalho que depende do 'fazer acontecer' a cada dia (seja para vender, seja para garantir a permanência no ponto), mas está envolvido em processos mais amplos de produção e circulação de riquezas para quem controla os momentos estratégicos desses processos (SILVA, 2011, p. 59 e 60).

Apesar do comércio ambulante ser fundamental para a produção e a circulação de mercadorias e ser característico da globalização, o trabalho de ambulante, especialmente quando é exercido por pessoas mais pobres, com venda de produtos mais populares, é cotidianamente criminalizado, estando sempre sujeito à constante pressão de mecanismos de fiscalização, muitas vezes violentos e que acarretam na perda da mercadoria - levada pelos fiscais e guardas municipais. Em diversas cidades, houveram tentativas de regularização dessa atividade, especialmente quanto à demarcação do espaço destinado ao seu desenvolvimento, mas essas tentativas não conseguiram abranger parte substancial dos que exercem a atividade, mantendo-os às margens, submetidos à perseguição constante das fiscalizações, muitas vezes arbitrárias e violentas, inseridas em um submundo corrupto; sem falar nas disputas espaciais internas por pontos estratégicos de circulação nas grandes cidades, tão comuns no contexto desse tipo de trabalho informal. Hoje, caracteriza-se, ainda, por ser uma atividade ilegal cujas condições de trabalho na rua variam de acordo com a gestão municipal²⁶. “[...] A ilegalidade cria uma situação de precariedade, gerando dependência e individualização dos comportamentos propícios à perpetuação das formas clientelistas ou paternalistas de poder” (SILVA, 2011, p. 73). E no período atual de crise socioeconômica e política que estamos vivendo, é perceptível o aumento considerável de pessoas de classes econômicas distintas nas ruas e nos transportes públicos de São Paulo vendendo os mais variados

a violência-de-todos-os-dias que vai campeando nesses territórios em disputa [...]”.

26 Para mais informações sobre comércio informal e vendedores ambulantes, consultar a coletânea organizada por CABANES, R; GEORGES, I; RIZEK, C. e TELLES, V. Saídas de emergência. São Paulo: Boitempo, 2011.

produtos, o que nos leva ao encontro de Saffioti (1979, p. 25) quando, ao se referir à atividade de vendas ambulantes, afirma que: “[...] estas contêm uma força de trabalho à disposição do setor capitalista em épocas de prosperidade e constituem um recurso para a sobrevivência destes contingentes humanos nos períodos de retração da economia capitalista”. A sobrevivência humana como subproduto do processo de geração de valor econômico à acumulação do capital.

Aparecida parou de trabalhar fora de casa um ano depois de seu casamento com Antônio, em 1990, quando tiveram a primeira de seus três filhos; a segunda filha nasceu em 1992; ambas nasceram no Maranhão. O último chegaria anos depois, já em São Paulo.

Quando me casei, já saí do mercado de trabalho. Me casei com 20 anos e já não fui mais trabalhar porque eu resolvi cuidar das crianças. Não queria deixar as crianças com ninguém, não queria deixar na creche. Aí eu preferi cuidar das crianças e ele trabalhando (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Ao abdicar do trabalho fora de casa para se dedicar integralmente à criação das filhas e aos afazeres domésticos, Aparecida segue o que Telles (2006, p. 153) define como sendo “[...] os percursos que caracterizam as trajetórias ocupacionais femininas, cheias de interrupções e inflexões em razão das dificuldades de conjugar trabalho e vida doméstica”. Essa dificuldade é reflexo do fato do cuidado com as crianças no nosso país ser estritamente da esfera do privado, vide o número insuficiente de creches públicas²⁷ existentes nas nossas cidades e a terceiri-

27 De acordo com matéria publica em 19 de outubro de 2017 pelo jornal Valor Econômico, as vagas nas creches públicas no Brasil só abrangem 30% das crianças de zero a três anos do país. Ainda de acordo com a mesma matéria, a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é de atendimento a, pelo menos, 50% das crianças nessa faixa etária até 2024. Essa realidade da insuficiência de vagas nas creches afeta drasticamente a vida de famílias, principalmente de mães pobres que não têm condições de matricular seus filhos em creches particulares. GUIMARÃES, L. Brasil levará mais de 25 anos para oferecer creche para 50% das crianças. Valor econômico, São Paulo, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5160972/brasil-levara-mais-25-anos-para-oferecer-creches-para-50-das-criancas>. Acesso em 01 jul. 2019.

Em outra reportagem divulgada no dia 30 de junho de 2019 pelo site UOL denuncia, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o cancelamento de obras de 1.495 creches, em todo o Brasil, em novembro de 2018, final do governo ilegítimo de Michel Temer (MDB). A reportagem traz ainda entrevistas com famílias de diferentes municípios do país que contam das dificuldades de se conseguir uma creche, muitas não conseguiram e as que conseguiram as creches passam por diversas dificuldades, desde problemas

zação do cuidado infantil feita por pessoas com mais recursos financeiros, que termina por impactar diretamente a vida de mulheres pobres -muitas vezes obrigadas cuidar dos filhos de terceiros em detrimento dos seus. Embora Aparecida afirme que não queria deixar as filhas na creche, é preciso buscar compreender essa afirmação no sentido político amplo, da articulação entre a condição do espaço privado com atividades de cuidados destinadas à mulher e a insuficiência do número de creches que possibilitariam à mulher autonomia; assim, é preciso entender que esses cuidados devem ser compreendidos enquanto função da sociedade, possibilitando-se, assim, rompimentos com ciclos de dependência e subordinação, além de oportunidades de maior qualificação profissional da mulher – o que consequentemente leva a melhores salários.

[...] Essa ideologia que opõe a família (ou a comunidade) à fábrica, o pessoal ao social, o privado ao público, o trabalho produtivo ao improdutivo é funcional à nossa escravidão na casa – que, na ausência de um salário, sempre aparentou ser um ato de amor. Essa ideologia está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho, que encontra uma de suas expressões mais nítidas na organização da família nuclear (FEDERICI, 2019, p. 77).

Para o pensamento marxista, o lucro é o trabalho não pago ocultado pelo salário, o que nos leva ao encontro de Federici (2019) quando esta se refere às relações familiares e sociais enquanto necessárias à produção do capital, e no entanto, ocultadas pela ausência de salário.

Quando Aparecida e Antônio se conheceram, ele trabalhava em um supermercado exercendo a função de entregador de compras. O casal foi morar em uma casa de madeira construída por eles nos fundos da casa dos pais de Aparecida, que, com o dinheiro da aposentadoria somado ao dinheiro enviado pelos filhos que estavam morando e trabalhando em São Paulo, compraram um terreno e construíram a casa própria, depois de anos de sofrimento e instabilidade lutando para saírem do oneroso aluguel. Com o nascimento da segunda filha, em um cenário de salário insuficiente e poucas perspectivas

estruturais das edificações até a falta de professores. Além disso, famílias denunciavam que andam aproximadamente 5 quilômetros para levar seus filhos à creche. MADEIRO, C. Com cancelamento de mais de mil creches, mães ficam “órfãs de trabalho”. UOL, Maceió, 30 jun. 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/06/30/com-cancelamento-de-mais-de-mil-creches-maes-ficam-orfas-de-trabalho.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral. Acesso em 02 jul. 2019.

de melhora, Antônio sai de Imperatriz-MA para São Paulo em busca de melhores condições de vida, acreditando ser possível conseguir emprego a curto prazo e, assim, alugar uma casa para que Aparecida e as duas filhas se mudassem também para a capital paulista.

No período caracterizado como migratório, que antecede a vinda de Antônio para São Paulo, era bastante comum essa prática do marido sair primeiro da cidade de origem, deixando lá a mulher e os filhos, até conseguir emprego na capital. Esses homens, ao chegarem em São Paulo, moravam com parentes, conterrâneos ou mesmo em cortiços indicados por alguém, saíam de porta em porta atrás de emprego e, quando conseguiam, economizavam o quanto podiam para então alugar uma casa ou um quarto em uma casa autoconstruída na chamada periferia ou em um cortiço na área central e assim trazer o restante da família, quando já tinham algo entendido como mais garantido. Esse foi exatamente o caminho seguido por Aparecida e Antônio.

Em 1992 eu tive a segunda e foi quando meu marido veio para cá para São Paulo em busca de melhoria das condições de vida, porque é isso que acontece mesmo. E aí ele ficou quase um ano aqui e eu fiquei lá com as duas crianças, a mais velha e a que naquele momento era a caçulinha. Em 1993 eu vim, foi no meio do ano, vim para cá com as duas meninas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Da chegada em São Paulo, Antônio morou em um cortiço na região central, na alameda Glete²⁸, onde moravam alguns parentes e conterrâneos, dentre eles um dos irmãos de Aparecida. Começou a procurar emprego de porta em porta - prática bastante comum nas décadas anteriores, antes da chamada reestruturação produtiva, caracterizada pelo aumento do terciário e das agências de emprego. O fato de Antônio chegar em São Paulo e ir morar no centro da cidade é tido por Aparecida como a possibilidade dele conseguir emprego a partir da viabilidade de sair pelas ruas batendo de porta em porta.

[...] Uma coisa que eu falo é que quando a gente chega de fora para arrumar trabalho aqui em São Paulo, primeiro a gente fica no centro, para ter um acesso mais fácil, porque nem todo mundo tem dinheiro para pagar passagem de ida e volta para ir atrás de emprego. Então aqui você sai andando, sai a pé (APARECIDA, informação verbal, 2019).

28 Localizadas no bairro Campos Elísios, pertencente ao distrito de Santa Cecília, na região central da capital paulista.

Kowarick (2011), ao descrever as dinâmicas socioeconômicas a partir do centro e seus cortiços, vai explorar, também, o que ele chama de vantagens que os moradores de cortiços podem ter quando estes estão localizados no centro da cidade: “Habitar em cortiços apresenta vantagens. A maior delas é estar ‘perto de tudo’, pois quase metade dos seus habitantes vai a pé e três quartos gastam menos de trinta minutos para chegar ao local de trabalho” (KOWARICK, 2011, p. 86).

Quero apenas ressaltar que, apesar de achar importante o destaque feito por Kowarick, pois se situa no tempo e no espaço em que estamos, essa afirmação mostra a condição de precariedade que é para a população pobre viver o cotidiano de uma cidade “tipicamente capitalista”, como é classificada por Villaça (2012) a cidade de São Paulo. Uma cidade onde a população pobre, para ter um maior aproveitamento do tempo, precisa morar em precárias condições, como é a vida no cortiço. Uma cidade onde o cotidiano é consumido pela disputa em torno do tempo de deslocamento, de trabalho, de descanso, de lazer, de vida.

Como destacado anteriormente, o pensamento comum das pessoas que se deslocavam para São Paulo, especialmente da região Nordeste, de se conseguir emprego batendo de porta em porta está ligado à lógica de intensa migração - ocorrida de forma notória entre os anos de 1940 e 1960, mas ainda com relevância até os anos 1980, quando era essa a forma predominante de se conseguir trabalho, e geralmente as portas a se bater eram indicadas por parentes, amigos e conterrâneos que já estavam na cidade há algum tempo. Com a reestruturação produtiva do chão de fábrica - definitivamente implementada nos anos 1990 - impactando todo o mundo do trabalho, entram em cena as agências de intermediação de contratação, chamadas agências de emprego ou agências de trabalho temporário, num cenário em que o trabalho temporário vinha a ser cada vez mais comum - a partir da década de 1990 -, especialmente para quem iniciava sua vida no mundo do trabalho, ou seja, os jovens. Hirata, Magalhães JR e Telles, em pesquisa etnográfica sobre trajetórias Urbanas, publicada em 2006, ao avaliarem as agências de mediação de contratação de mão de obra que surgiam em 1990, afirmam que “[...] a entrada no mercado se faz em boa medida pela intermediação das agências” (HIRATA, MAGALHÃES JR. e TELLES, 2006, p. 224) e questionam:

A primazia do mercado local é imposta pelas próprias agências? Essa é a avaliação do próprio Jorge: as empresas não aceitam quem mora mais longe, pois isso as obrigaria a um maior ônus legal e obrigatório (vale-transporte) para cobrir despesas com transportes (HIRATA, MAGALHÃES JR. e TELLES, 2006, p. 224).

Claro que, apesar do crescimento da intermediação das agências de emprego e trabalho temporário, não impossibilitava-se conseguir emprego por conta própria, como foi o caso de Ivete e José, e também de Antônio, que, chegando em São Paulo, começou a trabalhar novamente em um supermercado, no bairro de Pinheiros²⁹, onde ficou poucos meses - apenas o restante do ano de 1992 e o primeiro mês de 1993 -, pois, em janeiro de 1993, foi inaugurado, também em Pinheiros, o Parque da Mônica³⁰, onde logo Antônio começou a trabalhar. Nos primeiros seis meses em que trabalhou no Parque³¹, focou-se em economizar um dinheiro que possibilitasse a estruturação necessária para a chegada da família que havia ficado no Maranhão. Seis meses depois do início do trabalho no Parque, conseguiu enviar o dinheiro necessário para a viagem de Aparecida e das duas filhas e alugou um quarto para receber a família no mesmo cortiço em que já morava, na alameda Gleite.

Uma noite, em meados de 1993, Aparecida pegou um ônibus em Imperatriz-MA com as duas filhas pequenas, a mais nova ainda sendo amamentada, sem nenhuma pessoa com quem pudesse dividir os cuidados e o trabalho com as crianças durante os dois dias e três noites que durou a viagem até São Paulo, onde desembarcaram no Terminal Rodoviário do Tietê³². De chegada, moraram no cortiço onde Antônio morava desde que havia chegado em São Paulo e onde também morava um dos irmãos de Aparecida. Mas ficaram nesse

29 Bairro nobre situado na zona oeste do município de São Paulo, pertencente ao distrito de Pinheiros.

30 O Parque da Mônica é um parque de diversão temático com os personagens criados pelo cartunista Maurício de Sousa. O primeiro parque idealizado pelo cartunista foi inaugurado em 10 de janeiro de 1993, no Shopping Eldorado Paulistano, localizado no bairro de Pinheiros, tendo funcionado nesse endereço até fevereiro de 2010. Para mais informações sobre Parque da Mônica: https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_da_M%C3%B4nica. Acesso em junho 2019.

31 Sempre que aparecer a palavra Parque escrita com a inicial maiúscula, refere-se ao Parque da Mônica.

32 Localizado no bairro de Santana, zona norte da capital paulista, o Terminal Rodoviário do Tietê foi inaugurado em 1982 e é o maior terminal rodoviário da América Latina.

cortiço por pouco tempo, pois Antônio e o irmão de Aparecida se desentenderam e Antônio resolveu se mudar com a família para outro cortiço, na mesma região, em uma rua paralela, a alameda Nothmann³³, onde morava outro dos irmãos de Aparecida.

Segundo Kowarick e Ant (1994), os cortiços passaram a compor a forma de habitação proletária, a partir da mão de obra livre, tardiamente - no final do século XIX -, em decorrência da nova relação de exploração na qual o proletariado, mal remunerado, no iniciante processo de industrialização das últimas décadas do século XIX, precisava arcar com os meios de vida para sobreviver; assim, o cortiço foi sendo caracterizado como a forma de habitabilidade - da classe proletária - mais antiga da capital paulista. Soma-se a isso o contexto de inflexibilidade do transporte ferroviário à época, que não possibilitava ao trabalhador - mal remunerado e em precárias condições de trabalho, além de submetido a exaustivas jornadas - morar distante do local de trabalho. O cortiço vai constituir, até os anos 1950, quantitativamente, a forma predominante de alojamento para a classe trabalhadora.

[...] na medida em que a economia baseia seu processo de extração de excedente na pauperização dos trabalhadores e ao mesmo tempo precisa manter a unidade familiar operária a fim de explorá-la e garantir sua continuidade, o cortiço, subdivisão de cômodos em maior número possível de cubículos, aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos (KOWARICK e ANT, 1994, p. 74).

O cortiço permitia, então, o rebaixamento da força de trabalho à medida em que forjava a exploração de todos os membros da família, já que, nesse período do final do século XIX, o sistema incorporava, em extensas e exaustivas jornadas de trabalho, a mão de obra feminina e infantil no processo produtivo. Além disso, os cortiços foram ainda responsáveis por formas de lucros de diferentes capitalistas que perceberam a lucratividade tanto da divisão em cubículos da parte interna de antigos casarões quanto de novas construções voltadas a essa finalidade (KOWARICK e ANT, 1994).

Mais de 80% das antigas residências térreas e dos velhos casarões da área central de São Paulo foram transformados em cortiços. Em cada uma dessas habitações, cujos

33 Localizadas no bairro Campos Elísios, pertencente ao distrito de Santa Cecília, na região central da capital paulista.

quartos raras as vezes ultrapassam quatro metros quadrados, moram em média de 9 a 22 famílias, na proporção de 5 pessoas por cômodo (KOWARICK e ANT, 1994, p. 85 e 86).

Nesse sentido, Kowarick e Ant (1994) definem cortiço como habitação coletiva situada em lote de terreno onde grande quantidade de pessoas de sexos e idades diferentes coabitam involuntariamente, a partir de aluguel de cômodos de dimensões mínimas, dividindo áreas de usos comuns como banheiros e tanques. Essa forma de moradia, ainda segundo os autores, é caracterizada por péssimas condições de habitabilidade em seus aspectos físicos, de higiene e salubridade. A Lei Moura³⁴ caracteriza cortiço como:

Unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características:

- a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano;*
- b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;*
- c) várias funções exercidas no mesmo cômodo;*
- d) acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias;*
- e) circulação e infraestrutura, no geral precárias;*
- f) superlotação de pessoas (LEI MOURA, 1991).*

A partir dos anos 1940, com a expansão da rede viária, em um contexto em que o ônibus, insuficiente, ocupa o lugar do bonde na realização do transporte coletivo, a capital paulista passa por uma expansão da malha urbana - caracterizada pelo chamado padrão periférico de crescimento, a partir do tripé loteamento - periférico-autoconstrução-moradia -, processo esse que se intensifica nos anos 1960 e se estende até o final da década de 1970 (BONDUKI, 2004; BONDUKI e ROLNIK, 1982; MARICATO, 1982). Mas essa ocupação periférica, por ser distante da área central e em espaços sem infraestrutura e com dificuldades de circulação devido às deficiências do transporte coletivo, não pode desbancar a escolha proletária pelos cortiços, que continuaram a ser a possibilidade de moradia no centro para vasta população pauperizada. De acordo

34 Lei municipal 10.928, de 08 de janeiro de 1991, sancionada na gestão da então prefeita do PT Luiza Erundina, que dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e define e exige padrões mínimos em habitações coletivas de aluguel. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1092/10928/lei-ordinaria-n-10928-1991-regulamenta-o-inciso-ii-do-artigo-148-combinado-com-o-inciso-v-do-artigo-149-da-l-o-m-dispoe-sobre-as-condicoes-de-habitacao-dos-corticis-e-da-outras-providencias>. Acesso em 27 jun. 2019.

com Kowarick (2011), em meados da década de 1990 residia em cortiços 6% da população moradora em São Paulo, que, em 1991, ainda de acordo com o mesmo autor, era de 9.600.000 pessoas, ou seja, aproximadamente 576 mil pessoas vivam em cortiços nos anos 1990.

Esse número elevado de pessoas que encontravam nos cortiços sua única forma possível de moradia na área central pode ser entendido como também consequência da facilidade advinda da informalidade com a qual eram realizados os contratos de aluguel - na maioria das vezes, verbais. Por serem esses trabalhadores, na sua maioria, pessoas vindas de outros estados - e, em períodos mais recentes, de outros países -, eles não conseguiam enfrentar a burocracia necessária para alugar um imóvel em São Paulo. “[...] o contrato é verbal, viabilizando a condição de inquilino, pois as camadas pobres dificilmente têm a alternativa de uma locação com contrato formal” (KOWARICK, 2011, p. 86). Se o contrato verbal facilita o processo, por um lado, pois não é carregado de toda a burocracia de comprovação de renda, exigência de fiador ou caução e tantos outros pré-requisitos, por outro lado ele torna a relação entre as partes muito instável, uma vez que não é dada garantia alguma ao inquilino, que pode ser despejado a qualquer momento e por qualquer motivo que desagrade ao proprietário ou a quem faz a mediação e a administração do cortiço.

Algo muito característico nesse contexto dos cortiços é a presença de administradores ou intermediários, que exercem as funções de fazer cobranças aos inquilinos e reparos físicos na edificação, além de serem responsáveis por manter certa ordem e controle local a partir da decisão de quem sai e quem fica, bem como intervir sobre os diversos tipos de confusões e assuntos distintos. É ao administrador, via de regra, que se dirigem as reclamações dos moradores quanto à presença de bichos e insetos, sobre as condições físicas locais e sobre conflitos de vizinhança (KOWARICK, 2009). Segundo Miagusko (2008, p. 133), o intermediário se caracteriza por ser um “déspota privado que regula a vida no cortiço, figura conhecida por sua violência e desmando”.

Quando comparado às demais formas de aluguel em uma mesma região, o cortiço é considerado a forma mais cara e onerosa de morar - pelo preço do metro quadrado pago como

aluguel somado às características descritas acima. “Segue sendo o aluguel mais caro por metro quadrado, espoliando a população e garantindo alta rentabilidade aos proprietários dos imóveis” (TONE, 2015, p. 50).

Aparecida, ao falar de suas duas primeiras moradias em São Paulo - em dois diferentes cortiços no bairro de Campos Elísios -, destaca o fato de morar no centro e a possibilidade que isso os deu do marido conseguir trabalho com rapidez, logo de sua chegada a São Paulo.

No primeiro cortiço, Aparecida e a família ficaram poucos dias e ela não se ateve a detalhes ao falar sobre esse período. Já o segundo cortiço em que moraram era composto de dez quartos em um mesmo lote, todos com o mesmo acesso. Internamente, metade dos quartos eram acessados pelo nível da rua, a outra metade estava no nível abaixo da rua. O cortiço possuía instalações hidráulicas em cada nível, cada um dos níveis tinha um chuveiro, um aparelho sanitário, uma pia para higiene pessoal e um tanque destinado à lavagem de roupas, que também servia ao preparo de alimentos. Aparecida, Antônio e as duas filhas moravam em um quarto no nível abaixo da rua. As condições eram bastante precárias, tanto em relação ao espaço compartilhado quanto ao privado; neste, com destaque para as questões de salubridade e conforto térmico, pois era bastante úmido e sofria inundações em dias chuvosos. Não se tratava de um antigo casarão, mas de uma construção mais recente, feita para ser um cortiço.

Tinha cinco quartos que era no nível da rua e cinco quartos embaixo, que tinha que descer a escada para ir, tipo um porão, eu morava embaixo. E lá era um banheiro só para todo mundo, uma lavanderia só para todo mundo, era coletivo lá. Mas quando chovia enchia a parte de baixo, a parte de cima não. A água chegava na cintura. Como você vê que rato e barata andam soltos aí pela rua, então eu segurava uma filha e meu marido segurava a outra para cima, para não ter contato com aquela água, e os ratos passando assim, ao redor da gente, até a água secar (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Aparecida narra essa situação com bastante tranquilidade, seu semblante sempre risonho, às vezes confusa com as décadas, nunca tem um tom de revolta. Estou sentada à sua frente escutando tudo isso e imaginando essa cena de adultos segurando crianças no alto enquanto os ratos estão ao seu redor. Tento manter um semblante não abalado e emendo com: além disso, com as chuvas vocês perdiam tudo? “Perdia tudo. Chegou uma época de a gente ter um colchãozinho para dor-

mir e um fogão, porque perdemos tudo” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Moraram nove meses nesse cortiço na alameda Nothmann até se mudarem para São Mateus, no extremo leste do município de São Paulo. Interessante destacar que, às vezes, ao se referir ao cortiço, Aparecida chama-o de pensão, mas logo se corrige e fala cortiço. Pensão é uma palavra menos pejorativa que os próprios moradores atribuem ao cortiço para serem menos estigmatizados. Mas Aparecida, que ao longo de sua vida em São Paulo se formou militante e liderança de movimento de moradia, sabe como é importante politicamente assumir as nomenclaturas. Então, embora por vezes se remeta à palavra pensão, talvez um hábito antigo, de quando lá morava, imediatamente se corrige e fala cortiço, sabendo do peso político que há em assumir esse lugar.

2.2.2. DO CORTIÇO NO CENTRO PARA A CASA NO BAIRRO

Saíram do cortiço nove meses depois que Aparecida e as filhas haviam chegado em São Paulo. Durante nossas conversas, ela destaca que se mudaram porque, além das precariedades do cortiço e da inundação que sofria em períodos de chuva - que acarretava a presença de ratos e insetos dentro do quarto -, o aluguel era caro; assim, mudaram-se para um bairro mais distante do centro e do local de trabalho de Antônio, na busca de aluguel mais barato e melhores condições de habitabilidade.

Durante o trajeto com destino a São Mateus³⁵, Aparecida começou a chorar dentro do ônibus de linha municipal que os levava para a nova morada. Ela estava achando a viagem muito demorada e pensava que o marido estava levando a família para outra cidade, ao que o marido esclareceu que ainda estavam na mesma cidade, que era só um bairro mais

35 São Mateus é um distrito localizado na zona leste do município de São Paulo, distante aproximadamente 20 quilômetros da região central.

distante, mas ainda no município de São Paulo. Foram morar lá a partir da indicação de uma colega que trabalhava com Antônio no Parque da Mônica e que também residia em São Mateus. Aparecida, que havia chegado há pouco em São Paulo, ainda não tinha familiaridade com a cidade, com sua amplitude e as distâncias da centralidade.

Imagem 4: Croqui Centro – São Paulo. Elaboração: Danilo Eric (2020).

A casa também não era uma casa individual, mas duas casas em um mesmo lote, com o mesmo acesso. Ao entrar no terreno, a primeira casa, com dois cômodos, era a casa de Aparecida e de sua família; na casa dos fundos, também de dois cômodos, morava outra família. Assim como no cortiço da região central, essa casa onde o casal e as duas crianças foram morar em São Mateus tinha o banheiro compartilhado, mas, nesse caso, apenas com a outra família moradora - diferen-

temente do cortiço, onde dividiam apenas dois banheiros e dois tanques com todos os moradores dos outros nove quartos. A casa de Aparecida, assim como a outra casa existente no mesmo terreno, possuía cozinha própria; um cômodo era a cozinha e o outro o quarto. Aparecida comprou um tanque de lavar roupas que instalou na própria cozinha, enquanto que o banheiro era dividido entre as duas famílias.

Logo que se mudou para a casa em São Mateus, Aparecida descobriu que estava grávida novamente; “[...] quando eu saí daqui do centro eu estava grávida e não sabia, descobri quando eu cheguei lá que eu comecei a ter enjoo e aí eu fui ao médico e o médico falou que eu estava grávida, que é o meu caçula, já tem 24 anos” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Morando em uma cidade desconhecida e em um bairro distante da dinâmica da região central - à qual ela estava inserida logo de sua chegada -, com duas filhas pequenas e à espera de um terceiro filho, Aparecida não voltou a trabalhar fora de casa: passava o dia inteiro em casa cuidando dos filhos e das funções domésticas. Antônio, por sua vez, continuou trabalhando no Parque da Mônica e fez um curso de segurança privada. Quando terminou o curso, saiu do Parque e passou a trabalhar como segurança privado alternando escala diurna e noturna, para uma empresa no centro de São Paulo.

Durante toda a pesquisa, tentei aprofundar-me mais em informações sobre esse curso, mas Aparecida nunca detalhou nada para além dos fatos do curso ser regulado pela Polícia Federal e de que o marido tinha posse de armas – ela me disse isso quando perguntei se ele trabalhava como segurança armado. Também não consegui ter precisão sobre locais onde Antônio trabalhou como segurança privado. Aparecida nunca nomeou tais empresas, aparenta realmente não saber exatamente onde o marido trabalhava, apenas sabia que eram empresas onde ele atuava como segurança. Como nunca conheci Antônio, não consegui descobrir mais sobre esse trabalho exercido por ele.

A privatização da segurança é um fenômeno mundial que tem ápice no Brasil na já aqui discutida década de 1990; a expansão desse mercado “[...] está fortemente relacionada às mudanças na economia e na reorganização dos espaços públicos e privados destinados à prestação de serviços, consumo ou

moradia” (CUBAS, 2017, p. 176). Telles (2006), ao descrever a chegada dos grandes equipamentos de consumo em espaços periféricos – fenômeno que evidencia as relações entre universo da pobreza e circuitos de mercado -, vai afirmar que é também pelos centros de consumo

[...] que se encontram os novos e excludentes empregos, no mais das vezes intermediados por agências de trabalho temporário, empresas terceirizadas e mais uma nebulosa de práticas fraudulentas que mal escondem a conhecida (e proibida) marchandagem de mão-de-obra³⁶, e que vão mobilizando, entre os circuitos urbanos locais, os operadores de caixas registradoras, balconistas, porteiros, faxineiras, empregados para serviços variados, e também os seguranças privados (TELLES, 2006, p. 81).

De acordo com Cubas (2017), o curso de formação para segurança privada³⁷ realizado em centro de formação profissional regulamentado, conforme dados de 2016, tem duração de 200 horas/aula com custo de R\$ 1.000,00. “Em 2000, o piso salarial para a categoria corresponde a R\$501,00, em 2011, a R\$964,43, e em 2017 passa para R\$1.880,32” (CUBAS, 2017, p.168). Apesar desses dados não mostrarem o valor do salário nos anos 1990, década em que Antônio exercia a profissão, achei interessante trazê-los porque Aparecida sempre destaca que na época em que o marido trabalhava como segurança privado ele ganhava bem, mesmo nunca tendo dito ao certo quanto ele ganhava; mas ela fala que hoje é que a profissão não paga tão bem quanto pagava quando ele a exercia. Esses dados mostram ainda que a remuneração pelo trabalho de segurança no ano de 2000 equivalia a mais que o dobro do valor do salário mínimo - que nesse ano era de R\$ 151,00 -, e que em 2011 equivalia a quase o dobro do valor do salário mínimo, que era de R\$ 545,00. Já em 2017, o valor pago

36 Em nota, a autora afirma: “Foi recorrente em nossas entrevistas na região sul da cidade a referência a uma cooperativa que reúne cerca de 2 a 3 mil (!?) ‘cooperativados’ e que presta os mais diversos serviços, da faxina à segurança privada, nos supermercados da região, lojas de departamento, shopping centers, e também casas noturnas e os bingos que vêm se multiplicando nas grandes avenidas que recortam a região. Não foi possível (ainda) conferir a informação e saber do que se trata, mas os nossos entrevistados são unânimes na descrição: ganhos baixos e incertos, ausência de direitos e garantias, empregos que surgem e desaparecem conforme a aleatoriedade das demandas e a duração do ‘contrato’. Claro, nenhum foi capaz de explicar como são geridos os ‘contratos de serviços’, e muito menos o volume e destinação dos recursos, a não ser a constatação óbvia que não são distribuídos entre os ‘cooperativados’” (TELLES, 2006, p. 81, nota de rodapé nº 14).

37 Para mais informações sobre os serviços formais e informais do mercado de segurança privado, ver CUBAS (2017).

pelo trabalho como segurança privado correspondia a pouco mais que o dobro do salário mínimo, que era de R\$ 937,00³⁸. O curso de formação para segurança privada, de acordo com Hirata, Magalhães Jr. e Telles (2006, p. 227 e 228),

[...] é intenso: além de defesa pessoal, manuseio de armas e primeiros socorros, contempla aulas de direitos humanos. É uma profissão muito regulada e fiscalizada pela Polícia Federal: além de atestado de antecedentes criminais, sempre reatualizado, é obrigatória a realização de cursos de reciclagem a cada dois anos. [...]

As armas utilizadas pelos trabalhadores, segundo Cubas (2017), são registradas em nome das empresas onde os seguranças privados trabalham, sendo as empresas responsáveis pelo controle e pelo uso das armas e das munições.

Antônio alternava escalas de trabalho, trabalhava tanto durante o dia quanto à noite, dependendo da escala. Aparecida, por sua vez, ficava sempre em casa fazendo trabalhos domésticos e cuidando dos filhos. É em uma das noites em que Antônio está trabalhando fora de casa, poucos meses após o nascimento do terceiro e último filho do casal, que Aparecida, após ter passado o dia realizando atividades domésticas e de cuidado, vai com sua vizinha a uma reunião de um movimento de moradia, como será visto na parte três.

38 Valor do salário mínimo de 1994 até 2019 disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 11 jul. 2019.

2.3. SÍLVIA, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS

A vida familiar de Sílvia, assim como a das outras duas mulheres apresentadas anteriormente, é marcada por deslocamentos. Saiu sozinha de Ilhéus, na Bahia, em 1992, para tentar a vida em São Paulo, onde, de chegada, morou com parentes no bairro da Mooca. Casou e teve Vitor, seu único filho, e logo se separou, voltando para Ilhéus e posteriormente de novo para São Paulo, onde mais uma vez morou com parentes, depois em casa alugada, até chegar na ocupação São João-588, onde mora atualmente. Sua trajetória apresenta perspectivas singulares e relevantes para a análise da produção do espaço e do cotidiano que conforma esta pesquisa.

Imagem 5: Croqui Ilhéus – São Paulo. Elaboração: Danilo Eric (2020).

2.3.1. DE ILHÉUS PARA SÃO PAULO

Baiana de Ilhéus³⁹, cidade localizada no sul do estado, veio para São Paulo em 1992, em busca de emprego e de melhores condições de vida. Quando chegou, morou com parentes em uma casa alugada na Mooca⁴⁰: “eram duas famílias, mas tudo parente. Era uma casa grande, grande que eu falo assim, eram três quartos, sala, cozinha, banheiro e no quintal da casa tinha mais um quarto, porque era uma vila” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

A trajetória inicial de Sílvia se assemelha à trajetória de todas as outras mulheres interlocutoras principais de minha pesquisa - mulher, nordestina, que saiu da cidade natal para São Paulo em busca de emprego e de melhores condições de vida e, ao chegar, foi morar com parentes em casa de aluguel, prática esta bastante comum no período caracterizado pelo fluxo migratório, que, como já visto, se esgota na década de 1980, isto é, antes da chegada de Sílvia em São Paulo. Mas, apesar desse esgotamento, essas práticas que caracterizaram esse momento histórico notadamente se estenderam para além dele. O fato de Sílvia ter ido morar com parentes e conterrâneos foi consequência do fato dela ainda não ter um trabalho que a possibilitasse arcar com suas despesas de forma individual, além de que ela ainda não conhecia a cidade e encontrava dificuldade para alugar um imóvel. “[...] Naquela época tinha um problema muito grave porque o aluguel era muito caro, como hoje, e você precisava de fiador ou de depósito. Como é que você vem do Nordeste, não conhece ninguém, vai arrumar fiador, como?” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

Ela morou nessa casa com os parentes até 1994, quando conheceu o homem que é pai de seu filho - de quem ela me falou apenas uma vez e sem nomeá-lo, e sempre mudou de assunto quando tentei saber mais sobre ele. Foi morar com ele em uma casa de dois cômodos também na Mooca. Estava

39 É uma das sete cidades mais populosas da Bahia, com população de 164.844 habitantes, segundo dados do IBGE de 2018. Dista 446 quilômetros de Salvador.

40 Considerado parte do centro expandido da capital paulista, o bairro da Mooca está localizado no início da zona leste da cidade. A subprefeitura homônima concentra os distritos Mooca, Pari, Brás, Belém, Tatuapé e Água Rasa.

trabalhando, desde 1992, com carteira assinada, com serviço de tele cheque em uma central de atendimento - bem comum dos anos 1990 -, para onde estabelecimentos ligavam para consultar se cheques entregues como forma de pagamento por clientes tinham fundo.

Em 1995, nasceu Vitor, seu primeiro e único filho, e no mesmo ano Sílvia se separou do pai de Vitor e ficou sozinha com a criança; com dificuldades para trabalhar e cuidar do filho, uma vez que não tinha com quem dividir os trabalhos com a criança e não conseguiu vaga na creche, Sílvia se viu diante da única opção possível: parar de trabalhar. “Diante da pauperização mais brutal, são as mulheres que se importam com as crianças e os mais velhos, enquanto seu companheiro tem maior probabilidade de abandonar a família [...]” (FEDERICI, 2019, p. 191).

Continuou morando na casa na Mooca, de onde o ex-marido saiu, mas, sem o mínimo amparo financeiro ou emocional do pai de seu filho e sem condições de pagar o aluguel e de arcar com despesas cotidianas como alimentação e vestimentas, se viu na situação de ter que voltar para a casa da mãe em Ilhéus.

2.3.2. DE SÃO PAULO PARA ILHÉUS E DE ILHÉUS PARA SÃO PAULO

De volta a Ilhéus, ainda em 1995, com o filho de meses, foi morar na casa da mãe, onde permaneceu por quase cinco anos, até o início do ano 2000. Durante esses quase cinco anos, não conseguiu emprego fixo, trabalhou fazendo os chamados bicos, como diarista e cozinheira. Nesse período, o país vivia a chamada década perdida, com, segundo Pochmann (2008, p. 69), “[...] aumento do desemprego e do desassalariamento, provocado pela contenção dos empregos com registro em relação ao total da ocupação”.

Segundo um estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴¹, o Ministério do Planejamento e a ONU Mulheres, em 1995, ano em que Sílvia retorna a Ilhéus e passa a fazer bicos como diarista e cozinheira, haviam 5,3 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil – isso como ocupação declarada. Desses, 4,7 milhões eram mulheres, sendo 2,6 milhões de negras e pardas e 2,1 milhões de brancas. Em 2015, vinte anos depois, esse número cresceu, chegando a 6,2 milhões, sendo 5,7 milhões de mulheres. Dessas, 3,7 milhões eram negras e pardas e 2 milhões eram brancas. O nível escolar de mulheres brancas e de mulheres negras evoluiu nesses vinte anos. Em 1995, a escolaridade média das mulheres brancas era de 4,2 anos de estudo, enquanto das mulheres negras era de 3,8 anos, passando a 6,9 e 6,6, respectivamente, em 2015⁴².

O trabalho doméstico fora de casa é ainda uma das profissões mais frequentemente desempenhadas por mulheres, juntamente com auxiliar de escritório, vendedora de comércio varejista e operadora de caixa⁴³, segundo o Relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados de 2016 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). São trabalhos considerados pouco qualificados e com alto índice de rotatividade, associados à baixa escolaridade e à desigualdade social do país. Por ter sido regulamentada muito recentemente, em 2013, com a já aqui discutida PEC das Domésticas, a profissão de empregada doméstica ainda está muito ligada à condição de informalidade. E uma vez que, historicamente, o trabalho formal foi meio de ascensão social, essas mulheres se inserem no contexto de uma repetição, por gerações, de uma situação social de reprodução da pobreza e de relações precarizadas e informais de trabalho, que exploram e negam direitos e expõem principalmente mulheres negras à condição de negação de direitos humanos. Cabe novamente destacar que,

41 IPEA. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. IPEA, 06 de março 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em 10 out. 2019.

42 WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. BBC Brasil, 26 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em 10 out. 2019.

43 O Globo. Conheça as 20 profissões mais comuns entre as mulheres. O Globo, 19 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/conheca-as-20-profissoes-mais-comuns-entre-as-mulheres-22411026>. Acesso em 09 out. 2019.

apesar da formalização da profissão com a PEC das Domésticas em 2013 - uma iniciativa tardia de formalizar o emprego e coibir a exploração -, o professor Carlos Eduardo Coutinho da Costa pondera que “apesar dos esforços dos governos recentes em trazer essas empregadas para a formalidade, o que se vê hoje é o aumento da informalidade”⁴⁴.

Vivendo por quase cinco anos na informalidade e em relações precarizadas do mundo do trabalho, com o filho já também com quase cinco anos, Sílvia retornou para São Paulo, no início de 2000. O retorno, em suas palavras, era na perspectiva de melhores condições de trabalho e vida. “Meu filho já estava maior, já dava pra deixar na escola, aí foi a hora de voltar para procurar um trabalho com mais garantias e que a gente pudesse viver melhor” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

Ao retornar para São Paulo, Sílvia deixou o filho em Ilhéus sob os cuidados de sua mãe. Precisava primeiro chegar e se estruturar, arrumar um emprego e conseguir alugar uma casa para então trazer o filho. Quando chegou em São Paulo, morou por pouco tempo em uma casa de dois cômodos onde moravam mais três primas, novamente na Mooca. No mesmo ano, começou a trabalhar em um bar e restaurante no mesmo bairro; trabalhava como cozinheira, com carteira assinada, e logo conseguiu alugar uma casa de dois cômodos - um quarto e uma cozinha -, também na Mooca. Já estabilizada, enviou dinheiro para a mãe para que ela viesse para São Paulo trazendo seu filho.

Sílvia trabalhava durante o dia e Vitor estudava pela manhã e à tarde ficava no Centro para Crianças e Adolescentes (CCA)⁴⁵. Foi no percurso do trabalho para o CCA, onde pegava o filho no fim do dia, que Sílvia conheceu o grupo de base Nossa Senhora de Lourdes, cujas reuniões aconteciam na igreja homônima que ficava no caminho que Sílvia fazia para buscar Vitor no CCA diariamente. Começou a frequentar as reuni-

44 WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. BBC Brasil, 26 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em 10 out. 2019.

45 Instituição pública que desenvolve atividade de proteção social básica, ligada à secretaria de assistência social da prefeitura municipal de São Paulo. Para mais informações ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/. Acesso em 19 jul. 2019.

ões do grupo de base do Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU) enquanto morava na casa de dois cômodos alugada. Engajou-se no movimento e participava, além das reuniões do grupo de base, de outras atividades e dos diversos atos organizados pelo movimento.

Quando eu cheguei no grupo de base eu aprendi tudo. Até então a gente vai trabalhando, vai cuidando de criança, a gente só vai pagando conta. Aí depois desperta, por que a gente paga tanta conta? [...] Eu fui aprendendo a vir para rua, fui aprendendo a reivindicar. Eu aprendi no grupo de base que a cidade é nossa, que a gente tem parte dela. Então naquela época eu comecei a buscar os meus interesses, os meus direitos. Porque se a gente paga os impostos, a gente paga para o governo e ele tem que dar isso de volta para a gente. [...] Só que o que volta é tão ruim que aí dá um trabalho para gente usufruir, mas a gente tem o direito. E aí foi quando eu aprendi a reivindicar esse direito, principalmente o da moradia (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

A partir da participação no grupo de base, Sílvia passa pelo processo comumente chamado por diversos movimentos de moradia de “tomada de consciência” dos direitos que se tem ou que se deveria ter - como o acesso à riqueza comum produzida -, e, a partir das reuniões e dos atos, passa a questionar a situação socioeconômica em que vive e o significado da cidade, do direito à cidade; processo esse, bem como a própria Sílvia, não isento de contradições.

Foi também no MSTRU, a partir do grupo de base, que Sílvia conseguiu apoio quando ficou novamente desempregada, em 2010, e não teve mais condições de arcar com o valor do aluguel.

Aí quando eu fiquei desempregada, aí começou o quê? Quando a gente está desempregada a gente pensa no quê? Na alimentação, no bem-estar nosso. E aí eu pagava água e pagava luz, mas eu não pagava o aluguel. Paguei um tempo, fiquei pagando com meu seguro, fazendo um bico aqui e ali, fazia um esforço e ia pagando. Mas teve uma época que chegou uma hora que eu não consegui mais pagar, eu estava sozinha, eu e o Vitor e era mais difícil pagar. Porque ele tinha que se vestir, tinha que comer, tinha que ir para escola, eu não ia deixar ir todo sujo, todo rasgado. E aí eu parei de pagar. [...] Acho que eu fiquei o que, uns dois anos com problema. A casa também não era tão boa, eram dois cômodos e estava de pé porque eu arrumava. [...] Aí o que que aconteceu? O proprietário entrou com ação na justiça e eu fui e recorri dessa ação, através do movimento, o pessoal do movimento falou: vai lá e recorre. Do movimento lá na base. Aí eu fui e recorri, quando eu recorri essa ação durou dois anos (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

O movimento também atua com apoio às famílias nos processos das diferentes intempéries causadas pelo capitalismo. É um espaço onde se divide os contratempos vividos e busca-se possibilidades de solucioná-los, muitas vezes com apoio de profissionais,

como advogados e arquitetos, que têm ligação com o movimento - seja essa ligação uma relação de trabalho ou uma ampla rede de apoio voluntário que se forma em torno dos movimentos de moradia. Foi ainda com o apoio encontrado no movimento que Sílvia, ao perder em 2012 a ação movida na justiça e receber uma ordem de despejo, conseguiu retirar seus pertences da casa e se mudar imediatamente para a ocupação São João-588. “A primeira cartinha que chegou que eu ia ter ordem de despejo, eu me apavorei, aí foi quando eu vim para cá, eu já vim direito” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

Imagem 6: Croqui Mooca – ocupação São João-588. Elaboração: Danilo Eric (2020).

Ir morar na ocupação foi a única possibilidade para Sílvia naquele momento; desempregada, sem conseguir arcar com o oneroso valor do aluguel, mãe solo de um pré-adolescente, sem rede familiar de apoio na cidade de São Paulo. O movimento era o lugar de apoio que ela possuía e o que lhe deu

suporte tanto para pensar mecanismos de conseguir adiar uma provável ordem de despejo quanto para ter um lugar onde morar com seu filho logo que a ordem de despejo saiu. “Tinha um quarto vazio aqui, era outro, bem pequeno, eu vim com o Vitor direto para ele. Depois, fazendo a luta aqui dentro, foi quando vagou esse quarto aqui maior e eu tinha pontos para vir para ele” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

A pontuação que permite uma mobilidade de acesso dentro da própria ocupação, como neste caso narrado por Sílvia, que de início ficou em um quarto menor e depois foi para um maior, ou no acesso à casa enquanto propriedade - quando o movimento é contemplado a partir de política pública, com reforma da ocupação ou construção de novas unidades habitacionais com títulos individuais -, será discutida na próxima parte.

3. CHINELO BATIDO NO BARRO, SOBE E DESCE AS ESCADAS DOS MUTIRÕES E OCUPAÇÕES

A partir das trajetórias das vidas de Ivete, Aparecida e Sílvia, narradas verbalmente por elas entre os anos de 2018 e 2019, este capítulo busca delinear a entrada de cada uma dessas três mulheres na luta coletiva pelo direito à moradia de modo a situar, no espaço e no tempo, o marco de inflexão em que cada uma se constituiu enquanto sujeita política de sua luta coletiva. Destaco a luta coletiva por compreender que, sendo elas mulheres pobres, suas vidas já são uma constante luta cotidiana por sobrevivência, como visto no capítulo anterior. Logo, o que toma destaque aqui é quando essa luta individual cotidiana se transforma em luta coletiva.

Para Ivete, esse marco está junto ao aumento do aluguel e ao aviso do proprietário de que venderá a casa em que ela mora com a família. Para Aparecida, esse marco é o grupo de origem que começa a frequentar ainda nos anos 1990. Para Sílvia, o marco de inflexão que dá início à sua luta por moradia também é o grupo do movimento de moradia que conhece quando não consegue mais arcar com os custos de aluguel.

3.1. IVETE, FAMÍLIA E DESLOCAMENTOS

Até o ano de 2013, Ivete não possuía nenhum histórico de militância ou envolvimento com movimento social. Levava uma vida guiada pelo ideal do trabalho, organizando-se em torno deste e do universo familiar junto ao marido José. Foi então em 2013 que se deu seu primeiro contato com ocupação de terra organizada. A casa alugada desde o retorno a São Paulo em 2008, próxima à avenida Dona Belmira Marin e ao terminal de trem do Grajaú, era bastante precária, segundo suas próprias palavras. Tinha dois quartos, cozinha e banheiro e custava, incluindo aluguel, água e luz, aproximadamente R\$ 580,00 no ano de 2014, ano em que se mudaram para a ocupação como será visto mais à frente.

Em 01 de janeiro de 2014, o valor do salário mínimo era de R\$ 724,00⁴⁶, logo, se Ivete e José recebiam pela venda da sua força de trabalho um salário mínimo cada, totalizava R\$ 1.448,00 de renda mensal. Os gastos com aluguel consumiam entre 40% e 41% de seu orçamento familiar, acima do que caracteriza o déficit habitacional como ônus excessivo do aluguel urbano que é de 30% para famílias com rendimentos de até três salários mínimos de acordo com a Fundação João Pinheiro.

É importante apontar que esta pesquisa se ancora na fonte que questiona o déficit habitacional enquanto um falso problema. Entre os autores que defendem esse argumento, destaca-se Bolaffi (1982). Dessa forma, é relevante caracterizar o déficit habitacional no Brasil. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2018), o déficit é configurado por quatro componentes principais: habitação precária (domicílios improvisados ou rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes com intenção de construir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel (famílias com rendimento de até três salários mínimos e gasto superior a 30% da renda familiar) ou adensamento excessivo de moradores em

46 Valor do salário mínimo de 1994 até 2019 disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 27 fev. 2019.

imóveis alugados (mais de três moradores por dormitórios)⁴⁷.

Em 2013, o país, especialmente as metrópoles brasileiras, vivia o efeito do crescimento do déficit habitacional a partir do aumento do valor do aluguel. De acordo com pesquisa da Fundação João Pinheiro publicada em 2015, entre 2011 e 2012, o déficit habitacional cresceu 10%, tendo o aumento do valor do aluguel como principal componente. Em São Paulo, segundo a mesma pesquisa, esse crescimento foi de 18,2%. A pesquisa aponta ainda que, entre esses anos de 2011 e 2012, o número de famílias com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos cujo aluguel consumia mais de 30% do orçamento aumentou em 11%. Esse número subiu para 35% quando a comparação foi feita entre 2007 e 2012. Esses dados apontam para a insuficiência de recursos para custear outros gastos essenciais, como alimentação e transporte, em famílias com renda mensal de até três salários mínimos (de todos os membros em idade adulta) comprometida em 30% ou mais com pagamento de aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Cabe também destacar que o custo com transporte, a partir do Índice do Custo de Vida calculado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIE-ESE), quase dobrou em quarenta anos. Em 1970 representava 8,8% dos gastos domésticos, passando a 15,3% em 2010. Entre 2017 e 2018, esse número foi para 18,1%, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE. A pesquisa evidencia ainda que, pela primeira vez desde seu início em 1974, os gastos com transporte ultrapassaram os gastos com alimentação no percentual da renda familiar, sendo 18,1% e 17,5% respectivamente.

O aumento excessivo de aluguel se torna mais exorbitante quando, na margem de cinco anos, entre 2007 e 2012, o déficit habitacional como um todo no país diminuiu em 5%. Nesse período, todos os outros componentes que configuram o déficit variaram de forma negativa, com exceção do gasto

47 Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em 27 fev. de 2019.

com aluguel que aumentou exponencialmente, como pode ser observado no quadro abaixo.

	2007	2011	2012	Variação em cinco anos
Ônus excessivo com valor de aluguel	1.965.981	2.388.316	2.660.348	+35,3%
Habitação precária	1.264.414	1.187.903	883.777	-30,1%
Coabitação familiar	2.481.128	1.916.716	1.865.457	-24,8%
Adensamento excessivo	390.891	396.422	382.926	-2,0%
Total	6.102.414	5.889.357	5.792.508	-5,1%

Quadro 1: Variação do déficit habitacional. Fonte: Fundação João Pinheiro (2015).

Segundo Shimbo (2018), tanto no município de São Paulo quanto na sua região metropolitana, o déficit habitacional se concentra na faixa de renda de até três salários mínimos, representando 60% dos afetados no município de São Paulo e 75% em sua região metropolitana.

Nesse momento, o país tinha como política habitacional o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), caracterizada por ser uma política de estímulo à construção civil e à geração de emprego como resposta à crise econômica mundial de 2008. Ineficiente enquanto política habitacional, o programa contribuiu para o aumento dos aluguéis uma vez que estes, não estando sob nenhuma regulamentação⁴⁸, tendem a acompanhar o preço dos imóveis. Nesse sentido, há uma

48 Durante o contrato de locação, o valor do aluguel é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Ao fim do contrato, não há limites para o aumento de preço uma vez que o aluguel é regulado pelo chamado “livre mercado”.

contradição à teoria econômica clássica de que o aumento da oferta determina a diminuição do preço, visto que, em vinte anos, a produção habitacional pública e privada aumentou exponencialmente. Entre 1991 e 2000, a produção pública de unidades habitacionais foi de 69 mil unidades, passando para 105 mil unidades entre 2001 e 2010, ou seja, houve crescimento de 6,7% para 9,6% no número de novos domicílios (SHIMBO, 2018).

Nesse mesmo período, também aumentou o número de unidades ofertadas pelo chamado mercado formal que contou com 272 mil unidades habitacionais produzidas entre 1991 e 2000, número que aumentou para 370 mil entre 2001 e 2010. A oferta de unidade habitacional produzida pelo mercado formal passa, então, de 26,4% das unidades ofertadas para 34%, respectivamente (SHIMBO, 2018). Cabe considerar ainda que esses são dados do início da atuação do PMCMV e que foi a partir do programa que a produção pública foi incrementada no Brasil como um todo, sendo ainda do mesmo período, de acordo com os dados da quadro anterior, o aumento em 35% de déficit habitacional por conta de ônus excessivo com valor do aluguel.

Na RMSP, o aumento da produção de unidades residenciais pela incorporação imobiliária e pelo PMCMV causou elevação dos preços dos imóveis [...].

[...] O encarecimento dos imóveis também repercute na elevação dos aluguéis, que pode ser também demonstrado pelo aumento do número de domicílios com ônus excessivo de aluguel desde 1996. Em 2001, aproximadamente 1% dos domicílios apresentava ônus excessivo e em 2012 essa porcentagem passou para 5%. Isso significa que, em pouco mais de uma década, 300 mil domicílios passaram a apresentar ônus excessivo de aluguel, sendo mais um número que indica a elevação dos preços imobiliários em relação à renda das famílias (SILVA et al. apud SHIMBO, 2018, p. 129 e 132).

Observa-se, assim, que a suposta solução criada para o déficit é responsável por acentuá-lo, colocando-o como o falso problema que realmente é, posto que, como nos mostram as informações, o déficit não é configurado apenas pela falta de moradias adequadas, ainda que este seja um de seus fatores, nem é solucionado apenas com a produção de novas unidades. No entanto, “o problema decorre da forma como a moradia passa a ser produzida como mercadoria – o domínio capitalista da produção transforma a riqueza e a sociedade” (CAMPOS JUNIOR, 2018, p. 44). Nessa perspectiva, é importante considerar o “[...] distanciamento entre o preço da moradia e

salário, que mecanismos, próprios da produção imobiliária, elevam progressivamente o preço da moradia, a ponto de criar um abismo entre esse preço e a remuneração do trabalho” (CAMPOS JUNIOR, 2018, p. 44)⁴⁹.

Essa situação é vista na capital paulista desde o clássico “São Paulo 1975: crescimento e pobreza”. A publicação trouxe o distanciamento entre o preço da moradia e do salário, apontando que o trabalhador assalariado necessitava de muitos anos de trabalho para conseguir acessar a moradia própria, além de que o salário mínimo não atendia, e continua não atendendo, às necessidades mínimas de sobrevivência da família trabalhadora, tais sejam: alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (CEBRAP, 1976).

Afetada por esse panorama de precarização da qualidade de vida, com os gastos com aluguel consumindo uma alta proporção do orçamento familiar, além de o proprietário da casa ter comunicado que colocaria a casa à venda, Ivete soube, através de vizinhas, de um terreno ocupado nas proximidades do bairro, no Jardim Itajaí. A transcrição abaixo traz a riqueza na reconstituição de sua inserção na luta por moradia a partir das ocupações.

[...] as meninas [vizinhas] passaram lá em casa e falaram: tem um terreno ali no Itajaí, próximo da bola branca, você conhece? Aí eu falei: não, não conheço nada para lá. Vamos lá ver como que é? Vamos, vamos dar uma olhada. Aí a gente foi. Quando chegamos lá todo mundo fazendo comida, tudo voluntário lá, aí a gente começou a ficar, eu lembro que teve uma reunião, aí eu falei: a conversa é outra, sair do aluguel. Aí eu falei: caramba, meu, sair do aluguel, eu vou. Aí o José falou assim: tu tá ficando doida? [...] Aí eu falei: não, eu vou. Porque é uma forma de nós sairmos do aluguel. Porque a gente tá trabalhando só pra pagar aluguel, água e luz. Aí o José falou: então tá bom. Aí José ia vez ou outra e ficava. Mas eu sempre ia, eu sempre estava lá ajudando o povo (IVETE, informação verbal, 2018).

Ivete conheceu a ocupação e viu nela a possibilidade de sair do aluguel. A partir de suas falas e da observação em campo,

49 O fenômeno do distanciamento entre o preço da moradia e o salário é histórico e inerente ao capital, já destacado por Engels, em meados do século XIX, ao analisar a situação da classe trabalhadora nas grandes cidades a partir do seu olhar voltado à Inglaterra. O autor destaca que: “A situação da classe trabalhadora, isto é, a situação da imensa maioria do povo inglês, coloca o problema: o que farão esses milhões de despossuídos que consomem hoje o que ganharam ontem, cujas invenções e trabalho fizeram a grandeza da Inglaterra [...]” (ENGELS, 2010, p. 60).

percebo que toda a luta de sua família para sair do aluguel partiu dela. Sua inserção política vem do acesso à luta por moradia a partir do conhecimento e aproximação da ocupação de terra organizada junto ao movimento de moradia. Ivete é a protagonista dessa história de luta por acesso à moradia assim como muitas outras mulheres da ocupação Jardim da União, a exemplo de Solange e Soraia, também interlocutoras desta pesquisa, se destacando no histórico da luta por moradia digna em São Paulo seja a partir de ocupação de terra ou da realização dos mutirões, já relatados em ampla bibliografia disponível. O marido de Ivete tem lugar secundário, apoiando sua decisão pela luta e acompanhando, junto com as filhas, as decisões que ela toma, como se mudar para a ocupação.

Nesse processo da ocupação do Jardim Itajaí, a família de Ivete continuou morando na casa alugada no Grajaú que. Apesar de o proprietário ter colocado a placa de venda na fachada, segundo Ivete, a casa só foi efetivamente vendida tempos depois que a família decidiu entregá-la. Trabalhando fora de casa e também exercendo as atividades domésticas e de cuidado com as filhas e com o marido, Ivete se dedicava à ocupação com participação diária na organização e nas atividades. Ia para a ocupação diariamente e participava das atividades coletivas, como a construção em mutirão dos barracos individuais, que demarcavam cada família presente ali, e do barracão coletivo da ocupação, onde aconteciam as atividades e funcionava a cozinha coletiva.

Com presença diária na organização da ocupação e relevante empenho e compromisso, tanto Ivete quanto sua vizinha Solange tornaram-se coordenadoras da associação de moradores da ocupação. Foi nesse contexto que Ivete, ainda mantendo a casa em que morava de aluguel no Grajaú, próximo à ocupação, negociou com a família a mudança definitiva para a ocupação no início de 2014.

Aí eu falei: José, eu vou mudar para lá. Aí ele: tá ficando doida? Não faz isso. Aí eu falei: vamos, José. Porque era luta, era luta. Eu tinha que cuidar da casa de lá do Grajaú e tinha que cuidar do nosso barraquinho de madeira aqui. E era tão gostoso, porque no final de semana nós pegávamos as meninas e trazíamos para cá, então aqui parecia que era um sítio. [...] Aí quando foi num determinado tempo, o dono da casa ele já tinha falado para gente há muito tempo que ia vender a casa, que pretendia vender a casa. [...] Aí eu falei para ele [para o dono da casa]: pode colocar para venda que a gente não vai ficar aqui não. Aí ele falou: mas não é agora não, pode ficar aí tranquila, você é uma pessoa que sempre pagou direitinho, nunca deu trabalho para a gente. Aí

eu: tudo bem. Mas aí você põe a placa de venda que quando vender a gente já sai. Aí a gente saiu de lá e a casa ainda não tinha vendido. Aí a gente veio embora (IVETE, informação verbal, 2018).

Antes de entregar a casa alugada em que morava com a família, Ivete construiu, em uma semana, sua casa de madeirite na ocupação com a ajuda do marido, do irmão que não mora na ocupação, dos amigos e vizinhos. O madeirite foi doado pelo patrão de José, que tem firma de pintura, cabendo a Ivete e José pagarem pelo transporte. Construíram, assim, a primeira casa na ocupação para onde a família se mudou. Era uma casa pequena, de três cômodos, sala e cozinha juntas, e dois pequenos quartos, mais o banheiro. Fora da casa um tanque de lavar roupa e mais um puxadinho onde guardavam pertences que não cabiam na casa. O restante do madeirite que sobrou foi doado pelo casal para a construção do barracão da associação e para vizinhos que precisavam.

Ivete continuava ainda no mesmo emprego no buffet com carteira assinada há aproximadamente um ano, mas trabalhando para a mesma patroa há mais de cinco anos. Apesar de ser contratada para o buffet, Ivete exercia também funções de trabalho na casa da patroa nessa relação de superexploração do trabalho que se mistura, como já explicitado anteriormente. Ela narra:

Ela simplesmente mandou todo mundo embora da casa e aí eu ficava mais assim, eu nem sei te contar, em um vai e volta, andava de carro mais do que turista. Quando eu não estava na decoração eu estava na casa dela. Aí eu chegava e dava uma geral rapidinho, junto com ela, que na verdade é uma pessoa que me ajudou muito. Ela forrava a cama e eu lavava a louça, arrumava tudo, ela levava o menino para a escola. Então quando a gente dava uma boa mantida na casa, a gente ia para decoração. Então eu ficava lá e cá, nos dois lugares (IVETE, informação verbal, 2019).

Observa-se que, mesmo com a aprovação da PEC das Domésticas e tendo Ivete sido, ainda que informalmente, demitida das funções da casa e contratada formalmente enquanto funcionária do buffet, ela continuava a exercer dupla função. Sua mudança e dedicação à ocupação desencadearam, ao longo do tempo, o que parece ter sido uma jogada da antiga empregadora para que funcionários mais antigos saíssem sem ela precisar demitir. O trecho abaixo faz-se necessário pelo requinte de detalhes da narrativa acerca desse momento de transição na vida de Ivete:

[...] eu comecei a me envolver muito aqui dentro, tem manifestação, protesto, tudo. Aí eu comecei a chegar tarde do horário combinado e tudo foi envolvendo meu serviço. [...] Ela me chamou numa conversa. Aí eu: tudo bem, vê o que a senhora acha melhor, se a senhora acha que o horário que eu estou chegando é tarde. Era uma vez ou nunca, mas eu acho que já queria mandar a gente embora porque não mandou eu sozinha. A maioria dos trabalhadores, que eram mais velhos, mandou tudo. Pegou tudo uma equipe nova. Aí eu saí. [...] Eu tive uma conversa com ela, disse: eu moro numa ocupação, então quando eu chego tarde que tem algum protesto, tem alguma coisa, reunião na CDHU que eu tenho que ir, porque eu faço parte de uma associação, então o que a senhora pode fazer? Se eu cheguei 9h, porque meu horário é 8h, das 8h às 18h, se eu não chego 8h, eu posso fazer das 9h às 19h. Ela foi indo. Ela começou fazer chantagem. Eu chegava, abria a porta, na hora que eu começava a tomar café, ela começava, sabe, jogar as coisas e aquilo ali foi me irritando. Ainda fiquei um ano assim. Então teve um dia que eu cheguei e foi o dia que a minha patroa falou, cheguei e ela não me mandava embora. E eu: e agora? Aí cheguei e ela começou a xingar, começou a falar um monte, a falar um monte. Aí eu: José, acho que não vou trabalhar naquele lugar mais não. Eu chego e não sinto mais prazer. Os meninos, a mesma forma, eles falaram que não vão mais, que ela está muito chata, que está falando um monte para gente, já tirou o almoço da gente, não dá mais almoço, não dá mais café da manhã. Ela está insuportável. Aí a gente saiu, não deu nem satisfação, a gente só ligou no dia seguinte dizendo que a gente não ia mais (IVETE, informação verbal, 2018).

O envolvimento de Ivete na ocupação impactou algumas vezes no seu horário de trabalho, em uma relação bastante confusa de dupla função em dois diferentes lugares, levando ao esgotamento da sua relação com a patroa. Esta, embora destacada por Ivete como alguém que muito lhe ajudou, passou a proporcionar um mal-estar generalizado para que Ivete e outros funcionários se demitissem. Ivete e os demais trabalhadores do buffet se demitiram no ano de 2016. Georges (2011) aponta como característica geral do emprego doméstico as boas relações entre empregada e empregadora que, no geral, são cultivadas no início, no entanto, “no momento do conflito, aparece o outro lado da moeda: a desigualdade inicial e a ruptura da relação personalizada” (GEORGES, 2011, p. 111).

Ao descrever a realidade da classe trabalhadora em São Paulo na década de 1970 a partir da provisão da casa própria via autoconstrução em loteamentos periféricos, Kowarick (1976) narra um processo semelhante ao vivido por Ivete nos anos de 2010 que, ao se inserir na luta por moradia a partir da ocupação coletiva organizada de terra, tem a segurança no trabalho comprometida.

A casa própria tende a fixar o trabalhador num bairro. Entretanto o processo de desenvolvimento econômico que deu origem à formação dos bairros periféricos resul-

tou também numa intensificação da mobilidade de emprego. Os deslocamentos entre residência e trabalho tornam-se mais prolongados. Dessa forma, a transformação dos trabalhadores em proprietários de suas residências tornou-se fonte de dificuldades de vida adicionais (KOWARICK, 1976, p. 43).

Destaquei esse trecho do clássico “A lógica da desordem” (1976) por compreender que os deslocamentos e a presença permanente de Ivete na organização e estruturação da ocupação repercutiram diretamente no seu trabalho, como visto no trecho narrado pela mesma em que ela evidencia que as atividades necessárias para conseguir canal de diálogo com o poder público acarretaram em atrasos de chegada no trabalho que, por sua vez, impactaram diretamente na relação de trabalho.

Considero também importante realçar que, apesar dos atrasos descritos por Ivete, o desgaste na relação de trabalho também está diretamente atrelado à crise econômica e financeira que permeia o país, intensificada em 2014. Após reeleição, o segundo governo de Dilma Rousseff, de acordo com Braga (2017, p. 176), aplica “política de austeridade cujas maiores vítimas eram exatamente os grupos que garantiram a reeleição da petista”. As vítimas o autor chama de precariado urbano. O país passou a viver as consequências e desdobramentos de uma crise econômica mundial, com marco no ano de 2008, contida no Brasil com medidas econômicas anticíclicas, mas vindo a se instalar em 2014, junto com uma enorme crise política que, no ano de 2016, destituiu do poder com um “golpe parlamentar, jurídico e midiático, disfarçado de *impeachment*” (BRAGA, 2017, p. 178) a presidenta democraticamente eleita (2011 – 2014) e reeleita (2015 – 2016), Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT).

Em 2016, morando há pouco mais de um ano na ocupação, com a crise econômica instalada e a saída do emprego, Ivete continuou a trabalhar na mesma área que ela define como sendo de eventos, mas de forma esporádica, sem nenhum contrato de trabalho fixo, sendo chamada por alguns buffets para eventos pontuais quando esses precisam ampliar o quadro de funcionários. Além disso, montou sua própria mesa de decoração voltada a eventos e realiza, de forma autônoma, a organização de decoração de festas na vizinhança, tendo seu trabalho divulgado no boca a boca. Ivete aluga a mesa e os ornamentos decorativos sem ter que cobrar por seu traba-

lho, apenas pelo aluguel dos objetos. Segundo ela, o aluguel da mesa é o que tem mais saída. Nesse contexto, passou a se dedicar ainda mais, devido à maior disponibilidade de tempo, às demandas da ocupação através da associação de moradores.

Com o trabalho no ramo de eventos acontecendo de forma muito esporádica, Ivete voltou a trabalhar como diarista, fazendo faxina em diferentes casas. Cabe ressaltar que demorou mais de um ano para que ela me dissesse isso, ficando nítido que ela não se reconhece como trabalhadora doméstica, dado que sempre se declara como trabalhadora no ramo de eventos. Até mesmo o fato de ela ter começado a trabalhar com eventos a partir do emprego doméstico e dessa confluência das relações de trabalho só me foi revelado por ela também com mais de um ano das minhas imersões em campo.

Desde que saiu do buffet, em 2016, Ivete segue dedicando muito do seu tempo à associação de moradores. É a ela e à sua casa que muitos recorrem para resolver questões cotidianas, como será visto mais à frente. Com a saída do buffet, até os dias de hoje, trabalha de diarista e duas vezes por semana Ivete trabalha como cuidadora de uma pessoa idosa de quase 100 anos, ainda que não tenha nenhuma qualificação formal voltada aos cuidados com a terceira idade, considerado um trabalho mais especializado. Além disso, é importante retomar, como já discutido no capítulo anterior, que este é um trabalho que historicamente vem sendo passado para o âmbito privado, quando deveria ser um cuidado público, pela especialidade e, muitas vezes, aparelhagem técnica que necessita.

Em janeiro de 2019, Ivete estava trabalhando em um escritório na Granja Julieta, substituindo a sobrinha, trabalhadora formalizada desse escritório, que estava de férias. O trabalho era de copeira e auxiliar de limpeza, mas essa definição também nunca me foi dada por ela, que se referia ao emprego dizendo: “arrumo as mesas, sirvo café, dou uma varridinha” (IVETE, informação verbal, 2019).

Apesar de manter o trabalho com eventos, como definido por ela, por gostar e se identificar com esse ramo, Ivete está constantemente à procura de emprego formal que lhe garanta os direitos trabalhistas, tão presentes em suas falas, evidenciando que encara os trabalhos de diarista e cuidadora como soluções temporárias. Apesar de já ter manifestado dificuldade de faltar

e/ou se desvincular do trabalho de cuidadora pois a senhora é muito apegada a ela, isso ficou ainda mais nítido quando, mesmo trabalhando como diarista e cuidadora, Ivete foi substituir a sobrinha em suas férias, no intuito de se fazer conhecida e ter um pouco mais de chance de ser indicada para algo formal.

Nas matrizes discursivas, “família, trabalho, religião e projeto de ascensão social”, destacadas por Feltran (2008, p. 09) e já citadas anteriormente, a família e o trabalho têm destaque nas falas de Ivete. O projeto de ascensão social, organizado em torno da casa própria, surge em suas narrativas quando se refere à sua inserção na luta por moradia, sem ser por ela utilizado o termo ascensão social. Ela sempre destacou o desejo de sair do aluguel, mas, a partir de sua entrada na ocupação, ela elabora esse desejo de outra maneira, a fala de “ter meu canto” se faz presente e a fala de “sair do aluguel” já é dita no tempo do passado, uma vez que morando na ocupação ela e sua família não pagam mais aluguel. “Eu nunca ia imaginar o que era uma ocupação, eu só pensava que eu queria sair do aluguel, mesmo que fosse para eu pagar. Porque o dinheiro que a gente ganha, a gente não consegue comprar uma casa” (IVETE, informação verbal, 2019).

Ainda sobre as matrizes discursivas atualizadas por Feltran (2008) o “mundo do crime”⁵⁰ não foi observado na família de Ivete. O autor pesquisa as relações dos adolescentes e jovens com o ilícito. As filhas de Ivete, uma jovem adulta, uma adolescente e uma pré-adolescente, vivem a viração cotidiana dentro da chamada legalidade. Camila, com 19 anos, está terminando o ensino médio em 2019 e trabalha com a mãe na montagem de mesas de festa, também realiza os trabalhos domésticos em casa e faz cursos gratuitos disponíveis

50 Para Feltran (2008): “O ‘mundo do crime’, nesta tese, é uma noção tomada em sua acepção ‘nativa’ e por isso mantenho sua utilização sempre entre aspas. Trata-se de expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos. Mais especificamente ainda, estas relações são estudadas aqui desde a perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias urbanas. Não trato aqui, portanto, de todo e qualquer ambiente ilegal, ilícito ou criminal, nem de suas dimensões como ‘negócios’ para além dos bairros estudados, ou de suas ramificações para além dos circuitos dos adolescentes e jovens dali” (FELTRAN, 2008, p. 31, nota de rodapé nº 20).

na região. Clara, 16 anos, está terminando o ensino médio, também trabalha com a mãe na montagem de mesas de festa e realiza atividades domésticas em casa. Na frente da casa, as duas irmãs montaram uma pequena venda de balas e doces. Bruna, 13 anos, está no ensino fundamental e também já exerce atividades domésticas na casa da família.

Voltando à ascensão social a partir da casa própria, para Ivete, a ocupação representa a luta por direito à moradia, ela sempre destaca: “aqui é com luta”. Para além da possibilidade de conseguir assegurar o direito à moradia e à conquista desse espaço produzido pelos moradores da ocupação, a ocupação também pode ser compreendida como uma possibilidade de acessar a casa própria a partir da economia com o aluguel. Sem mais gastos com aluguel desde 2014, Ivete e José conseguiram economizar algum dinheiro e compraram um terreno.

- Pensando nisso de sair do aluguel você viu outras coisas, outras possibilidades?

- Fui ver outras coisas, mas nunca dava certo. Aí depois que eu estou aqui e tudo, que eu vi que as coisas, no começo que eu estava trabalhando e minha patroa me registrou aí eu comecei a ver, aí foi onde eu consegui comprar um terreno lá fora, que eu tenho ele até hoje, pra eu ter meu plano b, né? Que a gente estando aqui sem pagar aluguel, água e luz a gente tem que se organizar. Porque como a gente tem as crianças aí a gente fica com medo de vir um despejo e se acontecer isso a gente tem que ter uma coisa reservada (IVETE, informação verbal, 2019).

Observa-se que a ocupação é um ponto de inflexão na trajetória de Ivete. Foi a partir de sua inserção nessa luta que ela se constituiu politicamente, além disso, foi ainda a ocupação que proporcionou a Ivete e a seu marido economizar, pois já não dispendiam grande parcela de seu orçamento familiar com aluguel, e comprar um terreno, percebido por ela como garantia mínima de uma seguridade para a família em caso de despejo.

A compra do terreno, localizado próximo à ocupação, não fez Ivete largar a luta pelo direito de permanência ou até mesmo por uma possível negociação com o poder público para realocação das famílias em um conjunto, desde que na mesma região. É emblemático perceber que a ocupação foi a possibilidade de acesso à compra de um terreno, que foi a ausência de pagamento de aluguel que possibilitou uma certa garantia assegurada. Caso a ocupação sofra reintegração de posse, a família não ficaria totalmente desprovida de um lugar para

morar, apesar de o terreno não ter ainda a casa construída. A luta por um cotidiano assegurado tanto está na resistência da ocupação e na busca por reconhecimento e de pertencimento àquele lugar quanto na compra do terreno para se proteger da permanente possibilidade de reintegração de posse.

3.2. APARECIDA SOBE E DESCE ESCADA DE MUTIRÃO E OCUPAÇÃO

Meses depois do nascimento de seu filho mais novo, Lizete, a vizinha que morava na casa dos fundos, falou para Aparecida sobre a existência de um movimento de moradia próximo de onde elas moravam. Esse foi o primeiro contato de Aparecida com o movimento de moradia, até então completamente desconhecido por ela.

A minha vizinha que morava comigo falou assim: Aparecida, tem um movimento aí que a gente consegue as casas, moradia. Aí eu falei: é? Aí ela falou: é, vamos. Aí eu conversei com meu marido e ele disse: não, imagina que o governo dá nada para ninguém. Aí eu disse: não, homem, mas não é o governo que vai dar, a gente vai lutar e vai pagar. Aí ele: não, não vai, isso aí é conversa fiada. Aí eu nunca fui mulher de seguir a orientação de homem e fui. Aí era um grupo de base⁵¹, que até hoje a gente tem esses grupos (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Assim como na trajetória de Ivete, foi Aparecida que se inseriu no movimento de moradia. Para ambas as mulheres, a decisão foi tomada a despeito da vontade de seus maridos. Tanto o marido de Ivete quanto o de Aparecida, de imediato, negam a inserção, afirmando que “o governo não dá nada para ninguém”. Na fala dos dois homens, representada pelo governo, mostra-se uma total descrença política bem como um certo

51 Aparecida usa o termo “grupo de base”, pois é assim que são nomeados os grupos de pessoas que iniciam a luta no movimento hoje coordenado por ela. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1 que, como será visto adiante, foi onde Aparecida iniciou sua luta e sua trajetória no movimento de moradia – entendendo aqui movimento de moradia de forma ampla -, nomeia de “grupos de origem”. Dessa forma, quando estiver me referindo ao MST – Leste 1 e que não seja informação verbal de Aparecida, usarei o termo “grupos de origem”.

controle, ou tentativa de controle, das decisões das mulheres. Outra semelhança entre Aparecida e Ivete na inserção na luta é que ambas tomam conhecimento tanto do movimento de moradia, como é o caso de Aparecida, quanto da ocupação, como é o caso de Ivete, por suas vizinhas mulheres.

Aparecida faz questão de frisar que nunca foi de seguir orientação de homem. No caso, orientação ou imposição do marido, de forma a questionar e/ou retirar a autoridade masculina tradicionalmente atribuída, na nossa sociedade patriarcal, ao homem provedor da mediação com o mundo externo, mantenedor da mulher como dona de casa.

A história do movimento de moradia em São Paulo, com destaque aqui para a história da União dos Movimentos de Moradia (UMM)⁵², articula diversos movimentos de moradia, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1 (MST – Leste 1)⁵³, onde Aparecida começa sua luta

52 Não tenho a pretensão de realizar nesta pesquisa uma recuperação histórica sobre a União dos Movimentos de Moradia (UMM). De acordo com seu site oficial, a UMM “foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social. É uma articulação de movimentos que atua na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos. Sua atuação iniciou-se pela capital e Região Metropolitana e hoje atinge a outras regiões do estado. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. [...] Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade e a participação popular nas políticas públicas, a UMM organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo. [...] A UMM tem sido fundamental para a articulação da União Nacional por Moradia Popular, dando apoio logístico e construindo uma articulação que hoje atinge 20 estados brasileiros. [...]”. Disponível em: <http://sp.unmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019. Cabe ainda destacar que existe uma ampla bibliografia que discute história, trajetória, atuação da UMM, tais como Aquino (2015); Barbosa (2014); Blikstad (2012); Cavalcanti (2006); Miagusko (2008); Moreira (2009); Pereira (2017); Rodrigues (2013).

53 Também não me proponho, nesta pesquisa, a fazer uma recuperação histórica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1 (MST – Leste 1). De acordo com seu site oficial, o MST – Leste 1 “[...] é um movimento criado em 1987 com o objetivo de garantir o direito à terra e moradia às famílias de baixa renda de parte da Zona Leste de São Paulo e municípios da Zona Leste Metropolitana a partir de lutas intensas na década de 80 nessa região. [...] A Leste 1 é formada por 32 grupos de origem, nos diferentes bairros e municípios, que são a porta de entrada para as famílias que desejam participar da luta. [...] Formam também a entidade, os diversos mutirões e conjuntos já conquistados nesses 25 anos. [...] O movimento entende a moradia como um direito humano e que, nesse sentido, deve ser objeto de políticas públicas com gestão democrática. [...]”. Disponível em: <http://www.mstleste1.org.br/sobre/>. Acesso em 04 jul. 2019.

por moradia, como será visto mais à frente. A trajetória do movimento é permeada por histórias de presença majoritariamente feminina. Desse modo, é importante aqui fazer uma breve recuperação da inserção das mulheres nas lutas sociais organizadas na esfera pública em São Paulo.

Sader (1988), ao se referir a uma nova configuração das classes populares no cenário público, resgata, dentro da história dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo na década de 1970, os clubes de mães enquanto lugares de destaque especialmente na zona sul da cidade. Segundo o autor, a partir de entrevistas realizadas com mulheres que compunham esses clubes nessa região, os clubes de mães surgiram anteriormente aos anos 1970. Caracterizavam-se por serem espaços geridos por mulheres de classe média que, semanalmente ou quinzenalmente, proporcionavam às mulheres pobres da periferia sul aulas como bordado, corte e costura, além de instruções de higiene e saúde.

A década de 1970, para o autor, torna-se um marco por ter sido nela, com notoriedade para o ano de 1972, que as mulheres pobres da periferia, apoiadas por padres locais ligados à teologia da libertação, dispensaram a atuação das mulheres que geriam os clubes anteriormente e organizaram-se na confecção de produtos a serem vendidos em bazares, que também passaram a ser organizados por elas. Esse momento é, ainda, a chave de entrada para uma transição de levar, ao espaço público, necessidades antes encaradas como privadas, como ausência de creches e o alto preço de produtos de consumo básico. Essa movimentação veio a se denominar Movimento do Custo de Vida, também conhecido como Movimento Contra a Carestia, que, em 1978, durante a ditadura militar, entregou um abaixo-assinado em Brasília contestando a política econômica implementada pelo regime autoritário militar, sendo o primeiro movimento popular pós AI-5⁵⁴. Assim,

54 Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), foi instituído em dezembro de 1968, sendo o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe de estado de 1964. O AI-5 se caracteriza por ser o mais duro de todos os Atos Institucionais que resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários ao regime autoritário, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e a suspensão de garantias constitucionais que **resultaram na institucionalização da tortura utilizada como instrumento pelo Estado**. Foi revogado dez anos depois, em outubro de 1978, com a promulgação da emenda constitucional nº 11

para além dos movimentos sindicais, especialmente no ABC paulista, majoritariamente composto e dirigido por homens, os movimentos relacionados à carestia, creches, educação, saúde e habitação, com ênfase para a composição e muitas vezes a direção realizada por mulheres, tiveram grande destaque e importância na potência das lutas sociais no contexto de oposição à ditadura militar e de redemocratização e inauguraram formas de ação inéditas no país (CABANES, 2006).

Considerarei importante recuperar brevemente esse histórico por compreender que Aparecida, mulher recém-chegada de um estado do Nordeste em São Paulo, com um núcleo familiar bem definido, tem sua inserção no movimento de moradia entreposta no contexto do jogo das relações entre espaço privado e espaço público. Nesse sentido, o avanço a partir das lutas feministas redefiniram o papel das mulheres no espaço público ao mesmo tempo em que também redefiniram as posições de gênero no espaço privado e os papéis internos à família, inscrevendo o universo público como prolongamento do seu universo privado (CABANES, 2006).

Essa transição se acentua durante todo o período da industrialização até o final da década de 80, com a entrada contínua das mulheres no mercado de trabalho: a família nuclear procura os signos de uma estabilização no processo de uma igualdade entre os sexos; nesse processo, é o trabalho que se constitui no principal elemento mediador, mas também os movimentos sociais que inauguraram modos de ação inéditos na história social brasileira (CABANES, 2006, p. 394).

Nesse contexto, ainda que a divisão sexual do trabalho no espaço privado, assim como na vida social, se mantenha, os problemas considerados privados ou domésticos ganham dimensão e legitimidade pública e passam a ser encarados nos termos de justiça social e direitos sociais. E é nesse cenário que Aparecida se insere, à priori contra a vontade de seu marido, na luta por moradia.

Estamos no ano de 1994 e Aparecida começa, juntamente com Lizete, sua vizinha, a frequentar as reuniões de um grupo de origem⁵⁵ do Movimento dos Trabalhadores Sem

que entrou em vigor em janeiro de 1979.

55 De acordo com Aquino (2015, p. 77): “A partir do momento que alguém entra no grupo de origem, ele se filia, passa a pagar uma mensalidade e é cadastrado como uma família a partir de uma declaração de renda e do número de integrantes de sua família e está sujeito ao

Terra – Leste 1, filiado à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP)⁵⁶. Apesar de já ser a primeira metade dos anos de 1990, década caracterizada pela ruptura neoliberal que inaugura um novo tempo social, os movimentos de moradia em São Paulo, aqui em destaque o MST – Leste 1, que nasce junto com a UMM, vêm de recentes conquistas⁵⁷ no que se refere à produção de moradia autogestionária.

A gestão de Luiza Erundina (1989 – 1992), eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), vindo a ser a segunda mulher eleita prefeita de uma capital brasileira pelo PT⁵⁸, é um marco importante na história de crescimento dos movimentos de moradia, aqui com destaque para a UMM, tanto no que se refere ao aumento de número de pessoas filiadas ao movimento, quanto à sua consolidação enquanto movimento autônomo (CAVALCANTI, 2006). Considerada uma gestão municipal progressista, o governo assumiu o compromisso de resgatar a dívida pública com os setores populares, dando origem ao Programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS – Comunitário) que proporcionou a produção habitacional através de muti-

critério de pontuação para obter o atendimento. Esses grupos costumam ser territorializados, localizados em bairros específicos e nomeados pelo bairro ou pelo local onde se encontram (em geral igrejas católicas), e próximos às residências das famílias integrantes (ainda que existam famílias que participem em grupos distantes de seus locais de moradia)”.

56 Também não pretendo fazer uma recuperação histórica da Central dos Movimentos Populares (CMP). Segundo seu site oficial, a CMP é “[...] uma entidade que congrega diversos movimentos populares [...]. Fruto de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais dos anos de 1980. Foi fundada no I Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado de 28 a 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte – MG. [...] O compromisso da CMP é fortalecer a luta específica de cada movimento filiado e, ao mesmo tempo desenvolver lutas comuns aos movimentos populares, sendo seu principal eixo de atuação a luta e a defesa das Políticas Públicas com Participação Popular, como forma de disputar hegemonia na sociedade e acumular força na construção do socialismo. [...]”. Disponível em: <https://cmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019.

57 Segundo Aquino (2015, p. 14): “Os empreendimentos e unidades habitacionais obtidos costumam ser nomeados conquistas. Esse termo adquire um sentido de finalidade atingida, da consequência de um longo e árduo processo de lutas em várias frentes e com conflitos e negociações, composições e oposições entre diferentes agentes e coletividades. Cada conquista costuma ser definida pelo número de unidades habitacionais ou de famílias atendidas, tornando os dois termos sinônimos. [...]”

58 A primeira mulher eleita prefeita de uma capital de estado brasileiro foi Maria Luiza Fontenele, eleita prefeita de Fortaleza (1986 – 1989), sendo também a primeira prefeita de capital eleita pelo PT.

rões autogeridos por grupos organizados, com financiamento do governo, gestão dos recursos pelas organizações populares e responsabilidade da obra pelas assessorias técnicas, contribuindo, dessa forma, para o avanço e fortalecimento dos movimentos populares na cidade (MOREIRA, 2009).

O governo investiu na interlocução com os movimentos e entidades de representação dos usuários, e, ao invés de incorporá-los ao governo, contratando por exemplo lideranças, prática comum na cultura política de nosso país, buscou contribuir para a sua autonomia e fortalecimento, respeitando-o e valorizando-o enquanto interlocutor durante a administração (AMARAL, 2002, p. 18).

No entanto, apesar de ter surgido no contexto de uma prefeitura progressista, Lopes (2011, p. 91) destaca que “foi o Movimento que – sim, articulado a uma assessoria técnica – conquistou o repasse dos recursos para sua aplicação administrada pelo grupo. [...]”.

Em 1994, o prefeito de São Paulo era, pela segunda vez, Paulo Maluf (1993 – 1996), eleito então pelo conservador Partido Progressista (PP), e que, durante a ditadura militar, já havia sido prefeito da capital paulista (1969 – 1971), bem como governador do estado (1979 – 1982). Sua gestão se caracterizava por valores antagônicos à gestão de Luiza Erundina. Segundo Cavalcanti (2006), logo em seu primeiro ano de governo, o prefeito paralisou o repasse das verbas às obras dos mutirões autogestionários que estavam em andamento. Não satisfeito e utilizando de sua influência sobre o Tribunal de Contas do Município (TCM), fez com que o órgão colocasse sob júdice as prestações desses mutirões, sufocando-os e levando à total paralização das atividades remanescentes. Contudo, no fim de 1995, pouco depois que Aparecida iniciou sua luta em um grupo de origem do MST – Leste 1, ainda segundo Cavalcanti (2006), a UMM fez valer sua força política para o enfrentamento do executivo e, ainda na gestão Maluf, as obras foram retomadas e a situação legalizada, após anos de obras paralisadas, acarretando desperdício de dinheiro público e desgaste das famílias mutirantes e do movimento.

Na conjuntura posta, Aparecida relata sua entrada no movimento a partir de um grupo de origem do MST – Leste 1, onde ficou pouco tempo devido as reuniões serem semanais e ela não ter com quem deixar os filhos, deixando-os, nessas ocasiões, aos cuidados da filha mais velha de Lizete, de ape-

nas 12 anos, incluindo seu filho mais novo, que tinha menos de um ano na época.

Eu comecei a ir, mas como em São Mateus a gente não sabia onde era o grupo, onde eu morava tinha um no quarteirão depois. Mas eu fui para o Rodolfo Piranha, o São Francisco, onde a Erundina fez aquelas casas. Aí o grupo de base era lá, de dona Josefa, eu lembro até hoje, mais de 24 anos, 25 anos e eu ainda lembro. Era ela que coordenava esse grupo de base na igreja. Só que era assim, lá era toda semana, era toda sexta. Só que os meninos, eu não gostava de deixar meus filhos com ninguém, eu nunca gostei de deixar com ninguém, porque o pai trabalhava à noite, porque nisso o pai deles já era segurança. Aí eu ia para as reuniões e pensava: mas como que eu vou deixar essas crianças aqui sozinhas? E eu ficava preocupada com quem deixar as crianças, porque no início eu deixava com a menina mais velha dessa minha amiga que nós íamos juntas, mas a menina tinha 12 anos. Aí eu falei: eu não vou mais, Lizete. Não vou deixar meus meninos toda sexta. E demorava para ir, pegar o ônibus e voltar, o ônibus demorava. Apesar de ser perto, o ônibus demorava a chegar no terminal que é o terminal São Mateus e eu chegava muito tarde (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Ao anunciar para a vizinha que não iria mais ao grupo por não se sentir segura em deixar os filhos, Lizete sugeriu uma conversa com a coordenadora do grupo de origem para expor sua situação. É quando dona Josefa, a coordenadora do grupo, informa que, mais próximo à casa de Aparecida e de Lizete, há outro grupo de origem.

Aí eu disse: não vou mais, não vou deixar meus meninos, então não vou mais, Lizete. Aí ela falou o seguinte: então vamos fazer assim, vamos perguntar para ela se não tem um aqui pertinho. Aí eu cheguei para ela e falei: dona Josefa, eu gostaria muito de continuar no grupo, no movimento, mas não dá mais para eu vir. Aqui é toda semana, toda sexta, eu deixo meus meninos e eles são pequenos. Porque o Juninho ainda era bebê. Aí ela falou assim: faz o seguinte, lá em São Mateus, lá tem um grupo de base. Aí eu falei: onde? Aí ela: na igreja do Sagrado Coração. Aí eu falei: mas a igreja do Sagrado Coração é do lado da minha casa, um quarteirão depois. Aí ela falou: pois lá tem. Eu não acredito. Aí eu fui lá na igreja e falaram: tem, é de 15 em 15 dias aqui. E era só um quarteirão. Aí eu comecei a participar de 15 em 15. Só que quando eu comecei a participar me deu uma tristeza porque o pessoal falou assim: esse grupo já está há anos sem demanda nenhuma. Aí eu: pronto, ferrou (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Ao entrar no grupo de origem Sagrado Coração⁵⁹, Aparecida foi de imediato informada do impacto causado pela mudança de gestão na prefeitura de São Paulo. A informação de estar há anos sem demanda significa que, há anos, as demandas do grupo não são atendidas. Por demanda atendida enten-

59 Os grupos de origem, quando realizados no espaço físico de uma igreja católica, recebem o mesmo nome da igreja.

de-se a conquista das unidades habitacionais destinadas às pessoas que compõem o grupo de origem e que atingiram pontuação⁶⁰, ou seja, que compõem sua demanda. O espaço do grupo de origem, para além de organização da demanda, serve como espaço de formação dos novos integrantes, além de ser o lugar onde é passado o regulamento do movimento e são passados os diversos informes, desde a situação das negociações em andamento até informes políticos, mais da esfera dos governos e de como estes estão agindo com relação às demandas. Além disso, é o espaço onde se tira agenda de luta e onde se elaboram críticas ao descumprimento do direito à moradia digna, garantido pela Constituição de 1988.

Aparecida evidencia ainda que, no antigo grupo, o coordenado por dona Josefa, as demandas eram atendidas em menor espaço de tempo, o que ela atribui ao grupo por ser mais organizado e ativo na luta. Segundo ela, o coordenador do grupo Sagrado Coração, grupo no qual ela havia acabado de entrar, não tinha muito tempo, pois era envolvido com outros espaços políticos e outras lutas. Foi então que Vilmar, o coordenador do grupo, sugeriu que os participantes tirassem uma comissão de coordenação, prática de organização do MST – Leste 1. Aparecida relata que havia acabado de entrar no grupo, estava por volta da terceira reunião, e foi indicada para compor essa comissão. “[...] Eu pensei: mas meu Deus, como é que o povo coloca meu nome se eu só estou na terceira reunião, não sei de nada. Aí as meninas falaram: tudo bem, a gente aprende. Então já entrei como coordenadora do grupo” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Percebe-se que, apesar de ter entrado no movimento de moradia à contragosto de seu marido, Aparecida não só começou a fazer parte do movimento, como rapidamente já passou a compor sua coordenação. Nesse contexto, é importante destacar novamente que, em São Paulo, alguns movimentos, como a luta por creches e o movimento de moradia, têm, tanto na sua composição quanto no seu quadro de coordenação,

60 Sobre a lista de pontuação, presente em diferentes movimento de moradia, Aquino (2015, p. 69) afirma que: “[...] Em relação aos critérios de distribuição [...] no caso de alguma vitória, instituiu-se um sistema de pontuação levando em conta a participação tanto das famílias de cada grupo de origem como de cada grupo em relação ao movimento. Ou seja, as conquistas obtidas pelo movimento deveriam ser distribuídas entre todos os grupos de origem, que indicariam suas famílias com maior pontuação”.

número de mulheres consideravelmente maior que o número de homens. Essa presença significativa de mulheres desde o surgimento desses movimentos pode ser compreendida pelo fato de a casa estar inserida na lógica do espaço privado - no caso do movimento de moradia - e por ser uma extensão desse espaço - no caso de movimento por creches -, uma vez que este espaço privado é tradicionalmente reservado às mulheres. Além disso, esses movimentos, somados ainda aos movimentos de bairro, eram associados a setores progressistas da igreja católica, sendo a igreja católica, especialmente até os anos 1990, também percebida como uma extensão do espaço doméstico e um lugar socialmente legitimado a ser frequentado por mulheres.

A consolidação de distintos movimentos de moradia, que atuam a partir de diferentes formas de ação, reverberou em um processo de autonomia da mulher, destacado por muitas mulheres que compõem o movimento de moradia. Ao relatar suas trajetórias de vida, diferentes mulheres⁶¹ falam do histórico de violência doméstica vivido e como a luta e posterior conquista da casa permitiu uma elaboração dessa violência sofrida no cotidiano, permitiu que se separassem, ou que o marido, com medo de ser posto para fora da casa, mudasse de comportamento, já que a casa pertencia, então, à mulher, responsável por sua conquista.

Ao analisar o surgimento de novos movimentos sociais, Sader (1988) aponta ainda o surgimento da noção de sujeito com novo sentido a partir dos discursos presentes nas comunidades de base. Sader trabalha essa noção de sujeito no sentido que pode denotar tanto autonomia quanto heteronomia, apoiado na noção de sujeito coletivo, “no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus inte-

61 Esses relatos, assim como essas mulheres, não são identificados por não estarem diretamente inseridas no processo desta pesquisa. Trata-se de relatos que escutei muitas vezes, em diferentes ocasiões e de diferentes mulheres, por eu trabalhar com movimento de moradia e ter contato direto com as mulheres e os homens que compõem esses movimentos. Cabe destacar que relatos assim são de mulheres cuja trajetória no movimento de moradia se inicia simultaneamente com o surgimento do movimento, mulheres que passaram pelo processo do mutirão entre os anos 1990 e 2000, que hoje têm suas casas e que continuam exercendo alguma função na coordenação do movimento.

resses e expressar suas vontades, constituindo-se nas lutas” (SADER, 1988, p. 55).

A partir da noção de sujeito atribuída por Sader (1988), compreende-se que essa noção está associada à possibilidade de autonomia e tem, em perspectiva, a capacidade de algo para além daquilo que está dado. Dessa forma, esses sujeitos, não isentos de contradições, passam a se constituir politicamente a partir do desdobramento pelas questões postas no cotidiano.

Inserida então no movimento de moradia e rapidamente compondo sua coordenação, Aparecida vai se construindo politicamente e organizando a luta no movimento. Ela narra:

Eu queria minha moradia, né? Então eu pensei: tem que fazer luta. Veio eu e mais duas pessoas [para a comissão de coordenação], que foi a Liana e a Neide. A Liana entrou comigo e a Neide já estava. Aí eu falei: então vocês duas vêm comigo, né? Nós vamos juntas. Tinha acho que umas dez pessoas nesse grupo. A gente tem que fazer luta, senão não consegue a moradia. [...] Então o que que eu fazia? Ia de casa em casa com as duas meninas, chamava o pessoal para fazer luta, os que já tinha desistido, chamava para voltar. Nisso vieram quarenta pessoas novas e o grupo aumentou (APARECIDA, informação verbal, 2019).

O aumento do número de participantes no grupo de origem que nesse momento Aparecida coordenava foi muito importante para a realização de determinadas formas de ação direta, como participar dos atos no centro, chamados pelo MST – Leste 1. Por estarem no extremo da zona leste, o número maior de participantes proporcionava, em dias de atos no centro, o aluguel de um ônibus, a partir de um rateamento do valor do aluguel entre as famílias, para que pudessem participar do ato e marcar pontos na chamada lista de pontuação do movimento.

Por se tratar de uma liderança hoje no MSTRU, movimento filiado à FLM, como será visto mais adiante, mas com histórico de início da sua participação na luta por moradia ligada ao MST – Leste 1, filiada à UMM, e que, desde o início, já compôs a coordenação do grupo de origem, Aparecida tem uma longa trajetória no movimento de moradia que não se limitou à conquista de sua casa. Muitas pessoas que compõem diferentes movimentos de moradia, não fazendo parte da comissão de coordenação, saem do movimento quando conquistam a casa, configurando-se como uma prática bastante comum. Para essas pessoas, segundo Aquino (2015) ao

se referir ao MST – Leste 1, o uso da palavra movimento, enquanto pertencimento social e político, não está inserido nas suas percepções, estando mais presente no discurso de pessoas que compõem a coordenação do movimento. Para o autor, pessoas que ingressam em um grupo de origem e que não fazem parte de sua coordenação se referem à entrada no movimento, a partir do grupo de origem, como

[...] ‘quando comecei a participar das reuniões’. As reuniões podem ser qualificadas como ‘de mutirão’, ‘de casas’, ‘de moradia’, ‘do grupo de origem’. Essa expressão é utilizada pelas famílias em referência principalmente a momentos de encontro e de mobilização específicos em momentos temporais igualmente específicos.

Esses grupos são tidos como a ‘porta de entrada’, justamente por ser quando uma família se cadastra na Leste 1 e passa a esperar o atendimento habitacional. [...] Independente da duração do tempo, essas reuniões são vistas como fundamentais, seja por serem momentos e espaços de reflexão, seja por se iniciar o sistema de pontuação, a partir do qual pode-se ser sorteado para um próximo empreendimento (AQUINO, 2015, p. 80).

Observa-se, assim, a importância dos grupos de origem dentro do MST – Leste 1, porta de entrada de Aparecida e tantas outras pessoas. Hoje reconhecida liderança do MSTRU, Aparecida sempre destaca que seu início e muito da sua formação foi no MST – Leste 1, onde ela foi coordenadora de grupo de origem e participou da luta do movimento, luta na qual ela conquistou sua casa, um apartamento na Fazenda da Juta⁶².

Quando entrou no movimento, em 1994, Aparecida já entrou cadastrada enquanto família, prática do funcionamento do movimento que cadastra a pessoa que o procura enquanto família e essa preenche um formulário de número de integrantes da sua família e de renda, além de contribuir com a mensalidade (AQUINO, 2015), acordada em assembleia pelas famílias que compõem o movimento. Ela, enquanto família cadastrada, estava na luta do que veio a ser a construção em regime de mutirão por autogestão do conjunto habitacional Primeiro de Maio, na Fazenda da Juta, onde mora até os dias atuais. Mutirão por autogestão⁶³ é uma forma de produção

62 Localizada na subprefeitura de Sapopemba e distrito homônimo, na zona leste de São Paulo.

63 Não pretendo trazer nesta pesquisa o histórico dos mutirões por autogestão em São Paulo. Existe uma ampla bibliografia que trata desse assunto, tais como: Baravelli (2006); Cavalcanti (2006); Ferro (2006); Lopes (2006); Moreira (2009); Oliveira (2006); Vilaça (2016); Vilaça e Constante – ORG (2016), entre outros.

habitacional alternativa à produção de mercado, com financiamento público e gestão das famílias que irão morar, consolidada como demanda. Aparecida relata esse período de luta:

[...] teve a assembleia que o Mário Covas [então governador do estado de São Paulo] foi lá para falar que a terra agora era do movimento, que foi no dia 1º de maio. [...] Aí lá ele falou: a partir de hoje a terra ali em cima – que é a fazendinha – passa a ser para as unidades habitacionais da Leste 1, 160 unidades. E aí a gente comemorou, fizemos uma festa, aí a gente subiu e já foi ficando na terra, um barro vermelho (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Assim, no dia primeiro de maio de 1997, o grupo de origem Sagrado Coração, coordenado por Aparecida, tem sua primeira conquista, a terra. “[...] A gente começou a guardar a terra, a terra era nossa, então agora vamos guardar a terra. Dividimos em grupos para vigiar a terra” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Começam, então, a fazer a vigília da terra, atividade onde as famílias, futuras moradoras das casas que serão construídas nesse terreno, fazem uma escala de revezamento para que todo dia e noite tenha pelo menos duas pessoas, cada uma das duas pessoas representando uma família, guardando o terreno, para que esse, onde ainda não há nenhuma construção, não seja ocupado.

O terreno doado para a Associação Portal da Juta Primeiro de Maio, destinado ao mutirão Primeiro de Maio, pertencia à CDHU e o projeto foi realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura⁶⁴, que também ficou como responsável técnica pela obra. Para a contratação do projeto, anterior à doação do terreno, houve uma contrapartida, contribuição feita pelas famílias cujo valor é fixo e dividido em parcelas ao longo dos meses. A contrapartida é uma prática comum de alguns movimentos de moradia, sempre aprovada pelas famílias em assembleia, e é destinada “[...] para os gastos necessários à opção de compra do terreno, contratação da assessoria técnica e os outros gastos necessários à constituição da demanda, antes que o projeto e o aporte de recursos [...] [sejam] aprovados” (AQUINO, 2015, p. 169). Entre o fim de 1998 e o começo de 1999 a obra foi iniciada e Aparecida passa a se dedicar completamente ao mutirão.

64 Para mais informações sobre a assessoria técnica Ambiente Arquitetura, acessar: <http://ambientearquitectura.com/>. Acesso em 12 jul. 2019.

A gente iniciou em 1998 em autogestão. As famílias iam para ajudar a construir sábados e domingos, era como se fosse uma empresa. A gente não podia faltar, se faltar a gente tinha que mandar alguém ir no nosso lugar, porque três faltas consecutivas, alternadas até podia, levava um atestado lá, alguma coisa, mas consecutivas acarretava a perda do apartamento, automático. Então a gente quase não tinha vida social, não tinha nada durante um ano e pouco. Estava lá todo sábado e domingo. Tanto que lá eu sei onde passam os fios, sei onde passam os canos. Eu ajudei a construir, bati laje. Todo mundo (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A prática da tradição do mutirão realizada por determinados movimentos de moradia em São Paulo, nesse caso específico o MST – Leste 1, é de contratação de mão de obra para a construção durante a semana e realização de obra, menos especializada, por mutirante no fim de semana. Além disso, o controle do recurso e a administração da obra são realizados pelos próprios mutirantes que tiram uma comissão responsável pela obra e definem funções específicas para as pessoas dessa comissão. Pessoas que assumem cargos de maior especificidade e que exigem presença constante, tal como compras, por exemplo, são contratadas formalmente pela associação de moradores, que é a responsável pela gestão da obra.

Cabe destacar que o mutirão Primeiro de Maio não teve isenção total. Contou com subsídio do governo do estado de São Paulo e o restante foi financiado por cada família, um total de R\$ 33.000,00, que começou a ser pago em 2004 e se estende ao longo de 25 anos.

Aparecida destaca ainda que a proposta inicial de 160 unidades, igual ao número de famílias que constituíam a demanda, não foi possível. Segundo ela, “não coube”, ficando apenas 120 unidades habitacionais no mutirão Primeiro de Maio. As outras 40 famílias continuaram a luta e conseguiram conquistar as casas próximas ao Primeiro de Maio. “Lá em cima ficaram 120, onde eu moro, e 40 desceram, que é o que hoje chama de os 40 da vitória” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Ela destaca ainda que essa luta do Primeiro de Maio foi feita junta com a luta do mutirão Dom Luciano, com 160 unidades habitacionais, também na Juta e próximo de onde foi construído o Primeiro de Maio.

O Dom Luciano também teve a mesma conquista da gente. Do lado. Eu moro aqui, tem uma rua, atravessa a rua e é o Dom Luciano, que também é da Leste 1. No Dom Luciano ficaram 160 famílias, lá em cima. No Portal da Juta Primeiro de Maio, não, não coube lá, então ficaram as 120 e desceram 40. Mas essas conquistas dos dois con-

domínios foi tudo pela Leste 1, pela UMM. E começamos juntos. A conquista foi a mesma (APARECIDA, informação verbal, 2019).

No início do ano 2000, de acordo com Aparecida, a obra do Primeiro de Maio já estava por volta dos 95% concluída, mas faltavam as instalações elétrica e hidráulica. Nesse momento, sua família já estava com dificuldade de pagar o aluguel da casa em São Mateus, onde moravam até então, e que havia passado por um reajuste do valor do aluguel. Segundo Aparecida (informação verbal, 2019), “o apartamento naquela época era entregue cru, só com a parte de tijolo”, o que levava as famílias a terem gastos com compras de revestimentos e instalações hidráulicas e sanitárias. Além das despesas, Aparecida relata que a casa em que moravam tinha problemas de umidade e seus filhos estavam ficando com problemas respiratórios.

Com a obra quase finalizada, porém parada, Aparecida e a família se mudaram para o apartamento do mutirão Primeiro de Maio em agosto de 2000. Não apenas a família de Aparecida mudou para o prédio inacabado, como também outras quatro famílias: “[...] eu calculo que a gente começou em 5 famílias e depois foram mais 5 e depois mais 5, ficaram 15 famílias no primeiro momento” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Logo após a mudança, em assembleia com todas as famílias, tanto as que mudaram junto com a família de Aparecida quanto as que naquele momento ainda não haviam mudado, Aparecida foi indicada para ser síndica do prédio.

A mudança das famílias para o prédio inacabado, além de contornar a dificuldade que as mesmas estavam enfrentando em pagar o aluguel, também se deu para, assim como na época em que o terreno foi doado, guardar o prédio e não deixá-lo vazio para que o mesmo não fosse ocupado. O prédio ainda não possuía as instalações elétrica e hidráulica e as famílias que mudaram para lá viveram um ano sem energia e sem água e esgoto em casa. As atividades domésticas de lavagem eram feitas no barracão do então canteiro de obras e, também, era de lá que as famílias pegavam água para levar para os apartamentos para cozinhar e limpar a casa.

[...] eu morei lá por um ano vendo minha pia novinha, vendo meu vaso novinho, mas eu não podia usar. E a parte que hoje é uma EMEI⁶⁵, que era o nosso canteiro de obras,

65 Escola Municipal de Educação Infantil. Trata-se da EMEI Aparecida Cândida dos Santos de Jesus – Dona Cidica.

lá tinha os banheiros e aí a gente descia do prédio, andava um pouquinho para ir tomar banho, lavar roupa, lavar louça. Lá onde era o canteiro de obras (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Como a rede elétrica também não estava instalada, nesse primeiro momento da mudança, as famílias fizeram uma ligação do canteiro de obras para os apartamentos onde estavam morando. “A gente usava a energia da construção, aquela energia que ficava lá no canteiro de obra. Mas tinha conta, mas era conta do canteiro de obra, era mais barata a conta” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Com a construção já quase toda concluída, com a falta de recursos para as instalações elétrica e hidráulica, e também devido a dificuldades nas negociações envolvendo a associação de moradores e as concessionárias de energia e água e esgoto, as famílias decidiram se organizar e se cotizar para comprar os fios e os canos, necessários para a elétrica e a hidráulica, e, em mutirão, executar as instalações.

Vale trazer aqui a ótica da produção do espaço na periferia de São Paulo a partir da autoconstrução, cujo marco é a década de 1960. Discutida pela literatura clássica, essa lógica mostra que, frente à ausência do poder público, responsável por prover a infraestrutura necessária, a autoconstrução, por vezes, extrapolava a confecção da casa própria, se estendendo para a produção do espaço urbano, implementando as condições gerais a serem consumidas coletivamente.

A autoconstrução não se limita à construção da casa. Em nossas pesquisas empíricas verificamos que ela abrange a construção de igrejas, escolas primárias, creches, sede de sociedades amigos de bairros, centros comunitários.

É freqüente [sic] observar aos sábados e domingos, em bairros que não contam com calçamentos, moradores se organizarem para melhorar as ruas, caminhos de acesso, pontes, limpeza de córregos, etc (MARICATO, 1982, p. 79).

No mutirão Primeiro de Maio, como os apartamentos eram entregues, nas palavras de Aparecida, “crus”, cabia às famílias a adequação física de suas casas. Somou-se a isso as instalações elétrica e hidráulica de todo o prédio, também entregues inacabadas. Como os moradores estavam utilizando energia ligada ao canteiro de obra, começaram o processo de instalação inacabada pela hidráulica.

[...] ia fazer um ano que as primeiras famílias tinham mudado, aí nós decidimos então nós mesmos fazermos o esgoto, as famílias fazer o esgoto. Nós fizemos o esgoto e o

esgoto não foi no padrão, na época a gente achava que estava no padrão certo. Depois a CDHU falou que não estava no padrão certo. Mas nunca foram lá e nós fizemos e falamos que ia ficar naquele padrão ali. E a gente começou a utilizar em 2001. A gente mudou em 2000 e em 2001 a gente começou a usar as coisas dentro do apartamento, referente a esgoto e tal (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Fizeram, por conta própria e em regime de mutirão, a instalação hidráulica, fora dos padrões exigidos, mas, não tendo apoio da CDHU e da concessionária responsável, permaneceu fora dos padrões, sendo assim até hoje. Posterior à execução da instalação hidráulica, mais famílias mudaram para o conjunto. No entanto, como a instalação elétrica ainda era improvisada, muitas famílias ainda não conseguiram mudar e pressionaram Aparecida, enquanto síndica, para que encontrassem uma solução. Novamente a solução encontrada coletivamente em assembleia foi a de se cotizarem para comprar o material necessário para finalizar a instalação elétrica e executar em regime de mutirão.

Material de instalação elétrica tem um alto custo e as famílias já haviam se cotizado para fazer a instalação hidráulica. Somou-se a isso o fato de as famílias que ainda não haviam se mudado ainda estarem pagando aluguel em outra casa. Decidiram, portanto, ir comprando o material aos poucos, estocando e, quando tivessem o necessário, começariam a executar a instalação. Essa decisão gerou uma série de problemas relatados por Aparecida:

[...] Tinha que fazer um que tem lá até hoje, um poste que colocasse dentro do conjunto e uma caixa de concreto para colocar os fios dentro para normalizar. E a gente foi comprando e colocando dentro de um quarto toda essa fiação, muita fiação, fio muito grosso. Então a gente começou a ser roubado por uns meninos da região lá. Aí decidimos novamente fazer aquela luta de vigília dia e noite, revezava as famílias que não estavam morando ainda com as que estavam morando para vigiar até fazer a instalação. E aí a gente foi ameaçado, chegaram a colocar arma na nossa cara, mas fomos fortes, só vai levar se matar. Porque a gente sabia que se levasse ia ser outra burocracia, mais tempo para poder acabar. E todo mundo estava doido para mudar, os apartamentos tudo pronto. Sei que deu uma confusão e me ameaçaram de morte, porque eu era síndica, eu peitava mesmo e aí até que acabou, eles acalmaram, teve o chefão lá que acalmou [...] Então parou um pouco, deu um sossego e a gente começou a ir na Eletropaulo, a correr porque nós estávamos correndo risco. Aí eles vieram, ligaram a energia, normalizaram a energia em 2001 também. E começou a vir todo mundo. Já tinha feito o esgoto, normalizaram a energia e aí começou a entrar todo mundo, todo mundo a vir morar no prédio (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Interessante perceber a importância e recorrência à vigília enquanto prática de assegurar as conquistas. Nos relatos de Aparecida, a vigília aparece durante todo o processo do Mutirão Primeiro de Maio: primeiro para guardar o terreno antes do início da obra, depois para guardar o prédio quando o mesmo estava aparentemente concluído porém inconcluso, a mudança de mais famílias para garantir que o prédio não fosse ocupado e, por fim, a vigília para guardar os materiais para concluir o processo de construção, possibilitando a mudança definitiva de todas as famílias.

A mudança de parte das famílias para o conjunto ainda inconcluso não é um fato isolado do Primeiro de Maio. Outros conjuntos, também conquistas do MST – Leste 1, construídos em mutirão por autogestão, têm histórias similares. É o caso dos posteriores mutirões Paulo Freire⁶⁶ e Unidos Venceremos⁶⁷, localizados na Cidade Tiradentes, também extremo leste da cidade de São Paulo.

O mutirão Paulo Freire teve a obra iniciada em 2003 e foi entregue, simbolicamente, às famílias pelo movimento, associação e assessoria técnica em 2010, sem a presença de gestores públicos. O mutirão Unidos Venceremos, vizinho ao mutirão Paulo Freire, também teve sua obra iniciada em 2003 e as famílias começaram a se mudar entre 2011 e 2012, mas, de acordo com Aquino (2015), até 2014 a obra ainda não havia sido totalmente concluída. Sobre o mutirão Paulo Freire:

Entre fins de 2009 e a metade de 2010, muitas famílias já haviam procurado a Associação, propondo a mudança para os apartamentos em caráter emergencial, uma vez que o processo de construção do conjunto se estendera por tantos anos, e a situação econômica de muitas delas tornara-se insustentável. Havia possibilidades do ponto de vista da habitabilidade, mas faltavam condições para abrigar de forma definitiva aquelas famílias; o gargalo estava na ligação de esgoto com a rede pública, há anos em negociação com a Sabesp e a empresa terceirizada contratada, que falira. [...] Quando a questão do fornecimento da água foi solucionada, houve um salto na pressão e na consciência das famílias – por que não deveríamos afinal ocupar o que é nosso?

Progressivamente as famílias foram ocupando seus apartamentos, inicialmente de forma voluntarista e depois de modo organizado e coletivo, dividindo a conta de água e luz. [...] (USINA-CTAH e MUTIRANTES, 2015, p. 134 e 135).

66 Realizado pela assessoria técnica Usina-CTAH. Para mais informações acessar: <http://www.usina-ctah.org.br/>. Acesso em 27 de julho 2019.

67 Realizada pela extinta assessoria técnica Grão.

Quando a demanda do grupo Sagrado Coração, coordenado por Aparecida, foi atendida no mutirão Primeiro de Maio, Aparecida passou a se dedicar ao acompanhamento das fases do projeto e passou a compor, juntamente com outras pessoas, a comissão de organização do mutirão. Após a mudança para o conjunto e de ter se tornado síndica, esteve sempre muito envolvida nas questões referentes ao Primeiro de Maio. Em 2003, com todas as famílias já morando no Primeiro de Maio e tendo as próprias famílias finalizado a obra, Aparecida voltou a fazer parte do grupo de origem do MST – Leste 1, mas não voltou para o Sagrado Coração: “[...] eu abri um novo grupo juntamente com a Meire, chama Força Habitacional I, na época era só Força Habitacional”. Ela relata que, nesse momento, os filhos dos mutirantes do Primeiro de Maio estavam casando e queriam fazer luta para conseguir acessar a moradia. Nesse contexto, ela formou o grupo de origem, ligado ao MST – Leste 1, e passaram a se reunir em um terreno próximo ao Primeiro de Maio.

Foi também através do movimento de moradia que Aparecida retornou ao trabalho fora de casa. Com a inserção no movimento, Aparecida participou de cursos de formação para educadora na gestão da então prefeita de São Paulo, também eleita pelo PT, Marta Suplicy (2001 – 2004)⁶⁸. Se formou como educadora e passou a trabalhar em projetos sociais. A gestão da então prefeita abriu diálogo com os movimentos de moradia, diálogos esses não isentos de contradições e momentos de conflitos e dissensos, já que a pauta da habitação, segundo Cavalcanti (2006), estava posta, desde a candidatura de Marta Suplicy, como não prioritária e, ainda segundo o autor, não foi. Ainda como destaca Cavalcanti (2006, p. 86), desde os momentos iniciais de sua candidatura, “[...] a candidata petista deixa claro que os eixos centrais de seu governo seriam Saúde, Educação e Programas Sociais, deixando para segundo plano, deste modo, o tema da habitação”. Nesse sentido, surgiram uma série de projetos e programas que ligaram educação e programas sociais, a partir de diferentes vínculos,

68 Para uma análise sobre a relação da União dos Movimentos de Moradia (UMM), entidade a qual o Movimento Sem Terra – Leste 1 faz parte, e a gestão de Marta Suplicy à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo, ver Blikstad (2012) e Cavalcanti (2006).

como com a Unicef⁶⁹ e com a PUC-SP⁷⁰, instituições ligadas aos projetos que formaram Aparecida como educadora e nos quais ela veio a trabalhar posteriormente.

Quando os meus filhos estavam mais crescidinhos, que foi em 2004, eu voltei a trabalhar e trabalhei no projeto da Marta [Suplicy], quando ela era prefeita. Ela entrou com uns projetos que eram para os idosos e adolescentes participarem de curso de formação de três meses e eles recebiam uma ajuda de custo. [...] Quem administrava era a UNICEF, eu assinava um contrato. Eu entrava como educadora. Eu vivia na PUC, fazia o curso no fim de semana para aprender como ministrar as aulas e ministrava na semana, em uma escola perto da minha casa. Eram aulas de cidadania, sobre direitos, a gente falava sobre crianças e adolescentes, sobre idosos, falava de todos os direitos que esses grupos tinham. A gente empoderava as pessoas de conhecimento. [...] tinha aberto uma escola do ladinho da minha casa e eu ministrava aula lá e só eram duas horas de aula por dia, então eu tinha tempo de cuidar dos meus filhos [...] (Aparecida, informação verbal, 2019).

Cabe observar que Aparecida passa aproximadamente 15 anos se dedicando às atividades da casa e ao movimento de moradia, como coordenadora de grupo de origem e, posteriormente, compondo a comissão de projeto e obra do mutirão Primeiro de Maio, vindo a ser síndica quando ela e sua família se mudaram para o prédio. Quando retorna ao mundo do trabalho, com contrato em um programa socioeducacional da prefeitura de São Paulo, Aparecida destaca que só foi possível voltar a trabalhar fora de casa porque os filhos já estavam crescidos, a mais velha por volta dos 15 anos e o mais novo por volta dos 10 anos, e porque o trabalho não ocupava as oito horas tradicionais do mundo formal do trabalho, o que possibilitava a ela o cuidado com os filhos e com a casa. Em suas narrativas, nunca aparecem a divisão com o marido dos cuidados com os filhos, bem como do trabalho doméstico, sendo esse um trabalho tradicionalmente destinado às mulheres, trazendo à tona que o emprego remunerado fora de casa não rompe a estrutura privada e o papel da mulher dentro da casa, já que mantém a estrutura da família (SARTI, 1994).

69 Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês: United Nations Children's Fund – UNICEF), um órgão das Nações Unidas que atua em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, regido pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Para mais informações acessar: <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 14 jul. 2019.

70 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma instituição de ensino superior privada e católica brasileira. É mantida pela Fundação São Paulo (FUNASP), presidida pelo Grão-Chanceler da Universidade e vinculada à Mitra Arquidiocesana da cidade de São Paulo. Para mais informações: <https://matrc01.pucsp.br/paginainicial/>. Acesso em 14 jul. 2019.

Aparecida acumulava várias funções, das atividades de casa aos cuidados com os filhos, e continuava ativa no movimento MST – Leste 1. Mesmo já tendo conseguido sua casa, não se desvinculou do movimento e voltou a trabalhar fora de casa. Segundo Aquino (2015), a desvinculação do movimento é uma prática que acontece com frequência após a família receber a casa. Aparecida trabalhou nesse projeto entre 2004, último ano da gestão Marta Suplicy que não foi reeleita, e 2005, primeiro ano da gestão de José Serra (2005 – 2006), eleito pelo PSDB. Em 2005, o projeto foi extinto “porque a gente empoderava as pessoas e não é do interesse político que as pessoas saibam, então eu acho que não agradou alguns outros partidos que não quiseram que o projeto continuasse” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Foi também em 2005 que Aparecida, até então coordenadora do grupo de origem Força Habitacional, se desvinculou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1, segundo ela porque

[...] a Leste 1 começou uma política que, para mim, talvez, eu já tinha minha casa, poderia até ficar sossegada com isso, que é aquela política só de negociação, não fazer luta direta, tudo mais. Uma nova metodologia, porque o pessoal começou a ir para o governo, ter cargos, muitos cargos [...] (APARECIDA, informação verbal, 2019)

A pesquisa realizada por Cavalcanti (2006) analisa as relações entre a UMM, entidade composta por vários movimentos, dentre eles o MST – Leste 1, e a gestão na prefeitura de São Paulo de Marta Suplicy. Segundo o autor:

Desde os primeiros dias da posse da nova administração no órgão, a UMM posicionou-se como seu interlocutor de destaque. Ainda na fase de estruturação da secretaria [de habitação], dois membros de movimentos de moradia ligados à entidade foram convidados a fazer parte do gabinete do secretário, com a tarefa de estabelecer um canal de contato direto entre ambos os atores. Estes dois indivíduos, lideranças da maior grandeza para a União, desempenharam no decorrer do tempo um papel importante no ‘meio de campo’ entre governo e movimento, e sua atuação teve início antes mesmo da gestão começar, pois a própria opção de nome para estar à frente deste órgão de governo teve, como um dos motivos, a sua fluência junto aos movimentos (CAVALCANTI, 2006, p. 88).

O autor analisa ainda que, nesse momento, essa opção da UMM de fazer a luta por dentro da instituição é feita porque a UMM vinha sofrendo um desgaste político, que acarretou no seu enfraquecimento, desde o fim da primeira gestão do PT com a então prefeita Luiza Erundina.

[...] O que diferenciou o segundo governo petista de São Paulo do primeiro (para citar

um exemplo) é que, dessa vez, a UMM estava mais do que nunca em condição de fragilidade. E essa fragilidade foi explorada pela gestão para mantê-los sob controle político. Este controle se dá pelo fato de a maior parte das lideranças da União ter vínculos empregatícios à época seja com a própria administração, seja com o partido ou gabinete de seus parlamentares (situação muito diferente dos tempos de Luíza Erundina). Estes vínculos eram usados com ponto de partida para a frequente prática de pressão individual nos líderes sociais, de forma a desencorajá-los a levar à frente ações coletivas que por ventura viessem a desgastar a gestão. Obviamente deve-se evitar perigosas generalizações: não estamos falando de todos os dirigentes do governo ou do partido, e nem de todas as lideranças parlamentares (CAVALCANTI, 2006, p. 93).

É importante também evitar posições dicotômicas ou generalistas que reduzam o movimento a esta prática. Esta prática está compreendida aqui como opção estratégica feita pelo movimento frente à atuação possível em um momento onde a correlação de forças não estava favorável.

Quando ainda estava no MST – Leste 1, mas já insatisfeita com a opção de luta feita pelo movimento, Aparecida foi procurada, por um antigo membro do movimento e que, naquele momento, estava querendo fundar outro movimento de moradia, que veio a ser o Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), fundado em 2005, ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM)⁷¹, fundada no ano anterior. Nesse momento, se inicia uma conversa de aproximação da proposta do novo movimento, o MSTRU. Aparecida, juntamente com Meire, com quem havia fundado o grupo de origem Força Habitacional, que também estava insatisfeita com a opção feita pelo movimento onde estavam, se reaproximam de Otávio, que fez o convite para que as duas participassem do MSTRU e, no mesmo ano, as duas saíram do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1, deixando com o movimento o grupo de origem fundado por elas: “[...] grupo não é de quem funda, é do movimento onde ele é fundado e família não é objeto pra ficar levando pra onde quer, são seres humanos” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

As duas iniciaram sua atuação do MSTRU fundando o grupo de base Força Habitacional II, coordenado por Meire, com reuniões em uma escola na Juta, e o grupo Guadalupe, coor-

71 Não pretendo, nessa pesquisa, reconstruir a fundação e a história da Frente de Luta por Moradia. Para isso, ver, entre outros: Aquino (2008); Barbosa (2014); Neouhold (2009); Paterniani (2013); e Pereira (2017).

denado por Aparecida, com reuniões na igreja Nossa Senhora de Guadalupe, na Fazenda da Juta. Nesse momento, a prefeitura de São Paulo estava sob gestão de José Serra e, no início, Aparecida continuava trabalhando no projeto que tinha se iniciado no governo de Marta Suplicy, por isso não aceitou o convite para assumir a coordenação do movimento.

Quando eu entrei, o Otávio e o Luciano, que me convidaram para o movimento, já me convidaram para ser coordenadora geral, mas eu não aceitei porque eu estava trabalhando, tinha um monte de coisa ainda para eu resolver do condomínio que eu morava, tinha o grupo de base que eu estava coordenando e eu achava que ficava muito pesado para mim, aí eu falei que não (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Continuou coordenando o grupo de base Guadalupe. Logo em 2005, o projeto socioeducativo em que trabalhava foi suspenso e Aparecida, que nesse momento já estava no MSTRU, começou a trabalhar em um projeto da ONG Apoio⁷², ligada à FLM, com crianças e adolescentes em situação de rua. Mesmo trabalhando e com outras funções acumuladas, Aparecida aceitou ser coordenadora geral do movimento.

Apesar de ser um movimento que nasceu com grupos de base na zona leste da capital paulista e de a FLM ser uma frente que congrega muitos dos movimentos de moradia do centro da cidade, o MSTRU já nasceu vinculado à Frente de Luta por Moradia. Aparecida destaca que, nesse momento, a FLM também estava se formando e que ainda eram poucos os movimentos que faziam luta no centro. Ela destaca o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), fundado em 2001, precedente à fundação da FLM, anteriormente filiado à UMM e um dos fundadores da FLM. “Em 2004, o MSTC deixou a UMM e, junto com o MMRC, o MTSTRC e outros movimentos da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo fundou a Frente de Luta por Moradia (FLM)” (NEOUHOLD, 2009, p. 47).

A fundação da Frente de Luta por Moradia (FLM) ocorre em 2004, como fruto de uma dissidência da UMM, constituindo uma nova entidade ‘guarda-chuva’, na qual

72 Formada em 1992, a ONG Apoio – Associação de Auxílio Mútuo - trabalha com pessoas em situação de vulnerabilidade, como a população em situação de rua. A ONG trabalha em parceria tanto com a prefeitura de São Paulo, quanto com outras entidades e fornece assessoria jurídica à Frente de Luta por Moradia. Para mais informações acessar: <https://www.apoio-sp.org.br/>. Acesso em 15 jul. 2019.

se agregaram um conjunto de movimentos de moradia com atuação na área central de São Paulo e também alguns de áreas mais periféricas (PEREIRA, 2017, p. 30).

A UMM tem como premissa não realizar ocupação de imóveis vazios com a perspectiva de permanecer no imóvel por considerar que a precariedade dos edifícios ocupados, há anos abandonados, reproduz as precárias condições vividas nos cortiços. Nesse sentido, defende que as ocupações sejam provisórias, também chamada pelos movimentos que compõem a UMM de relâmpago, realizadas enquanto ação direta e imediata para repercutir e chamar atenção do poder público e da sociedade civil quanto à quantidade de imóveis sem cumprir a função social, mostrar força de mobilização, mas logo desfazer.

A FLM, por sua vez, tanto realiza ocupação provisória como permanente e tem, no discurso da luta, que as ocupações sejam permanentes, que as famílias morem nos imóveis ocupados pelos movimentos. Esses imóveis tem suas condições rapidamente melhoradas a partir do trabalho coletivo logo que ocupados.

Entretanto, este é precisamente o ponto controverso. Segundo lideranças ligadas ao MSTC, esta mudança de posição dos coordenadores da UMM se deu justamente porque alguns de seus membros passaram a ocupar cargos em gabinetes de parlamentares e também na gestão municipal de Marta Suplicy (TRINDADE, 2014, p. 158).

Achei importante trazer esse trecho por compreender que há muitas nuances nas relações entre os próprios movimentos e entre movimento e poder público. Mas não é a intenção reduzir os movimentos a essa divergência, polarizando um em cada lado, já que as apostas de cada movimento estão relacionadas às suas posições políticas no jogo político-institucional e à correlação de forças.

Para além da dissidência com a UMM, a fundação da FLM, ainda segundo Pereira (2017), tem um acúmulo histórico das lutas de cortiços no bairro da Mooca⁷³, onde se concentrava grande contingente da população operária da indústria nos anos 1980. Entre as décadas de 1980 e 1990, a questão dos cortiços ganha força e um certo reconhecimento a partir de muita luta que geraram conquistas pioneiras na região do Brás, como as desapropriações e intervenções nos casarões da

73 Bairro do centro expandido da capital paulista, pertencente ao distrito homônimo.

Madre de Deus e da Celso Garcia. O movimento, até então local, se amplia para outros bairros: “Belém, Brás, Ipiranga, Luz, Mooca, Tatuapé, Vila Formosa, processo que culmina na fundação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991” (PEREIRA, 2017, p. 31).

Em 2006, Aparecida assume a coordenação do movimento e continua ligada à ONG Apoio, trabalho possibilitado pela relação da ONG com o movimento, vindo, tempos depois, a fazer parte do Programa Urbano (PU)⁷⁴ que, a partir de práticas da educação popular, atua com formação política pedagógica. O PU é coordenado desde 2004 pela ONG Apoio e pelo Movimento de Defesa do Favelado (MDF) com parceria e financiamento da Agência Católica de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra e País de Gales⁷⁵ e da União Europeia.

É na ONG Apoio, que tem ligação direta com a Frente de Luta por Moradia, a qual o MSTRU é filiado, que Aparecida tem, pela primeira vez, sua carteira de trabalho assinada. Quando trabalhava no Maranhão como vendedora ambulante não tinha carteira assinada. Em São Paulo, quando retorna ao trabalho fora de casa, depois de aproximadamente 15 anos fora do mercado de trabalho, em um projeto socieducacional na gestão da então prefeita Marta Suplicy, o registro de trabalho se dá por meio de contrato.

Ao fundar o MSTRU o movimento ainda era pequeno, tinha aproximadamente cinco grupos de base segundo Aparecida. É importante compreender que são os grupos de base que dão corpo ao movimento. Então, logo que fundam o movimento, Aparecida monta um grupo de base e Meire outro, “quando entramos eu falei: Meire, tu abre um grupo e eu outro, para crescer, quanto mais grupos no movimento, mais cresce” (APARECIDA, informação verbal, 2019). Ela destaca que, quando assumiu a coordenação do movimento o MSTRU, chegou a ter vinte e três grupos de base.

[...] quando eu assumi eu sentei com os coordenadores, trouxe mais coordenadores [...] e aí a gente chegou a vinte e três grupos de base, em dois anos. E cinco ocupações, na

74 Para uma análise sobre as ações desenvolvidas pelo Programa Urbano ver Kohara e Silva (2016).

75 Em inglês The Catholic for Overseas Development – CAFOD. Para mais informações acessar: <https://cafod.org.uk/>. Acesso em 17 jul. 2019.

época, três aqui no centro e duas na [zona] leste. A gente, na época, teve reintegração dessas duas, porque eu estou falando do primeiro momento que eu assumi, e na leste a gente teve reintegração das duas ocupações, ficou sem nenhuma, aí depois a gente voltou e ficou com uma ocupação na leste, que é a ocupação Alto Alegre, que agora a gente ganhou o edital e tudo mais. Aí foi crescendo e o movimento foi se estabilizando, foi tendo caixa, a gente foi tendo uma base para poder se erguer, aí está até hoje. Teve uma queda, teve uma época que teve uma queda, foi uns três ou quatro anos atrás, eu fiquei degringolando, diminuiu bastante, mas a gente já tinha uma base sólida (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Com o passar do tempo e o trabalho realizado dentro do movimento, o MSTRU cresce e se solidifica, se organiza através dos diversos grupos de base e das ocupações realizadas. É nesse contexto que ocupam o prédio do Hotel Columbia Palace, abandonado há quase duas décadas, hoje ocupação São João-588, como será visto no próximo capítulo.

3.3. SÍLVIA SOBE E DESCE ESCADA DE OCUPAÇÃO

Sílvia é conhecida na ocupação São João-588 como Sílvia Guerreira. Guerreira é o sobrenome atribuído a ela pelos moradores da ocupação, por sua atuação e luta junto à ocupação e ao movimento. No celular de Aparecida, é assim que seu nome está gravado na agenda, Sílvia Guerreira. Sílvia chegou com seu único filho, Vitor, à ocupação São João-588 em 2012. Desempregada e não conseguindo mais arcar com o pagamento do aluguel, que devia há aproximadamente dois anos, teve na ocupação a única alternativa ao despejo que sofreria após um embate judicial com o proprietário da casa onde morava com o filho Vitor.

Ao chegar na ocupação, dividia com o filho um quarto menor, passando depois para um quarto maior, onde moram até hoje, a partir dos critérios de pontuação. A lista de pontuação que compõe os movimentos de moradia com os quais tenho proximidade é definida por diferentes pessoas ligadas à coordenação de movimentos diversos, como uma concepção de cidadania onde a luta é o critério que gera a conquista e exclui práticas clientelistas de favorecimento. Na ocupação São João-588, a pontuação é composta por três critérios:

a luta, compreendida como a participação nas atividades da ocupação e do movimento como assembleias, atos, reuniões, cursos de formação; a organização interna da ocupação, com a possibilidade de assumir funções na organização da ocupação, como ficar responsável na escala de tarefas por lavar o banheiro coletivo e limpar espaços coletivos do pavimento em que mora; e contribuição mensal, que se trata da contribuição dividida entre os moradores para arcar com despesas mensais referentes à manutenção da própria ocupação, como pagamento de funcionários responsáveis pela portaria (que é uma pessoa moradora da ocupação), gastos com materiais de limpeza, com materiais necessários à manutenção estrutural da edificação etc.

De acordo com Aparecida (2019), o que mais conta para o MSTRU na pontuação é a participação na luta e a contribuição mensal é a que menos conta, já que a coordenação do movimento conhece cada família moradora da ocupação e sabe de sua situação com relação a trabalho. Ela destaca ainda que nenhuma família, no MSTRU, é tirada da ocupação por não pagar a contribuição e que pessoas idosas são isentas.

Sílvia era muito ativa nas atividades consideradas de luta pelo movimento, desde o grupo de base, ainda morando na casa alugada na Mooca. Assumindo as responsabilidades necessárias à organização da ocupação, Sílvia atingiu número de pontos para mudar para um quarto maior logo que aparecesse vaga. Atualmente ela mora em um quarto grande, composto também por uma pequena cozinha, onde tem um fogão de quatro bocas e uma bancada. A máquina de lavar roupas fica no banheiro individual que há dentro do quarto e que possui pia que também serve à cozinha, vaso sanitário e chuveiro frio. A geladeira fica no quarto-sala, onde há também uma mesa com quatro cadeiras, cama de solteiro, um guarda roupa, uma cômoda onde fica a televisão e um colchão de solteiro onde o filho dorme e que durante o dia fica na vertical apoiado na parede.

Imagem 7: Croqui casa de Sílvia. Elaboração: Danilo Eric (2020).

Quando perdeu o emprego, em 2010, Sílvia passou dois anos apenas fazendo bico, desde faxina, até venda ambulante na rua de café e bolo. Pouco antes de se mudar para a ocupação, conseguiu novo trabalho, sem carteira assinada, também em um bar-restaurant da Mooca. Trabalhava nesse bar das sete da manhã até treze horas. Após mudar para a ocupação, continuou nesse trabalho e conseguiu um trabalho, esse com carteira assinada, como operadora de telemarketing, na República, bairro do centro de São Paulo que concentra grande parte desse serviço e também onde se localiza a ocupação São João-588.

De acordo com Nogueira (2007, p. 04) “[...] o *telemarketing* é um dos segmentos que mais emprega no Brasil [...]”, além de ser “[...] uma das principais portas de entrada da jovem trabalhadora no mercado de trabalho” (NOGUEIRA, 2007, p. 05). O telemarketing se caracteriza por ser um trabalho de prestação de serviços, exercido predominantemente por mulheres, onde, de acordo com Braga (2012), o índice de adoecimento, do físico ao psicológico, é altíssimo, decorrente, entre outros motivos, da intensidade do ritmo de trabalho que levam ao estresse ou pelas pausas reduzidas para ir ao banheiro que acarretam vários casos de infecção urinária, por exemplo.

[...] Aproximadamente 70% da força de trabalho existente é feminina e 45% é constituída de jovens entre 18 e 25 anos, sendo que os salários⁷⁶ variam de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00 (nos casos de PAs – posições de atendimento – bilíngues), para uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e 6 dias por semana, tendo uma folga intercalada no final de semana – ora sábado, ora domingo (NOGUEIRA, 2007, p. 05).

Assim, de acordo com Nogueira (2007), o telemarketing se caracteriza por ser um segmento de baixa qualificação, ou seja, um trabalho pouco qualificado por ser monótono, repetitivo e pouco criativo, ampliado no Brasil em um contexto onde a força de trabalho feminina estava crescendo em comparação à força de trabalho masculina, que estagnou ou decresceu. Porém, por ser considerado um trabalho pouco qualificado e com baixos salários, contribui para a precarização feminina no chamado mundo produtivo, precarização essa testada primeiramente em trabalhos voltados às mulheres para posteriormente abarcar também a força de trabalho masculina.

Muitas das profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida, pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização, como vimos também no segmento do telemarketing (NOGUEIRA, 2007, p. 11).

Ainda de acordo com a autora, na divisão sexual do trabalho, o setor de telemarketing contribui para manter como obrigação das mulheres as atividades referentes à reprodução, ou seja, as atividades domésticas, uma vez que a jornada de trabalho é parcial, sendo de seis e não de oito horas, mantendo,

76 Em 2007, ano que Nogueira publicou o estudo citado, o valor do salário mínimo em dezembro era de R\$ 380,00. Para consultar valor do salário mínimo nominal e necessário, de 1994 até o momento, ver: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2007>. Acesso em 20 jul. 2019.

à mulher, o status de provedora complementar da casa e de dona de casa, o que contribui para as relações de opressão de gênero e de desigualdade (NOGUEIRA, 2007).

Para Sílvia, os dois trabalhos, ambos de seis horas, no bar e restaurante de sete às treze horas e no telemarketing de catorze às vinte horas, eram complementares e, sendo ela mãe solo, a ela sempre coube integralmente toda a responsabilidade com os cuidados do filho e da casa. Ela destaca que conciliar os dois trabalhos, num período de menos de seis meses, já que, com cinco meses pediu demissão do telemarketing, só foi possível porque o filho já era um adolescente que ia para escola de manhã e ficava sozinho em casa até ela chegar do trabalho. Morar no centro, onde o transporte tem grande fluxo, facilitou também a locomoção de um trabalho para o outro. Conta: “[...] eu não nasci pra isso não, não conseguia aguentar aquele ritmo e falar o tempo inteiro sem parar, as pessoas gritando com a gente, pedi mesmo para sair” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

Nos últimos anos, desde que saiu do bar e restaurante na Mooca, demitida dois meses depois, e do telemarketing na República, passou por diferentes trabalhos temporários, sem carteira assinada e está sempre fazendo bicos. Nesse tempo, teve apenas um trabalho com carteira assinada, mas que também ficou pouco tempo, aproximadamente um ano. Era nos arredores da avenida Paulista, como copeira de um escritório. Desde que saiu desse emprego, segue na chamada viração. Já trabalhou em outros bares e restaurantes do centro, como faxineira em escritórios do centro e dos arredores da avenida Paulista e participou de um trabalho, também temporário, feito pela ONG Apoio. Atualmente, sem nenhum trabalho temporário, faz e vende acarajé na própria ocupação. Pelo menos duas vezes por mês, ela anuncia na ocupação que fará acarajé naquele dia em casa, para que as pessoas saibam e possam ir comprar. Também avisa aos conhecidos de fora da ocupação, como a mim, por exemplo. Já algumas vezes me ligou falando que faria acarajé e compraria cerveja para revender e me pediu para ir com amigos. Sempre que convidada vou e levo vários amigos.

Foi, aliás, na primeira vez em que fui convidada para comer acarajé, que conheci seu filho Vitor, que, naquele momento,

estava fazendo seu TCC⁷⁷ em direito na Uninove⁷⁸, e sua namorada Tatyana, estudante de arquitetura e urbanismo na Universidade São Judas Tadeu⁷⁹ e que havia começado o primeiro semestre do TFG⁸⁰. Conversamos bastante enquanto comíamos acarajé e tomávamos cerveja e Sílvia estava bem feliz com o ambiente descontraído e agradável daquela noite de verão bem quente. É interessante ainda destacar que, quando me convidou nesse dia, frisou para que eu chamasse meus amigos da faculdade, que ela desejava apresentar o filho e a namorada do filho. Enxerguei nesse momento uma troca: ela aceitou participar da pesquisa e, assim, quis estreitar as relações do filho e de sua namorada com o chamado por ela de “pessoal da faculdade”, através de uma legítima relação de troca.

Nessa noite, Aparecida chegou um pouco depois e se entrosou na conversa com a gente. Estávamos nas vésperas do aniversário de um ano de prisão injusta e arbitrária do ex-presidente Lula, realizada através de uma armação envolvendo o poder judiciário e o Supremo Tribunal Federal (STF)⁸¹, na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba-PR. Sílvia e Aparecida iam viajar no outro dia de manhã cedo em um ônibus que levaria os militantes da FLM para participar da celebração que teria nesse dia no acampamento⁸² montado em frente à Polícia Federal, onde o ex-presidente estava preso, e que vinham realizando diversas atividades e vigília constante desde essa prisão política arbitrária.

Estávamos no quinto andar da ocupação, andar onde Sílvia mora, mas não estávamos na sua casa, ela fez o acarajé na casa de um casal de vizinhos, uma casa maior que a sua, com uma sala ampla separada do quarto e uma cozinha também maior que a de Sílvia, mais espaço para receber as dez pessoas

77 Trabalho de Conclusão de Curso.

78 Para mais informações sobre a Universidade Uninove acessar: <https://www.uninove.br/>. Acesso em 22 jul. 2019.

79 Para mais informações sobre a Universidade São Judas Tadeu acessar: <https://www.usjt.br/>. Acesso em 22 jul. 2019.

80 Trabalho Final de Graduação.

81 Para mais informações acessar, entre outros jornais, o <https://theintercept.com/brasil/>. Acesso em 22 jul. 2019.

82 Para mais informações sobre o acampamento Lula Livre ver: <https://pt.org.br/tag/vigilia-lula-livre-em-curitiba/>. Acesso em 02 ago. 2019.

que passaram horas conversando. A conversa girou muito em torno da prisão do ex-presidente e do cenário político atual.

Vitor se formou em julho de 2019, depois de quatro anos fazendo graduação com uma bolsa de estudos de 50% de desconto. Antes de formado, já havia passado na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, em setembro do mesmo ano, recebeu a carteirinha. Conseguiu estágio em escritório de advocacia já no segundo ano da graduação e, em maio de 2019, tinha sido contratado como estagiário por um escritório onde a proposta era de contratação após formado.

Sílvia fala do fato de Vitor ter feito faculdade como uma grande conquista possível por conta do movimento de moradia, que possibilitou que ela não mais pagasse aluguel, podendo investir esse dinheiro na formação do único filho, e aos antigos governos do PT, que possibilitaram financiamentos estudantis para inclusão da população pobre nas universidades.

Eu falo para ele [o filho Vitor], eu acho inadmissível um jovem não fazer uma faculdade. Hoje não, porque agora vai ser mais difícil, mas há cinco anos, dez anos atrás. Porque é complicado, agora as portas vão todas se fechar, porque é outro governo, outra mente. Porque quanto mais você educa, mais você estuda, mas você aprende, mais tem conhecimento e você sabe brigar por seus direitos. Brigar dentro da lei (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

Para Sílvia, tanto o financiamento com desconto de 50% quanto o fato de morar na ocupação e não mais pagar aluguel foram fundamentais para que ela tenha conseguido pagar 50% da mensalidade da universidade de Vitor por quatro anos. Além disso, ela também atribui essa conquista ao fato de a ocupação ser no centro, onde as informações circulam e muitas pessoas fazem faculdade, o que acaba influenciando outras pessoas, além da facilidade de se locomover até a faculdade. No entanto, destaca que, quando o filho precisa passar o endereço de onde mora, ele passa o endereço da casa da tia, na Mooca, pois se sente inseguro de passar o da ocupação pelo fato de ser judicialmente irregular e ele estar estudando e trabalhando na área da justiça. “[...] Olha onde a gente mora aqui e ele nem pode dar o endereço daqui porque é irregular, ele que está começando nem pode ter vínculo. Aí tem que dar o endereço da minha irmã” (SÍLVIA, informação verbal, 2019).

É importante ainda destacar que, assim como Vitor, filho

de Sílvia, as duas filhas e o filho de Aparecida também fizeram graduação em universidades privadas, todos na Uninove. Uma das filhas é assistente social, a outra é psicóloga e o filho é formado em marketing. Os três filhos de Aparecida também se inseriram na luta por moradia e todos tem atuação de luta no movimento coordenado pela mãe e na FLM como um todo. O filho é, atualmente⁸³, conselheiro tutelar, representante da região da Bela Vista, no centro de São Paulo, cargo definido pelo movimento como estratégico na luta pelo direito à cidade e é também demanda do Hotel Cambridge, por ter feito a luta no MSTC, movimento responsável pela ocupação. A filha mais velha já tem sua moradia na zona leste conseguida também através da luta que começou a participar aos 15 anos. E a filha do meio foi sorteada na PPP da Luz⁸⁴ e já está morando no seu apartamento. Além disso, todos os três filhos trabalharam em algum momento na ONG Apoio. Observa-se que a trajetória da mãe na luta por moradia e enquanto fundadora e coordenadora de um movimento de moradia tem forte impacto na mobilidade social dos filhos que acessaram a universidade e sempre estiveram engajados com a luta por moradia, o que lhes proporcionou a conquista da moradia, ainda que em dado momento tenha sido por sorteio e a participação no movimento de moradia nada tenha influenciado na sorte da filha do meio de Aparecida.

Sílvia, além de fazer a luta na ocupação São João-588, onde mora, e no MSTRU, movimento que organiza e coordena essa ocupação, também faz a luta na ocupação Hotel Cam-

83 Atualmente refere-se ao ano de 2019.

84 Não pretendo me debruçar sobre toda a polêmica que envolve a PPP Casa Paulista. Segundo Petrella (2017, p. 37 e 38): “A PPP Casa Paulista (2014), desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo inaugura-se por meio do Chamamento público nº 004/2012 e tem como objetivo: ‘(...) viabilizar a oferta de unidades habitacionais de interesse social na área central da cidade de São Paulo, tendo como pressuposto o grande número de imóveis subutilizados na região. O atendimento a esse objetivo será contemplado mediante adoção de uma estratégia de localização de oportunidades para intervenção de uma parceria público-privada, voltada à requalificação da área a partir da oferta de habitação, além de incrementos à qualificação dos espaços públicos, dos equipamentos sociais e da otimização da oferta de transporte coletivo’. ‘A PPP pretende alcançar as famílias com renda bruta mensal de até 10 salários mínimos vigentes no estado de São Paulo, sendo que no mínimo 90% (noventa por cento) das unidades habitacionais ofertadas à população alvo deverão ser destinadas às famílias com renda bruta mensal de até 5 salários mínimos (...). O atendimento deverá ser dirigido para a população que trabalha, comprovadamente, na área central da cidade de São Paulo’. [grifos do autor]. O benefício à ‘população que trabalha’ em detrimento da ‘população que reside’ na região”. Para mais informações ver Petrella (2017).

bridge⁸⁵, organizado por um movimento de moradia também filiado à FLM e parceiro do MSTRU. O prédio, que passou anos abandonado, foi desapropriado e está sendo reformado para abrigar cerca de 120 famílias.

Essa é uma prática comum de fazer luta em mais de um lugar, quando os movimentos são parceiros e estão na mesma “organização-mãe”, como é o caso da FLM. Temos como exemplo o caso de Sílvia, que mora na ocupação São João-588, mas que também faz luta na ocupação Hotel Cambridge, pois, em uma ocupação, nem todos que moram serão contemplados com as unidades definitivas depois de ganha a longa batalha de reformar e regularizar. Quem fica é quem tem o número mínimo de pontos estabelecidos nessa ocupação, mas quem não é contemplado pode continuar no movimento fazendo a luta e somando pontos. É prática também dos movimentos ligados à mesma entidade mãe ter um número de unidades a serem distribuídas entre os outros movimentos parceiros que compõem a mesma entidade. Essas vagas que vão para os movimentos parceiros são distribuídas conforme pontuação adquirida tanto por quem faz a luta dentro da ocupação onde mora quanto amplia para a luta em outras ocupações. No caso de Sílvia, ela faz a luta tanto na ocupação São João-588, como também na ocupação Hotel Cambridge, onde foi contemplada. Foi assim, por ter muitos pontos, inclusive por participar da luta da ocupação Hotel Cambridge, que Sílvia se tornou uma das pessoas, ou família, contemplada com sua casa no Hotel Cambridge, que atualmente passa por reforma para receber as famílias.

85 Inaugurado em 1951, o edifício possui 119 apartamentos distribuídos em 15 andares e está localizado na avenida 9 de Julho, no centro da capital paulista. Teve suas atividades como hotel encerradas em 2002, mas seu bar continuou recebendo festas até 2011. Em 2011 o então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, assinou o decreto 51.237, de 4 de fevereiro do mesmo ano, onde o imóvel foi declarado “de interesse social para desapropriação judicial ou adquirido mediante acordo pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) para implantação de programa habitacional”. No final de 2012 o prédio foi ocupado por um movimento ligado à Frente de Luta por Moradia. BRANCATELLI, R. e SALDANA, P. Hotel Cambridge é desapropriado pela Prefeitura: Última festa no local ocorreu na sexta; governo vai transformar prédio em moradia para famílias de rendas média e baixa. O estado de S.Paulo, São Paulo, 16 jun 2011. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,hotel-cambridge-desapropriado-pela-prefeitura-imp-,733027>. Acesso em 22 jul. 2019.

4. ESPAÇO É PRODUTO SOCIAL

Mirando em exemplos de espaços produzidos socialmente de forma autoconstruída, autourbanizada, autoinfraestruturada e autorreabilitada, trato aqui do caso das ocupações Jardim da União e ocupação São João-588, no intuito de elucidar o regime predominante de produção de moradia e de espaço na cidade de São Paulo. Nos anos recentes, essa produção ganha conotações em relação aos clássicos estudos sobre moradia no país, casos que tratam em sua maioria de um regime de produção, mas ao mesmo tempo residuais, no sentido lefebvriano, pois configuram espaços onde há trabalho coletivo de produção e formação política para a luta por direitos e por ascensão ao cotidiano. Ao trazer essas ocupações enquanto campo de pesquisa, verifico a produção do espaço da capital paulista que se configura.

4.1. OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO

4.1.1. ESPAÇO E TEMPO DA FORMAÇÃO

A ocupação Jardim da União foi formada em outubro de 2013, quando as metrópoles brasileiras estavam vivendo ainda a reverberação das lutas urbanas que ficaram conhecidas como “Junho de 2013”⁸⁶, quando as contradições e paradoxos no país foram, em grande escala, explicitados publicamente, trazendo para a arena pública da política o fato de que apesar do aumento de renda e do poder de consumo, não eram garantidos o direito à cidade e à cidadania, já que a falta de moradia, de urbanidade e de serviços públicos continuava a existir e o aluguel teve aumento exponencial, como será visto à frente.

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto [...] que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos (ROLNIK, 2013, p. 08).

86 É importante destacar que as mulheres moradoras da ocupação Jardim da União e sujeitas interlocutoras desta pesquisa não se referem às manifestações de Junho de 2013 em relação direta com a formação da ocupação Jardim da União. Porém, participei enquanto militante e pesquisadora do Comitê Popular da Copa-SP, entre março de 2013, quando cheguei para morar em São Paulo, e dezembro de 2014, quando o Comitê Popular da Copa-SP foi extinto; e também participava do Comitê Popular da Copa-SP, o movimento Rede Extremo Sul, movimento esse que organizou, juntamente com os moradores, a ocupação Jardim da União, em 2013, no terreno em que a ocupação se encontra hoje. O movimento Rede Extremo Sul fazia relação direta das manifestações de Junho de 2013 com a realização da ocupação. O Comitê Popular da Copa São Paulo, de acordo com seu site, foi “um grupo aberto, horizontal e apartidário de articulação e resistência contra impactos e violações de direitos humanos da Copa do Mundo de 2014 em SP. Criado em 2011, é resultado da III Jornada pela Moradia Digna, evento que ocorreu em São Paulo e que é fruto da parceria de diversos movimentos sociais com o Núcleo de Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo. Naquela ocasião, discutia-se a preparação da cidade para receber a Copa da FIFA e sentiu-se a necessidade de se unir para discutir os impactos ocasionados pelas intervenções para que o megaevento pudesse ocorrer. O Comitê começou a se reunir frequentemente, atraindo novos membros e grupos, o que culminou em diversas atividades de formação, mobilização e conscientização sobre os impactos e violações de direitos humanos relacionados à Copa do Mundo de 2014. Uma das missões do Comitê foi articular em rede este conjunto de organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, direito à cidade, à moradia, direitos sociais, e ao trabalho decente, formal e informal, para reforçar as pautas de denúncia das violações, reforçar os espaços já existentes e criar novos espaços de formação para a resistência qualificada e incidência nas políticas públicas”. Disponível em: <https://comitepopularesp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/>. Acesso em 13 jan. 2020.

Classificada por Braga (2017, p. 228) como “a maior revolta popular da história brasileira”, o autor afirma que as manifestações ocorridas em junho de 2013 se caracterizam por sua composição social majoritariamente jovem, cuja experiência política se limita ao período lulista, período esse em que os movimentos sociais foram desmobilizados e, consequentemente, os trabalhadores jovens não acessaram as lutas sociais urbanas que compunham anteriormente a agenda desses movimentos. Para o autor, em São Paulo, ao longo dos dias, as manifestações foram sendo ocupadas por setores de trabalhadores jovens cuja inserção no mercado de trabalho se deu em condições precárias, definido pelo autor como precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semi-qualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho [...]” (BRAGA, 2013, p. 82). Nesse sentido, para o autor, as manifestações de junho vêm a ser o esgotamento “do modelo de desenvolvimento, apoiado no consumo de força de trabalho barata, em gerar empregos e distribuir renda, [...] o aprofundamento da crise da globalização” (BRAGA, 2017, p. 225).

Apesar do bom desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), destacado por Braga (2017) entre os anos de 2005 e 2010, e do aumento de postos de trabalho, em que, de acordo com Pochmann (2012), 65% desses postos foram ocupados por jovens entre 18 e 28 anos, esse aumento estava ancorado na “elevação do número de acidentes de trabalho, no aumento da rotatividade, na elevada taxa de terceirização e no aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho [...]” (BRAGA, 2017, p. 226). Assim, o autor a defende que junho de 2013 revelou

[...] a presença de um protagonista social, o jovem precariado urbano, aproximando-se da tradição de mobilizações das classes subalternas no país que, desde a consolidação do fordismo periférico, se manifestam por meio da gramática dos direitos sociais e trabalhistas [...] (BRAGA, 2017, p. 227).

Classificados por Singer (2013, p. 26) como “acontecimentos de junho”, o autor defende que nas ruas se cruzaram a composição social e as ideologias. Para isso, ele divide os acontecimentos de junho em três fases, com duração, aproximadamente, de uma semana cada uma.

Na primeira fase o autor destaca que as manifestações se resumiam basicamente à cidade de São Paulo, organizadas pelo

Movimento Passe Livre (MPL)⁸⁷, cuja pauta específica era a revogação do aumento da tarifa, que nesse momento, em São Paulo, havia subido de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. A segunda fase se dá após violenta repressão policial no ato do dia 13, quando, de acordo com Singer (2013, p. 25) “o uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público”, levando às ruas de São Paulo, no ato seguinte, dia 17 de junho, milhares de pessoas⁸⁸ e ampliou para outras grandes capitais do país (imagem 8). Considero importante acrescentar o uso em tempo real de canais digitais de comunicação que, com imagens e transmissão ao vivo, também despertou a atenção e a curiosidade do grande público, especialmente de um público jovem mais classe média, sem tradição de luta nas ruas, tampouco isso, por si só, levou esse contingente de pessoas para as ruas. Nesse momento, a pauta específica da revogação da tarifa começou a se misturar a outras pautas aleatórias, como saúde, educação, corrupção e a Copa do Mundo, que seria sediada no Brasil, no ano seguinte. Assim, a terceira fase é marcada pela vitória do MPL e do povo que foi para as ruas contra o aumento da passagem, revogada pela prefeitura e pelo governo do estado de São Paulo no dia 19 de junho e revogada também, de acordo com Lúcio Gregori (2015)⁸⁹, em mais de cem cidades do país. Nesse momento já havia gritos de participantes contra bandeiras de partidos e surge grande número de pessoas vestidas com camisetas da CBF⁹⁰ e carregando bandeiras do Brasil. O movimento se fragmentou em diversas outras pautas à direita, algumas mais específicas, como redução de pedágios, protestos contra o Programa Mais Médicos, e em pautas mais abstratas, como o fim da

87 De acordo com definição em seu site: “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. [...] Presente em várias cidades do Brasil, lutando pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero”. Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>. Acesso em 19 fev. 2019.

88 “75 mil pessoas, segundo o Datafolha. Participantes reportam a impressão de número bem maior” (SINGER, 2013, p. 25).

89 Segundo sua exposição no debate “O direito à cidade”, em 17 de julho de 2015, realizado no âmbito do “Seminário Internacional Cidades Rebeldes”. David Harvey, Lúcio Gregori e Amélia Damiani / O direito à cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARJ4tmmz3CE&list=PLHiE8QPap5vQI4-rSPUc34YXnM6oGGurh&index=8>. Acesso em 23 fev. 2019.

90 Confederação Brasileira de Futebol.

corrupção, que se juntavam às mobilizações parciais com objetivos específicos.

Imagem 8: Atos em São Paulo, junho 2013. Fonte: Mídia Ninja (2013).
Disponível em: <https://medium.com>. Acesso em: 28 jan. 2020

Singer (2013), ao analisar a composição social dos acontecimentos de junho, a partir das três fases descritas anteriormente, vai definir que havia nas ruas das capitais brasileiras tanto a classe média tradicional⁹¹, insatisfeita com diferentes questões da realidade nacional, quanto o que o autor define como novo proletariado, que se aproxima da definição de precariado de Braga (2013), mas que segundo Singer (2013, p. 27) “trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”.

O impacto da comoção social de junho e “a mudança da temperatura política pós-junho serviu para levar ao centro do palco, em todo país, os movimentos sociais de trabalhadores sem-teto” (BRAGA, 2017, p. 226 e 227). Ainda segundo o autor, esses movimentos e essas pessoas trabalhadoras precarizadas e sem-teto subvertem a lógica do Estado neoliberal, responsável pela implementação das políticas que espoliam a população pobre e trabalhadora, ao resistirem à “combinação dos modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro promovida pelo neoliberalismo” (BRAGA, 2017, p. 221). Trata-se de uma luta urbana que, para Amélia Damiani (2015)⁹², é a extensão da luta de classes que se dá para além da fábrica, no urbano, onde é disputado o espaço das práticas espaciais para todos ao questionar o espaço concebido tecnocraticamente.

Na subversão da lógica de mercantilização e trazendo para o debate político público as questões relacionadas à moradia, São Paulo teve um aumento exponencial do número de ocupações organizadas por diferentes movimentos sociais. O

91 Sobre classe média tradicional, Singer (2013, p. 29), destaca: “Uso a expressão ‘classe média tradicional’ no sentido que aparece em Souza e Lamounier, op. Cit., p. 25: a classe média tradicional é a que ‘realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos nas escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade”.

92 Segundo sua exposição no debate “O direito à cidade”, em 17 de julho de 2015, realizado no âmbito do “Seminário Internacional Cidades Rebeldes”. David Harvey, Lúcio Gregori e Amélia Damiani / O direito à cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARJ4tmmz3CE&list=PLHiE8QPap5vQI4-rSPUc34YXnM6oGGurh&index=8>. Acesso em 23 fev. 2019.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), enquanto movimento de moradia, teve papel de destaque durante as manifestações com ampla projeção nacional. Só no ano de 2014, segundo Braga (2017), o MTST protagonizou na cidade de São Paulo 63 mobilizações. Para além do destaque do MTST, fruto de sua forte atuação nas manifestações de junho, as ocupações urbanas em São Paulo também tiveram crescimento notável, ainda de acordo com Braga (2017), chegando a 680 ocupações entre 2013 e 2014, com destaque para o segundo semestre de 2013, comparadas a pouco mais de 200 ocupações entre 2011 e 2012.

[...] alavancado pelo aumento dos aluguéis, entre 2011 e 2012, o déficit habitacional nas metrópoles brasileiras subiu 10%. A cidade de São Paulo sozinha apresentava um déficit de mais de 700 mil moradias, cerca de 1,3 milhão de pessoas vivendo em favelas e 2,5 milhões em loteamentos irregulares (BRAGA, 2017, p. 173).

Ou seja, apesar do aumento real do salário mínimo acima da inflação e de programas de distribuição de renda, além da produção habitacional oriunda do PMCMV em vigor no país desde 2008, a população pobre foi expulsa de suas casas pelo aumento do aluguel que teve seu valor elevado acima dos ganhos salariais e de renda da população mais pobre, sendo o aumento excessivo do aluguel, de acordo com Boulos (2015, p. 12), “fator de exclusão poderoso”, já que entre os anos de 2008 e 2015 o aluguel teve aumento de 100% em São Paulo (BOULOS, 2015).

O aluguel enganou o orçamento doméstico e forçou milhares de famílias trabalhadoras a mudarem-se para bairros mais baratos e distantes. Com isso, piorou não só as condições de moradia dessas famílias, mas também o acesso a serviços públicos e a mobilidade. [...] (BOULOS, 2015, p. 12).

Boulos (2015) destaca também o aumento do valor da terra em São Paulo onde entre 2008 e 2015 o valor do metro quadrado cresceu em 220%, fruto do investimento que receberam o setor da construção civil e o mercado imobiliário. “Em 2005, o montante total de crédito para construção e financiamento imobiliário no país era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014 foi para R\$ 102 bilhões. Isso mesmo, crescimento de mais de 2.000% em dez anos” (BOULOS, 2015, p. 11). Braga (2017) destaca a relação entre crescimento do valor do aluguel e do valor da terra como resultado do PMCMV, que proporciona a aquisição da casa própria apoiada no subsídio público, e foi ampliado e transformado em política oficial de habitação no

segundo governo Lula, sendo “[...] uma política que reproduz o padrão tradicional de articulação entre Estado e interesses privados no país, isto é, promove a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada” (BRAGA, 2017., p. 172). Para Rolnik (2015, p. 282), trata-se de uma convergência “[...] decorrentes da definição de um organismo financeiro como locus de formulação e implementação da política habitacional e da opção originária de fazer de cada brasileiro um proprietário”. Sustentado ainda sob um discurso de déficit habitacional que deve ser solucionado a partir da construção de novas unidades habitacionais, de “[...] ‘casas próprias’ a serem construídas” (ROLNIK, 2015, p. 282).

4.1.2. A FORMAÇÃO DA OCUPAÇÃO E TRAJETÓRIAS

Foi na madrugada do dia 11 para o dia 12 de outubro de 2013, inserida em uma explosão de ocupações urbanas no segundo semestre de 2013 como já destacado por Braga (2017), que nasceu a ocupação Jardim a União, realizada por trabalhadores pobres da periferia do extremo sul da cidade de São Paulo que com seus trabalhos instáveis e irregulares não conseguiam arcar com o valor do aluguel e, assim, ocuparam de forma organizada uma área de manancial, no bairro do Grajaú, extremo sul da capital paulista, organizada com o apoio do movimento Rede Extremo Sul⁹³, que tinha como pressuposto uma atuação de organização autônoma, cujo propósito era organização do espaço pelos próprios moradores, sem intervenção direta do poder público, e com quem os moradores vieram a romper em 2014, como será visto mais à frente.

93 O movimento Rede Extremo Sul foi criado em 2010 e decretou seu fim publicamente em 2014. Seu site, ainda em funcionamento, define como: “A Rede de Comunidades do extremo Sul é um movimento popular recém-criado na zona sul de São Paulo, que tem como proposta a organização autônoma do povo da periferia, sem depender de politiquinhos, nem de patrões, nem da migalha de quem quer que seja. Propomos a união das quebradas e a luta direta como meio de melhorarmos a nossa condição de vida, e combatermos as formas de opressão e de exploração que sofremos todos os dias. Junto com tant@s lutador@s (sic), que ao longo da história se rebelaram, sabemos que nossas conquistas e nossa liberdade serão frutos de nossos próprios esforços! É por isso que caminhamos”. Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/o-que-e-a-rede/>. Acesso em 21 ago. 2018.

Esse processo de ocupação em áreas ambientalmente protegidas, onde o mercado imobiliário formal tem dificuldades em atuar, embora a legislação seja constantemente flexibilizada com objetivo de facilitar essa atuação, é o que Maricato (2013) define como a expulsão dos pobres para a periferia da periferia:

A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental, como a Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo, acabam sendo invadidas [ocupadas] pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit (MARICATO, 2013, p. 24).

Cabe aqui destacar que, apesar da constante recorrência ao déficit habitacional, que aparece enquanto narrativa oficial, busquei nesta pesquisa não trabalhar em torno tanto do termo déficit habitacional, quanto do termo especulação imobiliária, por discordância quanto ao uso dado a eles; do uso de déficit por ir ao encontro de Gabriel Bolaffi (1982), que ao analisar as justificativas para a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) a partir da constituição do problema habitacional no país, se remete a Florestan Fernandes sobre como esses chamados problemas são identificados e reconhecidos pela sociedade como um todo, mas voltados aos interesses dos que tem o poder de decisão:

Os governos e os grupos no poder enfrentam problemas reais, particulares e determinados, de cuja solução depende a sua possibilidade de manter-se enquanto poder. Porém, o caráter particular, e não universal desses problemas reais exige que a sua verdadeira natureza seja transfigurada para que possam assumir um significado compatível com a vontade popular. Em síntese, é este o processo pelo qual a ideologia mascara os problemas do real e os que não se pretende, não espera, nem seria possível resolver, para legitimar o poder e para justificar as medidas destinadas a satisfazer outros propósitos. (BOLAFFI, 1982, p. 39-40)

Nesse sentido, entendo também que a discussão de déficit habitacional que se propõe como solução a partir da produção de novas unidades não cabe em um país com questões habitacionais que vão muito além da produção de novas unidades, como defende esta tese, que vai ao encontro de Santo Amore e Leitão (2018, p. 239) ao afirmarem que “as soluções, portanto, não consistem em uma única modalidade de atendimento. [...] [e] se por um lado a produção de unidades novas

é necessária, faz-se urgente revisar os termos em que ela vem sendo praticada no país.”

Já do termo especulação imobiliária discordo por compreender, a partir de análise feita por Tone (2015), que se trata de um termo genérico e vago e que seu uso aleatório é ferramenta de “dominação, alcance de hegemonia política e da perpetuação da propriedade imobiliária como importante fonte de enriquecimento e poder” (TONE, 2015, p. 21). Nesse sentido, o chamado problema do desenvolvimento urbano atrelado à especulação imobiliária só é passível de compreensão se

[...] considerarmos que esta especulação tende a ser realizada, seja a partir das denominadas renovações, reestruturações urbanas, seja a partir do aumento dos preços imobiliários tendo por base o endividamento (no mercado de crédito) e subsídios estatais. O que se denomina especulação se materializa a partir de mecanismos de transferência e privatização de riquezas por relações sociais de exploração e, cada vez mais, de espoliação, em suas formas urbana, imobiliária e financeira (TONE, 2015, p. 20).

Dadas as ressalvas de uso dos termos, voltemos à formação da ocupação Jardim da União. Essa não se caracteriza como as clássicas ocupações dos anos 1960 e 1970, já analisadas por uma literatura consolidada, com lotes definidos, vendidos aos futuros moradores a partir do parcelamento do pagamento compatível com sua renda mensal e posterior autoconstrução familiar em parcelas. Realizada de forma coletiva, a ocupação do terreno se caracteriza por, de início, ser bastante adensada, pois, visando a própria segurança dos ocupantes, o ideal, no momento de sua formação, é que todos os barracos estejam próximos, evitando, assim, maiores distâncias entre os ocupantes em caso de intervenção policial, geralmente caracterizadas pelo abuso de repressão e violência.

A ocupação Jardim da União, na área em que se encontra hoje⁹⁴, está em um terreno pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do governo do estado de São Paulo, realizada em 12 de outubro de 2013, e é fruto da resistência de moradores da antiga ocupação do Jardim Itajaí, que já era batizada de ocupação Jardim da União, uma área ocupada no mesmo ano de 2013,

94 Hoje refere-se a janeiro de 2020.

localizada próxima à atual área onde a ocupação Jardim da União fez nova ocupação⁹⁵.

Imagem 9: Dia da realização da ocupação – 12 out. 2013. Fonte: Blog Rede Extremo Sul (2013). Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

A ocupação Jardim do Itajaí se localizava em um terreno da prefeitura de São Paulo, também área de manancial. Por conta do terreno pertencer à prefeitura, sofria constantes reintegrações de posse, já que a prefeitura, enquanto poder público, tem poder de polícia com a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e pode demolir o que está em construção. Após a primeira reintegração de posse os moradores procuraram o movimento Rede Extremo Sul, que atuava na zona sul em diferentes frentes e que passou então a atuar em parceria com os ocupantes na organização da ocupação que no seu início, de acordo com Solange, uma das interlocutoras da minha pesquisa, concentrava aproximadamente três mil pessoas.

95 Jardim da União é o nome que as famílias deram para a ocupação realizada no Jardim do Itajaí, que sofreu reintegração de posse. As famílias mantiveram-se organizadas e realizaram nova ocupação, nas proximidades do Jardim do Itajaí, em outro terreno, onde continuaram como ocupação Jardim da União. Para facilidade de compreensão durante a leitura, quando me referir à ocupação que sofreu reintegração de posse, será referida como ocupação Jardim do Itajaí. Quando me referir à ocupação Jardim da União se refere à ocupação realizada, inicialmente com as mesmas famílias da ocupação Jardim do Itajaí, e que se encontra, em janeiro de 2020 em terreno da CDHU.

Na ocupação Jardim do Itajaí foram construídos, através de mutirão coletivo, barracos individuais de lona que demarcava a presença de cada família, além do barracão coletivo, onde ficava a cozinha coletiva (imagem 10). As famílias não se mudaram em definitivo para a ocupação, continuaram morando em casas alugadas ou dividindo casa com outros membros da família ou amigos, o que é bastante comum em processo de ocupação de terra pelas famílias ao manterem suas casas alugadas ou morarem com parentes, mas serem presença constante na ocupação até uma certa consolidação e estabilidade da mesma, buscando reduzir ao máximo os danos causados por uma possível reintegração de posse, como aconteceu nesse caso. Na ocupação havia uma escala de atividades e de permanência de cada família para garantir que a ocupação nunca estivesse vazia e que tivesse uma constância de atividades sendo realizadas. A ocupação durou entre 3 e 4 meses, como me foi relatado por Ivete e Solange, em diferentes conversas que tivemos. As duas se conheceram na ocupação do Itajaí e são hoje vizinhas na ocupação Jardim da União, além de coordenadoras da associação local.

Imagem 10: Barracão da ocupação Jardim do Itajaí. Fonte: Blog Rede Extremo Sul (2013). Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Solange narra as constantes reintegrações sofridas pela ocupação Jardim do Itajaí: “Então era isso, vinha a Guarda Civil, reintegrava, dias depois a gente voltava. Era quase toda semana

esse acontecimento” (SOLANGE, informação verbal, 2019)⁹⁶. Até que, depois de reocuparem o terreno, passados em média dez dias sem o despejo da Guarda Civil, sofreram uma violenta reintegração de posse⁹⁷ no dia 16 de setembro de 2013.

Ivete e Solange se tornaram presença constante na ocupação Jardim do Itajaí e nos atos e manifestações pela ocupação, vindo logo a se tornar quadro de destaque à frente da ocupação: “[...] quando eu cheguei assim, eu comecei já a me envolver com o Extremo Sul, aí entrei já na coordenação e estou até hoje” (IVETE, informação verbal, 2018), assim como Solange. A ocupação não obteve resposta positiva por parte do poder público, ao contrário, sofreu reintegração de posse, vindo a ser desfeita:

[...] era um terreno, assim, meio ladeirado. Aí nos juntamos tudo ali pertinho um do outro. Aí chegaram os policiais, mas chegaram mesmo, não quiseram nem saber, nem teve pergunta, não fizeram pergunta nenhuma, já chegaram com bomba e spray de pimenta. Nossa, e aí todo mundo correndo, naquele sufoco, eles não queriam nem saber. Não dá nem para eu acreditar naquela cena (IVETE, informação verbal, 2018).

Com a reintegração de posse sofrida pela ocupação Jardim do Itajaí, com uso de força e repressão policial, Ivete, assim como Solange, que estavam à frente da organização dessa ocupação, continuaram articuladas ao movimento Rede Extremo Sul e buscaram manter as famílias organizadas. Após a reintegração de posse o Movimento Rede Extremo Sul reuniu as famílias em outra ocupação que o movimento organizava nas proximidades e realizou uma assembleia em que avaliaram que não deveriam voltar para esse terreno, mas sim procurar outro nas proximidades para realizar nova ocupação, hoje a ocupação Jardim da União.

Não tinha ninguém aqui. Aí viemos na madrugada para o dia 12 de outubro [2013], que era um feriado. Ficamos de madrugada. Quando foi às 8h da manhã apareceram, os policiais apareceram. Aí eles falaram, aí chamaram o pessoal do movimento para conversar (IVETE, informação verbal, 2018).

96 Toda citação direta de Solange foi obtida através de informação verbal fornecida por ela durante a pesquisa de campo a partir do método etnográfico, São Paulo, 2018 e 2019. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (SOLANGE, informação verbal, 2018 ou 2019).

97 Para mais informações a reintegração de posse da ocupação Jardim Itajaí acessar vídeo: Despejo na ocupação Jardim Itajaí, São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCGuglKw-i0>. Acesso em 21 ago. 2018.

Pensada de maneira que garantisse acúmulo de tempo, a ocupação foi realizada na madrugada de uma sexta para um sábado, ganhando dois dias em que os órgãos da justiça se encontram fechados e, assim, não podem expedir mandado de reintegração de posse. Como o terreno era fechado por um muro, a ocupação foi realizada a partir do acesso por um buraco já existente no muro. No terreno havia ainda uma casa, a chamada casa do caseiro, onde morava um homem responsável por vigiar o terreno, mas que não conseguiu conter a entrada através do buraco de aproximadamente 100 pessoas e que posteriormente veio a se integrar à ocupação.

As pessoas entraram e foram montando os barracos de lona, havendo pelo menos cinquenta barracos montados ao amanhecer, momento da chegada da polícia, sendo esse o número, de acordo com Ivete e Solange, o que configura uma ocupação, não por lei, mas por uma espécie de regra tácita.

Houve então essa primeira chegada da polícia, para registrar o flagrante. Mas, como a ocupação estava fechada pelo muro, os policiais não conseguiram entrar por não terem acesso visual que permitisse confirmar o número de pessoas presentes ali. O número de pessoas presentes dado à polícia foi superestimado pelos aproximadamente 100 ocupantes ao afirmarem que a quantidade era bem maior.

Outra obra, logo que realizaram a ocupação, foi a construção de um grande barracão onde funcionou a cozinha coletiva durante os primeiros meses, sendo também o espaço onde eram realizadas as assembleias. Durante os primeiros meses as assembleias aconteceram mais de uma vez por semana para definir regras do cotidiano da ocupação.

A construção da cozinha, um espaço comum garantido pelo esforço coletivo para consolidação da ocupação, é prioridade no momento da realização de ocupações e um marco cujo objetivo é reforçar “relações de vizinhança, na medida em que exigem esforços cotidianos de cooperação e solidariedade, bem como emprego do tempo livre de cada um, de suas horas de descanso do trabalho, em prol de um objeto de demanda comum” (BASTOS et. al., 2017, p. 259). Anterior à realização da ocupação são definidas escalas de desenvolvimento das atividades na cozinha, bem como os mantimentos a serem levados no momento da realização da ocupação, além

do fogão, botijão de gás e utensílios de cozinha. As escalas vão sendo alteradas logo nos primeiros dias quando uma série de outras pessoas se aproxima da ocupação após sua realização e os mantimentos tendem a aumentar a partir de doação de ocupantes e apoiadores.

Não houve pedido imediato de reintegração de posse e a ocupação cresceu exponencialmente no primeiro mês que foi marcado pela transitoriedade de aproximadamente três mil pessoas, segundo informações das minhas interlocutoras. Ainda não havia pessoas morando na ocupação, a mesma era mantida a partir das escalas de atividade e permanência de diferentes pessoas para garantir o que os ocupantes consideraram uma primeira vitória: não haver reintegração de posse naquele primeiro mês. Passado esse primeiro mês e com demanda dos próprios ocupantes para se mudarem para a ocupação, os barracos, até então de lona, foram sendo substituídos por barracos de material improvisado, predominantemente madeira, onde algumas pessoas passaram a morar. A opção inicial é não utilizar materiais duráveis dada a instabilidade da permanência da ocupação, sendo fundamental dispor o mínimo de recursos financeiros possíveis. Nesse momento não havia nenhuma estrutura instalada, a energia foi conseguida através do tradicional “gato”, a água era retirada de uma nascente que existe no terreno e o banheiro era improvisado e sem instalação hidráulica.

Imagem 11: Ocupação Jardim da União em 2014 e 2017, respectivamente. Fonte: Carta Maior (2014). Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br>; e acervo Peabiru-TCA (2017).

Ivete e Solange não se mudaram nesse momento em definitivo para a ocupação, mas continuaram a ser pessoas de refe-

rência na estruturação e organização da ocupação, que seguiu junto com o movimento Rede Extremo Sul até 2014.

O número de pessoas que compõe a ocupação variou bastante ao longo do tempo. Nos seus primeiros meses uma média de três mil pessoas circularam pela ocupação. Para definir quais pessoas ou famílias de fato comporiam a ocupação, visto que nesse primeiro momento, apesar da transferência da lona para o barraco, a maioria das pessoas também mantinham suas casas, assim como na época da ocupação do Jardim do Itajaí, a associação, junto ainda ao movimento Rede Extremo Sul, organizou uma assembleia para discutir os critérios que definiriam quem estaria na ocupação. Assim, discutidos e definidos os critérios em assembleia, foi estabelecido que o que caracterizaria uma família da ocupação seria a presença de pelo menos um representante da família em três atividades coletivas mensais. Dessas, constam em meu caderno de campo, os mutirões mensais, a participação nas assembleias e nos atos voltados a pressionar o poder público para que desse uma resposta para solucionar a questão habitacional dos moradores e o pagamento de uma pequena taxa mensal para manutenção da associação e cobertura dos custos como transporte e alimentação dos representantes em reuniões com o poder público, geralmente no centro da cidade, distante mais de trinta quilômetros da ocupação.

Assim, quem não cumpria os critérios acordados coletivamente tinha seu barraco, que configura sua presença na ocupação e na luta para conquistar o direito à moradia, derrubado. Cabe ressaltar que, apesar de definidos os critérios, a derrubada do barraco não se dava de maneira tão sistemática ou imediatamente após o descumprimento. Em tempos mais espaçados a associação avaliava a lista de cumprimento dos critérios e definia em assembleia a derrubada dos barracos de quem consecutivamente os descumpria.

Esse modelo de ocupação de terra organizado é, também, caracterizado por alguns autores, como Bonduki e Rolnik (1982), como um reflexo do processo de esgotamento do padrão periférico de expansão da cidade de São Paulo, que, segundo a autora, se dá ainda nos anos 1970, quando esse padrão periférico de crescimento da cidade a partir da aquisição do lote, com compra parcelada, seguido da autoconstrução, se esgotou. Isso porque houve diminuição da oferta de

lotes populares e seu consequente encarecimento, tanto pela redução da oferta dos lotes em si, quanto pelas novas exigências da legislação urbana. Com isso surgem as ocupações de terra organizadas, assim como a ampliação das favelas.

Como dito, no início da formação da ocupação, a maioria das famílias não passou a morar em definitivo, mantendo-se em suas casas alugadas ou até mesmo morando com familiares, porém mantendo presença constante na organização da ocupação em formação. Isso é uma realidade bastante comum nesse tipo de ocupação de terra organizada coletivamente, já que a precariedade da ocupação como um todo, como falta de infraestrutura mínima e os barracos construídos com materiais improvisados, dificulta a vida cotidiana nesse local. É com o passar do tempo que esse espaço da ocupação vai sendo produzido a partir das necessidades cotidianas.

4.1.3. MULHERES PRODUZEM ESPAÇO, ESPAÇO PRODUZ MULHERES

Ao longo dos primeiros meses da ocupação e a permanência na luta por meio de alguns embates com o poder público, uma vez que o terreno onde está a ocupação é de domínio público e pertence à CDHU, os moradores da ocupação foram, aos poucos, consolidando esse espaço, tanto na busca de diminuir a precariedade local cotidiana, quanto avançando a ideia de que essa poderia ser uma forma de negociar com o poder público.

Assim, ainda em parceria com a Rede Extremo Sul, os moradores começaram a pensar formas de pressionar o poder público pela regularização da ocupação. Nesse momento, início de 2014, a Rede Extremo Sul entrou em contato com a assessoria técnica Usina-CTAH⁹⁸ e propôs a contribuição desta junto aos moradores e ao movimento com orientações e articulação com órgãos governamentais. É importante aqui destacar que

98 Para mais informações sobre a assessoria técnica Usina-CTAH, acessar: <http://www.usina-ctah.org.br/>. Acesso em 07 out. 2018.

havia, nesse momento, relações pessoais que aproximavam a Usina e o movimento Rede Extremo Sul. Dois representantes de destaque do movimento Rede Extremo Sul tinham contato com alguns integrantes da assessoria, o que contribuiu para essa rede de vínculos e apoio aos movimentos de moradia e às ocupações.

De acordo com os relatos de Ivete e Solange, a assessoria acompanhou em algumas reuniões na CDHU, mas não existia nenhum tipo de proposta de trabalho por parte da associação para a assessoria, não solidificando a relação. Como ainda eram as primeiras reuniões, o movimento e os moradores ainda estavam ouvindo as propostas e possibilidades por parte do poder público e, dessa forma, ainda que o movimento e os moradores da ocupação tivessem a intenção de ali permanecer, não havia nitidez de como as negociações iriam se encaminhar, gerando, assim, uma relação confusa com a assessoria que, nas palavras de Ivete (informação verbal, 2018), “não foi pra frente”. É importante também destacar que em situações como essa, o fato da relação de trabalho não ter se solidificado não é impeditivo para que a assessoria siga sendo parceira do movimento e da ocupação.

Ainda em 2014 foi entregue na ocupação uma ordem de reintegração de posse, que depois ficou compreendido que não se destinava à ocupação Jardim da União. Em um sábado de inserção no campo, caminhando com Ivete pela ocupação, ela narrou o processo que envolveu essa ordem de reintegração de posse, processo esse bastante confuso quanto a quem se destinava à reintegração:

A gente chegou aqui, um oficial de justiça entregou uma intimação. Só que não para esse terreno, era para uma ocupação que tinha aqui em cima, que logo ela saiu. E assinaram a intimação. E nessa intimação que assinaram, todo mundo ficou desesperado. Entrando em batalhão, perguntando qual ordem de despejo e qual horário que ia ser. E estava tudo mundo achando que era aqui, mas não era. Era em outro terreno aqui perto. E aí acionamos advogado e era aquela confusão toda, aquela luta toda, a gente ficou, a Solange foi uma que falou: não vai trabalhar, pelo amor de Deus. Se a gente, que está de frente, se a gente for trabalhar o povo que está aqui, o povo vai abandonar essa ocupação. Nós que estamos aqui precisamos estar juntos. Aí eu falei: mas, Solange, mas como que a gente vai ficar aqui dois dias esperando despejo? Aí todo mundo se uniu no barracão, todo mundo junto lá. [...] Ficamos, acho, que uns três dias, tudo unido, tudo ali, fazia comida juntos. Aí não aconteceu nada. Aí como estava muita gente, fomos para dentro da CDHU. Levamos fogão, levamos geladeira, levamos tudo. E foi muita gente. No começo o povo todo é unido. Foi muita gente mesmo, acho que

foram 3 ônibus lotados de pessoas. Aquela escada rolante, na hora eles desligaram a escada rolante ali da CDHU. Então ficou a metade lá em cima, a metade no piso de baixo e a metade no meio da rua. Então foi muita gente mesmo. Aí quando foi se aproximando para 7 ou 8 horas da noite e eles viram que a gente não ia sair dali, então eles suspenderam a reintegração (IVETE, informação verbal, 2018).

Esse relato possui alguns equívocos, que inclusive aconteceram com uma certa frequência, sendo necessário, cada vez que voltava a campo, recuperar determinados casos para tentar ter mais exatidão. Nesse caso, como a reintegração não era para a ocupação Jardim da União, não tinha como ser ela uma suspensão visto que não estava destinada a esta ocupação. Pude confirmar depois, voltando a esse assunto em outras visitas de campo, a partir de conversas com Ivete e Solange, que o ocorrido não foi a suspensão, mas sim a afirmação, por parte da CDHU, de que o pedido de reintegração de posse não era destinado à ocupação Jardim da União, e que a reintegração que realmente havia sido destinada à ela estava suspensa por cento e oitenta dias e não era a mesma reintegração que havia sido entregue.

Imagem 12: Moradores da ocupação Jardim da União ocupando a CDHU. Fonte: Blog Rede Extremo Sul (2014). Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/>. Acesso em: 28 jan. 2020.

O uso de ação direta adotada pelos moradores como forma de pressão, ao mostrar poder de mobilização, junto à CDHU,

é descrita por Abers et al. (2014, p. 332) como uma das quatro “rotinas comuns de interação Estado-sociedade no Brasil”, sendo a ação direta identificada pelas autoras como: “Protestos e ação direta. Historicamente, movimentos expressam demandas e, ao fazê-lo, pressionam os atores estatais a negociar através da demonstração de sua capacidade de mobilização” (ABERS et al., 2014, p. 332). Assim, os moradores da ocupação ainda em conjunto com o movimento Rede Extremo Sul, ao fazerem uso de ação direta para pressionar a CDHU pela suspensão da suposta reintegração, garantiram, naquele momento, a partir da exposição pública de sua capacidade de mobilização, sua permanência no espaço da ocupação, continuando a produção desse espaço por eles, ainda que sem garantias mais formais quanto ao futuro.

Em 2014, quando a associação ainda tinha como parceiro o movimento Rede Extremo Sul, a CDHU, que desde a origem da ocupação alega ter um projeto de construção de um conjunto habitacional para essa área, porém, voltado à outra demanda⁹⁹, propôs que a associação se cadastrasse no Ministério das Cidades¹⁰⁰ como entidade para que pudesse acessar o Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades¹⁰¹, assim poderiam pleitear a construção através do programa de um conjunto habitacional destinado às famílias da ocupação, em outra área, um terreno próximo a ser negociado através da

99 Demanda aqui é compreendido como famílias cadastradas pelo poder público na chamada fila do déficit habitacional.

100 O Ministério das Cidades foi criado em 1º de janeiro de 2003, no início da primeira gestão do então presidente Lula, como resposta e comprometimento com uma reivindicação histórica da articulação de movimentos pela reforma urbana, cuja proposta era uma agenda de política urbana nacional com integração dos setores de habitação, saneamento ambiental e transporte em um mesmo órgão. Em 1º de janeiro de 2019, com a posse de novo presidente, o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional foram fundidos e transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional.

101 Instituído no ano de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades (PMCMV-E), seguimento inserido dentro do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi fruto de mobilização dos movimentos sociais de moradia. Esse segmento do programa previa a participação de movimentos organizados na gestão dos recursos. Porém, apesar da modalidade Entidades ter sido considerada pelos movimentos de moradia como uma vitória, cabe ressaltar, de acordo com Rizek, Carvalho e Camargo (2014), que nacionalmente o PMCMV-E correspondeu apenas a 0,25% de todo recurso investido dentro do PMCMV e 0,83% das unidades habitacionais contratadas dentro do programa total, tendo ainda apenas 0,36% das moradias concluídas e 0,18% entregue conforme todas as legislações exigidas pelo programa, se caracterizando como insuficiente e inexpressivo

Compra Antecipada¹⁰², modalidade de viabilidade de terrenos voltada aos movimentos de moradia. Ivete e Solange relatam que o movimento Rede Extremo Sul, que naquele momento representava os moradores na reunião com o poder público, negou a oferta sem antes dialogar com a associação de moradores pois, segundo o próprio movimento em informação posterior aos moradores, a quantidade de unidades oferecidas era menor que a quantidade de famílias até então cadastradas na associação. Deve ter havido uma confusão de compreensão quanto a isso pois, sem terreno específico e sem um estudo preliminar de viabilidade, não teria como existir esse dado da quantidade de unidades habitacionais. Um técnico da CDHU, presente nas reuniões com os moradores desde o início da ocupação, em uma reunião no ano de 2019, em que eu também estava presente, trouxe à tona essa negativa por parte do movimento Rede Extremo Sul em 2014. O técnico não verbalizou que o movimento negou por conta do número de unidades inferior ao número de famílias, afirmou que o movimento negou por não se sentir contemplado com a oferta feita pela Companhia.

Tanto Ivete quanto Solange falam desse momento com bastante ressalvas pois, além dessa informação só ter sido passada à associação depois da negativa por parte do movimento, havia uma decisão política da Rede Extremo Sul que defendia a construção do espaço pelos próprios trabalhadores, muitas vezes renegando acordos com o poder público.

- Essa proposta foi passada e pelo que a gente entendeu, foi uma proposta que a Rede não aceitou.

- Mas sem falar com vocês?

102 Apresentado pela União Nacional de Movimentos Populares ao Ministério das Cidades em 2009, a proposta conhecida como Compra Antecipada, de acordo com Rodrigues (2013, p. 184): “Contratar em duas etapas: Na 1ª liberar recursos (2% a 4% do valor do empreendimento + custo do terreno) para aquisição de terrenos, projetos, topografia e sondagem e capacitação do grupo para autogestão na fase pré-obra mediante entrega da documentação para análise da viabilidade. Após elaboração dos projetos e aprovações, realiza-se a 2ª contratação para a construção das casas. O terreno ficaria em nome da associação até a contratação do 2º contrato de financiamento das moradias. A garantia real para a Caixa seria o próprio terreno. [...] A modalidade estava restrita a 20% dos recursos do programa e foi formalmente chamada de ‘Aquisição de terreno, elaboração de projetos e legalização’, mas ficou conhecida pelos movimentos como Compra Antecipada. Para contratação, a entidade deve apresentar um conjunto de documentos que dá a segurança jurídica para a aquisição do terreno e demonstrar a sua viabilidade técnica de utilização dentro dos parâmetros do programa, além dos documentos da própria entidade e das famílias que participarão do empreendimento”.

- Sem falar com a gente. A gente não ficou sabendo. Foi uma coisa rompida com a gente.
- Então vem daí o rompimento?
- Sim.
- Mas qual era a proposta?
- Era um terreno que para eles, para a Rede, não cabia todas as famílias. Mas desde o começo que estamos aqui nós focamos, e até hoje a gente foca, na luta, na organização. Então, aquela pessoa que não paga a associação, que não organiza junto com a associação, que nada, está fora. Porque assim, atrás da ficha de filiação, se você olhar atrás, tem os critérios que tem que cumprir, é participar, pagar os vinte reais mensais da associação e ajudar a gente a construir em luta. E é isso. Então o que a gente pensou? Levar só as pessoas que estão em luta. E aí foi onde o movimento rompeu. Porque se a gente fosse levar só as pessoas que estavam lutando, o terreno tinha dado.
- Mas eles não trouxeram essa proposta?
- Não. Foi por isso que a gente rompeu. Era um terreno aqui perto e eles só falaram muito tempo depois que negaram (IVETE, informação verbal, 2019).

Essa proposta da CDHU já foi, à época, alegada pela Companhia por haver outro projeto para a área, nunca visto pela associação, destinado ao terreno onde se encontra a ocupação, voltado a outras famílias residentes também em área de mananciais, sempre sob a justificativa da tão falada fila do déficit habitacional. Naquele momento então, não houve acordo, já que o movimento negou a proposta, e as famílias continuaram na ocupação, sem nenhum tipo de segurança, mas buscaram continuar o diálogo na tentativa de encontrar uma solução.

Com o rompimento, em 2014, com o movimento Rede Extremo Sul, o movimento Luta Popular¹⁰³ foi procurado pela Associação de Moradores da Ocupação Jardim da União para construir, em conjunto com os moradores, o processo de luta, resistência, mobilização e trabalho cotidiano. O Luta Popular passa a ser então um parceiro direto da ocupação, cujo apoio com infraestrutura, essencial ao processo de luta, organização e formação política, bem como com a disponibilidade de

103 Hoje, além da Associação de Moradores do Jardim da União, tem atuação na ocupação o movimento Luta Popular. Nascido em 2011, o Movimento Luta Popular se defini, na sua página do Facebook, como: “[...] um movimento popular que atua na organização territorial dos trabalhadores e trabalhadoras. Nas quebradas, favelas, bairros e ocupações. Com a juventude da cultura, com a mulherada das comunidades, com as famílias sem-teto, com a negrada das lutas e construindo com noss@s companheir@s LGBTQs nós seguimos realizando e fortalecendo experiências de luta e organização dos de baixo porque os de cima já não nos representam.” Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/luta-lutapopular/luta-popular-debate-para-revolucionar-as-cidades/481586128701884/>. Acesso em 03 fev. 2019.

advogados ligados ao movimento, que passaram a atuar nas constantes negociações e resistência a possíveis reintegrações de posse que viriam a acontecer, segue sendo fundamental para que a ocupação siga se estruturando ao longo dos anos.

Nesse momento, tanto Ivete quanto Solange já haviam se mudado para a ocupação e com a presença constante trouxeram para si a estruturação da associação de moradores e a produção do espaço da ocupação, além do enfrentamento direto com o poder público, buscando construir canais de diálogos.

Já com apoio do Luta Popular, em diálogo com a CDHU, em 2016 houve nova proposta por parte da Companhia. A proposta que então receberam foi que a associação de moradores da ocupação Jardim da União, que não é cadastrada no Ministério das Cidades, deveria se juntar a alguma entidade que tivesse demanda defasadas e fosse cadastrada no Ministério das Cidades, para que as famílias moradoras da ocupação compusessem essa demanda.

A associação aceitou os termos da proposta e realizou intensa pesquisa, pois isso é posto pelo poder público como incumbência da associação, e se juntou à entidade Associação de Mulheres do Grajaú (AMG)¹⁰⁴, essa cadastrada no Ministério das Cidades. Dessa forma, somariam as demandas das famílias e o empreendimento construído através do programa atenderia as famílias também da ocupação Jardim da União, famílias essas que participam da luta, como sempre destaca Ivete. Ou seja, mesmo que não houvesse unidades habitacionais para todas as famílias que no momento dessa proposta viviam na ocupação, iriam para o conjunto as famílias participantes na construção da luta cotidiana.

O acordo estabelecido em 2016 foi “[...] se a CDHU for fazer o projeto aqui, aí a gente negocia as condições de saída. Mas até

104 Segundo seu site, a Associação de Mulheres do Grajaú “busca desenvolver a união entre as mulheres dos bairros e áreas públicas, para a conquista de seus interesses específicos, como: defesa dos direitos à moradia, educação, saúde e em especial na luta contra a violência doméstica. Visando seu desenvolvimento econômico e social na luta pelo combate à pobreza. Formando-as para o mercado de trabalho através de seus cursos profissionalizantes, a proporcionando a todas a capacidade de suprir seus objetivos como qualquer cidadão”. Para mais informações ver: <https://associacao-de-mulheres-do-grajau.negocio.site/>. Acesso em 25 set. 2019.

que isso acontecesse o acordo era de permanência no terreno, até sair o projeto do MCMV destinado para as famílias daqui do Jardim da União [...]” (ADVOGADO, informação verbal, 2018)¹⁰⁵. Esse projeto do Minha Casa Minha Vida, ligado à AMG, seria realizado em terreno próximo à ocupação que já estava em negociação entre a AMG e o proprietário. Nesse sentido, se as obras desse conjunto destinado às famílias da ocupação Jardim da União juntamente com a AMG, e se a CDHU também fosse iniciar a obra onde hoje se encontra a ocupação, seria negociado a forma das famílias saírem do terreno da ocupação, até que o conjunto para onde se mudariam fosse entregue. Porém, esse acordo nunca foi cumprido por parte da CDHU, uma vez que sequer houve negociação definitiva com relação ao terreno.

[...] Uns meses depois dessa negociação o pessoal da Associação Mulheres do Grajaú nos informou que o proprietário do terreno, tendo em vista que o governo já tinha definido que não teria mais crédito para comprar imóvel, para fazer projeto de moradia para faixa 1¹⁰⁶ desistiu de fazer a venda, portanto acabou o projeto. Aí imediatamente a gente entrou em contato com a CDHU e falou: aquele acordo lá não existe mais. Por quê? Porque ele acabou com o Minha Casa Minha Vida, que não existe mais. O que que a gente pode fazer para ir para frente para gente repactuar as coisas aqui dentro? (ADVOGADO, informação verbal, 2018).

Frente ao acordo desfeito por parte da CDHU, uma vez que se não há mais contratação por parte do programa, não há mais acordo, as famílias se mantiveram na ocupação buscando reabrir os canais de diálogo com o poder público para repactuar o acordo descumprido. Nesse processo, também em 2016, foi aprovada a Medida Provisória (MP) 759/2016¹⁰⁷, vindo a

105 Toda citação direta do advogado militante do movimento Luta Popular e representante da Associação de Moradores da Ocupação Jardim da União foi obtida através de informação verbal fornecida por ele durante a pesquisa de campo a partir do método etnográfico em assembleias e em reuniões com o poder público, São Paulo, 2018 e 2019. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (ADVOGADO, informação verbal, 2018 ou 2019).

106 Em maio de 2016, o presidente em exercício Michel Temer, através do então ministro das cidades Bruno Araújo, afirmou que toda a terceira etapa do Programa Minha Casa Minha Vida, e não apenas a modalidade Entidades, estava suspensa e passaria por um processo de aprimoramento. VENCESLAU, M. Governo Temer suspende todas as novas contratações do Minha Casa: Ministro das Cidades, Bruno Araújo, disse que a meta divulgada por Dilma Rousseff de contratar 2 milhões de moradia até 2018 será reavaliada. Estadão, Brasília, 22 maio 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-temer-suspende-todas-as-novas-contratacoes-do-minha-casa,10000052388>. Acesso em 11 nov. 2019.

107 “Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito

se tornar a lei número 13.465, de 11 de julho de 2017, que garante o direito à regularização fundiária através da modalidade Reurb de Interesse Social (Reurb-S), voltada aos núcleos urbanos informais, ocupados predominantemente por população de baixa renda, cuja ocupação tenha sido realizada, passível de ser comprovada, até o dia 22 de dezembro de 2016, tendo garantido seu direito de incorporação ao ordenamento territorial urbano, bem como o direito de titulação aos seus ocupantes.

Essa lei, sancionada pelo então presidente em exercício Michel Temer, MDB (2016 – 2018), prevê que os terrenos ocupados até dezembro de 2016 podem ser regularizados, inclusive os terrenos públicos. Logo, a ocupação Jardim da União se enquadra nesse quesito para ser regularizada. Então, ao encontro da lei, a associação de moradores apresentou um pedido formal de regularização fundiária junto à CDHU. “Então, por nossa iniciativa, inclusive, nem foi iniciativa do governo, nós apresentamos esse requerimento, se não me engano em março de 2017” (ADVOGADO, informação verbal, 2018).

No início de 2017, meses após o lançamento da MP 759/2016 e pouco tempo antes da associação apresentar a solicitação junto à CDHU, a ocupação organizada em torno da associação de moradores, buscando ser agente ativo e construtivo nesse processo, e também em parceria com o movimento Luta Popular, iniciou uma conversa com a assessoria técnica Peabiru-TCA¹⁰⁸ para desenvolver coletivamente um plano urbanístico cujo foco fosse a “[...] recuperação ambiental e o desenvolvimento social e humano das famílias” (PEABIRU-TCA e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO, 2017, p. 12).

da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências”. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127879>. Acesso em 15 jan. 2019.

108 A Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, de acordo com seu site, “é uma ONG de assessoria técnica fundada em 1993. Tem como missão contribuir para a universalização do Direito à Cidade e à Moradia Digna, por meio da construção e efetivação de políticas públicas e da assessoria técnica voltada a populações vulneráveis e organizações populares e sociais. Para mais informações sobre a assessoria técnica Peabiru-TCA, acessar: <http://www.peabirutca.org.br/>. Acesso em 06 out. 2018.

Para a contratação desse Plano¹⁰⁹ Ivete destaca que com a contribuição mensal no valor de R\$ 20,00¹¹⁰, um dos critérios para que a família se mantenha cadastrada à associação, surgiu a possibilidade de iniciar uma primeira conversa com a Peabiru. A partir dessa conversa, realizaram uma nova assembleia em que falaram da possibilidade da assessoria desenvolver um Plano Popular de reorganização do espaço, onde seriam demarcados os lotes de cada morador e reordenado o viário, reorganizando espacialmente a ocupação com perspectiva de preservação e recuperação do meio ambiente e do direito à segurança e à moradia digna e, assim, dar mais força ao pedido de regularização fundiária, com a ocupação já mais estruturada. Para isso, como existia muita inadimplência por parte dos moradores com a associação, foi acordado nessa assembleia que as pessoas quitariam os atrasados para que pudessem contratar a assessoria e futuramente realizar a terraplanagem necessária à execução do Plano.

A Peabiru desenvolveu então o Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim da União, durante o ano de 2017, em que foram demarcados e reordenados os lotes, as vias, definidos espaços comunitários, com destaque para um grande espaço destinado ao chamado barracão da associação e, por se tratar de área de manancial, o Plano investiu no que eles denominaram como infraestrutura verde, que consiste em vias paisagísticas e, como não havia ligação oficial de água e esgoto e havia uma questão grave de fossa construída diretamente no solo, o Plano desenvolveu o projeto de esgoto a partir do ciclo de bananeira, além de jardins de chuva e biovaletas voltados à recuperação ambiental. A expectativa dos moradores quanto ao desenvolvimento e execução do Plano é que a ocupação conseguisse se estruturar de forma que pudesse pautar o poder público quanto à regularização fundiária, uma vez que, com a execução do Plano, a ocupação atinge um determinado parâmetro de consolidação, organização espacial e de recuperação ambiental.

109 Sempre que aparecer a palavra Plano com a letra P inicial maiúscula, ao longo do texto, refere-se ao Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim da União, desenvolvido no ano de 2017, em parceria entre a assessoria técnica Peabiru-TCA e Associação de Moradores da Ocupação Jardim da União, e executado pelos próprios moradores entre os anos de 2017 e 2019.

110 Em 2017 o salário mínimo era de R\$ 937,00. R\$20,00, corresponde a 2,13% do salário mínimo.

Em conversa realizada com Maria Rita, arquiteta urbanista associada à Peabiru e uma das técnicas responsáveis pelo desenvolvimento do Plano, ela destaca a compreensão das necessidades postas pela associação e o intuito da mesma:

[...] desde o começo a gente entendeu aquela situação, olhou aquela situação e entendeu que o produto era esse, de um Plano, [...] alguma coisa que a gente pudesse desenhar uma opção de consolidação e que eles pudessem usar isso como instrumento de negociação com CDHU e com o poder público (MARIA RITA, informação verbal, 2018)¹¹¹.

O Plano Popular Urbanístico Ocupação Jardim da União dialoga com a lei 13.465/2017 que, de acordo com seu artigo 10, constituem os objetivos da Reurb-S, a serem observados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios:

I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

[...]

III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

[...]

VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

[...]

XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher; (LEI N° 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017).

Ainda na mesma lei, seu artigo 14 define quem pode requerer Reurb-S. De acordo com o inciso II do mesmo capítulo:

[...] os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; (LEI N° 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017).

111 Toda citação direta de Maria Rita de Sá Brasil Horigoshi, arquiteta urbanista associada à assessoria técnica Peabiru-TCA, foi obtida durante reunião realizada na assessoria, São Paulo, 2018. Estará, ao longo do texto, referenciada da seguinte forma: (MARIA RITA, informação verbal, 2018).

Como a ocupação encontra-se localizada na área de proteção de mananciais, a APRM-Guarapiranga, a regularização fundiária proposta pela associação a partir da elaboração do Plano em parceria com a assessoria técnica Peabiru, apresenta “melhorias ambientais em relação à situação anterior, comprovadas através de estudos técnicos” (PEABIRU-TCA e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO, 2017, p. 16). Cabendo ao poder público, de acordo com artigo 37 da mesma lei, “[...] implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção” (LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017).

Cabe destacar que a APRM-Guarapiranga tem lei específica, a lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006 – que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga¹¹². O decreto que a regulamentou foi promulgado em 22 de março de 2007¹¹³.

[...] a LE-Guarapiranga definiu parâmetros urbanísticos que variam conforme as áreas de intervenção, delimitadas em mapa que determina o zoneamento da bacia. A LE-Guarapiranga também criou: um Sistema de Planejamento e Gestão da APRM-G composto por um órgão colegiado, um órgão técnico e órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal e um Sistema de Monitoramento da Qualidade Ambiental da APRM-G (FERRARA, 2013, p. 266).

Ainda de acordo com Ferrara (2013), a lei específica da Guarapiranga define a instalação de infraestrutura de saneamento básico em assentamentos ditos precários como legalidade na condição de recuperação dos mananciais. A autora destaca ainda que há críticas sobre essa definição da lei por ser considerada indutora de ocupações na área do manancial¹¹⁴.

112 Para mais informações ver: Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12233-16.01.2006>. Acesso em 26 set. 2019.

113 Para mais informações ver: Decreto nº 51.686, de 22 de março de 2007. Regulamente dispositivos da Lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/71125>. Acesso em 26 set. 2019.

114 Uma rica discussão sobre a urbanização nos mananciais do sul da capital paulista foi feita por FERRARA, Luciana. Urbanização da natureza: Da autoprovisão de infraestrutura aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

Imagem 13: Localização da ocupação Jardim da União e delimitação das áreas de proteção dos mananciais. Fonte: Plano Popular Urbanístico Jardim da União – Peabiru-TCA e Associação de Moradores da ocupação Jardim da União (2017).

A elaboração do Plano considerou ainda a possibilidade de permanência na área através da regularização jurídica e fundiária amparada no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-SP) de 2014, uma vez que a área está marcada no Zoneamento Municipal como ZEIS-4 (Zona Especial de Interesse Social), definida no inciso IV do artigo 45 do PDE-SP como:

[...] áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificados e adequados à urbanização e edificação situadas na Área de Proteção dos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, [...] destinadas à promoção de Habitação de Interesse Social para o atendimento de famílias residentes em assentamentos localizados na referida Área de Proteção aos Mananciais, preferencialmente em função de reassentamento resultante de plano de urbanização [...] (PDE-SP, 2014, p. 59).

Amparados pela LE-Guarapiranga, pelo PDE-SP e pela lei 13.465/2017, a associação de moradores se organizou para pautar o poder público na solução do conflito que envolve esse espaço, com a contratação e a autoexecução de um Plano cuja dinâmica combina recuperação ambiental com desenvolvimento social e humano.

A população moradora da ocupação tem suas relações pessoais, de trabalho, de cuidado e afetivas tanto na própria ocupação, como nas proximidades, já que é de locais próximos à ocupação que vem seus hoje moradores, ou seja, todas essas pessoas têm suas vidas estabelecidas no Grajaú, como sempre destaca Solange em todas as reuniões com o poder público. Nesse sentido, nos diálogos com o poder público, a posição da associação de moradores sempre foi a de permanecer no bairro. Na primeira negociação, em 2016, a permanência no bairro foi possibilitada pela proposta da CDHU de construção de um conjunto do MCMV juntamente com a AMG, proposta essa descumprida pela própria CDHU. Com o desacordo a possibilidade de permanência dos moradores no bairro aparece como regularização, assegurada legalmente pela lei 13.465/2017, pela lei específica da Guarapiranga e pelo Plano Diretor Estratégico de 2014, já que existe comprovadamente desde 2013.

Para desenvolver o Plano, a assessoria realizou duas oficinas, a primeira, uma oficina de diagnóstico, voltada à leitura comunitária da área e do seu entorno, com identificação dos equipamentos públicos. A partir dessa primeira oficina, os técnicos desenvolveram duas propostas de loteamento que foram levadas para a segunda oficina.

A partir da diretriz de repensar a distribuição física da Ocupação Jardim da União, criando lotes para as cercas de 530 famílias que hoje ocupam o terreno, foram elaborados dois cenários para discussão com as famílias. O primeiro tentava manter a maioria das casas onde se encontravam, assim como manter as ruas existentes. Formaram-se lotes irregulares de tamanhos distintos, alguns sem acesso direto às ruas, e vielas de pedestres foram mantidas e criadas. Outro cenário apresentado na oficina estabelecia a criação de lotes regulares de 90m² e um redesenho das ruas. Ou seja, propunha uma reconfiguração radical da ocupação, dando um aspecto de loteamento (PEABIRU e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO, 2017, p. 38).

Nessa segunda oficina, para onde foram levadas as duas propostas, os técnicos dividiram os moradores em três grupos. Segundo a metodologia adotada pelos técnicos, cada um dos grupos trabalhou em cima de um dos três temas levados pela equipe técnica: sistema viário, áreas comuns e lotes.

O primeiro grupo trabalhou em cima de proposta de perfis das ruas (largura do leito, calçadas), acesso de carro e pedestres e propostas de criação de jardins de chuva e biovaletas integrados à rua como alternativas para o favorecimento de área de infiltração

de águas de chuva, já que se trata de uma área de proteção dos mananciais. O segundo grupo discutiu a localização dos equipamentos comunitários e espaços comuns como o campinho e praças. O terceiro grupo se concentrou na forma de organização dos lotes (PEABIRU e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO, 2017, p. 38).

Imagem 14: Grupos de Trabalho na discussão do Plano Popular Urbanístico Jardim da União. Fonte: Acervo Peabiru-TCA (2017).

Realizada essa atividade, as propostas foram colocadas em assembleia, ainda em 2017, no decorrer do desenvolvimento do Plano, para que todos os moradores presentes decidissem qual seria executada. Maria Rita destaca a unanimidade com que a proposta de reconfiguração radical foi aprovada:

[...] foram levantados alguns pontos, algumas questões e desenvolveu um pré-projeto, uma primeira ideia de um loteamento. Fizemos duas propostas, na verdade. [...] E aí a gente foi apresentar para eles, fez uma outra oficina para eles discutirem a questão dos lotes, a questão das vias, aí foram discutindo cada um dos eixos, para chegar em algumas conclusões para a gente definir o traçado final. E aí foi unânime que [a proposta de] os lotes iguais ganhou em disparado, todo mundo odiou a outra, rechaçada (MARIA RITA, informação verbal, 2018).

Imagem 15: Propostas apresentadas aos moradores, aprovada e reprovada, respectivamente. Fonte: Plano Popular Urbanístico Jardim da União – Peabiru-TCA e Associação de Moradores da ocupação Jardim da União (2017).

Imagem 16: Proposta aprovada, apresentação final. Fonte: Plano Popular Urbanístico Jardim da União – Peabiru-TCA e Associação de Moradores da ocupação Jardim da União (2017).

É importante destacar o fato de a proposta do loteamento mais ortodoxo ter sido escolhida por unanimidade. Em conversa com diferentes pessoas moradoras da ocupação sobre essa escolha, elas ressaltam que, se fosse para permanecer como estava, não precisava de Plano, e que o intuito é não parecer

favela, é ser cidade, ser como são os loteamentos formais.

Pensar essa escolha dos moradores remete a Lefebvre (2006) quando expõem a dialética entre espaço abstrato e espaço diferencial, ou seja, o espaço dominado e o espaço das apropriações. Dialeticamente, o espaço abstrato, considerado dominado pelas forças produtivas, foi requerido enquanto desenho urbano pelos habitantes, podendo ser entendido como espaço diferencial, produzido a partir da apropriação dos próprios moradores, engendrado a partir do cotidiano, sendo a própria contradição do espaço abstrato na direção do espaço diferencial, o que caracteriza o espaço social enquanto produto social. Ou, ainda, o espaço vivido, dominado a partir da representação de seus habitantes cuja imaginação tenta modificar e apropriar (LEFEBVRE, 2006). É o espaço vivido apropriado a partir dos espaços concebido e percebido, onde o concebido é definido pelo planejamento urbano, espaço tecnocrático e forjado na reprodução de dominação e o percebido é aquele vivenciado pelos sentidos do corpo humano e ainda o espaço onde a prática espacial associa “[...] a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida ‘privada’, dos lazeres)” (LEFEBVRE, 2006, p. 65).

É a partir dessa tríade, percebido, vivido e concebido, e da dialética do pensamento sobre espaço abstrato e espaço diferencial que se pode compreender a escolha unânime por um desenho urbano que dialoga e se insere em um modelo, chamado pelos próprios habitantes de cidade e a materialidade do espaço formada a partir do imaginário.

Aprovada a proposta em assembleia, a assessoria tentou estender os compromissos de trabalho para que pudesse acompanhar a execução do Plano. Porém, não obteve um posicionamento por parte da associação de moradores e estes já começaram a executar as obras por conta própria, em processo de mutirão, dentro do tempo de suas urgências e da escassez de seus recursos. A facilidade que eles tiveram em executar as obras viárias se dá ao fato de um dos moradores da ocupação ser topógrafo. Como destacou Ivete, ele conseguiu as máquinas para alugar com preço mais em conta e, assim, iniciaram as obras seguindo o Plano. Cabe destacar que o acordo em torno do trabalho do topógrafo e da locação das máquinas também teve lotes como troca para o topógrafo e para técnico que operou as máquinas.

Considerarei importante destacar essa troca de lote por trabalho prestado, não como forma de criar uma polêmica, que seria uma falsa polêmica, e nem de reduzir as relações de produção desse espaço como valor de troca em contraponto ao valor de uso. O destaque da troca de lotes por trabalho é importante exatamente para explicitar o que chamei, a partir de Telles e Cabanes (2006) de “viração” nas relações que envolvem a produção desse espaço. Ou ainda, considerando a troca de lote por trabalho enquanto repertório de ação dos movimentos sociais, compreendendo repertório de ação a partir de Tilly (1992), como “[...] um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY apud TARROW, 2009, p. 51). Logo, a relação troca de lotes por trabalho insere-se em um repertório de ação configurado a partir de “[...] um conjunto de formas de ação [...]” (ALONSO, 2012, p. 03), utilizado pelos movimentos de moradia, enquanto ação coletiva, em que esta é

[...] influenciada não apenas pela natureza de problemas, conflitos ou demandas existentes, ou pelos recursos disponíveis para um grupo de atores, mas também pelo know-how organizacional que atores aprendem tanto de suas lutas anteriores quanto de suas culturas (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014, p. 330).

Então, as relações de produção desse espaço se configuram a partir da viração e do repertório de ação coletiva e deliberada em assembleias, em que se balizam os recursos financeiros, possibilidades de trocas e o tempo das urgências. Cabe ainda destacar que além do uso de lotes como troca pelo trabalho, a contratação também só foi possível porque a associação de moradores tinha dinheiro em caixa, fruto da contribuição mensal das famílias e da quitação da dívida daquelas que estavam inadimplentes para que a assessoria pudesse ser contratada e o Plano executado.

Para execução de obras referentes a espaços coletivos, como viários, demarcação dos lotes e áreas comuns, foram acordados o regime de mutirão e as representações de cada família em assembleia. Já as obras de caráter mais privativo, como a construção das casas, o mutirão era familiar, com ajuda também de amigos próximos. Cabe destacar que a falta de acompanhamento da assessoria na execução do Plano resultou em alguns erros de execução como, por exemplo, casas abaixo do nível da rua e corte inadequado de taludes, gerando alagamento em casas e risco de desabamento.

As casas das famílias de Ivete e de Solange estavam em lugar onde seriam abertas novas ruas, tendo, assim, que mudar para o lote definido pelo Plano. De imediato as duas famílias reconstruíram, ainda mantendo o material improvisado, suas novas casas. Ivete e seu marido José passaram uma semana construindo com madeira a primeira casa que tiveram na ocupação. Três anos depois, já com a demarcação de cada lote feita pelo Plano, mudaram para o lote definitivo, onde reconstruíram sua casa, ainda de madeira, mas já maior e mais estruturada que a anterior. A casa foi construída com a ajuda de familiares e amigos, utilizando o material da casa anterior onde o casal morava com as três filhas. Imediatamente foram construídos os primeiros cômodos, a sala e a cozinha, onde toda a família se abrigou logo que ficaram prontos e posteriormente a casa foi sendo ampliada.

Imagem 17: Croqui casa de Ivete. Elaboração: Pedro Testolino (2020).

O processo de construção das novas casas se dá a partir do reaproveitamento do material construtivo da casa anterior, acomodando toda a família, durante a reconstrução, em um único cômodo, que fica para ser desfeito por último, quando já há possibilidade de mudança para a nova casa.

Assim, durante a nova construção, Ivete guardou o máximo possível dos pertences que tinha no cômodo estilo puxadinho, no fundo de sua primeira casa. Lá também dormiu a família durante as noites enquanto o primeiro cômodo da nova casa ainda não estava concluído, pois, para a construção da nova era necessário desfazer toda a casa antiga, carregar todo o material até o novo lote para lá construir a nova casa. A nova construção foi feita em três dias em um esquema de mutirão colaborativo.

- Eu tinha um cômodo no fundo da casa, aí eu peguei todas as minhas coisas da minha casa e coloquei nesse cômodo. Aí era uma em cima da outra, tudo isso aqui [me mostrando os móveis de sua casa] e pra dormir a gente tinha que subir por cima dos móveis para poder deitar na cama. Foi onde eu tirei meu barraco, que é esse, lá de baixo e montei aqui. Montei só isso, só esse espaço [se referindo à sala e à cozinha].

- Primeiro montou só aqui?

- Só, só esse espaço. Então esse espaço aqui era o quarto das meninas, era o meu quarto, era sala, cozinha, tudo. Para eu começar ir me organizando. E, com isso, fui me adaptando, dividindo.

- E durou quanto tempo esse processo de reconstrução?

- Eu consegui muito rápido porque praticamente eu não paguei nada. Tem muitas pessoas que me ajudaram, amigos aqui de dentro quando viram que a gente estava mudando, falaram: eu vou te ajudar. A minha mudança ninguém cobrou nada, foi o pessoal que me ajudou a trazer, as pessoas que eu ajudo. E minha família lá de fora que veio e fez o piso e me ajudou em tudo (IVETE, informação verbal, 2019).

Assim como a casa de Ivete, a de Solange também foi reconstruída com a mesma madeira da casa anterior, no novo lote já demarcado, ambos de 4,5mx20m e as duas famílias se mudaram ainda em dezembro de 2017, logo após a entrega do Plano por parte da assessoria. Importante ainda perceber, no diálogo descrito acima, a prática solidária da vizinhança, onde as pessoas se ajudam na mudança, construção e reconstrução das casas sem cobrar por isso, sendo uma troca entre pessoas vizinhas.

Imagem 18: Croqui casa de Solange. Elaboração: Danilo Eric (2020).

A filha mais velha de Ivete e os dois filhos mais velhos de Solange também possuem lotes na ocupação, ambos vizinhos aos lotes da mãe. A casa da filha de Ivete está em fase de finalização¹¹⁵, construída de alvenaria de concreto, já tem piso morto e laje, faltando as esquadrias e os revestimentos. Como fica no lote vizinho ao da mãe, fizeram um muro de tapume com acesso único às duas casas e, apesar de estar sem esquadria, a filha de Ivete e o companheiro dormem e já têm alguns pertences como cama e guarda roupa na casa, mas utilizam o banheiro e a cozinha da casa da mãe. O lote do filho de Solange fica à direita da casa da mãe, com uma casa já construída com alvenaria sem revestimento externo. Na casa vivem sua companheira, as duas crianças filhas do casal e ele. Já o lote da filha fica à esquerda da casa da mãe e há nele uma

115 Em novembro de 2019.

casa construída pela organização Teto¹¹⁶. Sabrina usa a casa às vezes para dormir, mas, normalmente, para guardar seus pertences e passar um pouco do tempo quando está na ocupação, por se tratar de uma casa que não tem banheiro, cozinha e instalação hidráulica, ela divide o tempo entre essa casa, a de sua mãe e a da mãe do namorado, também na ocupação.

A mudança das casas de Ivete e Solange, como também de outras casas, para os novos lotes demarcados, possibilitou a abertura das novas vias. Predominantemente, as casas são de materiais improvisados, como madeira, mas é possível observar presença considerável de casas construídas com alvenaria, a maioria ainda em processo de construção e também casas de alvenaria com mais de um pavimento, como pode ser visto no quadro abaixo.

Tipo de construção/material	Quantidade de casas
Alvenaria com estrutura	119
Alvenaria e madeira	48
Alvenaria sem estrutura	71
Madeira	280
Madeira e lona	7
Total geral	525

Quadro 2: Materiais empregados na estrutura e fechamentos das construções existentes.
Fonte: CPPATHIS (2019).

Esses dados são oriundos de uma frente de trabalho formada no contexto do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), com o qual colaborei pedagogicamente e sobre o qual falarei mais à frente, que realizou levantamento cadastral e censo demográfico na ocupação Jardim da União. Ainda segundo os dados desse censo demográfico, na ocupação há 545 lotes-padrão, com área de aproximadamente 90 m², dispostos em 17 quadras. Destes, no momento da realização do

116 De acordo com seu site, “TETO é uma organização que atua em 19 países da América Latina, que busca superar a pobreza em que vivem milhões de pessoas nas comunidades precárias, por meio do engajamento comunitário e da mobilização de jovens voluntários e voluntárias”. Para mais informações sobre a organização Teto ver: <https://www.techo.org/brasil/>. Acesso em 03 mar. 2019.

censo no primeiro semestre de 2019, 33 ainda se encontravam vazios, 31 em processo de construção e 2 destinados a equipamentos coletivos. Do total dos lotes da ocupação, 525 estão habitados e destes 512 estão nos lotes já definidos pelo Plano, também foram verificadas 24 coabitações familiares.

A partir da finalização e entrega do Plano, grande parte dos moradores rapidamente deu início ao processo descrito anteriormente. Em oito meses, quase todas as casas já haviam mudado ou estavam em construção nos lotes demarcados como definitivos. Com isso, os moradores acreditaram que a capacidade de negociação junto ao poder público havia aumentado, como destaca Ivete ao relatar que conseguiram negociar junto à Sabesp¹¹⁷ e à Eletropaulo¹¹⁸ a possibilidade de instalação oficial de água e esgoto e luz por parte das concessionárias, dispensando, assim, a proposta do Plano de ciclo de bananeira para esgotos.

Ainda no contexto de desenvolvimento do Plano em parceria entre a assessoria técnica Peabiru e a associação de moradores, o Grupo de Extensão em Regularização Fundiária do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) de São Carlos, realizou no início de 2018, um voo de drone que gerou fotografia aérea da ocupação, do seu uso real do solo. Em conversa durante novo voo de drone, já em 2019, no contexto do CPPATHIS, como será visto mais à frente, o professor Marcel Fantin¹¹⁹ (2019), responsável pela realização do voo, destacou que a ferramenta “é ainda uma

117 De acordo com seu site: “A Sabesp é uma sociedade anônima de economia mista fundada em 1973 e atualmente é responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 371 municípios do Estado de São Paulo.” Inclusive da capital paulista. Para mais informações: <http://site.sabesp.com.br/site/Default.aspx>. Acesso em 04 mar. 2019.

118 Em junho de 2018 a Eletropaulo foi comprada pela Enel. Segundo seu site: “Somos uma empresa multinacional e um dos principais players integrados dos mercados globais de energia e gás. Estamos presentes em mais de 30 países e levamos energia a 73 milhões de usuários finais ao redor do mundo. [...] Atendemos 7,2 milhões de unidades consumidoras em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista [...]”. Para mais informações: <https://www.eneldistribuicao.com.br/>. Acesso em 04 mar. 2019.

119 Marcel Fantin é professor doutor no IAU-USP. Coordenador do Grupo de Pesquisa PEx-URB (Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo) e colaborador do LEAUC (Laboratório de Estudo do Ambiente Urbano Contemporâneo). Membro dos Laboratórios de Experiência Urbanística (LEU) e LMI-SAGEMM (Laboratório Misto Internacional – Social activities, gender, markets and mobilities from below). Para mais informações: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4745113Z9>. Acesso em 05 mar. 2019.

ferramenta hegemônica de controle que necessita ser apropriada por comunidades para subverter seu uso e pautar sua existência junto ao poder público, pois muitas vezes elas são apagadas pelos mesmos”. Nunca uma conversa sobre tecnologia me sensibilizou tanto, talvez por eu nunca ter vivido com tanta generosidade e verdade essa utilização da tecnologia como subversão da lógica programada e de seu uso para afirmar existências e vidas negadas.

Imagem I9: Ocupação Jardim da União após execução do Plano. Fonte: Acervo Peabiru-TCA – imagem feita por drone (2018).

A partir da auto-organização, ao decidir contratar uma assessoria para desenvolver um Plano urbanístico e, de posse desse Plano, executar também a partir da auto-organização e, assim, consolidar a ocupação para enfrentar o poder público na negociação por regularização fundiária, esses moradores estão subvertendo a lógica do espaço mercantilizado, estão produzindo um espaço e lutando com o Estado que, em pareceria com o mercado imobiliário, com o argumento da construção de mais um conjunto habitacional, como será visto mais à frente detalhadamente, quer retirá-los do espaço produzido por eles, forjado a partir do cotidiano, por sua permanência, sua regularização, por um espaço onde a luta é pelo valor de uso para essa população. Esse tensionamento com relação ao Estado não é isento de contradições. A CDHU, que compõe o Estado e é proprietária do terreno, alega ter para essa

área esse projeto e pressiona para a retirada das famílias que lá estão. Porém, a Sabesp, também componente do Estado, tem negociado com a associação de moradores a entrada oficial da concessionária para implementação de água e esgoto com ligação com o coletor tronco. Não há uma postura conjunta dos distintos órgãos que compõem o Estado do que seria uma posição estatal oficial, visto que estas entidades têm negociações distintas com a ocupação.

Após a mudança quase completa para os lotes definitivos e buscando evitar o emaranhado de fios que chegam do poste principal aos lotes individuais e, também, postes improvisados com material precário, com risco de queda, a associação realizou assembleia em que foi proposta e aprovada uma cota mensal entre os moradores voltada à instalação de um sistema de posteamento. Os postes, pré-fabricados, foram executados por Juscelino¹²⁰, pessoa ativa e de presença constante na ocupação e que possui um lote, mas ainda não morava lá, e que desenvolveu uma forma de fazer os postes pré-moldados. Esse processo é importante de ser destacado, pois Juscelino desenvolveu essa técnica de fabricação de postes a partir da sua vivência na ocupação, o que conota essa relação dialética do pensamento de Lefebvre do espaço sendo produzido ao mesmo tempo que produz pessoas. São pessoas se formando politicamente e, como no caso de Juscelino, tecnicamente, ao mesmo tempo em que produzem o espaço.

A instalação e a ligação elétrica foram realizadas por outros dois moradores da ocupação, que trabalham como eletricitas. A assembleia de aprovação da cota a ser paga foi no mês de agosto de 2018, logo em seguida os postes foram fabricados e foi iniciada a instalação, sendo paralisada em outubro do mesmo ano por falta de continuidade no pagamento, por parte de alguns moradores, da cota definida em assembleia. Dessa forma, os novos postes foram implementados nas quadras¹²¹

120 Toda menção a Juscelino é fruto da pesquisa de campo realizado a partir do método etnográfico, São Paulo, 2018 e 2019.

121 O Plano Popular Urbanístico da Ocupação Jardim da União redesenhou a área definindo quadras. Os moradores numeraram cada quadra, sendo 17 no total e a organização da ocupação se dá a partir das quadras. Cada quadra possui uma pessoa que exerce a função de coordenadora de quadra, a junção dessas dezessete pessoas forma as representantes de quadra na associação. Atualmente a comunicação é feita por grupo de whatsapp, cada quadra tem seu próprio grupo com a presença dos moradores e da pessoa coordenadora. Por sua vez,

17 e 16, pois o pagamento era feito por quadras, à medida que os moradores da quadra iam pagando, os postes iam sendo instalados. Os postes, implementados na quadra 17, podem ser observados na imagem abaixo¹²².

Imagem 20: Posteamento executado na ocupação Jardim da União. Fonte: Bruno Sutiak (2018).

Além dos postes comuns, os moradores organizaram o descarte do lixo, que ocorre nas segundas, quartas e sextas e que tem pontos específicos para ser levado para fora, já que o caminhão de coleta da prefeitura não circula dentro da ocupação. O dia de levar o lixo para os pontos específicos foi acordado em assembleia de acordo com a passagem do caminhão que recolhe. Mas é interessante perceber que há uma fiscalização, por conta dos próprios moradores, quanto ao cumprimento de descarte do lixo.

Na primeira vez que fui à ocupação, um pouco perdida, ainda me guiando pelo mapa de ocupação do solo anterior à execução do Plano, desci a rua Antônio Burlini em direção ao único acesso que havia anteriormente. Passando pelo novo acesso aberto pelos moradores a partir da execução do Plano, encontrei Nilma abrindo o portão de sua casa, cujo acesso se dá pela rua Quatro, continuação da rua Antônio Burlini, despedia-se

as pessoas representantes de quadra têm um outro grupo de whatsapp onde estão as dezessete e mais as pessoas que coordenam a associação de moradores.

122 Em janeiro de 2020, no processo de finalização de escrita desta tese os postes executados por Juscelino estavam sendo substituídos pelos postes oficiais implementados pela Enel que iniciou o processo de instalação elétrica oficial, compreendidos aqui como processo de consolidação oficial da ocupação Jardim da União.

do filho e da nora, ambos bem jovens, que saíam de moto da casa naquele momento. Quando Nilma abriu o portão de casa flagrou dois meninos, pré-adolescentes, que tinham acabado de deixar o lixo ao lado de sua casa, ironicamente encostado em um muro onde estava pintado a frase clássica de muros: proibido jogar lixo. Eles já haviam largado o lixo e dado as costas, um tanto desconfiados, quando Nilma (informação verbal, 2018) falou imediatamente: “não pode jogar lixo aqui não. Tem que jogar lá onde foi definido, mais ali para cima e só na segunda, quarta e sexta, que são os dias que passa o caminhão. A mãe de vocês já sabe disso”. Os meninos não responderam, desconfiados pegaram de volta as sacolas de lixo e saíram.

O espaço aqui produzido a partir da ocupação organizada e coletiva dessa área se caracteriza por decisões tomadas em assembleias, pela autoconstrução da casa e pela autoprovisão parcial da infraestrutura que, com o passar dos anos, reforça a consolidação da ocupação, ao transformar esse espaço, como se pode ver na imagem mais à frente. Autoprovisão da infraestrutura é compreendida aqui a partir de Ferrara (2013):

[...] a autoprovisão de infraestruturas representa, ainda que contraditoriamente e de forma residual, uma forma de adaptação ao padrão de ocupação irregular que muitas vezes não é considerada em projetos de urbanização devido, dentre vários motivos, às exigências normativas das infraestruturas públicas e seu modo repetitivo de construção. Isso não significa que a autoprovisão de infraestruturas seja entendida como solução de urbanização, mas ela coloca em questão o próprio padrão de construção de infraestruturas públicas e as possibilidades de sua concepção associadas ao desenho urbano (FERRARA, 2013, p. 178).

Nesse sentido, a autoprovisão da infraestrutura caracteriza a produção do espaço urbano a partir de ações coletivas a margem da produção estatal considerada formal e, juntamente com a autoconstrução, reverbera em “[...] aspectos e contradições, [...] ilumina características do espaço periférico recente que levanta novas questões e interpretações sobre sua importância em termos urbanos, sociais e ambientais” (FERRARA, 2013, p. 178 e 179).

Cabe ainda destacar nesse processo de execução do Plano a maneira como Solange coordenou as atividades, como se apropriou da leitura e compreensão espacial e exerceu a função de coordenar a execução da abertura de vias e mudança das casas para os lotes definitivos, desmontando e recolando

as casas nestes lotes do Plano, consolidando no espaço o que estava no Plano desenvolvido em parceria entre Peabiru e associação de moradores. Além disso, a troca de lotes por trabalho, como no caso do topógrafo e do operador de máquinas, é uma estratégia do repertório de ação da associação que possibilitou a produção desse espaço, compreendendo, a partir de Tilly (1992) e Tarrow (2009), que embora a apropriação de repertório de ação se dê pelo passado, é constante para atores sociais a criação e transformação de repertórios que os guiam.

Imagem 21: Consolidação da ocupação Jardim da União 2013-2019. Fonte: CPPATHIS (2019).

A sequência de imagens aéreas revela a transformação da ocupação ao longo dos anos de sua existência. Anterior à data da realização da ocupação, o que a imagem mostra é uma ampla gleba vazia. Já no início de 2014, percebe-se uma ocupação do solo mais irregular, de maneira mais espaçada e com um mínimo de sistema viário. A mudança para 2015 já é bastante perceptível quanto ao aumento do adensamento e de uma via que demarca um perímetro interno, mantendo-se as mesmas características em 2016, um aumento do adensamento em 2017 e um espaço bastante modificado em 2018, após o desenvolvimento e execução do Plano Popular Jardim da União que reorganiza o desenho urbano, a partir da organização dos lotes e do reordenamento do viário. No segundo semestre de 2019, os moradores iniciaram o processo de nomeação das ruas e, em janeiro de 2020, a quadra 17, primeiro acesso à ocupação a partir da continuação da rua Antônio Burlini, já aparece no Google Maps como rua da União, rua nomeada pelos próprios moradores. Essa sequência de imagens também representa uma máxima do pensamento lefebvriano: mudar a vida, mudar a sociedade, passa por revolucionar o espaço cotidiano.

Imagem 22: Rua da União aparece oficialmente no Google Maps. Fonte: Google Maps (2020).

Ainda durante o desenvolvimento do Plano pela assessoria, os moradores entraram com pedido de regularização, em março de 2017, também como forma de mostrar que estavam dispostos a negociar e que investiram dinheiro e energia para que esse espaço fosse passível de regularização, amparados tecnicamente e respeitando os limites ambientais. Em assembleia, decidiram dar entrada no pedido junto à CDHU, considerando que 2018 seria um ano de eleição e que quanto mais próximas as eleições, mais se fragilizariam e se fechariam os canais de negociação com o poder público, diminuindo drasticamente seu poder de negociação e de decisão. Também com a mudança de gestão, que viria a acontecer após as eleições, os canais ficariam completamente parados até que ela se concluísse, levando um certo tempo até se reestruturar. Além disso, naquele momento se mostrava um cenário não favorável aos movimentos de moradia, com a possibilidade de João Dória¹²³ (PSDB) ser eleito governador do estado, o que veio a se concretizar, e que tinha como uma de suas principais bandeiras durante a campanha eleitoral o combate à ocupação de terra e a defesa da propriedade privada.

A gente sabia que ia ter eleição e sempre mudança de governo ou é para o bem ou para tragédia. Na verdade, nunca é para o bem, ou é para o menos pior ou para desgraça total. E aí falamos: a gente precisa fazer uma luta agora para amarrar essa negociação da urbanização antes de virar as eleições, porque depois eles não vão nem querer saber da gente. Aí nós fizemos, se não me engano, uma reunião com o presidente da CDHU, levamos o pessoal da Peabiru lá para explicar, aí ele: nossa, bacana, eu quero inclusive conversar com vocês sobre outros planos que a gente tem. E esse cara era, supostamente, um engenheiro lá que era da área, justamente ele trabalhava, ele era técnico da CDHU que trabalhava com urbanização. Ele até questionou um pouco o projeto: mas isso aqui está muito certinho, vocês não ocuparam para lotear e tal? Aí fomos explicar que é uma ocupação, que as famílias que discutiram que não podia ter privilégio, por isso que o lote ia ser igual para todo mundo, enfim. Aí avançou isso aí, de falar: vamos discutir. Aí eles abriram um processo lá na CDHU (ADVOGADO, informação verbal, 2018).

Entraram então com o pedido de regularização fundiária junto a CDHU, abrindo um processo interno junto à Companhia, gerando assim dois processos, como explicou o advogado representante da ocupação em assembleia que ocorreu em dezembro de 2018, quando a associação de moradores e o

123 João Dória é um político brasileiro filiado ao PSDB. Eleito prefeito de São Paulo em 2016, assumiu o cargo em janeiro 2017 e cerca de quinze meses depois, em 2018, renunciou para ser candidato ao governo do estado, mesmo tendo assumido compromisso público de cumprir seu mandato até o final. Foi eleito governador do estado em segundo turno.

Movimento Luta Popular souberam da reabertura do pedido de reintegração de posse.

Então tem dois processos, na verdade. Tem um processo judicial, que estava arquivado até um tempo atrás, que era esse acordo da gente desocupar, se saísse o Minha Casa Minha Vida-Entidades, que não existe mais. Ou seja, não houve nenhum descumprimento da nossa parte. Porque o projeto era uma política do governo, tinha que assinar o convênio de uma política do governo, que naquele momento existia e que deixou de existir. Então não justifica a CDHU dizer que houve descumprimento do acordo por nossa parte. Nós não pegamos o acordo lá e rasgamos. A segunda coisa é que abriu-se um outro processo de regularização, de urbanização na CDHU. Tem um processo lá, físico e tal, com número, com parecer, que é o que a gente está negociando hoje (ADVOGADO, informação verbal, 2018).

No contexto das eleições, ainda anterior ao primeiro turno, houve a reunião citada anteriormente com o então secretário de habitação do estado, que trazia encaminhamentos do então governador do estado de São Paulo, Márcio França¹²⁴ (PSB), também candidato a reeleição. O então secretário se reuniu com movimentos sociais e sindicais e assumiu uma agenda de comprometimento com esses movimentos, inclusive agenda de regularização fundiária. Mas é importante ressaltar que a agenda que o então governador e candidato à reeleição se comprometeu nesse momento já não foi cumprida antes mesmo do segundo turno, quando ele ainda estava na disputa para o cargo, já que data do período de campanha para o segundo turno a reabertura do pedido de reintegração de posse por parte da CDHU.

Então o que eles falaram na reunião que iam fazer pela gente? Isso foi antes do segundo turno, falaram que iam ver a situação jurídica, se de fato estava arquivado o processo e ver a questão técnica, pegar o Plano lá que a Peabiru apresentou e avaliar se tecnicamente dava para ser daquele jeito. Talvez tivesse que remover uma parte, mas a perspectiva é de que ia ficar todo mundo. Então vamos ver como é que se resolve. Depois disso não falaram mais com a gente. Depois disso passou o segundo turno e o Márcio França perdeu a eleição. A partir de então estão todos com o telefone desligados. Toda vez que eu vou na CDHU o cara está sempre em reunião e não pode atender. [...] Primeiro, tem a ver com a derrota da eleição de fato. Segundo, que o descumprimento deles foi antes do segundo turno, porque no processo, o pedido deles, são duas folhas, uma que a gente chama lá das qualificações das partes: CDHU contra Jardim da União e tal, em razão

124 Márcio França é um político brasileiro filiado ao PSB. Em 2014 foi eleito vice-governador na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), vindo em 2018 a exercer o cargo de governador do estado entre 2018 e 2019, quando Alckmin renunciou para ser candidato à presidência da república. França se candidatou à reeleição e foi derrotado em segundo turno para seu concorrente João Dória, ex-prefeito de São Paulo pelo PSDB.

do descumprimento do acordo, requeremos o cumprimento do mandado de reintegração. Mas não fala absolutamente mais nada. Não fala que descumprimento que teve, por culpa de quem, como é que ficou a negociação e tal. Então o que que aconteceu? A juíza não acatou o pedido, por isso que a gente fala: nós estamos em risco, mas ainda não há hoje uma decisão já, por exemplo: reintegre-se, tem prazo de 30 dias para cumprir com a polícia. (ADVOGADO, informação verbal, 2018).

Assim, observa-se que, apesar de toda essa organização na produção do espaço, ainda em 2018, a CDHU, proprietária do terreno, entrou com um pedido de reintegração de posse alegando que há para esta área um projeto de conjunto habitacional desenvolvido em contrato desde 2014, ainda que nunca publicizado, com 650 unidades habitacionais, destinadas a famílias moradoras de área de mananciais e cadastradas na chamada fila do déficit habitacional. O projeto foi desenvolvido dentro do Programa de Recuperação de Interesse Social (PRIS)¹²⁵, que é destinado às áreas de proteção e recuperação dos mananciais e, de acordo com a CETESB (2019), os PRIS são “passíveis de licenciamento exclusivamente nas áreas das Bacias Hidrográficas do Reservatório Guarapiranga e do Reservatório Billings, conforme legislação específica”¹²⁶. A ocupação Jardim da União encontra-se na área de manancial da Guarapiranga.

O problema do chamado déficit habitacional é um falso problema, já descrito por Bolaffi (1982, p. 50): “[...] desde suas origens, a necessidade de melhorar as condições habitacionais

125 “O Programa de Recuperação de Interesse Social – PRIS é um conjunto de medidas e intervenções voltadas para a recuperação ambiental e regularização fundiária de aglomerados urbanos irregulares, considerados assentamentos habitacionais de interesse social desprovidos de infra-estrutura [sic], ocupados por população de baixa renda e localizados em Áreas de Recuperação Ambiental – ARA 1. Os PRIS devem ser previamente identificados pelo poder público municipal, como áreas de ZEIS nos termos do previsto no art. 2º da Lei 10.257/01 e na alínea b, inciso VII art. 47 da Lei Federal nº 11.977/2009.

Os PRIS são elaborados e implantados sob responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Público das três esferas de Governo. Podem ser executados com parcerias de agentes privados e mediante responsabilidade compartilhada com as comunidades locais, organizadas em associação de moradores ou outras associações civis, bem como com o responsável pelo parcelamento e/ou proprietário da área.” CETESB. Programa de Recuperação de Interesse Social nas Área de Proteção e Recuperação de Mananciais. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/programas-de-recuperacao-de-interesse-social-nas-bacias-dos-reservatorios-billings-e-guarapiranga-aprm-b-e-aprm-g/>. Acesso em 09 fev. 2019.

126 CETESB. Programa de Recuperação de Interesse Social nas Área de Proteção e Recuperação de Mananciais. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/programas-de-recuperacao-de-interesse-social-nas-bacias-dos-reservatorios-billings-e-guarapiranga-aprm-b-e-aprm-g/>. Acesso em 09 fev. 2019.

das populações urbanas de baixa renda foi formulada como o falso problema que realmente é.” O autor constrói seu argumento a partir da criação, por parte do regime militar, do BNH/SFH, em 1964, que vai caracterizar, entre tantos problemas do Brasil, especialmente das metrópoles brasileiras, a habitação como o maior problema a ser resolvido. Nunca chegando a ser solucionado, já que pautou a questão habitacional tendo como única solução a construção de novas unidades habitacionais, através de vultosos investimentos de dinheiro público, via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), foi utilizado para impulsionar o desenvolvimento da indústria da construção civil. Solução essa revivida pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2008 no bojo das políticas anticíclicas de enfrentamento à crise mundial, cuja origem se remete às formas neoliberais propostas pela Escola de Chicago, que nos então ditos países de terceiro mundo foi pioneiramente aplicada pelo Chile, ainda na década de 1970, sob a ditadura de Pinochet.

Não bastasse ter sido o programa [MCMV] implementado às pressas com base na articulação dos interesses compartilhados entre o governo e o segmento imobiliário, a mescla entre o discurso da livre iniciativa da participação das incorporadoras e a entrada pesada do Estado com a destinação de recursos orçamentários aproximam o programa de sua concepção original forjada, em 1975, no governo chileno de Augusto Pinochet (SANTOS, 2016, p. 13).

No contexto do PMCMV, o investimento público se dá a partir de subsídios individuais a famílias de baixa renda para adquirir imóveis oferecidos no mercado por construtoras privadas servindo, em um contexto de crise mundial, para impulsionar a indústria da construção civil e o mercado de crédito (TONE, 2015). Encarada como um produto qualquer, a habitação é definida e produzida pelo mercado que, como consequência, produziu a expansão dos limites das cidades e o aumento no valor da terra de áreas próximas onde constroem, contribuindo, também, para a expulsão da população ali residente por não conseguir arcar com os custos do aumento do preço da terra dando, assim, continuidade ao chamado déficit habitacional.

O histórico da política habitacional no país é permeado pela produção habitacional na forma de conjuntos, responsáveis, historicamente, pela periferização sem urbanização das grandes cidades, como já debatido por ampla bibliografia. Dando continuidade a isso, apesar da já comprovada deterioração

dos conjuntos tanto da época do BNH, quanto do ainda atual MCMV, e da ineficácia enquanto única possibilidade dentro da política habitacional, se insiste na produção de novas unidades como única forma de operacionalizar a política pública habitacional. Damiani (1993) afirma que a política habitacional, pensada na forma de provisão habitacional a partir de conjuntos, trata-se de “exercício de um ‘controle moral, social e político dos lugares de encontro’ [...] E, insiste, ainda, na redução do urbano a uma projeção aritmética das necessidades básicas de sobrevivência” (DAMIANI, 1993, p. 186).

A CDHU pretende, no discurso oficial, resolver o problema de 650 famílias, colocando na tal fila do déficit aproximadamente outras 560 famílias que sempre viveram nessa região, ou seja, que já vivem na área prevista para a construção de mais um conjunto e cuja organização rendeu um Plano de reorganização do espaço da ocupação. Cabe ainda ressaltar que esse projeto da CDHU, além de nunca ter sido publicizado, tampouco tornou pública a informação sobre que construtora realizaria o projeto e que famílias seriam beneficiadas. Ainda é importante dizer que as 650 famílias que supostamente seriam beneficiadas por esse projeto moram em algum lugar e devem ter questões específicas no que tange à moradia, com soluções que não obrigatoriamente passam pela construção de mais casas. Logo, é necessário “[...] entender melhor a realidade das precariedades nacionais, para além dos números de assentamentos precários hoje conhecidos, ou mesmo da forma como o déficit tem sido computado.” (SANTO AMORE e LEITÃO, 2018, p. 238). Ou seja, não são pessoas que estão, literalmente, paradas em um fila esperando seu problema habitacional ser resolvido, são pessoas que moram em algum lugar e têm problemas específicos no que tange essa questão, assim como os moradores da ocupação Jardim de União que, de acordo com a caracterização do déficit habitacional, estão enquadrados, mas têm demandas específicas a serem superadas que não passam pela construção de novas unidades habitacionais. Ao mesmo tempo, a Sabesp, outro órgão do Estado, está em processo de instalação de água e esgoto conectados à rede pública oficial, o que nos mostra que quando nos referimos ao Estado há muitas nuances e contradições na ação do próprio Estado, já que CDHU e Sabesp são Estado, com relações, negociações e posturas diferentes no modo de agir em relação à ocupação Jardim da União.

Imagem 23: Campanha contra a reintegração de posse. Fonte: Larissa Viana e Comitê de defesa do Jardim da União (2018).

As pessoas que moram na ocupação Jardim da União se organizaram e pagaram para estar ali ao dispendir seus recursos próprios tanto na construção de suas casas, quanto na provisão de infraestrutura e na contratação e execução de um Plano de reorganização do espaço. Elas não precisam de casa, elas precisam de infraestruturas tidas como universais e regularização fundiária.

Frente a essas posturas de descumprimento dos acordos pela CDHU, os moradores da ocupação, não tendo ainda um pedido de reintegração expedido com data, decidiram em

assembleia pela resistência no local e luta pela regularização. Nessa assembleia, realizada no dia 02 de dezembro de 2018 da qual eu participei, foram discutidas diferentes possibilidades de frente de ação e articulação com essas possibilidades. Uma pauta muito debatida na assembleia foi a auto-organização, a mobilização das famílias, pois algumas estavam mais afastadas da luta, como é comum depois de cinco anos de ocupação, nesse sentido a discussão então era de como engajar essas famílias que estavam mais distantes. Foi formado também um comitê de apoio à ocupação, pois para essa assembleia foram chamados movimentos que já foram próximos à ocupação, além de movimentos que atuam de diferentes formas no Grajaú, assessoria técnica e acadêmicos militantes pelo direito à moradia digna. No que se refere ao enfrentamento direto com o poder público e à pressão pelo diálogo visando a suspensão da reabertura do pedido de reintegração, foi muito discutido que não há vitória quando a luta se dá apenas pelos canais institucionais, que é preciso mostrar força de mobilização, que ao mesmo tempo pressiona pela abertura de canais de diálogo. Nesse sentido, foi estabelecida uma agenda tanto para buscar reuniões com a CDHU, quanto um ato de ação direta, com mobilização e pessoas nas ruas, para expor essa força.

Acompanhei de perto tanto as ações do comitê de apoio, no qual de alguma forma estava inserida, seja pela presença individual e constante na ocupação, seja pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (Labhab)¹²⁷ ou pelo curso de extensão ao qual estou vinculada e que trabalha nessa área, sobre o qual falarei em breve. Acompanhei ainda as pressões para retomar os canais de diálogo com o poder público, algo que aconteceu com certa rapidez, ficando o ato de ação direta suspenso previamente pois, reabertos os canais para conversar, os moradores juntamente com o Movimento Luta Popular avaliaram ser melhor sentir como essas conversas se encaminhariam para avaliar se fariam ou não o ato. A luta se configura também por essa constante avaliação da correlação de forças, ora em momentos mais agressivos, ora momentos mais comedidos.

127 Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, do qual sou pesquisadora e que atua na área. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/>. Acesso em 02 fev. 2020.

Esses canais de diálogo foram reabertos. As reuniões aconteceram com mais frequência no prédio da SEHAB, contando também com o Núcleo de Mediação de Conflitos da Secretária Municipal de Habitação – Prefeitura de São Paulo (SEHAB). A associação de moradores e o movimento procuraram ainda a Defensoria Pública¹²⁸ do Estado de São Paulo que desde então tem apoiado os moradores e conseguiu o comprometimento da CDHU para suspensão do pedido pelo prazo de cento e oitenta dias.

Porém, apesar do comprometimento da CDHU com a suspensão, nessa reunião em janeiro de 2019, a Defensoria Pública teve conhecimento dias depois de que o processo continuava em andamento e então solicitou nova reunião, dessa vez dentro do escritório da própria CDHU, sem intermédio do Núcleo de Mediação de Conflitos da prefeitura.

Nessa reunião, que aconteceu dia 01 de março de 2019, uma sexta-feira, véspera de carnaval, o professor Caio Santo Amore, enquanto arquiteto urbanista representante da assessoria técnica Peabiru, parceira da associação de moradores e que juntamente com o advogado da associação e os moradores, está à frente na mediação do conflito e na luta pela regularização, apresentou relatório técnico de impacto tanto de remoção quanto de regularização, realizado também no âmbito do CPPATHIS. Esse relatório alega tecnicamente que a remoção, pela geração de resíduos tanto da remoção quanto da nova construção, causa mais impacto do que a regularização, inclusive porque, por exemplo, os dejetos produzidos pelo equivalente do número de pessoas, as famílias que estão lá ou as que iriam para o novo conjunto, é o mesmo, em mesma quantidade, não alterando o nível de impacto. Desde essa reunião, o processo de reintegração de posse está suspenso sem

128 Essa conversa inicial com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi também intermediada por Rosane Tierno, advogada e pesquisadora da pós-graduação da FAU-USP, Maria Lúcia Refinetti e Caio Santo Amore, professores da FAU-USP e coordenadores do curso de extensão que está sendo desenvolvido junto à ocupação. Três defensores públicos estão acompanhando o caso, um defensor ligado ao Núcleo de Habitação da Defensoria Pública e dois defensores da regional de Santo Amaro, regional essa responsável pela área onde está a ocupação. Dos três defensores públicos atuantes no processo, dois deles são pesquisadores da pós-graduação da FAU-USP.

prazo determinado¹²⁹. Outras reuniões já aconteceram envolvendo moradores, técnicos, defensoria pública e advogados com perspectiva de encaminhar para regularização.

Imagem 24: Material para discussão com a CETESB. Fonte: CPPATHIS (2019).

O CPPATHIS foi um Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social realizado pela assessoria técnica Peabiru juntamente

129 Em janeiro de 2020, quando a escrita desta tese estava em processo de finalização, novas reuniões foram solicitadas pela Associação de Moradores da Ocupação Jardim da União ao poder público para avançar nessa negociação. Pois, apesar de a reintegração de posse estar suspensa por prazo indeterminado, o que os moradores querem é superar a possibilidade de reintegração de posse e avançar no processo de regularização fundiária. Como a tese estava em prazo de finalização, não foi possível acompanhar, ainda para esta tese, esse novo processo de reuniões.

com a FAUUSP, coordenado pelos professores Caio Santo Amore e Maria Lúcia Refinetti, no campo da extensão universitária no âmbito da formação profissional. Foi voltado a vinte e cinco arquitetas e arquitetos e urbanistas formados nos últimos cinco anos (de janeiro de 2014 até dezembro de 2018) para atuarem no campo da assessoria e da assistência técnica em habitação de interesse social, nos termos da lei federal 11.888/2008. Nesta edição, o programa trabalhou na ocupação Jardim da União, trabalho possibilitado a partir da atuação anterior da Peabiru na ocupação com o desenvolvimento do Plano em parceria com a associação de moradores¹³⁰. Durante todo o curso, aconteceram aulas teóricas na FAUUSP, às sextas-feiras, e de atuação de campo, na própria ocupação, aos sábados e domingos o dia inteiro. Durante o curso, diferentes frentes de ação foram formadas, dentre elas: frente de cadastro, frente de drenagem, frente de construção, todas atuaram diretamente na ocupação, durante os seis meses de curso. O curso teve ainda uma frente de audiovisual que produziu um vídeo documentário sobre a história da ocupação, contada pelas pessoas que ali estão desde seu início¹³¹. O CPPATHIS teve como objetivo realizar uma formação profissional por meio da prática, do debate e reflexão teórica, contribuindo para a ampliação do campo da assessoria e assistência técnica em habitação de interesse social ao envolver profissionais da arquitetura e urbanismo recém-graduados, que traziam experiências de diferentes contextos urbanos e regionais para que pudessem retornar aos mesmos e construir uma prática calcada na dimensão do direito e da política pública de habitação (SANTO AMORE, LEITÃO e REFINETTI, 2019).

Não se pode desconsiderar o processo inovador do desenvolvimento e execução de um Plano urbanístico a partir de iniciativa dos próprios moradores, atrelado à atuação de técnicos

130 Cabe destacar que o professor Caio Santo Amore é também arquiteto associado à assessoria técnica Peabiru e que sua dupla inserção, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como professor e na assessoria técnica Peabiru como arquiteto urbanista associado, contribuiu também para a possibilidade de realização deste curso de prática profissionalizante na ocupação Jardim da União.

131 Fui consultora do vídeo documentário “Jardim da União: o direito de estar”, desenvolvido no contexto do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Organização e realização FAUUSP e Peabiru-TCA, com apoio da PGR-USP, PRCEU-USP, LabHab-USP, VídeoFAU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mm89ugv2nJI>. Acesso em 29 jul. 2020.

e acadêmicos na produção desse espaço da ocupação Jardim da União. A atuação desses profissionais segue acontecendo após a execução do Plano pelos próprios moradores, como foi o caso do CPPATHIS, em que ao longo do curso os participantes realizaram atividades de cadastramento e georreferenciamento de dados socioeconômicos, levantamentos das condições de moradia, projetos e execução de protótipos de infraestrutura, além de um documentário audiovisual sobre o processo de ocupação e consolidação do assentamento e oficinas voltadas aos construtores e moradores da ocupação. A oficina teve ampla participação dos moradores e também de uma moradora, estes atuando como construtores tanto locais, na construção de suas casas na ocupação, quanto de forma profissional fora da ocupação. Esta oficina teve duração de vinte e uma horas e, ao final, emissão de certificados em parceria entre LabHab-USP e Peabiru-TCA.

Imagem 25: Oficina de construtores realizada pelo CPPATHIS. Fonte: CPPATHIS (2019).

Cabe mais uma vez destacar que a relação ocupação-Estado não é isenta de contradições, inclusive pelo próprio Estado. As negociações com as concessionárias de água e esgoto e de energia elétrica, para que as mesmas realizem as instalações de maneira formal, seguem ao mesmo tempo em que os moradores estão em constante embate com a CDHU, o que traz à tona essa a não uniformidade da relação com o Estado, que tem variáveis diversas em seus órgãos distintos, negociadas também a partir das relações de proximidade. Como é o caso das negociações com a SABESP, que aconteceram, inicialmente, a partir da iniciativa de uma mulher, funcionária da concessionária, que apoia a luta das pessoas moradoras da ocupação¹³². O que me leva a retomar Lefebvre (2006, p. 117) quando afirma que “o espaço social se produz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção)”.

132 Em janeiro de 2020, no processo de finalização de escrita desta tese, a Sabesp iniciou o processo de ligação oficial com as obras de instalação de água e esgoto na ocupação Jardim da União. Uma grande vitória da luta das pessoas que moram na ocupação Jardim da União.

Imagem 26: Ocupação Jardim da União. Fonte: Larissa Viana e Bruno Sutiak (2018 e 2019).

Por fim, destaco que, na ocupação Jardim da União, os lotes foram distribuídos entre as famílias que lá moravam e que participam da luta que teve como um dos resultados a contratação e desenvolvimento do Plano. Cada família recebeu seu lote e é proibida de comercializá-los dentro da ocupação. Porém, não estando isentas de contradições, algumas pessoas comercializaram seus lotes. Ao tomar conhecimento dessa atividade, a associação de moradores, juntamente com o movimento Luta Popular, espalharam faixas pela ocupação para inibir a comercialização de lotes, além de sempre reafirmarem essa proibição nas assembleias.

Imagem 27: Campanha de inibição à venda de lotes. Fonte: Larissa Viana (2018).

4.2. OCUPAÇÃO SÃO JOÃO-588

4.2.1. ESPAÇO E TEMPO DA FORMAÇÃO

A ocupação São João-588 se encontra no coração do centro de São Paulo, distante poucos metros do famoso cruzamento das esquinas Ipiranga com São João, completamente inserida na dinâmica da centralidade da metrópole. Está localizada na República, subprefeitura da Sé e distrito da região central que, juntamente com o distrito da Sé, forma o chamado

Centro Histórico da capital paulista. De acordo com algumas classificações da prefeitura de São Paulo, o chamado centro expandido é composto pelas subprefeituras da Sé e da Mooca. A região onde se encontra a ocupação São João-588 é provida de todas as chamadas infraestruturas, como água encanada, esgotamento sanitário, luz elétrica, iluminação pública, redes de telefone fixo, móvel e internet, além de bem servida de equipamentos públicos como postos de saúde, hospitais, escolas e creches e de estar em uma área com forte integração da rede de transporte público, onde se cruzam ônibus, metrô e trem, sendo o alto valor da tarifa do transporte público¹³³ o único impedimento para seu livre acesso por parte dos moradores da ocupação.

Imagem 28: Localização e fachada da ocupação São João-588. Fonte: Google Maps e Caio Dias (2020).

133 Em novembro de 2019 a passagem do transporte público custava R\$ 4,30 e o salário mínimo era de R\$ 998,00, ou seja, considerando que o mês tem 20 dias úteis e que são necessárias, no mínimo, duas passagens para se locomover, o transporte consome 17,23% do salário mínimo.

O centro de São Paulo, inserido em um contexto de centralidade de outras metrópoles, passou por um processo chamado de descentralização, também chamado de decadência do centro, compreendida como um reflexo da “[...] desigualdade espacial e [d]a desigualdade de poder político e econômico da população a ele associada” (VILLAÇA, 2012, p. 93). Para o autor, o espaço urbano nas metrópoles brasileiras precisa ser analisado junto à segregação urbana, uma vez que a ignorar é ignorar também

[...] a concentração espacial dos poderes político e econômico. [...] o poder que domina o Estado na distribuição territorial dos equipamentos públicos e que domina também o mercado (especialmente o imobiliário) na espacialização dos investimentos privados (VILLAÇA, 2012, p. 142).

É nesse sentido que se compreende a chamada decadência do centro de São Paulo, desde os anos de 1950 e mais fortemente a partir da década de 1970, quando as elites começaram a abandonar o centro principal enquanto detentor da função de compras, serviços e residências e deslocaram essas funções e, conseqüentemente, a direção de crescimento da cidade para o setor sudoeste, associado aos domínios econômico, ideológico e político dessas camadas sociais (VILLAÇA, 2012). O poder das elites e o deslocamento da direção de crescimento estão associados por ser São Paulo o que Villaça (2012) caracteriza como uma cidade tipicamente capitalista, onde a monumentalidade e a simbologia perdem espaço para a funcionalidade. Para o autor (2012, p. 110), “[...] O centro da cidade tipicamente capitalista, na verdade, não exaltará nada. Será dominado pela atividade privada de comércio e serviços, pela propriedade privada da terra urbana e pelo mercado imobiliário. Em resumo, pelo lucro.” Ainda sobre os centros das cidades tipicamente capitalistas o autor afirma que:

[...] os centros das cidades não se caracterizarão mais por espaços e edifícios monumentais produzidos pelo Estado, nem por grandes perspectivas, mas por um sistema viário uniforme e pelo intenso uso do solo por parte das atividades privadas de comércio varejista e de serviços, que surgirão, crescerão e dominarão os centros (VILLAÇA, 2012, p. 110)

Assim, o centro da cidade tipicamente capitalista, como o centro de São Paulo, que exaltava o poder político, e onde o Estado atuava enquanto promotor do espaço urbano, comparado aos centros das cidades pré-capitalistas, que exaltavam Deus e o Estado e das cidades capitalistas, caracteriza-se por

ser “[...] a primeira [cidade] da história cujo centro não exaltarà nem Deus nem o Estado” (VILLAÇA, 2012, p. 110). Um Estado fraco, que teve sua ação limitada como promotor direto do espaço urbano, mantendo-se como legislador, permitiu consequentemente a dominação do espaço pelas atividades privadas de comércio varejista e de serviços (VILLAÇA, 2012).

Silva (2011) destaca a perda da população da área central a partir da década de 1960. A autora construiu um quadro com base no Censo Demográfico dos anos 1980, 1991 e 2000, que revela essa perda mais acentuada na década de 1990.

Distritos	População residente			TGCA		Densidade habitacional	
	Censo de 1980 (*)	Censo de 1991	Censo de 2000	80/91	91/00	Área (km²)	Habitante/hectare
Pari	26.942	21.299	14.521	-2,11	-4,17	2,9	50,1
Brás	38.592	33.536	24.505	-1,27	-3,43	3,5	70
Bom Retiro	47.542	36.136	26.569	-2,46	-3,36	4	66,4
Sé	32.933	27.186	20.106	-1,73	-3,30	2,1	95,7
Belém	58.300	49.697	38.268	-1,44	-2,86	6	63,8
Cambuci	44.807	37.069	28.620	-1,71	-2,83	3,9	73,4
Barra Funda	17.877	15.977	12.936	-1,02	-2,32	5,6	23,1
Liberdade	82.932	76.245	61.850	-0,70	-2,30	3,7	167,2
Consolação	77.264	66.590	54.301	-1,34	-2,24	3,7	146,8
República	60.940	57.797	47.459	-0,48	-2,17	2,3	206,3
Santa Cecília	94.451	85.829	71.111	-0,87	-2,07	3,9	182,3
Mooca	84.501	71.999	63.211	-1,45	-1,44	7,7	82,1
Bela Vista	85.333	71.825	63.143	-1,55	-1,42	2,6	242,9
Total 13 distritos centrais	751.874	651.185	526.600	-1,30	-2,33	51,9	101,5
Município de São Paulo	8.493.226	9.646.185	10.450.867	1,16	0,85	1.509	69

Quadro 3: Evolução da população residente, área e densidade dos distritos do centro. Fonte: Silva a partir de dados do FIBGE (2011).

(*) Adaptação da Emplasa para os distritos de 1991 – grifos da autora (2011).

Porém, apesar dessa perda de população, como observado no quadro anteriormente, no imaginário popular, o centro nunca perdeu importância e continua sendo percebido e vivido como sinônimo da própria cidade (TRINDADE, 2014). Para Kowarick (2009), o centro não significa apenas valor de troca que segue a lógica do lucro, mas é também valor de uso, local de moradia, trabalho e lazer, onde a luta pelo acesso a bens e serviços, a luta pela apropriação dos benefícios urbanos, é constante. A isso pode ser acrescentado, a partir da pauta de diferentes movimentos de moradia e do MSTRU em específico, a luta pelo direito à cidade. Para Villaça (2012), as disputas em torno dos centros das metrópoles brasileiras e suas transformações se articulam com a luta de classes. Para Petrella (2017, p. 07), trata-se de “uma luta de classes que se realiza na disputa pela produção e distribuição do produto social, da riqueza comum. A <<cidade>>”.

A chamada decadência do centro, que vinha perdendo funções de moradia e de serviços destinados às classes mais abastadas, não se configura assim para as classes populares que, como visto acima, não compreendem o centro como decadente e continuaram se apropriando desta área, já que o mesmo ainda concentra grande número de empregos, formais e informais, além de toda infraestrutura presente e da pulsante vida cultural com diversidade de programação pública e gratuita. Segundo Silva (2011, p. 76) “[...] os tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços que permanecem na região geram mais empregos que os daqueles novos centros”. É frente a esta percepção que se iniciam as ocupações organizadas de prédio na área central de São Paulo, que têm como marco o ano de 1997.

De acordo com a literatura¹³⁴ sobre o tema de ocupações no centro de São Paulo, o ano de 1997 é considerado um marco na atuação dos movimentos sociais de moradia que levaram a público a luta por moradia na área central da metrópole a partir de ocupações organizadas. Anterior a essa data, ocupações já aconteciam, mas na forma das chamadas ocupações espontâneas, sendo realizadas por famílias em extrema situação de vulnerabilidade, muitas vezes despejadas de cortiços

134 Para mais informações ver, entre outros: Aquino (2008); Blikstad (2012); Miagusco (2008); Neuhlod (2009); Paterniani (2013); Trindade (2014).

no próprio centro da cidade ou de outras áreas ocupadas e que não tinham para onde ir e, assim, em situação de emergência, ocupavam prédios com objetivo de ter um lugar para se abrigar. Porém, essa forma de ocupação não era realizada de maneira organizada e mantinha no âmbito do privado a questão da falta de moradia.

A novidade das ocupações na área central a partir de 1997 estava no fato de constituírem ações coordenadas, organizadas e contínuas, com uma pauta de reivindicações pré-definidas, e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram ‘discursos’ sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada da cidade (NEUHLÖD, 2000, p. 51).

O ano de 1997 inaugura, então, um caráter articulado de ocupações de imóveis vazios na área central, que tira da esfera do privado o problema da falta de moradia enquanto uma dificuldade individual, levando à esfera pública a questão da existência de tantos imóveis abandonados e subutilizados, politizando, assim, a luta por moradia no centro da capital paulista e dando às ocupações dimensão política.

[...] A ação massiva dos movimentos se concentrou no período 1997-2000 com 30 ocupações de imóveis ociosos na região central, tendo estimulado ou pressionado o poder público e os órgãos financiadores a desenhar novas modalidades de financiamento e de produção habitacional, bem como novos programas que respondessem às exigências da população de baixa renda de morar perto do trabalho (SILVA, 2011, p. 85).

Os movimentos de moradia, em parceria com uma ampla rede de apoiadores, passaram a reivindicar, politicamente, o direito de morar no centro, dotado de infraestrutura, enquanto direito à cidade, e a pressionar por uma política habitacional que contemple a população pobre. Para Murad (2019), trata-se de uma luta histórica, oriunda das lutas dos cortiços, que se estendeu para os edifícios vazios enquanto possibilidade de habitação popular e que colocou na agenda de debates o destino desses edifícios há anos abandonados.

Nesse sentido, o direito à cidade é compreendido para além de usufruir do que está posto, mas também como uma possibilidade de transformação. Para o MSTRU, estar no centro, morar no centro, é uma possibilidade concreta e transformadora de maneira estruturada, tanto por possibilitar um enfrentamento da ordem posta, como por possibilitar o usufruto da centralidade e conquistas pessoais, como estudo, trabalho e lazer, por estar morando no centro e em contato com possibilidades múltiplas.

Ainda que no processo geral de expansão urbana possa se observar uma forte tendência à dispersão e à descentralização, é impossível postular que isso signifique a perda de um ‘centro’, mesmo que não se possa mais falar, no caso de uma metrópole como São Paulo, em uma única centralidade, de feição tradicional e histórica. Persiste, de toda forma, a importância constitutiva do papel desenvolvido pela centralidade no contexto urbano, porém em novos termos.

[...]

Outra dimensão a ser assimilada é que nas regiões centrais de uma metrópole realiza-se, em maior ou menor grau, a densidade dos contatos face a face que marcam a vida pública moderna, constituída por múltiplas dimensões como o encontro e a sociabilidade, a mediação de distintos conflitos, a tolerância à diversidade sociocultural, as manifestações políticas etc., que ganham nesse espaço a expressão mais acabada (FRÚGOLI JR., 2000, p. 42).

Apesar da descentralização, o centro da cidade de São Paulo ainda concentra empresas, com destaque para o setor terciário, comércios e serviços, portanto empregos. Além de possibilitar uma série de trabalhos informais por sua característica de grande circulação, tais como vendedores ambulantes dos mais variados produtos, catadores de materiais recicláveis, entregadores de panfleto e mais recentemente a uberização do trabalho¹³⁵ que inclui a variação de entregadores de comida que utilizam bicicleta como instrumento de trabalho, além da força física necessária para pedalar¹³⁶ e de motoboys que circulam diferentes produtos e documentos¹³⁷, acionados a partir de aplicativos de celular, sem nenhum vínculo trabalhista formal. Além dessa informalidade, Kowarick (2009, p. 109) vai destacar que “[...] o centro continua sediando grandes empre-

135 Ver nota de rodapé nº 17.

136 Os ciclistas entregadores de comidas a partir de aplicativos trabalham em média 12 horas por dia, sem folga, muitas vezes dormindo na rua para emendar um horário de pico no outro sem voltar para casa e recebem R\$ 1,50 por cada refeição entregue e mais um bônus, conhecido como “onda”, que gira em torno de R\$ 10,00. Muitos não possuem bicicleta própria e precisam alugar também através de aplicativos. Para mais informações ver: MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil, São Paulo, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>>. Acesso em 04 out. 2019

137 Os motoboys que utilizam aplicativos também trabalham em média cerca de 12 horas diárias e ganham cerca de R\$ 4.000,00 mensais. Para mais informações ver: MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil, São Paulo, 22 de maio 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>>. Acesso em 04 out. 2019. Em pesquisa realizada por Ludmila Abílio foi constatado a jornada de trabalho dos motoboys de 14 horas por dia. ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, 22 fevereiro 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em 04 out. 2019.

sas da área de telefonia, bem como as atividades jurídicas em torno do Fórum da Sé [...]”. Soma-se a isso, as instituições públicas, equipamentos e atividades culturais, além das manifestações políticas. Segundo Silva (2011), a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, que utiliza dados do setor privado formal, 25,5% dos estabelecimentos e 28,8% dos empregos formais do município de São Paulo em 2000 estavam concentrados no centro, soma-se a isso 36% de empregos na função pública, na mesma data. Para a autora, “a área central continua sendo o maior pólo de emprego do município e da região metropolitana” (SILVA, 2011, p. 77).

Muitas das ocupações organizadas a partir de 1997 foram realizadas simultaneamente, ou seja, vários prédios ocupados na mesma madrugada. Os movimentos avaliam que o ato de ocupação simultânea de muitos imóveis publiciza amplamente a pauta dos imóveis ociosos e da quantidade de pessoas sem casa e, assim, o movimento de moradia mostra força de mobilização para pressionar politicamente as autoridades competentes. Para além da ocupação enquanto ação direta, muitos dos movimentos de moradia, com destaque para aqueles formados na década de 1980 na luta pela redemocratização e os movimentos frutos de suas dissidências, inclusive o MSTRU, participam de canais institucionais, como o Conselho Municipal de Habitação (CMH)¹³⁸, criado na gestão da então prefeita Marta Suplicy¹³⁹ (2001-2005), e buscam diálogo constante com o poder público. Importante destacar que o CMH é uma conquista dos movimentos de moradia resultante da pressão política dos mesmos enquanto instância participativa. Já a realização de ocupação representa uma forma que os movimentos têm de mostrar força e articulação e explicitar que, mesmo participando de canais institucionais, não abandonam formas de manifestações exteriores a eles e são capazes de ultrapassá-los. Formas de lutas legítimas

138 Para mais informações acessar: Prefeitura de São Paulo. Conselho Municipal de Habitação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmh/index.php?p=180546. Acesso em 25 de set. 2019.

139 Marta Suplicy é uma política, psicanalista e sexóloga brasileira. Foi eleita prefeita de São Paulo, então pelo PT. Posteriormente se filiou ao MDB e atualmente (2019) está sem partido. Foi ainda deputada federal, ministra de Estado nos governos Lula e Dilma e senadora da república pelo estado de São Paulo.

aqui compreendidas, em consonância com Trindade (2014), enquanto ações que extrapolam os limites da institucionalidade, sendo completamente compatíveis com a democracia. A tentativa de limitar a democracia à participação é uma das características fundamentais do pensamento neoliberal, cuja transgressão de fronteiras institucionais não é admitida, reduzindo a cena pública ao campo da participação. Ademais, é importante destacar que “[...] na realidade concreta, aqueles atores que promovem ocupações são os mesmos que participam dos espaços institucionais” (TRINDADE, 2014, p. 174), sendo importante para esses atores que sejam percebidos não enquanto atuantes meramente institucionais, mas sim com capacidade de mobilização, e que mobilizam uma ou outra forma de ação a partir de leitura baseada na correlação de forças.

Nesse sentido é possível entender que a ação direta, enquanto rotina comum de interação entre Estado-sociedade (ABERS et al, 2014), quando realizada em uma gestão considerada aliada, compõe a luta pelo alargamento de negociações, enquanto em gestões tidas como adversárias, visam forçar abertura de canais de diálogo e de espaços de negociações. Logo, apesar da possibilidade de diálogo entre movimentos de moradia e poder público ser maior em uma gestão vista como aliada, isso não interfere diretamente na realização dessa forma de protesto.

É importante destacar que as megaocupações, assim como também ocupações realizadas de um único prédio por um movimento de moradia, nem sempre têm como objetivo manter o prédio ocupado com famílias morando. Muitas vezes o intuito da realização, especialmente da megaocupação, pela repercussão pública que tem, é de chamar a atenção para a pauta do movimento de moradia, então a ocupação é feita e logo depois de noticiada e repercutida é desfeita, durando no máximo três dias.

4.2.2. A FORMAÇÃO DA OCUPAÇÃO E TRAJETÓRIAS

Localizada ao lado da esquina mais famosa de São Paulo, o cruzamento das avenidas Ipiranga com São João, a ocupação São João-588 se trata da ocupação de um prédio que originalmente abrigava um dos ícones da hotelaria de luxo de São Paulo, o Hotel Columbia Palace, projetado e construído pelo escritório de Ramos de Azevedo¹⁴⁰, na década de 1920. Trata-se de um edifício privado, originalmente de propriedade de Leônidas Garcia da Rosa, composto por térreo e mais seis pavimentos, ocupando quase toda a área do terreno de 666 m² (DEVECCHI, 2010). No edifício há um fosso central com dimensão de 5 metros de largura por 14,2 metros de comprimento, para onde são voltadas as aberturas dos quartos originais que não possuem janelas diretamente para a rua, exercendo, assim, a função de ventilação e iluminação. Atualmente o térreo é ocupado por uso comercial e não possui abertura para o fosso central, assim como no uso original.

¹⁴⁰ Considerado o maior escritório de arquitetura, engenharia e construção de São Paulo, também o mais longo, tendo atuado por oitenta anos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, levava o nome do seu fundador, graduado em engenharia e arquitetura pela Universidade de Gante, na Bélgica. As obras assinadas pelo escritório Ramos de Azevedo são consideradas de caráter inovador, tendo como exemplo no município de São Paulo o Teatro Municipal, a Pinacoteca, a Estação Pinacoteca e a Sede dos Correios, esta projetada, construída e inaugurada em apenas dois anos.

Imagem 29: Plata baixa primeiro pavimento e pavimento tipo e cortes. Fonte: DEVECCHI (2010).

O hotel encerrou suas atividades nos anos 1990 e anterior ao seu fechamento, já havia perdido sua referência de hotel de luxo, consequência do processo de transferência de atividades desenvolvidas no centro para o setor sudoeste da cidade.

Fechado, abandonado e em constante degradação por quase duas décadas, sem cumprir a função social da propriedade prevista na Constituição Federal de 1988, regulamentada pelo Estatuto da Cidade de 2001, o edifício foi ocupado na madrugada do dia 3 para o dia 4 de outubro de 2010 por cerca de 700 pessoas sob coordenação do Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana (MSTRU), ligado à Frente de Luta por Moradia (FLM). A ocupação do edifício São João-588 fez parte de uma ação direta organizada pela Frente de Luta

por Moradia¹⁴¹ que nessa madrugada ocupou quatro imóveis abandonados e ociosos na região central da capital paulista, sendo o edifício do Hotel Columbia Palace um deles¹⁴². As outras três ocupações que aconteceram nessa madrugada foram as ocupações 9 de Julho, Prestes Maia, ambas reocupadas, e Ipiranga.

Um dos principais méritos dos movimentos dos sem-teto foi o reconhecimento prático do crescente patrimônio vago do centro como uma vasta oportunidade urbana, um repositório gigantesco de abrigos (temporários ou não) em potencial no centro da cidade, uma cidade repleta de falta de moradia e privação. Enquanto aguardam novos investimentos, os edifícios vagos poderiam atender às necessidades urbanas urgentes; é precisamente isso que os movimentos de sem-teto definiram a partir do final dos anos 1990 (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)¹⁴³.

Ao realizar uma megaocupação, ocupando quatro imóveis vazios e abandonados em uma mesma madrugada, o movimento de moradia faz uso da ação direta como forma de pressão e leva a público sua capacidade de mobilização, além de expor o abandono dos edifícios sem uso no centro da cidade de São Paulo, espaço esse onde o movimento trava suas disputas pelo direito à moradia digna.

[...] a ocupação de prédios públicos e privados ou locais urbanos denuncia tanto as vagas abundantes quanto a necessidade de moradia, da população mais pobre. Movimentos deste tipo executam de fato a demonstração de uma Política de racionalização da expansão urbana. A simples denúncia da existência tanto de prédios vazios quanto de sem-tetos, aponta a negligência do poder público sobre o assunto (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)¹⁴⁴.

141 Fundada em 2004, a FLM é uma entidade que agrega um conjunto de movimentos de moradia com atuação principalmente na área central de São Paulo, mas também em algumas regiões mais periféricas e tem como uma de suas principais pautas a reforma urbana. É filiada à Central dos Movimentos Populares (CMP) e participa da articulação do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR).

142 Para mais informações sobre as megaocupações ocorridas na madrugada do dia 3 para o dia 4 de outubro de 2010 ver, entre outros: HARTMANN, A. Sem-teto ocupam quatro edifícios no centro de São Paulo. O Globo, São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-teto-ocupam-quatro-edificios-no-centro-de-sao-paulo-2943573>. Acesso em 01 ago. 2019.; e Ocupação Prédio. Jornal da Gazeta. São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcXq2J2vXwk>. Acesso em 01 ago. 2019.

143 STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 10 jan. 2020.

144 STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em:

Os detalhes da ocupação do edifício Hotel Columbia Palace, hoje ocupação São João-588, são narrados por Aparecida, liderança do MSTRU e também liderança responsável por esta ocupação:

[...] não era esse prédio que o MSTRU ia ocupar. Antes da gente fazer a ocupação a gente não entra no prédio, a gente observa, vê a história, quanto tempo está desocupado e a porta pode ser de aço, mas a gente olha e tem que tentar, não tem para onde correr, não é porque a porta é de aço que a gente não ocupa. Mas o nosso não era esse, era o outro aí da frente. [...] Nós viemos preparados para ocupar esse outro, os ônibus já tinham deixado a gente ali no teatro municipal, umas 600, 700 pessoas. Tinham saído da zona leste 10 ônibus e deixaram a gente aqui no teatro e a gente veio andando. Quando a gente chegou ali no começo da São João, no Largo do Paissandu, estavam ocupando nosso prédio. Eu desesperei. Aí eu liguei e falei assim: pessoal, o que foi que aconteceu? Não estava acordado que era aquele prédio? Acabaram de ocupar o prédio. A gente viu agora ocupando o prédio. Aí uma das outras lideranças com quem falei disse assim: então vai para o plano b. Porque a gente tem sempre um plano b. Mas meu plano b não era esse aqui, meu plano b era ali na rua Vitória. Aí eu falei: mas que plano b? Eu lá tenho tempo de plano b, está pegando fogo a cidade. Porque foram tantas ocupações e a polícia jogando bomba (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Foi uma ação organizada por diferentes movimentos de moradia, pois realizar diversas ocupações em uma mesma madrugada é, também, uma prática de parceria entre os movimentos que dessa forma dão visibilidade à quantidade de imóveis vazios na cidade, expõem publicamente seu poder de mobilização, além de conseguir dividir as ações policiais. Mas houve uma confusão entre os próprios movimentos e outro movimento ocupou o prédio que o MSTRU pretendia ocupar e este teve que lidar com o imprevisto.

[...] estava tudo explodindo e a polícia doida. Só aqui nessa área [quadra da ocupação São João-588], tinha uns 100 carros de polícia. E eu doidinha, aí perguntei para uma das outras lideranças por telefone: mas como o plano b se aqui está cheio de polícia? Está cheio de bomba sendo jogada, eu lá vou para a rua Vitória. Aí a outra liderança falou: não, então, lembra aquele que a gente passou na frente que a gente também falou em ocupar? Eu falei: lembro. Então, você sabe que ele está há quase vinte anos desocupado. Aí eu falei: mas eu não tinha ele como plano b. Aí a outra liderança falou: mas agora já é, vamos tornar ele o plano b. A gente faz uma programação e tudo, passa uns 3 meses organizando e tem a equipe de abertura da porta, que vem com as ferramentas. E a equipe se perdeu com tudo o que aconteceu, a equipe sumiu. Eu ligando atrás da equipe e nada dessa equipe chegar. Eu falava por telefone para as famílias que iam ocupar: anda mais um pouquinho, é quase em frente ao outro prédio. Aí quando

eles perguntaram: é o do Mate¹⁴⁵? Aí eu falei: é. Porque esse Mate já estava aqui antes. Aí o pessoal ficou lá cantando música da igreja, como se fosse um monte de gente que veio da igreja e estava fazendo uma campanha de igreja. E cantava: 'cuida da minha casa, cuida da minha vida'. Por isso que a gente canta essa música quando é o aniversário daqui. E a polícia olhava praquela monte de gente cantando música religiosa e perguntava: de onde vocês vêm? Nós acabamos de sair da igreja, estamos em campanha. Naquele ponto de ônibus que fica em frente à igreja do Paissandu, eles estavam naquele ponto e eu tinha vindo. Quando eu cheguei aqui nesse ponto de ônibus, aqui da frente, eu me sentei e comecei a ligar e estava cheio de polícia, comecei a ligar e ninguém atendia, o pessoal cantando, ninguém escutava o celular, ainda mais com polícia e bomba em todo canto. Aí foi que uma menina veio e perguntou: dona Aparecida, o que a senhora está fazendo aqui? Eu estou tentando ligar, que o prédio mudou, é esse aqui, pede para as famílias virem onde eu estou, pede para olhar para mim que eu estou avisando que o prédio é esse. Aí ela foi e quando eu vi estava todo mundo olhando para mim e o pessoal começou a vir e eu aqui em frente ao Mate e só vendo aquele monte de gente vindo cantando. E eu pensando: cadê a equipe de frente que abre a porta que vinha numa perua¹⁴⁶? Como a equipe não chegava, quando as famílias se aproximaram foi a mulherada que meteu o pé na porta. A equipe não chegava e a mulherada meteu o pé na porta e a porta abriu e o povo foi entrando (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A realização de uma ocupação de prédio vazio é planejada durante alguns meses e, além da formação política realizada com os futuros ocupantes, possui uma logística de organização e infraestrutura necessárias para o momento em si, com diferentes frentes com atividades bem definidas e distribuídas entre os ocupantes.

A organização para a realização de uma ocupação inicia-se muito antes do ato de 'ocupar', quando organizados em grupos de base, os coordenadores de grupos convidam pessoas em situação de dificuldade financeira para se mobilizarem, e ali começam as discussões sobre organização, direitos, deveres e o processo de luta pela conquista da moradia adequada (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 10).

Também é fundamental contar com imprevistos e traçar o que Aparecida chamou de plano b e, quando esse também falha, é preciso contornar o impensado e agir rapidamente, como o que ocorreu na madrugada da ocupação da São João-588. Narrando todos os imponderáveis da madrugada em que a ocupação foi realizada e a quantidade de policiais presentes próximos ao prédio, em represália contra a ocupação realizada no prédio quase em frente ao da São João-588, prédio pretendido pelo MSTRU, Aparecida retoma:

145 Se refere a uma conhecida rede de lanchonete, com uma das lojas no térreo do prédio localizado na avenida São João-588.

146 Se refere ao carro kombi.

A polícia em cima e eu gritava: entra, povo, entra. E aqui tinha lixo por tudo que é lugar, entulho que você não tem noção, nem eu. E ali embaixo [pavimento térreo], na noite, é bem escuro, é breu. Aqui não porque tem esse espaço aberto e dá uma visão, mas lá embaixo não é, à noite você não enxerga nada. Ainda tinha um monte de entulho e o pessoal foi caindo um por cima do outro e eu achando que eles estavam fazendo corpo mole. E eu gritava: vocês não vão entrar no prédio? Aí chegou polícia e eu nem aí, continuei falando: entra. Porque também a polícia se perdeu, por isso que é bom fazer ocupação, várias de uma vez, porque eles não sabem para onde ir impedir. Aí chegou uma repórter de televisão e perguntou: a senhora dá uma entrevista para gente? Por que estão ocupando? Aí eu falei: dou, se você segurar aqui até entrar a última família eu dou a entrevista. Aí eu dei, porque ela ficou até a última família entrar e filmando, porque serve para intimidar a polícia, enquanto tivesse a reportagem ali a polícia não podia vir para cima das famílias e tudo mais. Então ela ajudou bastante, ela com o microfone, o rapaz filmando. Aí quando entrou a última ela falou: entrou a última família, a senhora vai me dar. Aí eu dei a entrevista. Isso foi do dia 3 para o dia 4 de outubro (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Importante perceber que Aparecida destaca a relevância de fazer várias ocupações simultaneamente, enquanto forma de dividir e assim minimizar a ação da polícia, e que ela também se apoia no aparecimento de jornalistas para que esses se façam presentes até o final como forma de também inibir a ação policial. Práticas de ação que os movimentos de moradia utilizam para sofrer menos com ações do Estado geralmente caracterizadas pelo abuso de força e poder.

Conseguir a não reintegração nas primeiras vinte e quatro horas de ocupação de um imóvel abandonado ou de um terreno vazio é fundamental para o movimento e considerado uma forma de vitória.

Dia quatro a polícia já chegou sete da manhã e não deixava mais ninguém entrar, só sair. E nós tivemos um problema maior ainda que a polícia, porque esse prédio era todo destruído, então quando as famílias entraram os coordenadores dos grupos de base não concordaram em ficar. [...] E as famílias diziam: não, eu não vou ficar aqui, isso aqui é um lixo. [...] Eu vou embora. E eu conversava com o coordenador de grupo e o coordenador dizia: tudo bem, vamos ficar aqui, segura. Eu virava de costas e o coordenador levava as famílias embora. A gente segurou esse prédio, ninguém sabe até hoje, com onze pessoas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Aparecida fez um esforço enorme para garantir as primeiras vinte e quatro horas de ocupação do prédio, mesmo com a quantidade de famílias que foi embora devido às condições do prédio. De aproximadamente setecentas pessoas que fizeram a ocupação, nas primeiras horas restaram apenas onze, além de três coordenadores do movimento, totalizando

catorze pessoas que, sem que a polícia soubesse, acreditando ter mais gente no prédio, seguraram e garantiram a ocupação. “A polícia na porta perguntava: quantas famílias tem aí? Nós respondíamos: setecentas. Depois diminuímos para trezentas, porque eles viram muita gente saindo. [...] Mas só tinha onze. [...] Aí trocávamos de roupa, para enganar a polícia” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A realização de uma ocupação tem um planejamento detalhado de diversas equipes, como, por exemplo, a equipe de frente, responsável por levar as ferramentas necessárias para abrir a porta e executar a abertura e a equipe de cozinha, responsável por levar alimentos, fogão e botijão de gás, montar a cozinha coletiva logo que as famílias entram no prédio e preparar os alimentos. As equipes têm funções específicas e escalas de pessoas para execução, especialmente as equipes permanentes, como a de cozinha.

A polícia começou a manter a gente em cárcere privado às sete horas da manhã do dia quatro. Só foi liberado para entrar alimento de sete para oito horas da noite. Só que quando a gente ocupa a gente traz tudo, traz fogão, água, pão, leite, tudo. Nesse dia, quando as famílias estavam saindo, levaram. [...] Tinha ficado acordado uma equipe para guardar os alimentos. Então pegaram um quartinho e guardaram os alimentos e falaram assim para mim: dona Aparecida, lá tem tudo, tem bolacha, leite, pão, água, fogão de duas bocas e botijão. Então eu disse: está bom. E fiquei preocupada de negociar com a polícia lá fora e acabou que eu não fui certificar, eu confiei no que foi dito. Menina, quando a gente se viu, e eram só onze pessoas e mais os três coordenadores, tinha criança também, eram três, e que chegou a hora de eu ir lá, que eu fui pegar alimento para as crianças, lugar mais limpo, não tinha nem água, nem nada. A gente ficou sem nada. A mãe de duas crianças tinha um pão na bolsa dela, uma aguinha e aí foi o que tinha para as crianças. A gente passou mal de fome. Aí a gente escrevia na porta: estamos com fome, cárcere privado. E colocávamos as duas crianças para aparecer. E tinha mais um bebezinho [...] contando com ele eram três crianças (APARECIDA, informação verbal, 2019).

A polícia controlou a entrada de pessoas e de alimentos na ocupação por doze horas como forma de pressionar para que as famílias ali presentes abandonassem a ocupação. Nessas doze horas, as famílias da ocupação que fora realizada no prédio da frente, o mesmo que o MSTRU pretendia ocupar, conseguiram passar através de uma corda que ia de um prédio a outro, no segundo andar, atravessando a avenida São João, uma marmita que foi dividida pelas catorze pessoas que ocupavam o prédio. Às oito da noite, a polícia foi embora, o que garantiu a primeira vitória da ocupação pois, nas palavras de

Aparecida (informação verbal, 2019) “a gente segurou o prédio, eles saíram às oito da noite”.

Com a improvisação da ocupação do prédio e a condição precária que o mesmo se encontrava, Aparecida conta que, logo após, decidiram que lá ficariam somente o tempo necessário para configurar a ocupação do prédio e conseguir pautar o poder público sobre o destino do mesmo.

O que nós propusemos para as famílias foi assim: a gente fica, as outras famílias vão vir agora que a gente segurou o prédio por 24 horas. A gente segura por pelo menos uma semana e aí apresentamos o prédio para o poder público, para pressionar por desapropriação. Embasada em alegações que justifiquem, né? Que era o prédio destruído, abandonado há 17 anos, que isso era perigoso para o entorno, que tinha água parada há 17 anos, muita doença e muita coisa. A gente começou a tirar foto de tudo destruído. E assim ficou, ficou acordado de a gente sair em uma semana, que eu também não ia manter as famílias aqui porque estavam correndo risco de doenças gravíssimas (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Imagem 30: Situação do edifício quando foi ocupado. Fonte: Acervo MSTRU (2010).

As imagens anteriores mostram a situação de degradação, descrita por Aparecida, na qual se encontrava o edifício quando ocupado pelo MSTRU. Muito entulho, objetos quebrados, muita sujeira, animais mortos e água parada. As pessoas que compõem o MSTRU, ao se referirem à ocupação São João-588, trazem em seu discurso a sentença clássica dos loteamos

periféricos dos anos 1960, “quando eu cheguei aqui era só mato”, adaptada às ocupações de prédios abandonados na área central: “quando cheguei aqui era só entulho e lixo”.

Retomando à narrativa de Aparecida sobre o acordo pela permanência no edifício por uma semana e sair, a ocupação provisória também serve, além de expor o abandono de prédios inteiros no centro da capital paulista, como forma de pressão pela desapropriação para que possam ser reformados e transformados em habitação de interesse social para as pessoas. Essa pressão é feita também expondo as condições em que se encontra a edificação e o risco que ela representa para a população que circula, mora e trabalha no seu entorno. “[...] para o movimento a ocupação constitui-se, além de abrigo, estratégia de luta para a conquista de moradia, por isso, é considerada, por muitos, uma situação transitória” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 11).

Porém, a ideia inicial de prosseguir a ocupação apenas por uma semana, para possibilitar a pressão por uma negociação com o poder público, mudou por demanda das onze pessoas que seguraram a ocupação e não tinham para onde ir e de pessoas que igualmente estavam sem lugar para morar e começaram a chegar no prédio nos primeiros dias da ocupação. Sendo essa outra prática bastante comum, quando um prédio é ocupado no centro e a notícia de que estão segurando a ocupação se espalha, pessoas diversas procuram o movimento para se filiar e buscar um local para morar.

Na primeira semana do prédio ocupado, segundo Aparecida (2019), cerca de trezentas pessoas circularam pela ocupação, desde apoiadores, coordenadores de grupos de base, até pessoas em busca de se filiar ao movimento e morar na ocupação. Foi frente a essa grande procura de pessoas que queriam morar nesse prédio no coração do centro de São Paulo, que o MSTRU decidiu, junto com as famílias que já estavam na ocupação, organizar o espaço e se manter no prédio.

Apesar dessa mudança de uma ocupação que seria provisória para permanente, que surgiu por demanda dos próprios ocupantes e de pessoas filiadas ou interessadas em se filiar ao movimento, essa não é uma ocupação chamada de orgânica, embora os fatos tenham ocorrido um tanto fora do esperado. Mas trata-se de uma ocupação realizada pelo MSTRU, um

movimento de moradia, com pautas definidas e com liderança responsável pela organização dessa ocupação e pensada em um contexto de megaocupação.

Quando o prédio foi ocupado estava sem água e sem energia, além das instalações velhas e danificadas e parte da estrutura do próprio prédio em situação de risco estrutural, instalações inviabilizadas que foram coletivamente transformadas. Aparecida, ao relatar os primeiros dias, destaca a importância do coletivo em organizar o espaço, até então cheio de lixo e entulho. Separaram frentes de atividades e as frentes ficavam responsáveis e se revezavam nas funções de conseguir água com a vizinhança, já que a água do prédio estava cortada e no início não conseguiram encontrar o ponto de água. “[...] foi necessária destinação de uma parte do edifício para o uso coletivo de pias para lavagem de louça [...] Os moradores tomavam banho em casas de amigos, parentes ou em prédios próximos que se solidarizaram com a situação” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12). Além da água, nos primeiros dias de ocupação retiraram o carpete do primeiro andar que estava inviável devido à quantidade de poeira, sujeira e mofo que se acumularam ao longo dos anos, no prédio fechado e abandonado. Foi no primeiro andar que todas as onze pessoas e também as lideranças que permaneceram nas primeiras vinte e quatro horas da ocupação, somadas depois as pessoas do movimento que vieram para apoiar e pessoas novas que chegaram para se filiar, concentraram-se na primeira semana. Durante toda essa primeira semana, as pessoas se revezavam nas frentes de trabalho de abastecimento dos galões de água na vizinhança, limpeza do único banheiro que todas as pessoas estavam usando e limpeza e funcionamento da cozinha coletiva, que funcionava em uma espécie de hall no primeiro andar e que foi abastecida de mantimentos a partir de doações de pessoas que compõem o movimento e de apoiadores. Assim como na ocupação de terra, na ocupação de prédio a cozinha coletiva também é um marco do compromisso assumido coletivamente e no fortalecimento das relações.

4.2.3. MULHERES PRODUZEM ESPAÇO, ESPAÇO PRODUZ MULHERES

Com o passar dos dias e a compreensão por quem estava na ocupação do poder de transformação daquele espaço, as pessoas propunham a permanência no prédio e não mais apenas por uma semana, tempo de apresentar o prédio para o poder público como forma de pressão do movimento por desapropriação alegando o abandono que o edifício estava vivendo anterior à ocupação, como tinha proposto Aparecida com as vinte e quatro horas de ocupação. A coordenação do movimento escutou e acolheu as demandas das pessoas que estavam no prédio, responsáveis pelas primeiras organizações fruto do trabalho coletivo.

Foi nessa forma de organização do espaço interno, a partir das demandas dos ocupantes, que esse espaço foi sendo produzido pelo movimento juntamente com os então primeiros moradores da ocupação. Com o passar dos dias, os ocupantes propuseram a arrumação dos dois primeiros pavimentos e assim foi acordado. Ainda não havia divisão de quartos individuais, as pessoas foram organizando os dois andares e dividindo os cômodos, além da atribuição de tarefas. O longo trecho do relato de Aparecida traz a riqueza de produção desse espaço:

Aí veio outra turma: se a gente arrumar esse terceiro andar, a senhora deixa a gente ficar? Aí eu olhei assim e disse: mas esse terceiro andar está complicado. Aí eles falaram: não, mas a gente arruma, a senhora vai ver como a gente arruma. Tá. Dois dias depois você subia e o andar estava de outro jeito. Aí foi ficando. Aí eu disse: olha, era para a gente ter saído com uma semana, não vamos sair, quem não quiser morar, vai continuar vindo aqui pra dar suporte a quem tá morando e quem quiser morar vai se organizando aí nos quartos para ver como a gente vai fazer. Porque é uma organização meio demorada mesmo e às vezes ficava cinco, seis, sete pessoas em um quarto e assim no outro, que era para se organizar. Ninguém tinha seu quarto individual ainda, mas o pessoal sabia que nós estávamos nos organizando para isso. E aí foi chegando até o quinto andar. Quando chegou no sexto aí eu interditei mesmo com aquela fita, porque o sexto era coisa de outro mundo, destruição total. Aí, eu lembro que foi um moço que não lembro no nome, mas ele disse assim: a gente arruma o sexto andar. Aí eu falei: esse aqui vocês não vão conseguir não. Aí ele falou: a gente arruma, se a senhora deixar a gente morar aqui a gente arruma. Eram três famílias. Duas não moram mais aqui, mas tem uma que mora aqui até hoje, no sexto andar ainda. Aí eu falei: mas como vocês vão fazer aqui? Aí falaram: dona Aparecida, eu sei que ali está difícil, a senhora pode até isolar aquela parte. Tinha um quarto que hoje é transformado, do lado de lá, mas que não tinha jeito, o máximo que a gente ia conseguir era arrumar o telhado para não cair água, mas estava destruição total. Então eu isolei essa parte toda, tranquei mesmo,

chamei o menino e a gente colocou um monte de prego para ninguém abrir a porta e fui liberando a outra parte para ver o que o pessoal conseguia. Levou seis meses para a gente organizar. Não só limpar, foram seis meses para ter água, energia, fazer essas coisas aí dos banheiros, a encanação dos banheiros, poder garantir uma segurança melhor para as famílias (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Nos seis primeiros meses houve um trabalho intenso de organização na produção de um espaço menos precário do que aquele que tinham encontrado no dia da ocupação do edifício, um processo que chamo de autorreabilitação do prédio, compreendendo que as pessoas que ocuparam o prédio reabilitaram, de forma auto-organizada, os espaços do mesmo direcionando-os às suas necessidades urgentes e cotidianas. Se para Santo Amore e Cabral (2020) a autoconstrução em São Paulo é definida como

[...] produção habitacional pulverizada e não regulada em termos urbanísticos e edícios, nas relações trabalhistas e na ausência de participação de profissionais habilitados para desempenhar as funções de planejamento e projeto da edificação (SANTO AMORE e CABRAL, 2020, no prelo).

Autorreabilitação pode ser compreendida como a reabilitação de espaços, anteriormente utilizados para outros fins, para novas formas de utilização, feita pelos próprios ocupantes, sem acompanhamento técnico habilitado para desempenhar funções de planejamento e projeto de reforma.

Nesses primeiros seis meses tudo era improvisado, a energia era o tradicional gato puxado da rua e não tinha água encanada, a água era cedida por uma boate e um estacionamento vizinhos à ocupação e estocada em tambores grandes. O banho era de cuia, a descarga era feita com despejo de balde de água no sanitário e a louça lavada com duas bacias, em uma molhava-se a louça suja para ensaboá-la e na outra ela era enxaguada. Soma-se a isso a incerteza quanto à permanência da ocupação, especialmente no início quando a possibilidade de reintegração de posse é sempre iminente.

As imagens seguintes mostram o forro do sexto e último andar, o que Aparecida se refere como destruição total e que hoje encontra-se restaurado.

Imagem 31: Situação do forro do edifício quando foi ocupado. Fonte: Acervo MSTRU (2010).

É importante perceber ainda no relato de Aparecida o destaque dado ao fato de que quem não quer morar deve vir dar apoio a quem vai morar. Esse apoio de quem compõe o movimento, mas não está em uma ocupação, é fundamental, especialmente no início, para a organização do espaço e consolidação da ocupação. É possível ainda observar, a partir da fala de Aparecida, como esse espaço da ocupação São

João-588 foi sendo produzido a partir da necessidade real e imediata cotidiana das pessoas que ali estavam e que, organizadas coletivamente na autorreabilitação daquele espaço, enfrentaram o lixo, o entulho, a água parada, a falta de água e de energia, instalações quebradas, entre diversas outras precariedades oriundas de um imóvel fechado e abandonado há quase de vinte anos e transformaram esse espaço produzindo-o. “São situações únicas em que as pessoas são levadas a ter que limpar, reformar, manter, operar, construir, compartilhar, cumprir e administrar regras comuns de convivência, uso dos espaços privados e comuns [...]” (COMARU, FERREIRA e GONSALES, 2019, p. 10).

Imagem 32: Mutirão de autorreabilitação quando a ocupação foi realizada. Fonte: Acervo MSTRU (2010).

Nas imagens acima podemos observar as pessoas trabalhando em mutirão na autorreabilitação do prédio. São essas pessoas ocupantes de prédios abandonados e que compõem o movimento de moradia, que realizam o trabalho árduo de limpeza desses lugares encontrados insalubres sempre que os mesmos são ocupados, dando a esses prédios, vazios e abandonados há anos, função social. Sobre esse processo de autorreabilitação e consequente recuperação de edifícios há anos abandonados e posteriormente ocupados, no centro de São Paulo, Stevens, Meulder e Somekh (2019) destacam que:

Ocupações de edifícios do centro de São Paulo se beneficiaram muito das qualidades arquitetônicas e urbanísticas simbólicas e práticas dos edifícios vagos. [...] oportunidades espaciais ocultas foram reconhecidas e reinventadas. Em termos arquitetônicos e urbanísticos, elas são adaptativas, não construtivas: reciclam em vez de inventar. Embora muitos autores chamem atenção para o aspecto ‘insurgente’ ou ‘transgressivo’ das ocupações, os próprios movimentos mantêm um discurso muito mais humilde voltado para a reforma, reparo e retificação. Eles buscam recuperar espaços anteriormente

abandonados, enquanto se preparam para transformá-los em ambientes habitáveis. São inevitavelmente enquadrados e estruturados pela forma arquitetônica que ocupam, mas nunca determinados por ela. Edifícios vagos possuem capacidades performativas múltiplas e flexíveis (STEVENS, MEULDER e SOMEKH, 2019)¹⁴⁷.

Foi através do trabalho realizado coletivamente tanto pelos moradores da ocupação, quanto pelas pessoas que não moram na ocupação, mas compõem o movimento, como também por apoiadores, que o prédio da ocupação São João-588 foi tendo seu espaço transformado e produzido, em um processo de autorreabilitação, enquanto um espaço de moradia coletiva e política, um espaço como produto da sociedade. Esse espaço representa a frase tão repetida dentro do movimento de moradia “tanta casa sem gente e tanta gente sem casa”, além da disputa pelo centro da cidade, esse espaço dotado de infraestrutura e serviços públicos, onde se concentra a riqueza produzida pelos cidadãos, riqueza não distribuída entre os que a produzem.

Em janeiro de 2011, apenas três meses após a realização da ocupação, a mesma recebeu um pedido de reintegração de posse e, no final do mesmo ano, outro pedido. Nos dois momentos, o movimento conseguiu barrar o pedido, o que consagra a ocupação como vitoriosa e traz mais coesão aos moradores que, em momento de ameaça de reintegração, unem-se mais na luta para conseguir permanecer.

Mas, ainda que o movimento tenha conseguido sair vitorioso com a suspensão dos pedidos de reintegração, isso causava muita insegurança nas famílias, especialmente no primeiro ano, considerado um ano em que a ocupação está em processo de consolidação, entendida como uma situação mais frágil quando comparada a hoje, quase dez anos depois e já tida como consolidada. Como havia a incerteza da permanência da ocupação, o movimento procurava investir o mínimo de recurso na autorreabilitação do espaço físico. Mas, ainda que com a sensação de insegurança, foram organizando o espaço da ocupação São João-588, como pode ser observado na imagem abaixo, cujo espaço foi transformado, ainda no ano de 2010, em um refeitório coletivo.

147 STEVENS, J.; MEULDER, B.; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: Um urbanismo emergente? Vitruvius, São Paulo, julho 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 10 jan. 2020.

Imagem 33: Refeitório coletivo já reabilitados pós ocupação. Fonte: Acervo MSTRU (2011).

Quando conseguiram barrar o segundo pedido de reintegração de posse, no final de 2011, tida como a segunda vitória com relação à ameaça de despejo, e já passado um ano da realização da ocupação, cujo espaço produzido dava o tom da consolidação, os moradores se cotizaram para realizar uma reforma elétrica e hidráulica.

Antes de prosseguir sobre como essa autorreabilitação foi realizada, é importante fazer uma ressalva. Na ocupação São João-588, assim como nas demais ocupações organizadas pelo MSTRU e dos demais movimentos de moradia ligados à Frente de Luta por Moradia, não há cobrança de aluguel¹⁴⁸. O que há é uma contribuição de uma taxa feita pelos moradores único e exclusivamente para a manutenção cotidiana do edifício, tais como compra de material de limpeza para uso nas áreas comuns, como na limpeza dos banheiros coletivos e nas áreas de circulação, pagamento de funcionários que trabalham na portaria do prédio que, no caso da São João-588, são duas pessoas, uma mulher que permanece durante o dia e um homem que permanece no período da noite, ambos são moradores da própria ocupação, entre outros gastos cotidianos e de manutenção, especialmente necessárias em um prédio que estava em precárias condições depois de quase vinte anos de completo abandono. Nessas ocupações, a organização cotidiana do espaço “[...] é feita por todos os moradores, onde a

148 Na ocupação Jardim da União também não há cobrança de aluguel e nem é permitida a venda de lotes.

coletividade de todas as funções que seriam contratadas em um condomínio padrão são exercidas pelos próprios moradores” (MURAD, 2019, p. 255). E muitas dessas funções são funções de trabalho formalmente contratadas, como no caso da vigilância na portaria, por exemplo, que contrata e assina a carteira de trabalho de pessoas moradoras da ocupação. Cabe ainda destacar que na ocupação São João-588, pessoas idosas são isentas da contribuição e que ninguém é expulso da ocupação por não pagar a contribuição. Como já dito no capítulo anterior, a contribuição é um dos três critérios que compõem a pontuação, sendo o critério de menor peso e que individualmente não retira ninguém do movimento. Todas as transações que envolvem cotas pagas pelos ocupantes são registradas no livro ata da ocupação, o fluxo de entrada e saída de dinheiro que comprova os gastos referentes à manutenção cotidiana.

Porém, apesar de todo esses controle e registro, após incêndio e queda do edifício Wilton Paes de Almeida¹⁴⁹, no Largo do Paissandu, centro paulistano, ocupado por um outro movimento de moradia, não citado nesta tese, a perseguição a lideranças dos movimentos de moradia aumentou exponencialmente¹⁵⁰, a partir de um discurso de criminalização dos movimentos de moradia e, na sua ampla maioria, difamatório e calunioso, de que lideranças comunitárias de ocupações populares de edifícios na área central cobram taxas para que as pessoas morem. Carmem Silva, importante liderança de destaque de movimento ligado à FLM, teve mandado de prisão expedido e sendo, posteriormente, concedido Habeas Corpus pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, já que o mandado de prisão repetia acusações pelas quais Carmem Silva já havia sido absolvida, em primeira e segunda instância¹⁵¹. Ao narrar

149 JIMÉNEZ, C. Prédio desaba após incêndio no centro de São Paulo: Cerca de 150 pessoas ocupavam o edifício, no Largo do Paissandu. Uma pessoa está desaparecida. *El País*, São Paulo, 01 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/01/internacional/1525166365_582778.html. Acesso em 13 jan. 2020.

150 TAJRA, A. Relatório acusa governo de SP de perseguir sem-teto após queda de prédio. *Uol*, São Paulo, 18 dezembro 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/relatorio-criminalizacao-de-movimentos-de-moradia-apos-queda-de-predio-sp.htm>. Acesso em 13 jan. 2020.

151 REDAÇÃO RBA. Justiça concede habeas corpus a líder sem-teto Carmem Silva: Coordenadora da FLM, ela era alvo de mandado de prisão expedido em processo que repete acusações pelas quais já foi absolvida. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 04 abril 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/hc-carmem-silva/>. Acesso em 13 jan. 2020.

sua trajetória de vida, Carmem Silva destacou: “nunca mais eu pensei no meu emprego, na minha casa, na minha vida e no eu, eu eu... Reaprendi a viver com o foco no coletivo. Sou muitos. Por isso me querem presa. Eu e todos que estão comigo” (CARMEM SILVA, 2019)¹⁵².

Imagem 34: Carmem Silva e Preta Ferreira do Movimento Sem-Teto do Centro. Fonte: Rodrigo Zaim/Divulgação (2019). Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br>. Acesso em 13 janeiro 2020.

Nesse mesmo contexto de perseguição a lideranças populares, Preta Ferreira, filha de Carmem Silva, e mais três pessoas, dentre elas outro filho de Carmem Silva, tiveram mandados de prisão temporária efetivados, no dia 24 de junho de 2019, quando, nesse mesmo dia, foram ainda cumpridos pela Polícia Civil dezessete mandados de busca e apreensão, além de nove mandados de prisão temporária, sendo cumpridos os quatro citados anteriormente. No mês seguinte, outras dezenove lideranças foram denunciadas pelo Ministério Público, entre elas Carmem Silva, que teve Habeas Corpus concedido, como destacado anteriormente. A prisão injusta destas quatro lideranças teve campanha de repercussão internacional, com destaque para Preta Ferreira e apoio de amplos setores¹⁵³

152 MARTINELLI, F. Carmem, mãe de Preta, líderes de sem-teto: por que nos querem presa. Blog Mulherias Uol, São Paulo, 03 julho 2019. Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/07/03/carmem-mae-de-pretalideres-de-sem-teto-porque-nos-querem-presas/>. Acesso em 13 jan. 2020.

153 Intelectuais e militantes de projeção internacional como Ângela Davis e David Harvey, apoiaram campanha “Preta Livre”, bem como artistas, militantes, professores, políticos e intelectuais de projeção nacional e internacional.

contra a perseguição e criminalização das ocupações e das lideranças populares.

Imagem 35: Cartaz da campanha de ampla divulgação e apoio pela liberdade imediata das quatro lideranças presas, com destaque para Preta Ferreira. Fonte: Blog Mulherias Uol (2019). Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br>. Acesso em 13 janeiro 2020.

Em entrevista concedida na prisão, trinta dias depois de ter sido presa, Preta disse: “Não sou bandida, sempre trabalhei. Estou presa porque nasci mulher, preta e pobre em um país aonde quem manda são homens machistas e racistas” (PRETA FERREIRA, 2019)¹⁵⁴.

Preta Ferreira, seu irmão Sidney, bem como Ednalva e Angélica ficaram presos injustamente por mais de cem dias, quando tiveram Habeas Corpus concedido e o direito de res-

154 REDAÇÃO REDE BRASIL ATUAL. Na prisão há 30 dias, Preta Ferreira desabafa: ‘Estou presa porque nasci mulher, preta e pobre’: A ativista por moradia, presa junto com sua família no dia 24 de junho por denúncias anônimas de extorsão, foi entrevistada pela Rádio Brasil Atual. Rede Brasil Atual, São Paulo, 24 julho 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/07/na-prisao-ha-30-dias-preta-ferreira-desabafa-estou-presa-porque-nasci-mulher-preta-e-pobre/>. Acesso em 13 jan. 2020.

ponder em liberdade. Na imagem abaixo, foto e relato muito fortes de Preta Ferreira.

Imagem 36: Foto e texto postado por Preta Ferreira em sua página no Instagram. Fonte: Instagram Preta Ferreira (2019). Disponível em: <https://www.instagram.com>. Acesso em 01 fev. 2020.

Feitas estas ressalvas, retomo o tema da autorreabilitação. A partir das reformas elétrica e hidráulica realizadas em 2011, logo após vitória do movimento com relação à reintegração de posse, as famílias se cotizaram e contrataram o trabalho de pessoas moradoras da própria ocupação com domínio em reformas de elétrica e de hidráulica. Trocaram algumas instalações hidráulicas, as originais ainda eram de ferro e também trocaram a fiação elétrica, pois com os fios antigos a energia caía constantemente. Porém, como o custo da fiação é alto e como as famílias têm poucos recursos, não compraram fios com bitola suficiente, tendo sido necessário trocar novamente a fiação um ano depois. “Em 2012 veio outro pedido de reintegração, a gente conseguiu barrar, assim que conseguimos barrar as famílias vieram e falaram: dona Aparecida, vamos ter que nos organizar para comprar uns fios melhores. Porque os fios esquentavam” (APARECIDA, informação verbal, 2019).

Nota-se, ainda, que a cada vitória de conseguir barrar pedido de reintegração de posse, as pessoas moradoras da ocupação se sentem mais confiantes para investir recursos financeiros na

produção desse espaço com mais qualidade. Essa busca por organização do cotidiano, vislumbrada pela consolidação de infraestruturas básicas a partir da autorreabilitação do espaço da ocupação, além de conformar um cotidiano menos precário, é também o que envolve

[...] o desejo dos moradores terem comprovante de endereço, sem o qual várias questões burocráticas e da vida cotidiana ficam dificultadas, principalmente àquelas associadas à procura de trabalho ou emprego. Além disso, o endereço de uma moradia considerada “regular” amplia a própria percepção de inclusão na sociedade e nas instituições no capitalismo (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12).

Produzir esse espaço significa, para o desejo das pessoas que nele moram, a conformação da estabilidade da casa, de ter um endereço, apesar dessa estabilidade ser garantida apenas pela reconfiguração na produção desse espaço, uma vez que ainda é constante na vida dessas pessoas a “[...] insegurança na posse, incertezas e preocupação quanto às possibilidades de solução do problema da moradia” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 12).

O espaço da ocupação foi então transformado e produzido a partir de ações de autorreabilitação das pessoas que nele moram. Como se trata de um edifício que originalmente abrigava um hotel e ainda não houve uma reforma estrutural de modificação dos pavimentos, atualmente cada família mora em um quarto, os quartos têm tamanhos variados e foram distribuídos levando em conta o tamanho da família e sua participação na luta. Cada quarto possui um banheiro exclusivo, mas esses banheiros individuais não possuem chuveiro com água quente, para não sobrecarregar a elétrica. Cada andar possui um banheiro coletivo com chuveiro quente. É de responsabilidade coletiva das famílias de cada andar a limpeza desses banheiros, havendo uma escala definida mensalmente em assembleia para a limpeza do banheiro e dos espaços comuns de cada andar em que uma pessoa moradora exerce a função de coordenação, que é majoritariamente exercida por mulheres. A escala é anotada em um grande papel e fixado em cada pavimento com o nome de cada família responsável pela limpeza distribuída durante os dias do mês.

As imagens a seguir mostram o antes e depois de alguns espaços da ocupação, transformado com trabalho coletivo e organizado das famílias moradoras da ocupação São João-588.

Imagem 37: Espaços da ocupação São João antes e depois. Fonte: Acervo MSTRU (2015).

Há ainda um espaço interno, que é o fosso do prédio para onde as janelas de alguns quartos são abertas. Esse fosso é conhecido como piscinão, pois quando o prédio foi ocupado o mesmo tinha um grande volume de água concentrado. É nesse fosso onde acontecem atividades culturais e festivas da ocupação, além de ser um espaço utilizado pelas crianças para brincar.

Imagem 38: Fosso central, chamado de piscinão, antes e depois. Fonte: Acervo MSTRU (2010) e Caio Dias (2020).

Há também um amplo espaço, um salão, onde no início da ocupação funcionou o refeitório coletivo e atualmente é o espaço onde acontecem as assembleias e atividades de formação e também atividades culturais e festivas. A função de limpeza e organização desse espaço do salão também é distribuída coletivamente, assim, cada semana uma família

é responsável por essa organização. Junto a esse salão há a sala da coordenação (imagem 33). Comparando as duas imagens (imagem 33 e imagem 39), pode ser observado que o teto estava com partes que havia despendado, quando o prédio foi ocupado e, nesta imagem mais atual, ele está refeito, o que mostra o trabalho coletivo na produção desse espaço. É ainda nesse salão onde acontecem as atividades conduzidas pelas pessoas jovens que moram na ocupação e são responsáveis pela programação cultural que atrai distintas pessoas de fora da ocupação. Uma atividade que acontece há bastante tempo é o Café Filosófico, realizado mensalmente com temáticas diferentes e que abrange música, poesia, exibição de filmes e debates diversos. As paredes deste salão são cobertas de pintura, grafites, fotos, colagens, quadros que contam a história de luta e resistência do espaço da ocupação. Nesse salão acontecem também diferentes cursos de formação. No segundo semestre de 2019, por exemplo, a Defensoria Pública de São Paulo ministrou um curso sobre Direitos Humanos.

Imagem 39: Espaço onde acontecem atividades e reuniões. Fonte: Larissa Viana (2019).

O cômodo onde funcionava a antiga cozinha do hotel está passando atualmente por uma intervenção, realizada em parceria com a Faculdade de Arquitetura de Belas Artes, para que funcione como biblioteca.

Imagem 40: Espaço onde funcionava a cozinha do hotel e está em reforma para abrigar uma biblioteca. Fonte: Caio Dias (2020).

Na ocupação São João-588, que possui 83 quartos, atualmente moram 60 famílias. Ao longo dos quase dez anos, a ocupação passou por “[...] oito tentativas de reintegração de posse” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 11), tendo conseguido, com muita luta e organização, barrá-las e sair vitoriosa em todas as vezes. Hoje cada família lá residente possui seu quarto ou apartamento individual, com contas individualizadas e acesso formal e individual a instalações de energia, água, internet. As pessoas moradoras da ocupação seguem ainda o regimento interno com regras debatidas e acordadas em assembleias, tais como: “[...] não tolerar violência doméstica; não consumir bebida alcoólica nas áreas comuns [exceto em dias de atividades festivas da ocupação – grifos meu]; possuir portaria com identificação prévia para entrada; além de não ser permitido o uso [e o tráfico – grifos meus] de drogas” (NICÉSIO, 2017, p. 89).

O MSTRU traz no seu nome o tema da reforma urbana, tão caro para os movimentos de moradia, que pautam esta reforma urbana seja a partir das ocupações, seja a partir dos mutirões, pois ambas as formas disputam a política pública, o fundo público fruto da riqueza produzida coletivamente. Esse tema é, para o movimento de moradia, segundo Trindade (2014), uma luta que não rompe com o modo capitalista de produção da cidade por se tratar de um projeto político amparado em reformas estruturais nos marcos da ordem legal e institucio-

nal, possibilitando cidades menos desiguais e mais democráticas, a partir da participação popular nas decisões sobre o planejamento e a gestão urbana, assegurando a democratização do solo e da propriedade urbana com a democratização da gestão da cidade. Uma das pautas do tema da reforma urbana é a quantidade de imóveis vazios na área central semelhante à quantidade de pessoas sem casa, e o direito das pessoas pobres morarem no centro. A atuação do movimento pode ser compreendida, a partir de Lefebvre (2001, p. 113):

[...] Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana. Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna ‘necessariamente’ revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.

Assim, a atuação do MSTRU pode ser entendida na chave de um enfrentamento à ordem estabelecida pela segregação urbana imposta historicamente na cidade de São Paulo. Por segregação urbana compreende-se, a partir de Villaça (2012, p. 142) a “[...] espacialização dos poderes políticos e econômicos. Como esses poderes são excepcionalmente desiguais no Brasil, a segregação é também a principal ponte de ligação entre o espaço urbano e a sociedade”. Logo, as ações de segregação urbana na cidade de São Paulo, pensando linearmente, é marcada, a partir da legislação urbana, de acordo com Rolnik (1999), desde a perseguição aos cortiços na área central definida pelas posturas ainda em 1886 e seguida pelo Código Sanitário de 1894, que proíbe a construção de cortiços e incentiva a construção de casas de vila operária fora do perímetro urbano, cuja lei de 1900 isentou de impostos proprietários que construíssem tais vilas. O rigor da legislação urbana definiu não só os lugares distantes que se destinavam aos pobres, como, através da regulamentação de formalidade e informalidade, destinou aos pobres a condição informal frente a restrições impossíveis de serem cumpridas, que caracterizavam como informal grande parte das possibilidades de morar já existentes. Cabe destacar que essa condição de informalidade destinada aos pobres não se realiza exclusivamente no contexto das diversas formas de moradias precárias, como as classes dominantes, o poder público e o senso comum costumam afirmar, “[...] mas se generaliza nas diversas formas de ocupação do solo e edificações produzidas por diferen-

tes agentes e faixas de renda, no que tange à construção do ambiente construído” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 03).

O centro também é, como visto, o espaço que concentra a infraestrutura urbana e as instituições que organizam a sociedade e, portanto, é o espaço que otimiza o tempo do deslocamento sistemático. Logo, é o lugar onde se disputa a riqueza comum produzida. Nesse sentido, embora as classes abastadas tenham abandonado o centro e deslocado a direção de expansão da cidade para o setor sudoeste, esse, o centro de São Paulo, é um espaço em disputa, é o espaço da luta de classes. Assim, com a pauta da questão da moradia sendo tornada pública e politizada pelos movimentos sociais que ocuparam os prédios do centro e passaram a pautar o direito dos pobres de morarem no centro, o poder público, em parceria com agentes imobiliários e agentes financeiros, tornaram o centro objeto de inúmeros planos urbanos de desconstrução e reconstrução que acirram a disputa pelo espaço urbano.

Não é objetivo desta pesquisa retomar o debate em torno dos projetos chamados de requalificação da área central¹⁵⁵, mas, é importante destacar que no âmbito dessa disputa pela centralidade, pelo direito de morar e usufruir da centralidade, está o capital financeiro, amparado pelo Estado, que tem investido em remodelar a área, pelo menos desde a gestão do então prefeito biônico¹⁵⁶ Reinaldo de Barros (1979 – 1982), quando foi aberto um concurso para remodelação do Vale do Anhangabaú. A atual gestão do prefeito Bruno Covas (PSDB)¹⁵⁷ reabriu novo projeto de remodelação do Vale do Anhangabaú, desenvolvido na gestão do então prefeito Fernando Haddad (PT)¹⁵⁸ e iniciou a obra do que a prefeitura chama de Requalificação do Vale do Anhangabaú, iniciada em junho de 2019, com investimento previsto em cerca de R\$ 80 milhões, des-

155 Para isso ver, entre outros: Frúgoli Jr. (2000), Kara-José (2007) e Petrella (2017).

156 Cargo biônico é aquele cujo ocupante era indicado pela ditadura militar sem passar pelo sufrágio universal.

157 Bruno Covas é um político brasileiro filiado ao PSDB, tendo sido eleito vice-prefeito na chapa com João Dória e assumiu a prefeitura de São Paulo em 2018 após Dória ter renunciado ao cargo para se candidatar a governador do estado.

158 Fernando Haddad é um político, acadêmico e advogado brasileiro, filiado ao PT. Foi prefeito de São Paulo (2013 – 2016) e ministro da educação (2005 – 2012), nos governos Lula e Dilma Rousseff.

tinados do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). Cabe destacar que o projeto não passou por discussão com a sociedade e há denúncias de que não tenham sido realizados estudos de viabilidade ambiental e arqueológico no seu desenvolvimento¹⁵⁹, tendo sido a obra, sob essas acusações, embargada por uma semana, quando foi novamente autorizada a continuidade pelo Tribunal de Justiça¹⁶⁰.

Imagem 41: Obras do Vale do Anhangabaú. Fonte: Laura Lourenção (2019).

Em 1991 foi fundada a Associação Viva o Centro¹⁶¹ – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo, caracterizada, no seu início como:

[...] Organização que procura relacionar interesses de proprietários de imóveis localizados em áreas que estão sofrendo processo de transição/deterioração com os interesses mais amplos da área onde estes imóveis se localizam [tendo] como objetivo primordial reverter situações de declínio, de abandono e ameaça para a área urbana onde estão

159 CASSANO, L. Obra de requalificação do Vale do Anhangabaú é alvo de ação na Justiça: Associação Preserva SP entrou com processo contra a Prefeitura alegando falta de discussão e pedindo suspensão da obra. G1, São Paulo, 02 agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/02/obra-de-requalificacao-do-vale-do-anhangabau-e-alvo-de-acao-na-justica.ghtml>. Acesso em 14 jan. 2020.

160 SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Prefeitura retoma obras no Vale do Anhangabaú: Prejuízos pela paralização chegam a R\$ 300 mil. Procuradoria Geral do Município entrará com ação de indenização. Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 10 agosto 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-retoma-obras-no-vale-do-anhangabau>. Acesso em 14 jan. 2020.

161 Para mais informações ver: <http://www.vivaocentro.org.br/>. Acesso em 02 de ago. 2019.

instaladas as entidades que compõem a organização. (MEYER et al. apud FRÚGOLI JR, 2000, p. 69).

Ainda de acordo com Frúgoli Jr. (2000, p. 71) “dos 66 participantes em janeiro de 1993, havia 18 bancos e três associações bancárias [...]”. Hoje, de acordo com seu site, os principais patrocinadores e mantenedores são¹⁶²: Associação Comercial de São Paulo; Associação dos Advogados de São Paulo; Banco do Brasil; Banco Itaú; Banco Original; Banco Santander; BM&F Bovespa; Boa Vista – Administradora do SCPC; Casas Bahia; Machado Meyer Advogados; Porto Seguro; Sindicato das Seguradoras, Previdência e Capitalização; União Brasileira Beneficente; UNIESP – Grupo Educacional; Universidade Anhembi Morumbi; entre outras.

É importante então observar que, com a saída das instituições do centro, especialmente as ligadas ao capital financeiro, as que permaneceram se organizaram no sentido de tornar a região mais atrativa ao grande capital. E, ainda de acordo com Frúgoli Jr. (2012), a Associação Viva o Centro passou a se posicionar, de maneira cada vez mais explícita, contra a presença de determinados setores sociais no centro da capital paulista e sua consequente expulsão, especialmente setores ligados às atividades de trabalho não regulamentadas, fundamentais à sobrevivência de parcela considerável da população, como o comércio informal.

Como parte dessa disputa, no final do ano 2000, foi fundado o Fórum Centro Vivo, a partir de uma ampla articulação que envolve diversos atores e que já traz uma contraposição à Associação Viva o Centro em seu nome, ao afirmar que o centro está vivo. O objetivo que funda o Fórum Centro Vivo é uma posição contrária à defendida pela Associação Viva o Centro, um projeto de renovação/requalificação da área central de caráter empresarial.

A proposta do Fórum Centro Vivo – fundado no dia 10 de dezembro de 2000 – surgiu no encontro ‘Movimentos populares e Universidade’, organizado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), em maio de 2000.

Desde então, temos nos reunido com o objetivo de articular todas as pessoas que lutam

162 Em ordem alfabética.

pelo direito de permanecer no Centro e transformá-lo num lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo em São Paulo.

Durante as atividades para sua formação, o Fórum passou a congregar movimentos populares, universidades, pastorais e entidades diversas (de defesa dos direitos humanos, educação, cultura, habitação, etc) na busca da construção de um espaço político comum, que fortaleça as lutas sociais e crie uma nova perspectiva de ação¹⁶³.

Observa-se, então, que o Fórum Centro Vivo nasce da articulação de diferentes atores que disputam o centro da cidade enquanto espaço de direito da população pobre e trabalhadora permanecer, tanto no que se refere ao trabalho, quanto à moradia e ao lazer. De acordo com informações obtidas durante a pesquisa, o Fórum Centro Vivo não está mais ativo enquanto atividades presenciais, segue funcionando como grupo de discussão e atenção permanente através de uma lista de e-mail.

Esse momento de investida da Associação Viva o Centro, apesar de fundada em 1991, dialogava com o momento de neoliberalização nacional que o Brasil enfrentava a partir de meados da década de 1990 sob a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso¹⁶⁴. Para Trindade (2014), essa gestão representou um pacto entre as classes dominantes, no intuito de promover reformas políticas e econômicas de favorecimento ao setor privado e consequente enfraquecimento do Estado. Schwarz (1993) cunhou o termo desmanche para definir a implantação neoliberal na sociedade brasileira. A expressão vai além do sentido de enfraquecimento do Estado, ela qualifica um conjunto de medidas políticas destinadas aos setores privatistas da sociedade e à desnacionalização da economia em benefícios de interesses estrangeiros, além da desregu-

163 Disponível em: https://girame.wordpress.com/em-movimentos-e-redes/forum-centro-vivo/?fbclid=IwAR2vHjyvct3vCMLoaT85FqV0OzyCfaeRp_4ldq87NeUPsCATW6wlb-SYtik. Acesso em 02 ago. 2019.

164 Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, é um político e sociólogo brasileiro, filiado ao PSDB. Foi presidente da república ente os anos de 1995 e 1998 e de 1999 e 2002. A emenda da reeleição foi aprovada durante sua gestão presidencial, tendo sido FHC o primeiro presidente reeleito. Segundo Ribeiro Jr., em A privatária tucana (2011), a emenda da reeleição foi aprovada a partir de compras de votos parlamentares por meio de dinheiro ou concessões de rádio e TV. Ainda segundo o autor, gravações que comprovam a articulação da compra de votos dos parlamentares foram obtidas e publicadas pelo jornal Folha de São Paulo no ano de 1997.

lação e desqualificação ideológica dos direitos presentes na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o desmanche se estende até os dias atuais.

Nesse bojo, a Operação Urbana Centro foi aprovada em 1997, ano esse, como já destacado anteriormente, marco de enfrentamento político à questão da moradia a partir das ocupações organizadas de imóveis vazios na área central. Kara-José (2007, p. 119 e 120) mostra que de acordo com cartilha produzida pela EMURB¹⁶⁵:

‘[...] o objetivo focal do instrumento é criar condições que reforcem a importância da área central para a metrópole de São Paulo, tornando-a atraente para investimentos imobiliários, turísticos e culturais, e preparando-a para o papel de cidade mundial’. [...] Seguindo o funcionamento geral de uma Operação Urbana, esta também estabelece condições para a concessão de ‘direitos adicionais de uso e ocupação do solo’ aos proprietários de imóveis localizados na área de intervenção, em troca de uma contrapartida financeira, paga para a prefeitura. Ou seja, os ‘compradores’ deste direito podem executar empreendimentos imobiliários normalmente não-permitidos pelo zoneamento, ou pela Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LUPOS) e pelo Código de Edificações. A lei oferece facilidades como: obtenção de altos coeficientes de aproveitamento (CA), o estímulo a demolições e ao remembramento de lotes, criando grandes terrenos (área mínima de 1 mil m²) para uso residencial e para hotéis e transferência de potencial construtivo. [...] A implantação de equipamentos culturais, atividades de lazer e educação é também incentivada, pois as áreas disponibilizadas para estes tipos de uso não são computáveis nos cálculos de coeficiente de aproveitamento do terreno.

Observa-se a flexibilização da legislação em prol das transformações do espaço urbano pela iniciativa privada que se consolidou de vez no Brasil nos anos 1990, com a ofensiva neoliberal, e veio em ritmo crescente, inserida em uma lógica mundial de intervenções de escalas mais locais, muito atuantes em áreas centrais de metrópoles sob o discurso de “requalificação”. É nesse sentido que Villaça (2012), ao falar das cidades tipicamente capitalistas, destaca que, com a hegemonia da iniciativa privada, o Estado se retrai na produção direta do espaço urbano e se mantém apenas como regulamentador dessa produção, limitado quanto à capacidade de impor leis urbanísticas, uma vez que é subserviente ao poder da iniciativa privada.

165 Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB), foi uma empresa pública extinta em 2009 quando foi cindida na São Paulo Urbanismo e na São Paulo Obras. Em sua existência teve como obras de destaque as chamadas reurbanizações do Vale do Anhangabaú, da Praça da Sé e da Praça Roosevelt.

A existência da ocupação São João-588, há quase dez anos, é uma luta constante pelo direito à cidade, entendido também enquanto direito de morar no centro, e de enfrentamento a projetos que tem em sua concepção a expulsão da população pobre do centro. Buscando “[...] criar perspectiva de diálogo para um eventual projeto habitacional no prédio em questão a partir de regularização fundiária e reforma do edifício” (COMARU, FERRARA e GONSALES, 2019, p. 06), via acesso a partir do MCMV, na modalidade Entidades, tida como única política pública no país nos últimos dez anos, sendo na realidade um programa e não uma política. O MSTRU inscreveu a ocupação São João-588 em um edital para a modalidade Entidades, cujos prédios contemplados seriam desapropriados e entregues ao movimento e passariam por reformas, sendo, posteriormente, individualizada a unidade de cada pessoa moradora. A assessoria técnica Peabiru acompanhou e assessorou durante todo esse processo e seria responsável pelo projeto de reforma e pela obra. Porém, o programa encontra-se suspenso, sem contratação e sem perspectiva definida.

A produção do espaço ou sua reprodução é compreendida aqui não apenas no âmbito do privado, onde a família se reproduz e em que a reprodução do espaço privado, que sustenta a produção no espaço público, restringe-se à responsabilidade da família, da mulher, mas também compreendendo a reprodução como a das relações sociais e do próprio capital. Não isenta de contradições, uma vez que questiona o direito à cidade, mas requer a propriedade, essa produção do espaço ou sua reprodução é uma subversão a lógica da mercadoria por ser uma apropriação concreta do espaço e não se restringir às impossibilidades e privações contidas na forma mercadoria, é uma negação ao espaço programado, é o cotidiano que se perfila a partir do resíduo na subversão a lógica dos espaços de privação.

Imagem 42: Ocupação São João-588. Fonte: Caio Dias (2020).

Observa-se que a ocupação São João-588 se caracteriza pela ação dos próprios moradores na produção do espaço, onde o uso preenche o vazio e constrói um conteúdo, ainda que de precariedade inicial, na reprodução da vida cotidiana que se dá a partir da produção e reprodução do espaço e conforma um cotidiano.

5. CHÃO, PÓ, POEIRA:

considerações sobre a produção social do espaço contemporâneo na cidade de São Paulo

Nas linhas que se seguem o que pretendo é uma aproximação entre o material produzido pela pesquisa, na forma como o elaborei, e alguns conceitos desenvolvidos por Henri Lefebvre, ao tratar da produção do espaço, bem como a recepção e o desenvolvimento do seu pensamento por autores brasileiros.

Lefebvre (2006), ao produzir uma teoria acerca do espaço, o aborda como um produto social complexo, conflituoso, multifacetado. Dessa forma, não podendo ser compreendido como uma junção de coisas e objetos (espaço físico) ou um reservatório vazio e estático a ser preenchido pelos corpos (espaço mental).

Recupero essas noções sem nenhuma pretensão de adentrar os meandros da discussão filosófica acerca do espaço. No entanto, me parece produtivo trazê-las próximas, tendo em vista os procedimentos que desenvolvi na realização desta pesquisa. Ao investigar a produção do espaço a partir da concretude de sua realização em ocupações na cidade de São Paulo, fui conduzida à condição, num primeiro momento, de ouvinte de narrativas acerca das trajetórias de vida que mulheres, protagonistas das lutas sociais que lá se desenvolviam, me apresentavam. Para elaborar esse material numa perspectiva de pesquisa, precisei compreender que se tratava da narrativa da história do movimento destes corpos (não isolados, mas

sociais) se produzindo enquanto sujeitos de experiência no mundo. Corpos em sua condição espacial desenvolvendo ações que produzem espaço, materializando os elementos de sobre-determinação dialéticos próprios ao fenômeno espacial, segundo a conceituação aqui adotada.

Assim, o trabalho de campo que desenvolvi e os elementos de realidade que precisei elaborar são compreendidos como uma forma particular de relações do que arrisco chamar de dialética de produção do espaço e que se expressa na tríade analítica luta coletiva-mulheres-ocupação. Explico-me: ao buscar compreender as estratégias de luta por moradia de frações da classe trabalhadora, me deparei com a questão da especificidade do espaço urbano produzido por essa luta no que tange à estratégia de ocupação sob a ótica do cotidiano. A imersão no cotidiano das ocupações permitiu entrever o protagonismo de mulheres na produção das ações coletivas – enquanto luta social – na produção desse espaço. Ao investigar as trajetórias de vida, trabalho e deslocamento no espaço dessas mulheres, o aspecto contingente de seu destino coletivo como encontro social em espaços precarizados se apresenta na conformação das lutas travadas nos interstícios do cotidiano, onde a produção residual do espaço (LEFEBVRE, 2006) demonstra, também, toda a potência transformadora em sua apropriação. Ao buscar apreender os nexos socioespaciais destes espaços, a máxima da dialética do espaço, de que os grupos sociais produzem o espaço e são por ele produzidos, se revela em sua complexidade. Quer dizer, percebi aí um entrelaçamento entre a particularidade desse espaço produzido e a ação produtora conduzida por aqueles agentes sob o protagonismo das mulheres. Essa percepção foi possível a partir da investigação das trajetórias de vida que me eram oferecidas enquanto narrativa que aquelas mulheres produziam ao serem indagadas acerca da história daquele espaço.

Durante a realização da pesquisa, os nexos encontrados no processo de produção social do espaço contemporâneo na cidade de São Paulo – entre a luta por moradia de fração precarizada da classe trabalhadora, a constituição do protagonismo feminino nessa luta e a conformação das estratégias de ação coletiva – foram compreendidos como mecanismo que dialeticamente constituem espaços de reprodução da vida e da força de trabalho e produz cidade em regime precário, funcio-

nal e associado à dinâmica global de produção capitalista do espaço, mas que em sua contradição produz potências transformadoras. Potências estas produzidas na configuração particular das relações dialéticas de produção do espaço expressa também na tríade luta coletiva-mulheres-ocupação. Assim, a estrutura que sustenta a tese é resultado da confrontação entre os dados de realidade que se depreendem do trabalho de campo com o referencial teórico inicial e o demandado pela própria interposição da realidade.

Dessa forma, na tríade elaborada para fins de análise nesta pesquisa: luta coletiva-mulheres-ocupação, tem-se que: a ocupação é ao mesmo tempo forma de apropriação dos espaços residuais – para a reprodução da vida daqueles que sobram ou são sub incorporados aos processos de produção ou consumo de mercadorias – e reprodução residual do espaço, à medida que escapam às programações da produção formal do espaço enquanto diretamente forma mercadoria. A potencialidade transformadora presente nos espaços residuais, conforme antevia Lefebvre (2006), se realiza pela luta coletiva na disputa pela instauração de espaço cotidiano, tanto pelos sujeitos de ação política que engendra na produção desse espaço quanto por escapar em alguma medida às políticas gestão do resíduo que agentes externos buscam impor. A presença das mulheres, historicamente conectadas à reprodução social da vida, sintetiza uma dupla particularidade na dialética da produção do espaço, dado por um lado pelo protagonismo que exercem nas ações coletivas de produção do espaço e de outro pela sua própria produção enquanto sujeitas de ação política, resultado das próprias ações que produzem espaço.

Para aprofundar a reflexão, é preciso recuperar também conceitos de resíduo e de cotidiano, ainda na acepção lefebvriana. Os espaços de vida – no modo de produção capitalista, para além do trabalho produtivo, funcional à extração da mais-valia – se caracterizam também por tudo aquilo que permite a experimentação da vida não mediada pela dimensão imediata da necessidade e permite vislumbrar a vida mediada pela vontade. Assim, minha apreensão sobre o cotidiano refere-se à disputa pelo tempo socialmente disponível para experimentação dos espaços de vida e supera a necessidade imediata. O espaço cotidiano é produzido e materializado concretamente a partir dos conflitos e contradições que permeiam as relações de reprodução da vida. Nas palavras de Damiani (1993,

p. 20), o cotidiano “[...] não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização da vida assegurada. Quando o banal do dia a dia, como se alimentar, vestir-se, alojar-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura”.

Acrescento, ainda com Lefebvre, que o cotidiano, na modernidade, é compreendido de forma dialética como sendo a dimensão onde a produção capitalista se reproduziria de forma definitiva ao mesmo tempo em que é a chave de superação desse modo de produção a partir de um rompimento com a lógica vigente. Assim, o cotidiano também está imerso na disputa pelo controle dos sentidos proporcionados pelos espaços vividos. Disso decorre, segundo Carlos (2008), que é no próprio cotidiano que se encontra a superação das alienações – do trabalho explorado, do consumo dirigido e da vida atomizada – em um espaço que tanto é condição para reprodução do capital, quanto da vida, ao mesmo tempo em que é produto do trabalho materializado.

Grosso modo, na produção capitalista do espaço, o resíduo é aquilo que funcionalmente não é diretamente absorvido pela lógica produtiva das mercadorias, escapando à sua racionalidade. Dito de outro modo, é resíduo todo o recurso que não é consumido pela produção nem incorporado à forma mercadoria. Toda ação produtiva visa produzir uma utilidade, aquilo que sobra em decorrência da ação produtiva é resíduo. Sob o capitalismo, as utilidades são distribuídas fundamentalmente a partir das relações sociais de troca mediadas pela forma mercadoria. Para Pádua (2019), embora a lógica da mercadoria configure forma de apropriação do espaço, ela não resume a reprodução da vida, esta não se reduz à lógica da mercadoria. A vida é também a apropriação concreta do espaço que evidencia as contradições e se nega às privações programadas e concebidas pelo poder institucional político e econômico e surge enquanto resíduo potente no cotidiano dos espaços de privação. Para Carlos (2008), é o processo de reprodução que produz o espaço urbano cotidiano na metrópole paulista, onde a reprodução tanto refere-se ao processo de realização e acumulação do capital quanto ao desenvolvimento da vida humana.

Quando descrevo a forma ocupação a partir de uma aproximação ao conceito de resíduo e cotidiano, procuro alinhar-me

à significação que encontro na afirmação – feita por Damiani (1993, p. 319 e 320), ao comentar essa dimensão em relação a um conjunto habitacional produzido no contexto da ditadura militar – de que o resíduo se trata do que “[...] desde o início não contava, mas existia: uma sociedade diversificada, ativa, ganhando identidade [...]. Parcela daquela sociedade que se afirmava como oposição à democracia restrita, e que não aparecia nos discursos oficiais”. Ao analisar o pensamento de Lefebvre, Oseki (1996, p. 109) afirma que o autor “[...] anteviu a possibilidade de emancipação do homem [e da mulher – grifos meus] através do espaço. Isso porque foi quem melhor analisou e criticou a miséria cotidiana do homem que se submete ao espaço moderno”.

Tendo em vista as colocações feitas, o espaço, nas duas ocupações investigadas, carregam as marcas dos conflitos e das contradições da produção capitalista do espaço, materializados concretamente nos resultados da produção atravessada por relações e práticas sociais que buscam produzir sua própria cotidianidade pelo exercício da projeção de suas necessidades na conformação das qualidades espaciais nelas produzidas.

Na ocupação Jardim da União, foram os próprios moradores que implementaram, a partir de autoprovisão em regime de mutirão, a infraestrutura básica, ainda que precária, de que necessitavam. Instalaram água e energia. Construíram fossas sépticas. Providenciaram iluminação para vias comuns da ocupação. E o feito de maior envergadura: planejaram e executaram (com apoio técnico contratado por eles), sob seus próprios pés, um novo bairro. Já na ocupação São João-588, com o entorno dotado de infraestrutura e de equipamentos urbanos, a ação dos moradores se concentrou na autorreabilitação das instalações degradadas pelo abandono. Removeram o lixo e o entulho. Refizeram as instalações de água e energia. Reformaram os forros em todos os pavimentos. Pintaram paredes. Providenciaram sistemas de prevenção e combate a incêndios. Dizem: “Quando cheguei aqui era só entulho e lixo”, parafraseando o clássico da autoconstrução periférica até a década de 1970: “Quando cheguei aqui era só mato”. É notável, nestes processos de reprodução autodirigida do espaço, a transformação potente e conjunta que ocorre nas pessoas, tanto em sua percepção individual do mundo, quanto na sua capacidade coletiva de ação coordenada.

Nas trajetórias de vida que investiguei, e até mesmo no próprio processo de escuta que essa investigação pressupõe, este acontecimento de sincronia imperscrutável se apresenta narrado. Ivete, em seu percurso, a cada novo deslocamento, a cada inflexão na vida, como não poderia deixar de ser, é sempre outra. Mas ao ocupar e produzir com sua presença o espaço ocupado do Jardim da União, ainda no terreno anterior em que não pode permanecer, percebe que sua própria história também está sendo produzida. Se produz a si enquanto sujeita política. Na narrativa dela, é possível observar a transformação da pessoa que passa a se elaborar politicamente como sujeita de direitos, que sistematicamente lhe são negados. Ela se transforma enquanto sujeita política à medida que o espaço também se transforma. Assim como acontece com Juscelino, morador da mesma ocupação, ao elaborar tecnicamente um sistema de produção de postes de concreto pré-moldado para atender à necessidade de melhor abastecer de energia elétrica as casas e iluminar as ruas da ocupação. Seu conhecimento técnico e sua força de trabalho se transformam em potência produtiva na reprodução do espaço de sua própria vida e da de seus vizinhos. Também com Solange, ao coordenar o desenvolvimento e a execução do Plano Popular, apropriando-se de técnicas como a de leitura de mapas e de execução de obras. Ciente da capacidade de produção coletiva que representava em negociações junto a autoridades, sujeita de ação política, discursava com dados objetivos em defesa da ocupação.

Na ocupação São João-588, pude observar também essa mesma relação dialética potente. Como no caso de Sílvia, que ao ocupar o imóvel vazio da Avenida São João-588, ocupa também o centro da cidade. Como ela mesma destaca: trata-se de maior possibilidade de acessar diferentes programações culturais e equipamentos públicos, além de maior acessibilidade a possibilidades de trabalho. É a partir da vivência cotidiana na ocupação São João-588 que Sílvia descobre e se permite experimentar essa infinidade de ofertas culturais na região. Estar na ocupação foi fundamental, também, para que seu filho conseguisse acessar a graduação, tanto pelas informações que ela passou a ter acesso a partir da sua luta na ocupação e no movimento de moradia, quanto pela possibilidade de complementar, pelo dinheiro economizado com o pagamento de aluguel, o valor da mensalidade não totalmente coberta pelo financiamento. Sílvia incorpora o discurso do direito à

cidade, tão caro ao movimento que participa, como possibilidade concreta.

Esta tese trata dessas potências. Embora toda ela se desenvolva a partir da análise da trajetória de vida de três mulheres, não se trata meramente de histórias individuais. No trabalho de campo, pude ouvir muitas outras histórias de vida. Tantas outras mulheres, homens, jovens, crianças, idosos. Trabalhadores vivendo de forma complexa, para muito além dos limites entre o “legal, o ilegal, por vezes o ilícito”¹⁶⁶. Faxineiras, babás, cabelereiras, pedreiros, mestres de obra, eletricitas, vendedores ambulantes, mecânicos, enfim, as formas mais variadas de trabalho e de “viração”. Impossível não mencionar algumas pessoas, ainda que com nomes fictícios. Alana, Alice, Aparecida, Armênia, Bárbara, Clara, Cláudia, Dandara, Emília, Érica, Ivete, Jarlem, Juliana, Letícia, Márcia, Nilma, Sabrina, Sara, Silvana, Sílvia, Solange, Soraia, Thalyta. Alfinete, Davi, Demir, José, Juscelino, Magno, Maurício, Miguel, Moisés, Moscou, Victor. Todos com trajetórias marcadas pela falta de trabalho, de moradia assegurada, de direitos negados, de sujeição a violências. Trajetórias tão semelhantes e tão diferentes das de Aparecida, Ivete e Sílvia. Todos lutadores. Este trabalho é sobre todas essas pessoas e sobre todas as outras que moram, vivem e lutam cotidianamente em ocupações, ou mesmo em favelas, cortiços, baixio de pontes e viadutos, beiras de córrego, dunas e tantas outras formas que diariamente nos deparamos em nossas cidades e que conformam uma parcela gigantesca de espaços de vida de trabalhadores. A todas essas pessoas, o esforço vivo do meu pensamento.

166 TELLES, V. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismo e jogos de poder nas tranas da cidade. 2009.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Localização das ocupações Jardim da União e São João-588

Imagem 2: Ipirá – São Paulo

Imagem 3: Imperatriz – São Paulo

Imagem 4: Centro – São Mateus

Imagem 5: Ilhéus – São Paulo

Imagem 6: Mooca – ocupação São João-588

Imagem 7: Casa de Sílvia

Imagem 8: Atos em São Paulo, junho 2013

Imagem 9: Dia da realização da ocupação Jardim da União – 12 out. 2013

Imagem 10: Barracão da ocupação Jardim do Itajaí

Imagem 11: Ocupação Jardim da União em 2014 e 2017, respectivamente

Imagem 12: Moradores da ocupação Jardim da União ocupando a CDHU

Imagem 13: Localização da ocupação Jardim da União e delimitação das áreas de proteção dos mananciais

Imagem 14: Grupos de Trabalho na discussão do Plano Popular Urbanístico Jardim da União

Imagem 15: Propostas apresentadas aos moradores, aprovada e reprovada, respectivamente

Imagem 16: Proposta aprovada, apresentação final

Imagem 17: Casa de Ivete

Imagem 18: Casa de Solange

Imagem 19: Ocupação Jardim da União após execução do Plano

Imagem 20: Posteamento executado na ocupação Jardim da União

Imagem 21: Consolidação da ocupação Jardim da União 2013-2019

Imagem 22: Rua da União aparece oficialmente no Google Maps

Imagem 23: Campanha contra a reintegração de posse

Imagem 24: Material para discussão com a CETESB

Imagem 25: Oficina de construtores realizada pelo CPPATHIS

Imagem 26: Ocupação Jardim da União

Imagem 27: Campanha de inibição à venda de lotes

Imagem 28: Localização e fachada da ocupação São João-588

Imagem 29: Plata baixa primeiro pavimento e pavimento tipo e plantas de corte

Imagem 30: Situação do edifício quando foi ocupado

Imagem 31: Situação do forro do edifício quando foi ocupado

Imagem 32: Mutirão de autorreabilitação quando a ocupação foi realizada

Imagem 33: Refeitório coletivo já reabilitados pós ocupação

Imagem 34: Carmem Silva e Preta Ferreira do Movimento Sem-Teto do Centro

Imagem 35: Cartaz da campanha de ampla divulgação e apoio pela liberdade imediata das quatro lideranças presas, com destaque para Preta Ferreira

Imagem 36: Foto e texto postado por Preta Ferreira em sua página no Instagram

Imagem 37: Espaços da ocupação São João antes e depois

Imagem 38: Fosso central, chamado de piscinão, antes e depois

Imagem 39: Espaço onde acontecem atividades e reuniões

Imagem 40: Espaço onde funcionava a cozinha do hotel e está em reforma para abrigar uma biblioteca

Imagem 41: Obras do Vale do Anhangabaú

Imagem 42: Ocupação São João-588

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variação do déficit habitacional

Quadro 2: Materiais empregados na estrutura e fechamentos das construções existentes

Quadro 3: Evolução da população residente, área e densidade dos distritos do centro

LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional Número Cinco

AMG – Associação de Mulheres do Grajaú

BNH – Banco Nacional de Habitação

CA – Coeficiente de Aproveitamento

CAFOD – Agência Católica de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra e País de Gales (em inglês: The Catholic for Overseas Development)

CCA – Centro para Crianças e Adolescentes

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CMH – Conselho Municipal de Habitação

CMP – Central dos Movimentos Populares

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

CPPATHIS – Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo

FAU-USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FLM – Frente de Luta por Moradia

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FNRU – Fórum Nacional da Reforma Urbana

FUNAPS – Comunitário – Programa Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal

FUNDASP – Fundação São Paulo

FUNDURB – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

GCM – Guarda Civil Metropolitana

IAU-USP – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LABHAB – Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

LE – Lei Específica

LEAUC – Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo

LEU – Laboratório de Experiência Urbanística

LMI-SAGEMM – Laboratório Misto Internacional – Social activities, gender, markets and mobilities from below

LUPOS – Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo

MAU – Movimento Artístico Universitário

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDF – Movimento de Defesa do Favelado

MP – Medida Provisória

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Leste 1 – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – Leste 1

MSTC – Movimento Sem-Teto do Centro

MSTRU – Movimento Sem-Teto pela Reforma Urbana

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

PDE-SP – Plano Diretor Estratégico de São Paulo

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PEx-URB – Práticas de Pesquisa, Ensino e Extensão em Urbanismo

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PMCMV-E – Programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades

PNAD – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio

PNE – Plano Nacional de Educação

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PP – Partido Progressista

PPP – Parceria Público Privada

PRIS – Programa de Recuperação de Interesse Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PU – Programa Urbano

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

Reurb-S – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

STF – Supremo Tribunal Federal

TCM – Tribunal de Contas do Município

ULC – Unificação das Lutas de Cortiços

UMM – União dos Movimentos de Moradia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês: United Nations Children's Fund)

USP – Universidade de São Paulo

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; e TATAGIBA, L. Repertório de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, v. 57, n. 2, 2014. p. 325-357. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582014000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 18 mar 2016.

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JR., J. (Org.). Método de pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc, 2016. p. 8-23. Disponível em: < <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e-5ce48e92.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. Rio de Janeiro: Revista Sociologia e Antropologia, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021>. Acesso em fev. 2018.

AMARAL, A. de A. C. Habitação na Cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Instituto Pólis e PUC-SP, 2002.

AQUINO, C. R. F. de. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AQUINO, C. R. F. de. A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARENDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.

BARAVELLI, J. E. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBOSA, B. R. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, lutas e influências nas políticas públicas. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, Santo André.

BASTOS, C.; MAGALHÃES, F.; MIRANDA, G.; SILVA, H.; TONUCCI FILHO, J. CRUZ, M.; VELLOSO, R. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Recife: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 19, n. 2, p. 251-266, 2017. Disponível em: < <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5362>>. Acesso em 20 dez. 2017.

BLIKSTAD, K. D. O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1982. p. 37-70.

BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDULKI, N.; e ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa. São Paulo: Alfa Omega, 1982. p. 117-154.

BOULOS, G. De que lado você está?: reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

BOULOS, G. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

BRAGA, R. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, R. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. et al. (org.). Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 79-82.

CABANES, R. Espaço privado e espaço público: O jogo de duas relações. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R. (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 389-428.

CABANES, R.; GEORGES, I.; e TELLES, V. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAMPOS JUNIOR, C. Valorização do capital na produção imobiliária: distanciamento entre o preço da moradia e o do salário. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.). *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 40-54.

CARDOSO, R. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 81-90.

CARLOS, A. F. A. A (Re)Produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAVALCANTI, G. C. V. Uma Concessão ao Passado: Trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2006. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CEBRAP. São Paulo 1975: Crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.

COMARU, F. de A.; FERRARA, L. N. GONSALES, T. A. Ocupações para moradia no centro e na periferia: repensando a espoliação urbana a partir das dinâmicas imobiliárias e insurgências em São Paulo. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18º, 2019. Natal. Disponível em: < http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

CUBAS, V. de O. Expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo: novas tecnologias e velhos problemas. São Paulo: Revista brasileira de segurança pública, v. 11, n. 2, p. 164-180, 2017. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/864>>. Acesso em 08 set. 2018

DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1994.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

DAMIANI, A. L. A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I. 1993. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

D'ANDREA, T. P. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVECCHI, A. M. Reformar não é construir. A reabilitação de edifícios: Novas formas de morar em São Paulo no Século XXI. 2010. 559 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FELTRAN, G. S. Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FELTRAN, G. S. Fronteiras da tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FELTRAN, G. S. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. São Carlos: NaMargem, 2011. Disponível em: <http://www.namargem.ufscar.br/gabriel-feltran-transformacoes-sociais-e-politicas-nas-periferias-de-sao-paulo/>. Acesso em: 07 mai. 2017.

FERRARA, L. N. Urbanização da natureza: da autoprovisão de infraestrutura aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. 2013. 384 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, L. S. A. Transformações urbanas na Rua Paim a partir da noção de produção do espaço de Henri Lefebvre. 2015. 15 f. Trabalho Final da Disciplina AUH5864 - Da Construção da Casa à Indústria Imobiliária: Espaço e Política (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRO, S. Nota sobre “O vício da virtude”. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n. 76, p. 229-234. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28 dez. 2018.

FRÚGOLI JR., H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.

GEORGES, I. Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; e TELLES, V. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 95-113.

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetória de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. Curitiba: Campos – Revista de Antropologia, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562>. Acesso em 05 maio 2018.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2014.

HIRATA, D. V.; MAGALHÃES JR, J. C. de; e TELLES, V. da S. Ao lado, o outro lado: veredas incertas. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R (Org.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 177-231.

KARA-JOSÉ, B. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

KOHARA, L.; e SILVA, M. Processos de formação e aprendizagens promovidos pelo

Programa Urbano nos movimentos de moradia em São Paulo. São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 14, n. 2, p. 519-544, 2016. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/27518>. Acesso em 10 dez 2018.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. A lógica da desordem. In: CEBRAP. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976. p. 21-61.

KOWARICK, L. Escritos Urbanos. São Paulo: ED. 34, 2000.

KOWARICK, L. O centro e seus cortiços: dinâmicas socioeconômicas, pobreza e política. In: KOWARICK, L.; e MARQUES, E. (Org.). São Paulo: novos percursos e atores. São Paulo, Editora 34, 2011. p. 79-103.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, L.; e ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L. (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 73-91.

KOWARICK, L.; MARQUES, E. São Paulo: novos percursos e atores. São Paulo, Editora 34, 2011.

LAGO, L. C. do. O associativismo produtivo na periferia urbana: novos conflitos em pauta. In: LAGO, L. C. do (org.) Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital (Observatório das Metrópoles), 2012. p. 186-220.

LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, J. O anão caolho. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n. 76, p. 129-227, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000300011-&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 10 dez. 2018.

LOPES, J. Sobre arquitetos e sem-tetos. 2011. 149 f. Tese (Livre-docência em arquitetura e urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos.

LOPES, J. e RIZEK, C. S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, A.L.; ABIKO, A. K. (Ed.). Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p.44-75.

MACHADO, E.R. Lutas sociais e movimentos populares na América Latina: notas para um debate. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 2009, Campinas, 2009.

MARICATO, E. (org.). A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982. (orig. 1979).

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. A produção capitalista da casa. São Paulo: EDITORA ALDA-ÔMEGA, 1982. p. 71-93.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, E. [et al.] (org.). Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. In: MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2012. p. 89-98.

MARTINS, J. de S. A migração e a crise no Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C; e SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2015. p. 245-259.

MIAGUSKO, E. Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. “Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção”. In: LAGO, L. C. do (org.) Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles, 2012. p. 19-48.

MOREIRA, F. A. O lugar da autogestão no governo Lula. 2009, 195f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOVIMENTO LUTA POPULAR; ASSOCIAÇÃO OCUPAÇÃO JARDIM DA UNIÃO e PEABIRU-TRABALHOS COMUNITÁRIOS E AMBIENTAIS. Plano Popular Ocupação Jardim da União, 2017.

MURAD, J. Ocupação, uma alternativa de moradia. 2019. 300 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NASCIMENTO, V. Metáforas sistemáticas trabalhistas no discurso jornalístico. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NEOUEHOLD, R. dos R. Os movimentos de moradia e sem teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NICÉSIO, L. Resistência e luta pela moradia no centro de São Paulo: Frente de Luta por Moradia e a Ocupação São João. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing no Brasil: uma nova divisão sexual do trabalho?. In: XXVI CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., 2007, Guadalajara.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude. São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n. 74, p. 67-85. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100005-&script=sci_arttext. Acesso em 28 dez. 2018.

OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro, 2011. p. 28-49.

OSEKI, J. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. de S. (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 109-119.

PÁDUA, R. O habitar como horizonte utópico. São Paulo: Geosp – Espaço e Tempo, v. 23, n. 3, p. 478-493, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/162950/158248>. Acesso em 03 jan 2020.

PATERNIANI, S. Z. Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, P. C. X. Condições gerais de produção e a perspectiva da produção do espaço. 2013, notas de aula.

PEREIRA, P. C. X. Valorização Imobiliária, Movimentos Sociais e Espoliação. In: Sinopses (USP), São Paulo, v. 9, 1986. p. 203-233.

PEREIRA, R. B. Contribuição ao debate sobre a Reforma Urbana: A localização na cidade na luta dos movimentos de moradia. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PETRELLA, G. A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI. 2017. 412 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

POCHMANN, M. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, M. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO JR, A. A Privataria Tucana. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

- RIZEK, C. S. Etnografias urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto. Salvador: Redobra, n. 12, ano 4, 19-24, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN3_cibele.pdf. Acesso em 15 abr 2018.
- RIZEK, C. S. Temporalidades e liminaridades. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. (org.) Corpocidade: gestos urbanos. Salvador: Edufba, 2017. p. 173-189.
- RIZEK, C. S.; CARVALHO, C. S. A.; CAMARGO, C. M. de. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Caderno CRH, Salvador, 27, Set/Dez 2014
- RIZEK, C. S. et al. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- RODRIGUES, E. L. A Estratégia Fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROLNIK, R. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1997.
- ROLNIK, R. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. [et al.] (org.). Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 07-12.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, M. A. A. et al. Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.
- ROLNIK, R. et al. São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Sempla/Brasiliense, 1990.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- SANTO AMORE, C. e CABRAL, G. É pau, é pedra: autoconstrução na realidade contemporânea de São Paulo. In: D'Ottaviano, C. (org.) Habitação, Autogestão e Cidade: um outro olhar necessário. São Paulo: FAUUSP. (No prelo).
- SANTO AMORE, C. e LEITÃO, K. Favela de nome, cidade de fato. In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; e IACOVINI, V. Dimensões do intervir em Favelas: desafios e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Peabiru-TCA e Coletivo labLaje, 2019. p. 17-20.
- SANTO AMORE, C. e LEITÃO, K. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; e OLIVEIRA, A. L. Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Libertária, 2018. p. 215-241.

SANTO AMORE, C.; LEITÃO, K.; e REFINETTI, M. L. Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. In: Arquisur. 23º. 2019. Disponível em: <https://arquisur.org/premios/categoria-c-premio-extension/curso-de-pratica-profissionalizante-em-assessoria-e-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-cppathis/?lang=pt-br>. Acesso em 10 dez 2019.

SANTOS, C. S. Horizontes da política social na globalização da desigualdade e o Minha Casa Minha Vida. *Cidades*, São Paulo, v. 13, nº. 22, 2016.

SANTOS, J. T. dos. Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta. O social em questão, Rio de Janeiro, n. 35, 2016, p. 149-170.

SARTI, C. A. A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. 1994. 222 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHWARZ, R. Sequências brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECCO, L. História do PT. 1978-2010. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SHIMBO, L. Produção da habitação e espoliação na metrópole de São Paulo (1970-2010). In: PEREIRA, P. C. X. Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 112-136.

SILVA, C. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; e TELLES, V. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 57-73.

SINGER, A. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP. n. 97, 2013. p. 23-40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300003&script=sci_abstract&tlng=p. Acesso em 10 mar 2016.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

STEVENS, J.; MEULDER, B. de; e SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo – Um urbanismo emergente?. São Paulo: Vitruvius, ano 20, 2019. Disponível: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.230/7472>. Acesso em 21 out 2019.

TANAKA, G. Periferia: conceitos, práticas e discursos. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TARROW, S. Poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C. Os efeitos do movimento de moradia sobre as políticas públicas. In: IX Encontro ABCP, 9, 2014, Brasília.

TELLES, V. da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

TELLES, V. da S. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismo e jogos de poder nas tramas da cidade. Rio de Janeiro: Dilemas: Revista de estudo de conflito e controle social, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192/5771>. Acesso em 14 abr. 2016.

TELLES, V. da S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. São Carlos: Contemporânea, v. 3, n. 2, p. 359-373, 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/147>. Acesso em 12 abr 2016.

TELLES, V. da S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

TELLES, V. da S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 65-116.

TELLES, V. da S.; e CABANES, R. Introdução. In: TELLES, V. da S.; e CABANES, R. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 11-28.

TELLES, V. da S.; e CABANES, R. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TONE, B. B. São Paulo, século XXI: valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRINDADE, T. A. Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, Campinas.

USINA-CTAH e MUTIRANTES. Mutirão Paulo Freire: movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis. In: VILAÇA, Í; e CONSTANTE, P. (Org.). Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 106-136.

VILAÇA, Í. As mil moradias: Arquitetura [e história] como processo na experiência da USINA CTAH junto à Associação Por Moradia de Osasco. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILAÇA, Í; e CONSTANTE, P. (Org.). Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, Blog da Boitempo, 22 fevereiro 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em 04 out. 2019.

AMBIENTE ARQUITETURA. Disponível em: <https://ambientearquitectura.com/>. Acesso em 12 set. 2019.

APOIO ONG. Disponível em: <https://www.apoio-sp.org.br/>. Acesso em 12 set. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Decreto nº 51.686, de 22 de março de 2007. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/71125>. Acesso em 26 set. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006. (Atualiza até a Lei nº 15.599, de 10 de dezembro de 2014). Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12233-16.01.2006.html>. Acesso em 26 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO GRAJAÚ. Disponível em: <https://associacao-de-mulheres-do-grajau.negocio.site/>. Acesso em 25 set. 2019.

BRANCATELLI, R. e SALDAÑA, P. Hotel Cambridge é desapropriado pela Prefeitura: Última festa no local ocorreu na sexta; governo vai transformar prédio em moradia para famílias de rendas média e baixa. O estado de S.Paulo, São Paulo, 16 jun 2011. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,hotel-cambridge-e-desapropriado-pela-prefeitura-imp,733027>. Acesso em 22 jul. 2019.

CAFOD. Disponível em: <https://cafod.org.uk/>. Acesso em 12 set. 2019.

CASSANO, L. Obra de requalificação do Vale do Anhangabaú é alvo de ação na Jus-

tiça: Associação Preserva SP entrou com processo contra a Prefeitura alegando falta de discussão e pedindo suspensão da obra. G1, São Paulo, 02 agosto 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/02/obra-de-requalificacao-do-vale-do-anhangabau-e-alvo-de-acao-na-justica.ghtml>. Acesso em 14 jan. 2020.

CENTRAL DOS MOVIMENTOS POPULARES (CMP). Disponível em: <https://cmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019.

COMITÊ POPULAR DA COPA-SP. Disponível em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/>. Acesso em 13 jan. 2020.

CONGRESSO NACIONAL. Medida Provisória nº 759, de 2016. (Regularização Fundiária). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127879>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecesta-basica/salarioMinimo.html>. Acesso em 11 jul. 2019.

DESPEJO NA OCUPAÇÃO JARDIM ITAJAÍ. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xCGug1Kw-i0>. Acesso em 21 ago. 2018.

DOMÉSTICA LEGAL. Seis anos após a PEC das Domésticas, 70% das empregadas estão informais. Doméstica legal, Rio de Janeiro, 04 abr. 2019. Disponível em: <https://www.domesticalegal.com.br/seis-anos-apos-pec-das-domesticas-70-das-empregadas-estao-informais/>. Acesso em 16 out. 2019.

ENEL. Disponível em: <https://www.eneldistribuicaosp.com.br/>. Acesso em 04 mar. 2019.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/>. Acesso em 26 jun. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Déficit habitacional no Brasil. FJP. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em 27 fev. de 2019.

GUIMARÃES, L. Brasil levará mais de 25 anos para oferecer creche para 50% das crianças. Valor econômico, São Paulo, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5160972/brasil-levara-mais-25-anos-para-oferecer-creches-para-50-das-criancas>. Acesso em 01 jul. 2019.

HARTMANN, A. Sem-teto ocupam quatro edifícios no centro de São Paulo. O Globo, São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-teto-ocupam-quatro-edificios-no-centro-de-sao-paulo-2943573>. Acesso em 01 ago. 2019.

HARVEY, D.; GREGORI, L.; e DAMIANI, A. O direito à cidade. In: Seminário Internacional Cidades Rebeldes. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARJ4tmmz3CE&list=PLHiE8QPap5vQI4-rSPUc34YXnM6oG-Gurh&index=8>. Acesso em 23 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 dez 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Estudo mostra desigualdade de gênero e raça em 20 anos. IPEA, 06 de março 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em 10 out. 2019.

JIMÉNEZ, C. Prédio desaba após incêndio no centro de São Paulo: Cerca de 150 pessoas ocupavam o edifício, no Largo do Paissandu. Uma pessoa está desaparecida. El País, São Paulo, 01 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/01/internacional/1525166365_582778.html. Acesso em 13 jan. 2020.

JORNAL DA GAZETA. Ocupação Prédio. Jornal da Gazeta. São Paulo, 04 outubro 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcXq2J2vXwk>. Acesso em 01 ago. 2019.

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/index.html>. Acesso em 12 set. 2019.

LEI Nº 10.928, de 8 de janeiro de 1991. Regulamenta o inciso II do artigo 148 combinado com o inciso V do artigo 149 da L.O.M., dispõe sobre as condições de habitação dos cortiços e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1092/10928/lei-ordinaria-n-10928-1991-regulamenta-o-inciso-ii-do-artigo-148-combinado-com-o-inciso-v-do-artigo-149-da-l-o-m-dispoe-sobre-as-condicoes-de-habitacao-dos-corticis-e-da-outras-providencias>. Acesso em 27 jun. 2019.

MACHADO, L. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil, São Paulo, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>. Acesso em 04 out. 2019.

MADEIRO, C. Com cancelamento de mais de mil creches, mães ficam “órfãs de trabalho”. UOL, Maceió, 30 jun. 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/06/30/com-cancelamento-de-mais-de-mil-creches-maes-ficam-orfas-de-trabalho.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral. Acesso em 02 jul. 2019.

MAGALHÃES, B. Mulher ganha na justiça direito a indenização de R\$ 1 milhão de família de SP que a criou: ‘Eu me sentia como uma escrava’. G1, São Paulo, 30 jun. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/30/mulher-ganha-na-justica-direito-a-indenizacao-de-r-1-milhao-de-familia-de-sp-que-a-criou-eu-me-sentia-como-uma-escrava.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_content=post&utm_campaign=g1&fbclid=IwAR37THoFDThbOYPWPsvj8H8jLGvEeadEcIqeAphtJpvK94NELkBs5mrJ-2jE. Acesso em 02 jul. 2019.

MARTINELLI, F. Carmem, mãe de Preta, líderes de sem-teto: por que nos querem presa. Blog Mulherias Uol, São Paulo, 03 julho 2019. Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/07/03/carmen-mae-de-preta-lideres-de-sem-teto-porque-nos-querem-presas/>. Acesso em 13 jan. 2020.

MARTINS, G. PEC das Domésticas completa cinco anos, mas informalidade ainda é alta. O globo, Rio de Janeiro, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pec-das-domesticas-completa-cinco-anos-mas-informalidade-ainda-alta-22553430>. Acesso em 16 out. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – LESTE 1 (MST – Leste 1). Disponível em: <http://www.mstleste1.org.br/sobre/>. Acesso em 04 jul. 2019.

MOVIMENTO LUTA POPULAR. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/luta-luta-popular/luta-popular-debate-para-revolucionar-as-cidades/481586128701884/>. Acesso em 03 fev. 2019.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>. Acesso em 19 fev. 2019.

NERY, M.; SOUZA, A.; e ADORNO, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. São Paulo: Estudos Avançados, v. 33, n. 57, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000400005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 06 jan 2020.

O GLOBO. Conheça as 20 profissões mais comuns entre as mulheres. O Globo, 19 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/conheca-as-20-profissoes-mais-comuns-entre-as-mulheres-22411026>. Acesso em 09 out. 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <https://pt.org.br/>. Acesso em 12 jan. 2020.

PEABIRU-TCA. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/>. Acesso em 12 set. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm. Acesso em 27 de fev 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp150.htm. Acesso em 27 de fev. 2019.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PRIS. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/programas-de-recuperacao-de-interesse-social-nas-bacias-dos-reservatorios-billings-e-guarapiranga-aprm-b-e-aprm-g/>. Acesso em 09 fev. 2019.

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NAS ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAS. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/programas-de-recuperacao-de-interesse-social-nas-bacias-dos-reservatorios-billings-e-guarapiranga-aprm-b-e-aprm-g/>. Acesso em 09 fev. 2019.

PUC-SP. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/paginainicial/>. Acesso em 12 set. 2019.

REDAÇÃO RBA. Justiça concede habeas corpus a líder sem-teto Carmem Silva: Coordenadora da FLM, ela era alvo de mandado de prisão expedido em processo que repete acusações pelas quais já foi absolvida. Rede Brasil Atual, São Paulo, 04 abril 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/hc-carmem-silva/>. Acesso em 13 jan. 2020.

REDAÇÃO REDE BRASIL ATUAL. Na prisão há 30 dias, Preta Ferreira desabafa: ‘Estou presa porque nasci mulher, preta e pobre’: A ativista por moradia, presa junto com sua família no dia 24 de junho por denúncias anônimas de extorsão, foi entrevistada pela Rádio Brasil Atual. Rede Brasil Atual, São Paulo, 24 julho 2019. Disponível em: <https://www.redebrasi->

latual.com.br/cidadania/2019/07/na-prisao-ha-30-dias-preta-ferreira-desabafa-estou-presa-porque-nasci-mulher-preta-e-pobre/. Acesso em 13 jan. 2020.

REDE EXTREMO SUL. Disponível em: <https://redeextremosul.wordpress.com/o-que-e-a-rede/>. Acesso em 21 ago. 2018.

SABESP. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/Default.aspx>. Acesso em 04 mar. 2019.

SCHWINGEL, S. Pouco mudou para as empregadas seis anos após a PEC das Domésticas. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/04/28/interna-trabalhoeformacao-2019,752049/apos-seis-anos-da-pec-das-domesticas-informalidade-so-cresce.shtml>. Acesso em 16 out. 2019.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Prefeitura retoma obras no Vale do Anhangabaú: Prejuízos pela paralização chegam a R\$ 300 mil. Procuradoria Geral do Município entrará com ação de indenização. Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 10 agosto 2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-retoma-obras-no-vale-do-anhangabau>. Acesso em 14 jan. 2020.

SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constitucional nº 66 de 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=109761>. Acesso em 27 de fev. 2019.

TAJRA, A. Relatório acusa governo de SP de perseguir sem-teto após queda de prédio. *Uol*, São Paulo, 18 dezembro 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/18/relatorio-criminalizacao-de-movimentos-de-moradia-apos-queda-de-predio-sp.htm>. Acesso em 13 jan. 2020.

TETO Brasil. Disponível em: <https://www.techo.org/brasil/>. Acesso em 12 set. 2019.

THE INTERCEPT Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/>. Acesso em 12 jan. 2020.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA (UMM). Disponível em: <http://sp.unmp.org.br/historia/>. Acesso em 04 jul. 2019.

UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 12 set. 2019.

USINA-CTAH. Disponível em: <http://www.usina-ctah.org.br/>. Acesso em 12 set. 2019.

VENCESLAU, M. Governo Temer suspende todas as novas contratações do Minha Casa: Ministro das Cidades, Bruno Araújo, disse que a meta divulgada por Dilma Rousseff de contratar 2 milhões de moradia até 2018 será reavaliada. *Estadão*, Brasília, 22 maio 2016. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-temer-suspende-todas-as-novas-contratacoes-do-minha-casa,10000052388>. Acesso em 11 nov. 2019.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. *BBC Brasil*, 26 fevereiro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953#orb-banner>. Acesso em 10 out. 2019.